

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Aparecida Mendes Cardoso

**GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: O CASO DO MOSAICO DE JACUPIRANGA NO VALE DO
RIBEIRA/SP**

Santa Cruz do Sul
2024

APARECIDA MENDES CARDOSO

**GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: O CASO DO MOSAICO DE JACUPIRANGA NO VALE DO
RIBEIRA/SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Markus Erwin Brose
Coorientador: Prof. Dr. Jose Antônio Moraes do Nascimento

Santa Cruz do Sul

2024

APARECIDA MENDES CARDOSO

**GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: O CASO DO MOSAICO DE JACUPIRANGA NO VALE DO
RIBEIRA/SP**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Markus Erwin Brose
Coorientador: Prof. Dr. Jose Antônio Moraes do Nascimento

Dr. Markus Erwin Brose
Professor orientador – UNISC

Dr. Jose Antônio Moraes do Nascimento
Professor coorientador - UNISC

Dr. Silvio Cezar Arend
Professor examinador – UNISC

Dra. Virginia Elisabeta Etges
Professora examinadora - UNISC

Dr. Cesar Leandro de Christo Hundertmarck
Professor examinador - UFAC

Dr. Jairo Valdati
Professor examinador - UDESC

Santa Cruz do Sul

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Cardoso, Aparecida Mendes

GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL : O CASO DO MOSAICO DE JACUPIRANGA NO VALE DO RIBEIRA/SP / Aparecida Mendes Cardoso. – 2024.

215 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Markus Erwin Brose.

Coorientação: Prof. Dr. Jose Antônio Moraes do Nascimento.

1. Governança de Bens Comuns. 2. Ostrom. 3. Áreas Preservadas com Comunidades. 4. Gestão de Conflitos. 5. Mojac. I. Brose, Markus Erwin. II. Nascimento, Jose Antônio Moraes do. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico à minha mãe e ao meu filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a ajuda de todos os entrevistados e os meus orientadores, que pacientemente me auxiliaram nessa jornada de estudos.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral analisar como os princípios de governança dos bens comuns de Elinor Ostrom são aplicados na implementação de estratégias de desenvolvimento do Mosaico do Jacupiranga (MOJAC), Vale do Rio Ribeira. A metodologia de abordagem desta pesquisa assumiu um viés qualitativo e caráter crítico-analítico. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento documental de Decretos, Portarias, Leis e Políticas Públicas, recortes de jornais e revistas dos últimos 10 anos que contemplavam informações sobre o MOJAC. Entrevistas foram realizadas com atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico e os conflitos de interesse gerados. Os resultados da pesquisa revelaram um contexto de avanços e desafios na implementação de estratégias de desenvolvimento para a governança dos bens comuns no MOJAC. Os princípios de Elinor Ostrom para a gestão dos bens comuns, como a clareza nas regras, a participação dos envolvidos na tomada de decisões, a fiscalização efetiva e as sanções graduadas, são parcialmente atendidas, encontrando obstáculos, especialmente devido às dificuldades de acesso e representação equitativa nos Conselhos. A fiscalização efetiva e as sanções graduadas também enfrentam desafios devido à falta de recursos e de dados atualizados. Concluiu-se que a formação socioespacial do Vale do Ribeira nos últimos anos evidencia a complexidade das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na região. Para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo, é essencial continuar investindo em práticas sustentáveis, políticas públicas adaptadas às necessidades locais e mecanismos de governança que promovam a participação ativa das comunidades, em conformidade com os princípios da Lei do Mojac e buscando uma maior aderência aos princípios de Ostrom.

Palavras-chave: Governança de Bens Comuns. Ostrom. Áreas Preservadas com Comunidades. Gestão de Conflitos. Mojac.

GOVERNANCE OF COMMON BENS FOR REGIONAL DEVELOPMENT: THE CASE OF JACUPIRANGA MOSAIC IN VALE DO RIBEIRA/SP

ABSTRACT

The general objective of this study was to analyze how Elinor Ostrom's principles of common goods governance are applied in the implementation of development strategies for the Jacupiranga Mosaic (MOJAC), in the Ribeira River Valley. The methodology used in this research was qualitative and critically analytical, following the Middle Range Theory. Data collection was carried out through a documentary survey of Decrees, Ordinances, Laws and Public Policies, as well as newspaper and magazine clippings from the last 10 years that included information about MOJAC. Interviews were conducted with social actors involved in the changes taking place in the Mosaic over the last decade and the conflicts of interest generated. The results of the research revealed a scenario of advances and challenges in the implementation of development strategies for the governance of common goods in MOJAC. Elinor Ostrom's principles for the management of common goods, such as clear rules, the participation of stakeholders in decision-making, effective monitoring and graduated sanctions, are partially met, but there are obstacles, especially due to difficulties in access and equitable representation on the Councils. Effective monitoring and graduated sanctions also face challenges due to the lack of resources and updated data. We conclude that the socio-spatial formation of the Ribeira Valley in recent years highlights the complexity of the social, economic and environmental dynamics in the region. To achieve truly sustainable and inclusive development, it is essential to continue investing in sustainable practices, public policies adapted to local needs and governance mechanisms that promote the active participation of communities, in accordance with the principles of the MOJAC Law and seeking greater adherence to Ostrom's principles.

Keywords: Governance of Bens Comuns. Ostrom. Preserved Areas with Communities. Conflict Management. MOJAC.

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CF	Constituição Federal
CBH-RB	Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul
CPR	<i>Common Pool Resource Theory</i>
CID	<i>Community Improvement Districts</i>
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CODIVAR	Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira
CONSAD	Consórcio para Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FF	Fundação Florestal
IG	Indicações Geográficas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBDF	Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
ISA	Instituto Socioambiental
MOJAC	Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga
FAO/INCRA	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
ONG	Organizações Não Governamentais
PEJ	Parque Estadual de Jacupiranga
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PPI	Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PRA	Programas de Regularização Ambiental
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RTC	Relatórios Técnico-Científicos
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SC	Santa Catarina
SES	Sistema de Gestão Socioecológico
SINIMA	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SES-FRAMWORK	<i>Social-Ecological Systems Framework</i>
SP	São Paulo
SUDEPLA	Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista
UC	Unidades de Conservação
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema policêntrico de governança de recursos naturais.....	25
Figura 2 – Princípios gerais para uma governança policêntrica robusta	29
Figura 3 – Relações centrais em dilemas sociais repetitivos	30
Figura 4 – P EJ em fase de elaboração	67
Figura 5 – Mosaico Jacupiranga.....	69
Figura 6 – Planos de Manejo Mojac (2019 – 2025).....	99
Figura 7 – Regionalização do MOJAC.....	101
Figura 8 – Demarcação do Território da RDS o Praiado.....	134
Figura 9 – Demarcação do Território da RDS da Barra da Una.....	135
Figura 10 – Demarcação do Território da RDS de Lavras	136
Figura 11 – Demarcação do Território da RDS de Pinheirinhos	137
Figura 12 – Demarcação do Território da RDS de Barreiro Amhena.....	138
Figura 13 – Demarcação do Território da RDS Barra do Turvo	139
Figura 14 – Projeto Agroflorestar	166
Figura 15 – Registro de reunião mensal na RDS Praiado	173
Figura 16 – Ação de formação de monitores ambientais da RDS Barra da Una	175
Figura 17 – Ação de gestão para ordenamento territorial da RDS Barra da Una	176
Figura 18 – Deliberação do Conselho da RDS Barreiro Anhemas.....	177
Figura 19 – Deliberação do Conselho da RDS Barra do Turvo	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios orientadores dos bens comuns	27
Quadro 2 – Análise de panoramas da RESEX	96
Quadro 3 – Análise comparativa das RDS - ICMBio.....	145
Quadro 4 – Análise comparativa contextualização RESEX.....	149

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A TEORIA DOS BENS COMUNS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
2.1	Teoria dos Bens Comuns de Elinor Ostrom.....	23
2.2	Conflitos de interesse	31
2.3	Regulamentação da proteção ambiental no Brasil.....	40
2.4	Desenvolvimento Sustentável e Território	43
2.5	Estudos com base na Teoria dos Bens comuns	54
2.6	Conclusão do capítulo	59
3	VALE DO RIBEIRA E A CRIAÇÃO MOSAICO JACUPIRANGA – MOJAC .	61
3.1	Caracterização do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira.....	61
3.1.1	O Vale do Rio Ribeira	64
3.1.2	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira.....	69
3.2	Atores sociais do Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira	72
3.2.1	Quilombolas, indígenas e agricultores	73
3.2.2	Formação Histórica do Estado e Município	79
3.3	Conclusão do capítulo	85
4	GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS NO MOSAICO DO JACUPIRANGA/VALE DO RIBEIRA	88
4.1	A perspectiva de Desenvolvimento Sustentável orientativa das ações na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira.....	88
4.2	Conflitos fundiários de uso e ocupação de Terras.....	101
4.2.1	As comunidades do Mosaico e a recategorização do território	108
4.2.2	Comunidades quilombolas e a regularização fundiária de seus territórios	113
4.3	Qualidade de vida no Vale do Ribeira	118
5	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS NO MOSAICO DO JACUPIRANGA/VALE DO RIO RIBEIRA	125

5.1	Limites claros e definidos.....	127
5.2	Regras de adequação ao contexto local.....	131
5.3	Congruência entre regras locais e mais amplas.....	140
5.4	Monitoramento eficaz	151
5.5	Sanções proporcionais	154
5.6	Mecanismos de resolução de conflitos	156
5.7	Autonomia local	160
5.8	Relações com outras entidades	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
	REFERÊNCIAS	186
	ANEXO I - REIVINDICAÇÃO ENCAMINHADA A DEPUTADOS ESTADUAIS PELO SINDICATO DE CAJATI	199
	APÊNDICE I – RELAÇÃO OBJETIVOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS	203
	APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA OCIMAR BIM	206
	APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA AGRICULTORES	208
	APÊNDICE IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA REPRESENTANTES LOCAIS	210
	APÊNDICE V – ROTEIRO ENTREVISTA QUILOMBOLAS	212

1 INTRODUÇÃO

Este estudo corresponde à investigação sobre as estratégias de desenvolvimento em conflito no Mosaico de Jacupiranga (Mojac), localizado no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo. O recorte espacial contempla a realização de pesquisa qualitativa a partir das comunidades existentes no *locus* da pesquisa, declarado Patrimônio Natural da Humanidade em abril de 1999 pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco, 1999) e, desde 2018, é Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

O Vale do Ribeira está localizado na região Sul do Estado de São Paulo, e concentra o maior remanescente de Mata Atlântica contínua do Brasil. Com aproximadamente 2,1 milhões de hectares de florestas, a região é fundamental para a conservação ambiental. A região abriga 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 24 comunidades Guarani e 66 comunidades quilombolas, além de fazendas e latifúndios (ISA, 2016). O referido vale integra o Mojac, que é composto por 38 unidades de conservação, que vão desde uso sustentável até a proteção integral, além de 64 territórios quilombolas e 105 terras indígenas (Bernini, 2019).

Esse contexto de conservação ganhou impulso em 1969 com a criação do Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ) pelo Instituto Florestal, abrangendo seis municípios: Barra do Turvo, Cananéia, Cajati, Jacupiranga, Iporanga e Eldorado. A proposta era manter uma floresta preservada para combater o desmatamento (SAORI, 2018). Embora a proposta fosse boa, começaram a existir conflitos. Isso, porque, os parques eram implantados em lugares ocupados pelos quilombolas, indígenas e agricultores e essas comunidades queriam que o Instituto Federal reconhecesse a sua existência enquanto moradores do PEJ, reconhecendo seus modos de vida e de trabalho.

Nesse sentido, verificou-se que o desenvolvimento da região ocorreu com prejuízos às comunidades tradicionais, que foram impedidas de realizar atividades voltadas para o autoconsumo. O PEJ passou a ser atravessado pela Rodovia Régis Bittencourt (BR 116), ocorrendo várias ações de degradação do patrimônio natural, tornando-o ainda mais vulnerável às atividades irregulares. Com isso, iniciaram diversos conflitos fundiários, destacadamente entre camponeses, migrantes e grileiros. É possível perceber, assim, o crescimento econômico ocorrendo na região, mas não o desenvolvimento, ou mesmo, sustentável.

Entendendo a noção de que há uma interseção cultural e social, enquanto seres humanos, parte integrante do ecossistema, logo, sofre-se as consequências da degradação ambiental que se causa, com os efeitos decorrentes dessa relação insustentável recaindo, principalmente, sobre os mais vulneráveis. Esse problema persistiu nos anos seguintes. Entre as décadas de 1980 e 1990 formaram-se vários aglomerados urbanos às margens da BR 116, causando prejuízos ao ecossistema local, uma vez que 60% da ocupação no interior do PEJ se concentrava ao longo dessa rodovia (Bim, 2012).

Já nos anos 2000, com vistas a reduzir os impactos causados pelo crescimento econômico na região, mais precisamente em 2005, o Governo do Estado de São Paulo instituiu o Grupo de Trabalho Intersecretarial do PEJ, para a elaboração de uma proposta de alteração dos limites do parque e de criação de um Mosaico de Unidades de Conservação (UC). Nesse período havia a presença de 2.107 ocupações na área do parque, com população estimada em 8.000 pessoas (Bim; Furlan, 2013).

Dois anos depois, foi lançada uma proposta de recategorização de áreas ocupadas por Ucs de uso sustentável, garantindo assim a presença humana, além de trazer um possível caminho para a solução de conflitos na região. Isso resultou na elaboração do Projeto de Lei n. 638/2007, que propôs a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação, vindo a ser sancionada no ano seguinte pelo governador do Estado, Lei n. 12.810/2008 (Bim; Furlan, 2013).

No entanto, a proposta de implantação de um mosaico a partir de uma área protegida, o antigo PEJ, com o objetivo de resolver conflitos existentes, acabou comprometendo todo o sistema de conservação, transformando-o em uma Área de Preservação Permanente (APP), mais restritiva. Isso resultou em conflitos de delimitação de território com as comunidades do local, compostas por quilombos, agricultores e caiçaras (Bim; Furlan, 2013). A priorização da política ambiental baseada em Ucs de proteção integral causou conflito direto entre o Estado e as comunidades tradicionais. Tal política de conservação não impediu a degradação ambiental no Vale do Ribeira e legitimou a exploração em outras áreas do estado de São Paulo (Bernini, 2019).

Dessa forma, o local tem sido arena de conflitos dos interesses sociais *versus* os interesses econômicos, pois é uma região com muitas comunidades tradicionais que lutam para a permanência e existência nas áreas de proteção ambiental, que por sua vez acumulam em lutas de tais comunidades nas atividades de subsistência.

Inicialmente, o PEJ sofreu com a extração ilegal de madeira e, mais adiante, com a formação de pastagem para o gado bovino com desmatamento e queimada, contribuindo para os conflitos.

Assim, enquanto a criação do antigo PEJ seguiu o pressuposto básico da separação entre sociedade e natureza, o chamado padrão preservacionista, a estratégia adotada para a criação do Mojac demonstrou ser mais adequada por atender às características ambientais e sociais do território. Considerando essa realidade, faz-se importante mencionar que a busca pelo desenvolvimento local deve se pautar em inovações tecnológicas, entretanto, em razão das cadeias produtivas estarem relacionadas a diversos setores, esse desenvolvimento requer não somente avanços na área tecnológica, como também na formulação de políticas agrícolas que possibilitem o avanço sustentável, apoiando produtores rurais no desempenho de suas atividades, além da mitigação de prejuízos às comunidades tradicionais.

Essa configuração que ocorre no corpo dos movimentos se reflete em vitórias concretas das lutas do movimento ecológico em diversos municípios do Sul-Sudeste, como Barra do Turvo e Cajati no Estado de São Paulo, no nível do processo decisório das políticas públicas municipais. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), de avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros, indicam que o Brasil mantém em seu território a maior extensão de floresta tropical do planeta (Brasil, 2022).

Diante do exposto, foram analisadas as estratégias de desenvolvimento em conflito no caso do MOJAC, trazendo um recorte temporal de dez anos. Para isso, foi realizada uma apreciação das ideias e informações apresentadas por Ocimar Bim (2012), que participou da formação desse território e as evoluções nos últimos anos em relação ao desenvolvimento local. Além disso, foram utilizadas as proposições de Elinor Ostrom sobre a Teoria dos Bens Comuns, auxiliando na interpretação dos dados coletados sobre os atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico e os conflitos de interesses gerados.

Frente à realidade atual, após 12 anos da divulgação da dissertação de Ocimar Bim, do ano de 2012 – USP, reforça-se que esta pesquisa busca aprofundamento e contribuição do conhecimento de estratégias sobre a governança dos bens comuns para o desenvolvimento regional que possam garantir sustentabilidade e transformação das condições sociais, econômicas e culturais. Deste modo, o presente

estudo é direcionado pelo seguinte questionamento: como os pressupostos da Lei do Mosaico Jacupiranga (Mojac) permeiam a implementação de estratégias de desenvolvimento e geram conflitos de interesses entre seus atores sociais?

Salienta-se que a apropriação estratégica dos recursos naturais é observada ao longo da história, em especial nos países periféricos, onde encontramos sociedades que mantêm estreita relação com o mundo natural, como: indígenas, quilombolas, como na Amazônia brasileira. Frente ao exposto, justifica-se esse estudo por evidenciar as estratégias de desenvolvimento e analisar os conflitos existentes no Mojac.

Como estudos relacionados ao tema, cita-se a pesquisa desenvolvida por Rotondaro e Bonilha (2021), que aponta no sentido de que a implantação de áreas protegidas se tornou um dos principais fatores de conflitos entre as comunidades tradicionais e o Estado. Isso porque antes, a única possibilidade de permanecer e usar os recursos naturais no interior das áreas protegidas eram as Reservas Extrativistas (RESEX).

A criação do Mojac continua sendo uma tentativa governamental para administrar o bem comum, tendo em vista o desenvolvimento regional e a inclusão das comunidades que estavam vivendo nesses lugares. Com isso, buscou-se reduzir os conflitos existentes gerados ao longo dos anos pela adoção de políticas ambientalistas que visavam excluir as pessoas desses lugares. Ao mesmo tempo, tinha-se o intuito de preservação da Mata Atlântica. Nesse sentido, a presente pesquisa oferece uma contribuição para o Vale do Ribeira e para os diversos agentes envolvidos no MOJAC, ao tratar o mosaico como uma política pública voltada para o bem comum, em linha com os princípios de Elinor Ostrom sobre a gestão coletiva de recursos.

Resumidamente, segundo Ostrom (2005), o primeiro princípio que favorece a ação coletiva para o uso dos recursos de acesso comum é que o limite da comunidade para o uso dos recursos de acesso comum deve ser claro, com limites e critérios bem estabelecidos para o ingresso em grupos de usuários. O segundo princípio é que as regras de uso dos recursos de acesso comum devem ser claras e bem definidas, condicionadas à realidade local, enquanto o terceiro é que os usuários têm o direito de alterar suas próprias regras de uso dos recursos de acesso comum ao longo do tempo.

O quarto princípio é que as regras estabelecidas para o uso dos recursos de acesso comum devem ser monitoradas, de modo que o quinto princípio consiste na existência de um sistema de sanções graduais, de acordo com o tipo de violação da lei. O sexto princípio diz respeito à existência de mecanismos para resolução de conflitos no uso dos recursos de acesso comum, seguido do sétimo princípio, que diz respeito ao reconhecimento mínimo dos direitos da organização e à definição de regras próprias na utilização do acesso comum. Por fim, o oitavo princípio diz respeito à existência de empresas interconectadas, quando se trata de um grande sistema (Ostrom, 2005).

Todos estes princípios são bem observados ao se analisar os mosaicos, analisando-se, neste contexto, os conflitos de interesse gerados em seu âmbito. A proposta relatada na presente pesquisa é, pois, inédita no Vale do Ribeira caracterizando o estudo como essencial para o desenvolvimento da região. Trata-se de um estudo de relevância social considerando que estratégias de desenvolvimento a partir de um bem comum, fator fundamental considerando todos os danos ambientais ocorridos no decorrer do tempo, de forma específica, buscando compreender a criação do Mojac para um bem comum. Destaca-se, ainda a relevância acadêmica por contribuir com o acervo de pesquisas sobre o assunto.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar como os princípios de governança dos bens comuns de Elinor Ostrom são aplicados na implementação de estratégias de desenvolvimento do Mosaico do Jacupiranga (Mojac), Vale do Rio Ribeira. E como objetivos específicos: analisar a perspectiva de desenvolvimento sustentável no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira; caracterizar o processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira; caracterizar os atores sociais atuantes nas mudanças em curso, na última década, no Mosaico e os conflitos de interesse gerados; compreender sob que perspectiva pode-se contemplar a criação do Mojac como uma governança para o bem comum dos diferentes atores envolvidos; e, analisar os fatores relacionados à melhoria da qualidade de vida da população do Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira.

A metodologia de abordagem desta pesquisa assume viés qualitativo e caráter crítico-analítico, considerando a aplicação da governança de bens comuns para o desenvolvimento regional. A pesquisa teve como campo o Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira.

A teoria da governança de bens comuns de Elinor Ostrom para o desenvolvimento regional é base deste estudo e foi tratada como *Common Pool Resource* (CPR) ou *CPR situation*. A metodologia de Ostrom (1990) para derivar os princípios de design envolve a extração de regras da experiência prática concreta (os dados empíricos de casos considerados “bem-sucedidos”) e, em seguida, os abstrai da especificidade de seu contexto para formar princípios mais generalizados que representam uma base teórica. A concepção da autora sobre a evolução das instituições requer uma inter-relação mais ou menos constante entre os interesses, preferências e mapas cognitivos dos atores que alimentam e respondem a instituições que se adaptam progressivamente. Este é o processo que ao longo do tempo molda a identidade coletiva e constrói confiança e cooperação. Mesmo com a injeção de alguma forma de participação local na tomada de decisões e uma suposição de um interesse coletivo bem definido, as intervenções de projetos comuns dificilmente podem ser vistas como desdobramentos endógenos e assuntos conduzidos localmente.

Os CPRs são um tipo de recurso que sofre problemas de governança ou gestão devido à dificuldade em excluir outros usuários do acesso ao recurso, bem como ao fato de que cada uso ou extração do recurso reduz o *quantum* global disponível. Assim, por meio dos princípios de design de Ostrom é possível avaliar os arranjos de governança.

Ostrom (1990) apresentou uma estrutura aninhada multinível para analisar resultados em Sistema Ecológico Social (SES) usando quatro subsistemas centrais de primeiro nível (sistema de recursos, unidades de recursos, sistemas de governança e usuários) e pelo menos mais 10 variáveis de subsistemas. Esses tipos de análises são ferramentas de diagnóstico importantes para entender como uma determinada CPR é governada, além de poder acumular conhecimento de forma mais ampla, como comparar estruturas.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento documental de Decretos, Portarias, Leis e Políticas Públicas, recortes de jornais e revistas dos últimos 10 anos que contemplem informações sobre o Mojac, bem como com a aplicação de entrevistas a atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico e os conflitos de interesse gerados (Apêndice I). Foram realizadas 9 (nove) entrevistas no total, sendo 1 com Ocimar Bim, 1 com membro das comunidades

quilombolas, 5 com gestores considerados como representantes locais e 2 com agricultores.

A análise foi baseada em uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Richardson (2007), vem sendo utilizada em pesquisas complexas ou particulares, com o intuito de descrever a complexidade vislumbrada, servindo, também, para analisar a interação existente entre determinadas variáveis, contribuindo para a promoção de mudanças em um determinado grupo, bem como para compreensão dos processos dinâmicos existentes nos grupos sociais.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 16), a pesquisa qualitativa contempla estudos que são “[...] ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”. Conforme os autores, trata-se de dados que normalmente são recolhidos a partir de contextos naturais, sem que se levante ou tente medir variáveis ou comprovar hipóteses, buscando evidenciar as várias perspectivas dos sujeitos, bem como os fenômenos contemplados em sua complexidade (Bogdan; Biklen, 1994).

A pesquisa qualitativa foi escolhida por utilizar-se de concepções mais filosóficas do que o viés quantitativo. No método qualitativo a análise de dados é indutiva e caracteriza os pesquisadores como criadores de seus próprios padrões, categorias e temas de baixo para cima, organizando os dados em unidades de informação cada vez mais abstratas.

Ressalta-se que a análise foi feita a partir de uma triangulação dos resultados do levantamento documental, das entrevistas e das pesquisas já realizadas sobre o assunto. De acordo com Marcondes e Brisola (2014), a análise por triangulação de métodos permite que o pesquisador amplie o universo informacional em torno do seu objeto de pesquisa, favorecendo uma visão de totalidade do mesmo, com os resultados sendo articulados dialeticamente com os dados teóricos descritos no decorrer da pesquisa.

Para melhor entendimento deste estudo, esta tese está estruturada em seis capítulos. A tese inicia com a Introdução, que apresenta o tema e a relevância do estudo, contextualizando o objeto de pesquisa. Em seguida, o capítulo 2 aborda a Teoria dos Bens Comuns e o Desenvolvimento Sustentável, explorando a teoria de Elinor Ostrom, os conflitos de interesse e a regulamentação da proteção ambiental no Brasil. Também discute o desenvolvimento sustentável e território, finalizando com uma revisão de estudos baseados na teoria dos bens comuns.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata do Vale do Ribeira e a criação do MOJAC. Nele, há uma caracterização do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira, explorando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e os atores sociais envolvidos, como quilombolas, indígenas e agricultores, além da formação histórica do Estado e dos municípios.

O quarto capítulo foca na Governança dos Bens Comuns no Mosaico Jacupiranga/Vale do Ribeira, analisando a perspectiva de desenvolvimento sustentável na região, conflitos fundiários, a recategorização do território e a regularização fundiária das comunidades quilombolas. Também discute a qualidade de vida no Vale do Ribeira. O capítulo foi desenvolvido com base na triangulação de resultados.

O quinto capítulo também foi desenvolvido com base na triangulação de resultados, sendo propostas estratégias de desenvolvimento para a governança dos bens comuns no Mosaico do Jacupiranga/Vale do Ribeira, discutindo elementos-chave como limites claros, regras adequadas ao contexto local, congruência entre regras locais e mais amplas, monitoramento eficaz, sanções proporcionais, resolução de conflitos, autonomia local e relações com outras entidades.

Finalmente, o sexto capítulo apresenta as considerações finais do trabalho. Nesta seção, são resumidos os principais achados da pesquisa e suas implicações, além de possíveis recomendações para futuros estudos ou ações relacionadas ao tema.

2 A TEORIA DOS BENS COMUNS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste capítulo foi realizada uma análise da Teoria dos Bens Comuns de Elinor Ostrom, explorando os conceitos e princípios fundamentais dessa teoria, que envolvem a gestão de recursos compartilhados. A primeira seção aborda a Teoria dos Bens Comuns de Elinor Ostrom, explicando suas principais premissas, como a gestão comunitária de recursos, o papel das regras locais e a importância da cooperação entre os atores envolvidos para a preservação dos bens comuns. O foco é demonstrar como essa abordagem oferece uma alternativa às soluções tradicionais de privatização ou controle estatal absoluto, propondo a autogestão como modelo eficaz para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, foram tratados os conflitos de interesse que surgem na gestão dos bens comuns, destacando os desafios inerentes ao compartilhamento de recursos entre diferentes grupos sociais, como agricultores, comunidades indígenas e quilombolas. São analisados os diferentes interesses que, muitas vezes, se chocam, especialmente em áreas de proteção ambiental, levando à necessidade de mediação e criação de mecanismos para resolução desses conflitos.

A terceira seção aborda a regulamentação da proteção ambiental no Brasil, contextualizando as políticas públicas que moldaram a situação atual de preservação ambiental no país. Analisamos o arcabouço legal e institucional voltado para a proteção dos bens comuns, com destaque para a legislação ambiental e suas implicações práticas nas Unidades de Conservação (Ucs).

O desenvolvimento sustentável e sua relação com o território é o tema da quarta seção, que explora a interdependência entre o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. O foco está em discutir como a gestão dos bens comuns pode contribuir para uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental.

A quinta seção traz uma análise de Estudos com Base na Teoria dos Bens Comuns, apresentando pesquisas relevantes que aplicam os princípios de Ostrom em diferentes contextos, especialmente em áreas de conservação ambiental e comunidades tradicionais. Essa revisão da literatura teve como finalidade situar a presente pesquisa dentro de um panorama mais amplo de investigações sobre a governança de recursos comuns.

O capítulo é concluído na sexta seção, onde se sintetizam os principais pontos discutidos ao longo das seções anteriores, ressaltando como a aplicação da teoria dos bens comuns pode contribuir para a criação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, particularmente nas áreas protegidas.

2.1 Teoria dos Bens Comuns de Elinor Ostrom

A economista e cientista política Elinor Ostrom desenvolveu a *Common Pool Resource Theory* (CPR) ou Teoria do Bem Comum a partir do estudo de casos empíricos e questões no trabalho de Garret Hardin, *The Tragedy of the Commons*. Em 1990, Ostrom coletou relatórios empíricos de diferentes locais ao redor do mundo e escreveu o livro *Governing the Commons*. A proposta de Ostrom (1990) era entender a governança econômica dos bens comuns autogeridos pelas comunidades.

O problema de pesquisa que orientou Ostrom (1990) ao longo de seu trabalho sobre a autogestão dos bens comuns e em *Governing the Commons* em particular foi como as pessoas regulam e monitoram a gestão do uso de bens que pertencem a todos, mas não eram propriedade de ninguém. Com base nesse trabalho, em 2009, Elinor Ostrom recebeu o Prêmio Nobel de Economia.

Em suma, Elinor Ostrom dedicou-se a analisar a autogestão de comunidades que possuíam regras e normas para a gestão de água, pastagens, florestas, fauna, entre outros bens comuns. A autora, cujo foco de trabalho tem reunido a economia e a ciência política, explica em sua obra que bens comuns são bens considerados finitos, escassos e que quando usados por um indivíduo subtrai o valor disponível para esse ativo a ser usado por outros indivíduos.

Elinor Ostrom parte do conceito de bem comum baseado em questões de exclusão e rivalidade, sublinha suas características situacionais e, finalmente, define o conceito de CPR como “um recurso natural que é grande o suficiente e, portanto, torna cara a exclusão de potenciais beneficiários de obter benefícios de seu uso (embora não impossível)” (OSTROM, 1990, p. 30). Com base neste conceito, algumas distinções devem ser feitas com relação ao meio ambiente (fonte natural de bens) em uma situação de CPR, definindo claramente duas partes do objeto, o sistema de origem e as unidades de origem:

- a) O Sistema de origem produzirá um fluxo de unidades para o beneficiário. Exemplos são: cardumes de peixes, rios, lagos, oceanos, bacias subterrâneas,

pastagens públicas, áreas da União na região amazônica (áreas desocupadas com atividade constante de “grileiros” – nas áreas já destinadas à proteção ambiental), ou em situações antrópicas, como pontes, valas de irrigação, estacionamentos, computadores *mainframe*.

b) As unidades da fonte são aquelas que cada beneficiário utiliza: toneladas de peixes, metros cúbicos de água de rios, canais de irrigação, poços artesianos, estacionamento, espaço de ponte, bytes de *mainframe* ou, pensando no problema da poluição, a quantidade de carga biológica que deve ser absorvida pelo corpo d’água.

Essa distinção é fundamental para a gestão eficaz dos recursos em situações de CPR, pois ajuda a identificar não apenas a fonte do recurso, mas também como esse recurso é dividido e usado por diferentes beneficiários. Isso é particularmente relevante quando se trata de evitar a sobre-exploração ou a exaustão do recurso, uma vez que, se não houver regras e regulamentações adequadas, os beneficiários podem esgotar o recurso em detrimento dos outros.

Entende-se que os CPRs são recursos compartilhados, tanto naturais quanto humanos, como aquíferos, florestas, computadores *mainframe*. Eles geram unidades de recursos, como água, madeira e informações digitais, e quando essas unidades são valiosas e usadas por muitos, a exploração desregulamentada pode causar problemas, incluindo esgotamento de recursos e destruição, especialmente em recursos não renováveis, como o petróleo. Portanto, a gestão adequada dos CPRs é essencial para evitar sua superexploração e preservação (OSTROM, 2002).

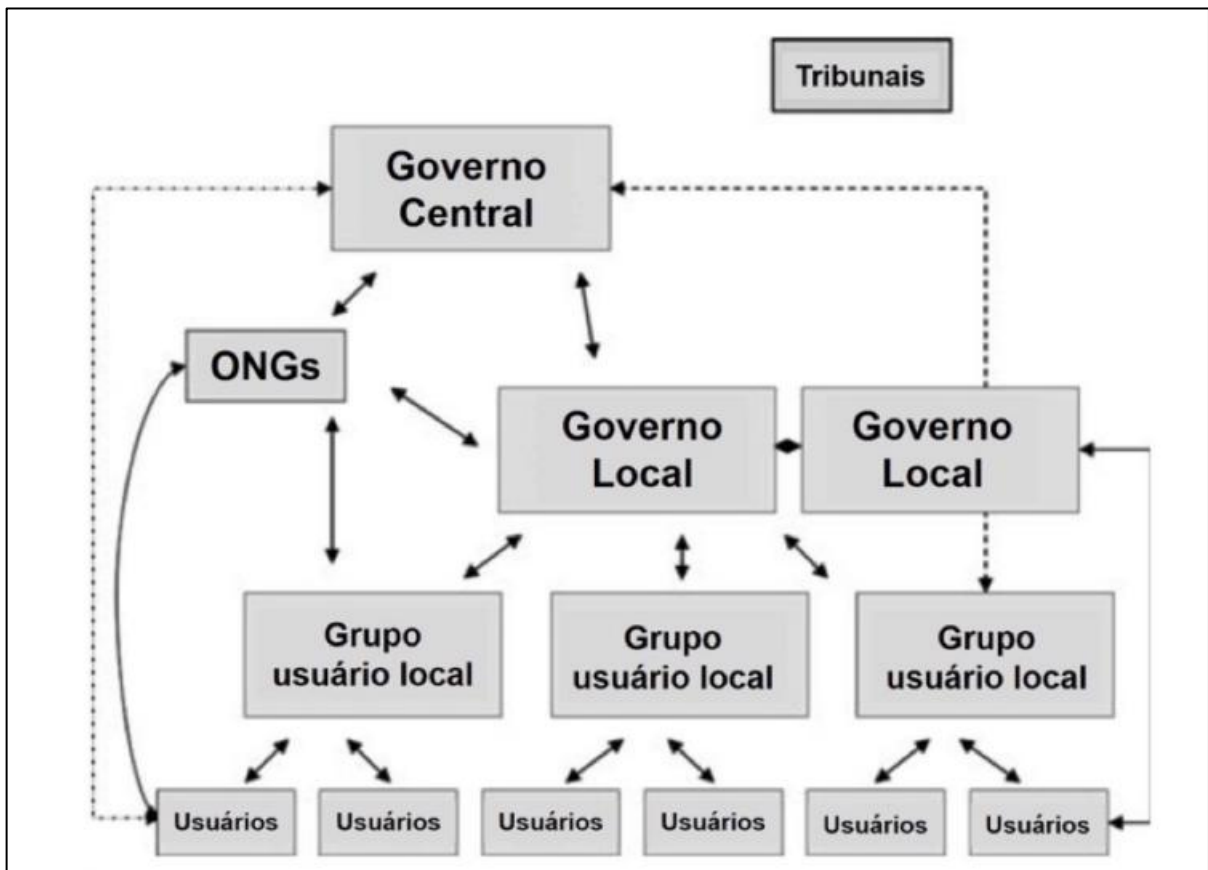
De acordo com Ostrom (2002), existem CPRs mais complexos do que a teoria básica que envolve a apropriação homogênea de um tipo de unidade de recurso de um sistema que gera um fluxo previsível de unidades. Estudos de caso mostram que, em uma variedade de configurações, as pessoas que dependem de CPRs conseguiram alcançar resultados muito melhores do que o previsto pela teoria convencional.

Os sistemas de irrigação de pequeno a médio porte são um bom exemplo disso, e estudos recentes no Nepal destacam uma diferença substancial no desempenho entre sistemas de propriedade e governança dos próprios agricultores e aqueles operados pelo governo nacional. A autora sugere que, quando os agricultores têm autoridade para criar suas próprias associações de água, construir e manter seus

sistemas e fazer cumprir suas regras, o desempenho geral é melhor, mesmo em comunidades com terras pequenas e recursos limitados (Ostrom, 2002).

No texto de Mansbridge (2014), é destacado que Elinor Ostrom não considerava a ação estatal como contraproducente para o conhecimento local e a organização eficaz. Pelo contrário, ela argumentava que, em muitos casos, a ação estatal em níveis mais elevados era necessária para resolver problemas complexos relacionados a recursos comuns. O conceito central de “poli-centrismo” de Ostrom sugere que grupos locais de tomada de decisão devem estar integrados em estruturas estatais em níveis superiores, permitindo que essas estruturas superiores forneçam coerção e recursos que tornem a negociação local mais eficiente (Figura 1).

Figura 1 – Sistema policêntrico de governança de recursos naturais



Fonte: Dias (2018).

Ribeiro (2022) explora a abordagem policêntrica e a governança multinível no contexto das mudanças climáticas globais, fundamentando-se na posição de Ostrom. A abordagem policêntrica questiona a ideia de que o nível global é o único *locus* adequado de ação para enfrentar as mudanças climáticas globais, sugerindo que

todos os níveis de governança devem referir-se a regras gerais abrangentes. Vantagens dessa abordagem incluem experimentação e aprendizado, enquanto limitações envolvem problemas como o *free-riding* e a medição de custos e benefícios.

A pesquisa de Ribeiro (2022) destaca que muitos representantes governamentais subnacionais brasileiros enfatizam o papel dos atores subnacionais na governança climática global. Contudo, a distinção entre abordagens policêntricas e multinível não implica que a mudança climática global seja puramente uma questão de governança policêntrica ou multinível. Para os atores governamentais subnacionais brasileiros, a arquitetura da governança é percebida como predominantemente multinível, o que reduz a sobreposição de jurisdições devido às fronteiras de autoridades mais rígidas, limitando as responsabilidades de cada nível conforme os conceitos de federalismo climático e paradiplomacia.

Ostrom (2002) enfatiza que os próprios usuários devem criar associações para compartilhar informações e buscar maneiras de aumentar o fluxo de benefícios de recursos locais de forma sustentável, além de reduzir os custos de monitoramento e sanções. Isso requer a incorporação de conhecimento cultural e local na criação de instituições inovadoras que se adequem às condições locais.

Importante mencionar que Ostrom (1990), por meio de estudos de casos de gestão bem-sucedida de bens comuns e com vistas a guiar a governança de recursos compartilhados de forma sustentável, traçou oito princípios, os quais estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Princípios orientadores dos bens comuns

Demarcação de Fronteiras Claras	Definir claramente os limites do recurso comum e quem são os membros do grupo de usuários.
Congruência entre Regras e Condições Locais	As regras de uso do recurso devem ser apropriadas para as características locais do recurso e das comunidades envolvidas.
Participação Decisória Coletiva	Permitir que todos os afetados pela gestão do recurso participem na tomada de decisões sobre as regras de uso.
Monitoramento pelos Usuários ou por Autoridades Responsáveis	Os usuários ou entidades responsáveis devem monitorar o cumprimento das regras e as condições do recurso.
Sanções Graduadas	As sanções para aqueles que não cumprem as regras devem ser proporcionais à gravidade da infração e aplicadas de forma justa.
Mecanismos de Resolução de Conflitos Acessíveis	Deve haver mecanismos acessíveis para resolver conflitos relacionados ao uso do recurso.
Reconhecimento dos Direitos Locais para Organizar	Os usuários devem ter o reconhecimento de seus direitos para organizar e definir suas próprias instituições de gestão.
Níveis Múltiplos de Governança dentro de um sistema mais amplo	Em casos de recursos que fazem parte de sistemas maiores, deve haver múltiplos níveis de governança que permitam a adaptação das regras locais às condições globais ou regionais.

Fonte: Ostrom (1990).

Esses princípios oferecem uma estrutura valiosa para entender como os recursos compartilhados podem ser gerenciados de forma sustentável. Em conjunto, eles oferecem um guia abrangente para promover a gestão responsável e sustentável de recursos compartilhados em diversas comunidades e contextos, enfatizando a importância da confiança, cooperação e adaptação às mudanças ambientais e sociais.

A teoria de Ostrom, de acordo com Mansbridge (2014), menciona quatro papéis cruciais do estado em um sistema policêntrico. Primeiro, o estado pode ameaçar impor uma solução se as partes locais não conseguirem chegar a um acordo. Segundo, pode fornecer informações imparciais para mitigar preconceitos egoístas em relação aos fatos relevantes. Terceiro, o estado pode oferecer uma arena para negociação que facilita acordos de baixo custo e executáveis. Quarto, pode ajudar a monitorar a conformidade e sancionar a deserção durante a implementação.

Além disso, Mansbridge (2014) ressalta a importância de considerar o nível internacional, onde não existe um estado único. Problemas globais, como o aquecimento global, exigem a construção de instituições abrangentes para desempenhar essas funções estatais, enquanto ainda se preserva o conhecimento local e o compromisso dos participantes, facilitando sistemas de cooperação eficazes e legítimos.

Desde 1990, houve uma expansão notável no escopo do estudo dos bens comuns. Além de se concentrar na agricultura, agora abrange sistemas socioecológicos complexos e questões de interesse global. Os ecossistemas globais, como os oceanos, também são objeto de análise para governança sustentável. Surgiram também estudos sobre bens comuns dependentes de tecnologia, como o espectro de rádio e a internet, bem como a ideia de conhecimento compartilhado (Berge; Laerhoven, 2011).

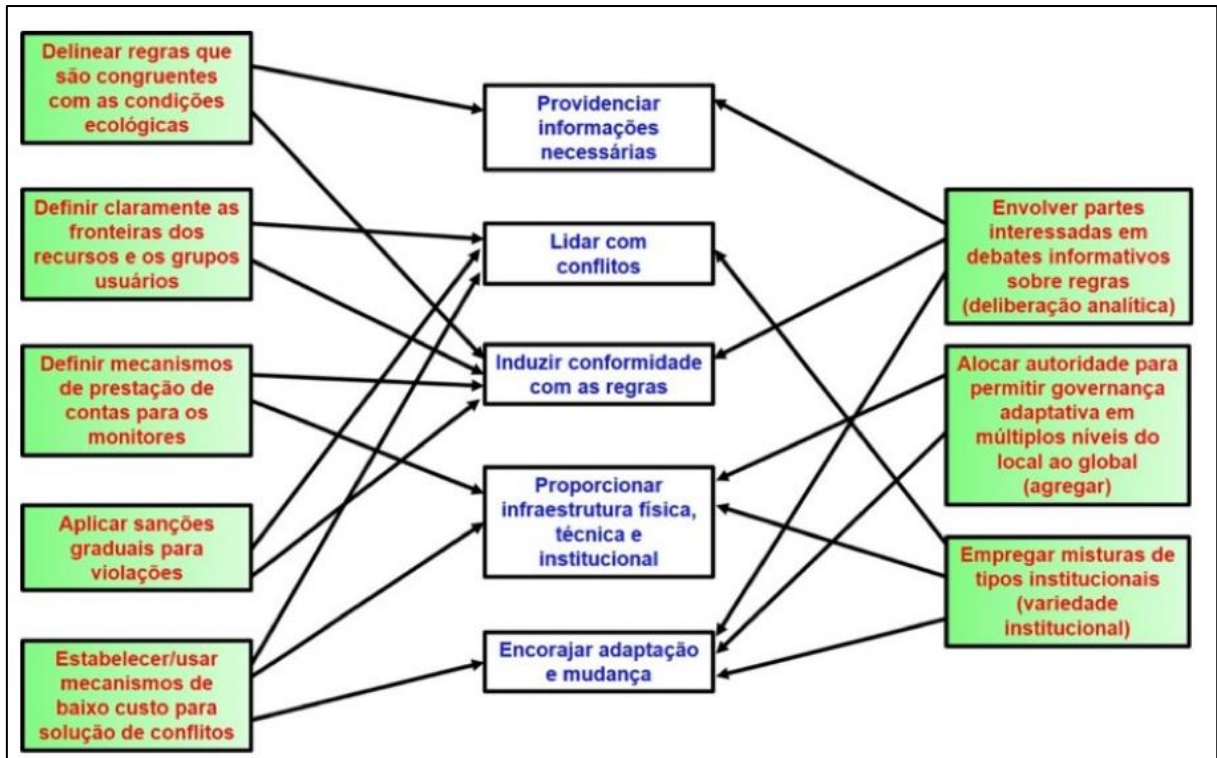
Em laboratórios, investiga-se os fundamentos psicológicos por trás dos regimes de governança, incluindo como a comunicação face a face afeta a cooperação, confiança e ação coletiva em comparação com a comunicação mediada por computador. Também se examina como intervenções centralizadas tendem a influenciar a reciprocidade, o automonitoramento local e o cumprimento das regras em comunidades que gerenciam bens comuns. Essa ampliação do escopo reflete a crescente relevância e complexidade do estudo dos bens comuns na compreensão de questões socioeconômicas e ambientais contemporâneas (Berge; Laerhoven, 2011).

À medida que as interações entre comunidades locais e a sociedade em geral aumentam, a gestão bem-sucedida dos bens comuns precisa se adaptar às diferentes circunstâncias e contextos ecológicos e culturais. Os estudos sobre bens comuns ao longo das últimas quatro décadas têm revelado uma grande diversidade de instituições que regulam a exploração desses recursos (Berge; Laerhoven, 2011).

É importante notar que diversidade não significa necessariamente complexidade, e complexidade não é sinônimo de caos. A complexidade está relacionada à interconexão de elementos em um sistema, portanto a complexidade não envolve elementos isolados e estudáveis independentemente (Berge; Laerhoven, 2011). Explica-se que, segundo Dias (2018), a governança adaptativa a sistemas complexos deve atender a vários requisitos. Primeiramente, é essencial fornecer

informações detalhadas sobre os estoques, fluxos e processos dos recursos, além das interações entre humanos e o Sistema Socioecológico (SES) (Figura 2).

Figura 2 – Princípios gerais para uma governança policêntrica robusta



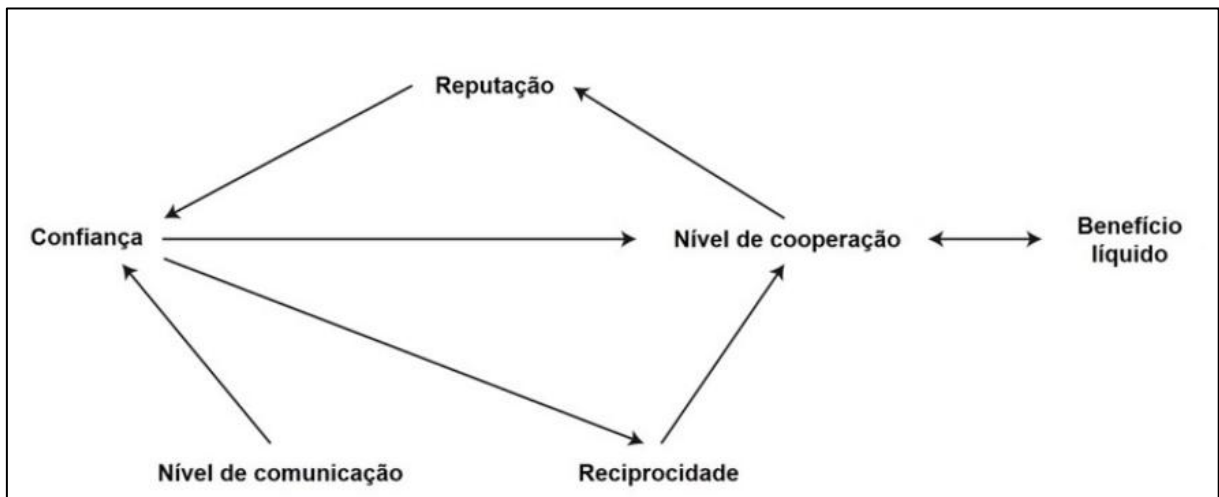
Fonte: Dias (2018).

Essas informações precisam ser adequadas em conteúdo e tempo, incluindo valores e incertezas. Instituições para resolução de conflitos são fundamentais, devido às possíveis diferenças significativas de valores e poder entre as partes interessadas. As regras devem ser geralmente seguidas e as sanções devem começar de forma moderada, aumentando em severidade conforme a reincidência das infrações. Além disso, é necessário prover infraestrutura adequada. Acima de tudo, as instituições precisam estar preparadas para mudanças, mantendo uma variedade institucional significativa (Dias, 2018).

A complexidade começa com a diversidade do ecossistema que produz o recurso e é agravada pela complexidade da cultura que desenvolve práticas de exploração. Tanto ecossistemas quanto culturas são complexos, tornando suas trajetórias na história não ergódicas (Berge; Laerhoven, 2011). Lidar com essa dupla complexidade requer cautela na concepção de regimes de governança para acomodar a diversidade.

O conceito de confiança desempenhou um papel fundamental na teoria dos bens comuns, conforme destacado por Ostrom (1998). Geralmente, acredita-se que a confiança sustenta a cooperação e facilita a troca de informações por meio da aprendizagem social (Figura 3).

Figura 3 – Relações centrais em dilemas sociais repetitivos



Fonte: Dias (2018).

Ostrom (2005) enfatiza que a comunicação face a face é crucial para a construção de confiança, definida como a intenção de aceitar vulnerabilidade baseada em expectativas positivas sobre o outro. A confiança tem uma base biológica evolutiva que se alimenta da cooperação, com três condições básicas para o altruísmo mútuo: a ação inicial é custosa, existe um intervalo de tempo entre dar e receber, e há a expectativa de um benefício futuro igual ou maior. No entanto, as ferramentas analíticas e o contexto empírico em que a confiança foi estudada até aquele momento não conseguiram abordar completamente a crescente complexidade das questões relacionadas à governança de bens comuns.

Dessa forma, a teoria dos bens comuns de Elinor Ostrom, ao abordar a complexidade inerente aos sistemas socioecológicos e culturais, oferece uma visão robusta para a governança desses recursos, destacando a importância de uma abordagem adaptativa e policêntrica. Ostrom reconhece que a confiança é um pilar essencial na gestão de bens comuns, facilitando a cooperação e a aprendizagem social, elementos cruciais para enfrentar os desafios impostos pela complexidade. Embora a teoria tenha enfrentado críticas por introduzir complexidade, é justamente essa abordagem que permite uma gestão mais eficaz e resiliente dos recursos

comuns, adaptando-se às particularidades de cada contexto e promovendo a sustentabilidade a longo prazo.

2.2 Conflitos de interesse

Ao abordar o gerenciamento de bens comuns, Poteete, Janssen e Ostrom (2012) destacam a presença de um dilema social na ação coletiva. Isso ocorre devido à tendência de cada indivíduo em agir racionalmente para minimizar seus próprios custos, muitas vezes esperando que outros contribuam mais. Esse fenômeno é identificado por Olson (2002) como parasitismo (*free rider*) e pode ser observado em situações onde organizações horizontais, diversificadas e de grande porte podem, inadvertidamente, ter um impacto prejudicial na economia. Elas frequentemente atuam como grupos de pressão que priorizam suas próprias políticas em detrimento do bem-estar da sociedade em geral.

Segundo Consentino (2017), os dilemas sociais descritos por Ostrom envolvem um conflito evidente entre a racionalidade individual, que busca o benefício próprio a curto prazo, e a escolha dos melhores recursos disponíveis para o grupo como um todo. Este conflito é central para entender os desafios da cooperação e gestão dos recursos comuns.

É igualmente relevante considerar, conforme argumentado por Chang (2006), que as interações humanas não são permanentes e que as instituições não permanecem estáticas. Portanto, ao lidar com a complexidade das instituições em diferentes países, é essencial levar em consideração dois aspectos: i) a relação entre cultura e instituições, reconhecendo que diferentes tradições culturais podem gerar mudanças significativas no desenvolvimento e, conseqüentemente, influenciar as instituições; ii) a influência da agência humana na transformação das instituições. Isso implica que as instituições não são entidades imutáveis, mas sim moldadas e alteradas pela ação dos seres humanos.

O principal argumento de Ostrom (1990) sobre os conflitos de interesse era que o conflito e a destruição não são as únicas alternativas disponíveis para as sociedades humanas quando se deparam com divergências na gestão de bens comuns, como recursos naturais. Em vez disso, ela defendia que a cooperação entre os envolvidos poderia levar a soluções mutuamente benéficas.

Sad (2018) aborda os conflitos de interesse, definindo-os como disputas entre dois ou mais atores com interesses divergentes. Esses conflitos têm uma longa tradição na sociedade humana e são objeto de estudo em diversos campos do conhecimento. No contexto socioambiental, os conflitos surgem da sobreposição de questões ambientais com problemas sociais, como impactos sobre comunidades indígenas ou tradicionais. Eles envolvem disputas pelo controle de recursos naturais e pelo uso da natureza, muitas vezes decorrentes de diferentes ideologias e modos de vida dos envolvidos. Grandes empreendimentos industriais próximos a áreas naturais geram conflitos ao interferir no uso do solo e na subsistência de populações locais, como pescadores artesanais. Esses conflitos tendem a se intensificar com programas de crescimento econômico, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

Elinor Ostrom (1990) também salientava a importância de permitir que as comunidades locais desenvolvessem suas próprias regras e práticas para a gestão desses recursos, em vez de impor regulamentações externas. Ela argumentava que as regras locais eram mais eficazes porque refletiam as necessidades e as realidades específicas de cada comunidade.

A comunicação de informações é fundamental para alcançar a cooperação. Consentino (2017) ressalta três modalidades essenciais de comunicação: as normas compartilhadas entre os atores; os custos e benefícios associados ao estabelecimento dessas normas; o impacto dessas normas na arena onde os custos e benefícios são processados para criar regras que orientam a cooperação. Essas regras são dinâmicas e podem ser alteradas ou mantidas conforme o necessário. Além disso, Ostrom (2014) sublinha a importância de ativos como a reputação, a confiança e a reciprocidade para a cooperação eficaz em pequenos grupos. Esses elementos são cruciais para que os indivíduos superem a racionalidade individual de curto prazo e trabalhem em prol do benefício coletivo a longo prazo.

É ainda mais importante considerar os esforços individuais na organização e governança de bens comuns, como enfatizado por Ostrom (2014), uma vez que esses esforços permitem a resolução de dilemas sociais, como a sobre-exploração de recursos comuns, como pastagens abertas, sistemas hidrológicos, pesqueiros, entre outros. Por exemplo, quando os participantes não cooperam, fica evidente que o cumprimento das regras é vital. Primeiramente, é necessária uma governança local

de recursos de uso comum e arranjos institucionais para a gestão de sistemas sob uma abordagem coletiva, promovendo a auto-organização dos participantes.

Ostrom (1990) enfatizava que a construção de instituições eficazes desempenhava um papel fundamental na resolução de conflitos de interesse. Isso envolvia a criação de sistemas de monitoramento, fiscalização e sanções que ajudassem a garantir o cumprimento das regras e a resolução de disputas. A confiança também era um elemento crucial em seu trabalho. A autora argumentava que a confiança entre os membros de uma comunidade era essencial para manter o cumprimento das regras e a cooperação contínua. E ainda enfatizava a importância da flexibilidade e da adaptação. Para lidar com os desafios em constante mudança, as regras e práticas para a gestão de recursos comuns precisavam ser flexíveis e capazes de se ajustar às novas condições e necessidades.

De acordo com Berge e Laerhoven (2011), muitas questões de sustentabilidade envolvem conflitos sobre informações, incluindo a definição do problema, suas causas e soluções adequadas. A ação correta depende da confiabilidade das informações sobre o comportamento dos atores sociais e sobre os recursos em questão. Os usuários de bens comuns precisam confiar em informações obtidas de outras fontes na arena de ação e devem avaliar a confiabilidade dessas fontes.

Os conflitos relacionados à gestão dos bens comuns não se limitam a uma questão técnica, mas se apresentam como uma questão gerencial, social, ambiental, cultural e política. Quanto à questão ambiental dos bens comuns, trata-se de um dos problemas mais desafiadores e preocupantes enfrentados atualmente. Esse problema é físico, pois o equilíbrio sistêmico é ameaçado pelo efeito agressivo e devastador de algumas práticas humanas, gerando tensões, incertezas, conflitos, dúvidas e controvérsias. De fato, Elinor Ostrom (1990) é um dos principais nomes do neoinstitucionalismo ambiental e a principal intérprete da tragédia proposta por Hardin.

A autora amplia o conceito de “tragédia dos comuns” para além dos cálculos quantitativos, como já sugerido por Bell (1972), colocando o estudo da tragédia iminente à luz das ciências sociais. Para isso ela coloca o conceito de Hardin como um de seus três pilares na discussão do bem comum. Dois outros conceitos se somam então à ideia de Hardin, geralmente interpretados como oriundos das ideias neoinstitucionalistas: o dilema do prisioneiro e a lógica da ação coletiva de Olson (Ostrom, 1990). Com esses outros dois conceitos, a discussão da “tragédia do bem

comum” avança pelo neoinstitucionalismo, com a identificação de dois aspectos específicos da propriedade propensos à tragédia: o objeto e o(s) sujeito(s).

Obeng-Odoom (2016) faz uma avaliação crítica do trabalho de Elinor Ostrom, e argumenta que, embora seu trabalho tenha convencido os economistas convencionais de que a governança coletiva dos bens comuns pode superar os problemas de “tragédia dos comuns” e “carona grátis”, ele carece de um conceito de justiça. Ele aponta que a ideia de direitos de Ostrom é extremamente limitada e muitas vezes está ligada à noção de direitos conjuntos, em vez de igualitários.

Obeng-Odoom (2016) também critica o fato de que, para Ostrom, a noção de bens comuns é separatista socialmente e não ecológica. Ele argumenta que Ostrom usa exemplos históricos sem analisar como a posse comum historicamente evoluiu e foi minada por forças externas. Portanto, ele afirma que a proposta de ação coletiva de Ostrom para salvar os bens comuns na verdade acelera as ameaças reais aos bens comuns.

O objeto é o ambiente, finito e comum. Os sujeitos são todos aqueles que atuam sobre o meio ambiente, direta ou indiretamente. Os sujeitos, diante de uma situação propensa à tragédia, terão um comportamento que pode ser analisado pela teoria dos jogos ou pela lógica da ação coletiva, onde a cooperação pode fazê-los evitar a tragédia.

Ramunno (2019) apresenta uma visão mais otimista sobre a governança dos bens comuns baseada nas teorias de Ostrom. Ele destaca a importância da ação coletiva, dos acordos paralelos, e das capacidades das comunidades de auto-organização para evitar a tragédia dos comuns. Para o autor, com uma governança adequada, os recursos comuns podem ser usados de maneira racional e sustentável, desafiando a perspectiva fatalista de Hardin e a visão cética de Olson sobre a cooperação humana.

Nesse contexto, os comuns adquirem, assim, um caráter situacional. Ostrom (1992) estende o conceito chamando esses bens comuns ambientais em situações de CPR ou CPR *situation*, que, traduzido aproximadamente, poderia ser chamado de situações de fontes com acesso comum. Com a abordagem institucional, identifica-se um ponto importante nessa situação, à alternativa da ação coletiva como meio prático para evitar a tragédia, divergente das alternativas de ação usualmente empregadas e já descritas: privatização do bem ou ação governamental.

Ostrom (1992) apresenta uma abordagem para o design de instituições de irrigação. De acordo com a autora, isso ocorre porque o fornecimento e o uso da água envolvem atividades complexas e interrelacionadas. Ela destaca que um sistema de irrigação autogerido por um segmento da sociedade, que se governa em seu próprio benefício, permite o design e ajuste ao longo do tempo de regras e normas que aumentem a eficiência e sustentabilidade do sistema, com a participação ativa dos atores envolvidos.

Dentro da escola alemã, a tragédia dos comuns é considerada um dos temas centrais, muitas vezes colocada como um dilema do prisioneiro coletivo, apresentada como *Allmende Dilemma* ou *Tragik der Allmende*, onde *Allmende* tem o mesmo significado que o *Pasture Common*, o pasto comum. Como textos básicos da sociologia ambiental alemã que tratam desse tema, destacam-se os trabalhos de Diekmann e Preisendörfer (2001), Frey e Bohnet (1996) e Mosler e Gutscher (1996). Um segundo ramo junta-se ao que foi chamado Quadro de Desenvolvimento e Análise Institucional (DAI).

Em alguns casos, concentra-se em problemas ambientais específicos, como problemas costeiros, combinados com abordagens ecológicas como “Gestão Baseada em Ecossistemas” (Imperial, 1999), para analisar a gestão dos problemas ambientais de uma região. Essa ramificação do tema e o aprofundamento da DAI podem até levar ao questionamento se a análise das situações de CPR é um caso específico de DAI, pois em alguns textos sobre CPR já se percebe o surgimento como base de tal estudo.

Pérez (2014) destaca que as políticas públicas que lidam com os grandes problemas ambientais contemporâneos muitas vezes se baseiam em suposições sobre Estados e mercados considerados instituições ideais, que na realidade não existem. Embora essas propostas raramente se concretizem, elas predominam nas políticas públicas nacionais e globais. A visão do Estado como uma panaceia na gestão dos bens comuns superestima sua capacidade de construir propostas viáveis e legítimas em contextos diversos, e a ação burocrática é considerada sempre legítima e de baixo custo.

Por outro lado, a ênfase nos mercados e na privatização como orientadores da vida social ignora os custos sociais e a desigualdade associada à privatização dos recursos comuns e dos bens públicos. Alguns dos principais pontos aprendidos com a longa experiência de pesquisa de Elinor Ostrom incluem: as limitações das soluções

universais e a insuficiência da dicotomia Estados/mercados, a necessidade de presença e investimento local na proteção dos sistemas e recursos naturais, o potencial do reconhecimento de direitos locais como geradores de incentivos para a sustentabilidade e visões de longo prazo, a necessidade de coerência das regras com as condições socioecológicas e as dificuldades decorrentes da incerteza, assimetrias entre atores e falta de confiança nas relações transescalares que caracterizam os bens públicos nacionais e globais. Além disso, os sistemas policêntricos são mais capazes de responder às complexidades dos sistemas socioambientais aninhados (Pérez, 2014).

Uma situação de CPR permite a caracterização de dois tipos de atores (sujeitos) diferenciados por suas ações sobre a fonte natural, os apropriadores e os credores. Ambos são sujeitos, porém, com papéis diferentes. Os primeiros simplesmente se apropriam das unidades de origem. Os vendedores, por outro lado, fornecem os meios para essa alocação, por exemplo, fornecendo a infraestrutura ou regulando a atividade, criando assim a situação de CPR. A racionalidade e as ações e decisões de ambos são fundamentais para a tragédia ou não de uma CPR, pois, lembrando, a característica central desta é a extratabilidade (o que a diferencia de um bem público puro e a torna finita).

E assim, como um fraudador bloqueia as unidades do outro da fonte, retirando-as do sistema, pode ou não causar a tragédia. E, da mesma forma, sendo os fornecedores os responsáveis pela estrutura, podem, por omissão ou falta de informação, permitir a tragédia dos estelionatários. A melhor análise dos três pontos-chave de uma situação de CPR, durabilidade, mudança institucional e suas falhas é feita através de exemplos práticos, onde ocorre a autogestão de uma fonte. A durabilidade da ação coletiva em uma situação de CPR é analisada através de casos como pescadores em Anlaya (Turquia), alguns campos e florestas nos Alpes (Suíça) e Japão, e sistemas de canais de irrigação na Espanha e nas Filipinas.

Para analisar a mudança institucional, o autor utiliza o exemplo do caso da gestão coletiva de águas subterrâneas na região próxima a Los Angeles, Califórnia (EUA). São analisadas as falhas e fragilidades da ação coletiva em uma situação de CPR, no caso de Anlaya e duas outras regiões pesqueiras que tiveram problemas na autogestão de seus respectivos CPRs. Outros exemplos problemáticos de ação coletiva são: o caso específico de São Bernardino no referido aquífero na Califórnia;

pesca nas regiões da Nova Escócia (Canadá); e o sistema de irrigação no Sri Lanka, todos com problemas de autogestão.

A gestão dos conflitos como proposta por Ostrom foi utilizada na pesquisa realizada por Gain, Ashik-Ur-Rahman e Vafeidis (2019), que demonstrou que a gestão local superou a gestão por agências governamentais em termos de desempenho global do sistema de gestão socioecológico (SES). Essas novas abordagens e o quadro de diagnóstico desenvolvido podem ser úteis nos campos da ciência da sustentabilidade e da ciência do SES.

No entanto, Ostrom (2014) argumenta que as regras específicas associadas ao sucesso ou fracasso variam amplamente entre diferentes contextos. Portanto, ela não advoga por regras específicas para casos de sucesso, mas sim por regras institucionais gerais a longo prazo para a gestão de recursos. Essas regras devem ser baseadas em princípios de design que incluam: i) a definição de limites entre usuários e recursos; ii) a congruência entre as condições locais de apropriação e provisão; iii) a participação coletiva na formulação de regras; iv) o monitoramento dos recursos pelos próprios usuários; v) sanções pelo não cumprimento das regras; vi) mecanismos de resolução de conflitos; vii) o reconhecimento das regras locais pelos governos; e viii) a implementação de múltiplos níveis de governança para sistemas complexos.

No estudo de Gestido e Pastoriza (2022) foram examinados os bancos de pesca e de crustáceos na Galícia, Espanha, à luz do modelo conceitual de Elinor Ostrom sobre a governança de bens comuns. Eles destacam que a atividade econômica conhecida como ‘apanha do marisco a pé’ emprega um número significativo de pessoas na região, com 3.777 trabalhadores em 2019. Essa atividade é notável por ser tradicionalmente realizada por mulheres, representando 70% da mão-de-obra envolvida. Os autores também apontam que as marisqueiras a pé estão organizadas em agrupamentos de marisqueiras, que, por sua vez, fazem parte das associações de pescadores.

Os resultados do estudo indicam que essas entidades na Galícia seguem, em grande parte, os princípios de projeto propostos por Ostrom para a governança de bens comuns. Além disso, os autores concluem que esses princípios de projeto podem ser ferramentas valiosas para a reflexão, diagnóstico e aprimoramento das organizações profissionais que gerenciam recursos comuns. Isso sugere que as diretrizes de Ostrom têm aplicabilidade prática e podem contribuir para o sucesso e a

sustentabilidade de organizações envolvidas na gestão de recursos compartilhados, como os bancos de pesca e de crustáceos na Galícia (GESTIDO; PASTORIZA, 2022).

Sanchez (2020) discute os desafios que a América Latina, e especificamente a Venezuela, enfrentam no que diz respeito à gestão de sistemas de irrigação, governança e institucionalidade relacionados à água. É enfatizada a importância disso, especialmente no setor agroalimentar, que tem uma grande demanda por água em um contexto de oferta hídrica cada vez mais limitada. O autor ressalta que garantir o sucesso a longo prazo desses sistemas não depende apenas de investimentos em infraestrutura, mas também de recursos humanos e instituições eficazes.

Portanto, Sanchez (2020) argumenta que o Estado não deve ser o único ator envolvido na formulação e manutenção das políticas públicas relacionadas à gestão, conservação e distribuição da água e destaca a necessidade de envolver ativamente os usuários desses sistemas e outros stakeholders ligados aos recursos hídricos, como organizações que operam em bacias hidrográficas para manter sistemas sustentáveis, especialmente no setor agrícola.

Os resultados da pesquisa de Azevedo (2013) indicam um caso de sucesso da teoria dos recursos de uso comum de Ostrom na comunidade analisada. Esses resultados reforçam a ideia de que as comunidades têm a capacidade de preservar o meio ambiente em que estão inseridas, mesmo diante das dificuldades edafoclimáticas, sociais e políticas que enfrentam. Nesse sentido, o êxito observado na comunidade estudada pode ser compreendido como a garantia da manutenção do seu modo de vida coletivo no território em que se estabeleceram.

Em suma, a abordagem de Elinor Ostrom sobre a gestão de bens comuns oferece informações para compreender e lidar com desafios complexos relacionados à ação coletiva, justiça, adaptação institucional e sustentabilidade. Seus princípios de projeto e ação institucional destacam a importância da cooperação, da confiança, da flexibilidade e da participação ativa das comunidades na gestão de recursos compartilhados. No entanto, como observado por Sanchez (2020) e Obeng-Odoom (2016), a aplicação desses princípios requer uma consideração cuidadosa das especificidades culturais e institucionais de cada contexto.

A abordagem de Ferreira (2004) sobre os conflitos de interesse no contexto do manejo de recursos naturais e conservação ambiental é multifacetada e abrange várias dimensões que são fundamentais para compreender as complexidades envolvidas na gestão de áreas protegidas e na interação entre diferentes grupos

sociais e instituições. Ferreira (2004) enfatiza a dualidade na percepção e abordagem dos conflitos dentro da sociedade e na gestão ambiental, destacando dois pontos principais: Por um lado, os conflitos são vistos como inerentes aos sistemas sociais, atuando como catalisadores para mudanças, enquanto por outro lado, são considerados perturbações que precisam ser gerenciadas ou mitigadas através do desenvolvimento de estratégias adequadas, sugerindo uma visão mais otimista quanto à possibilidade de harmonização entre os interesses conflitantes.

O estudo de Brito (2018) investigou os conflitos de apropriação e uso dos recursos naturais entre famílias camponesas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola Jatobá, localizado na região da Transamazônica, município de Anapu, Estado do Pará. Os resultados destacaram que os conflitos eram atribuídos a falsos dualismos, como pioneiros-novatos e agricultura-pecuária, que fragmentavam as relações sociais entre os segmentos camponeses. Além disso, evidenciaram que esses conflitos tinham origem em antagonismos entre grupos sociais com diferentes relações com a natureza, resultando em diversas territorializações em construção.

A criação do PDS Virola Jatobá inseriu-se nesse contexto, gerando conflitos não apenas entre posseiros e fazendeiros, mas também entre as próprias famílias camponesas do assentamento. Esses conflitos foram exacerbados por normatizações ambientais que restringiram as práticas produtivas das famílias nas Áreas de Uso Alternativo, diminuindo seu controle sobre o território. O estudo concluiu que os conflitos no PDS Virola Jatobá não puderam ser explicados apenas por dualismos simplificados, mas sim pela complexidade das relações sociais e políticas entre os diferentes atores envolvidos, tanto internos quanto externos ao assentamento (Brito, 2018).

Ferreira (2004) discute a complexidade dos conflitos ambientais no Brasil, onde a ocupação do território e a destinação das áreas de alta biodiversidade a múltiplos usos criaram uma série de conflitos entre diferentes grupos sociais e interesses. Essa realidade é agravada pela formação de demandas sociais por qualidade ambiental, que confere aos ecossistemas um status de reivindicação política por parte de especialistas em conservação e algumas ONGs, e representa um obstáculo para setores como o imobiliário e o industrial. O autor também aponta para a problemática da implementação de Unidades de Conservação (Ucs) no Brasil, que frequentemente não consideraram a legitimidade das ações políticas de conservação nem as necessidades e direitos das coletividades locais. Isso resulta em um processo de

tomada de decisões muitas vezes arbitrário, colocando em confronto os interesses dos moradores das áreas protegidas com as políticas de conservação formuladas sem uma participação efetiva dessas comunidades.

É essencial reconhecer que os conflitos relacionados aos bens comuns são multifacetados e envolvem aspectos técnicos, gerenciais, sociais, ambientais, culturais e políticos. Portanto, a busca por soluções eficazes exige uma abordagem holística e adaptativa, que leve em consideração a diversidade de situações e a necessidade de envolver ativamente os usuários e demais partes interessadas na governança desses recursos.

2.3 Regulamentação da Proteção Ambiental no Brasil

A emergência das manifestações ecológicas, discutidas na Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas de 1972, reflete a visão de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial, e os efeitos sobre os ecossistemas naturais. Esse modelo de crescimento, ao se espalhar pelo mundo, contribui para a intensificação da crise ambiental. Além disso, essa crise também tem implicações sociais, sendo aprofundada pela falta de engajamento efetivo das potências econômicas mundiais.

Ao priorizarem o crescimento econômico, essas nações frequentemente negligenciam a evolução social, o que agrava os problemas ambientais e aumenta as desigualdades sociais. Neste período, segundo Jacob (2003, p. 3), “surtem diversos grupos ambientalistas, que se estruturam no início do processo de liberalização política” e pelo estímulo ambiental da Conferência de Estocolmo de 1972.

Entretanto, a postura brasileira recebia críticas por parte de alguns países desenvolvidos, pela ausência efetiva de normas reguladoras para combater os graves problemas ambientais. As iniciativas ambientais ocuparam durante a década de 1970 e a primeira metade dos anos 1980, uma posição secundária no discurso dos movimentos reivindicatórios pela constituição da cidadania em função de dois fatos principais: o interesse em atender as necessidades básicas do ser humano; e as ações do governo autoritário, que procurava estabelecer estratégias desenvolvimentistas (Diegues, 2008). Assim, a preocupação com a preservação do meio ambiente se deu a partir da década de 1970, quando se criou uma série de exigências às atividades potencialmente poluidoras.

A partir disso, iniciativas começaram a ser realizadas. Um convênio realizado entre a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPLA) e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI), em 1970, deu início à demarcação de terras e distribuição de títulos na região do Vale do Ribeira. No entanto, tal demarcação se tornou um facilitador para aquisição de terras pelos fazendeiros, retirando a posse dos pequenos produtores familiares (Bernini, 2019).

Anos mais tarde, em 1979, o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) desenvolveu o plano de unidade de conservação no país, a partir de um estudo detalhado nas regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades, objetivando, também, rever as categorias de manejo, parques e reservas biológicas (Diegues, 2008).

A circunstância descrita reforça um discurso no qual o sonho desenvolvimentista aparecia como único capaz de contornar os terríveis problemas enfrentados pelo país. Tornou-se cada vez mais claro que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar, tendo em vista que os problemas sociais não foram resolvidos e as graves distorções, como a concentração da renda e da propriedade da terra, se alastraram (Diegues, 2008).

Na década de 1980, com uma maior preocupação ambiental, o governo de São Paulo delineou para o Vale do Ribeira um projeto de integração do desenvolvimento socioeconômico com características culturais e ambientais da região, investindo em melhorias das estradas que dão acesso à região, o que levou à valorização das terras e ao aumento da especulação imobiliária. Como ponto alto da trajetória de construção de aparatos legais voltados ao meio ambiente no país, destaca-se a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), mecanismo recente, mas que estabeleceu eficiente participação dos órgãos e instituições públicas.

Instituída pela Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, a PNMA dispõe sobre os mecanismos e instrumentos de proteção do meio ambiente no Brasil. Nela lê-se que: “Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 2006, p.14). Após cinco anos, em 1986, a Fundação Florestal (FF) foi criada para coordenar a conservação e produção florestal no Estado de São Paulo e para contribuir com o manejo e ampliação das florestas de produção e das Ucs estaduais. A FF é responsável pela gestão de 94 Ucs em São Paulo (MIRA, 2021).

Já no ano de 1989, surgiu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), desse modo os órgãos de proteção do meio ambiente se efetivaram no contexto brasileiro, com o propósito de conservação e para permitir o uso racional dos recursos naturais (Diegues, 2008). No que se refere às estratégias de planejamento na região do Vale do Ribeira, durante a década de 1980, deu-se ênfase em projetos de implementação da infraestrutura com políticas de desenvolvimento de caráter autoritário, tecnocrático e sem muitos vínculos com as demandas locais.

No final da década de 1980 começaram a ocorrer iniciativas de planejamento com inclusão de demandas locais e participação da sociedade civil, contribuindo para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB), do Consórcio para Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) e do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) (Parada, 2018). Durante toda essa década foram observadas iniciativas para aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental. Parte dos ambientalistas começou a atuar no campo político institucional, enquanto outros se profissionalizaram, fortalecendo a aproximação entre o movimento ambientalista e os movimentos sociais (Santos, 2018).

Nos anos 1990 foram promulgadas leis ambientais que restringiam as formas de uso dos recursos da Mata Atlântica. Destacando-se também a criação da Secretaria de Assuntos Fundiários e a Secretaria do Meio Ambiente, privilegiando a implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral (sobretudo parques e estações ecológicas) (Bernini, 2019).

É possível verificar assim que a regulamentação da proteção ambiental no Brasil evoluiu ao longo das décadas, refletindo a crescente conscientização sobre a importância de preservar os ecossistemas naturais diante da expansão do modelo econômico industrial. Inicialmente marcada por uma postura desenvolvimentista que relegava as questões ambientais a um segundo plano, a trajetória regulatória brasileira foi gradualmente incorporando a proteção do meio ambiente como uma prioridade, culminando na criação de importantes marcos legais como a PNMA e a consolidação de órgãos como o IBAMA. No Vale do Ribeira, essas transformações foram particularmente significativas, com iniciativas que começaram a integrar as demandas locais e promover a participação da sociedade civil, sinalizando uma mudança de paradigma rumo a um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

2.4 Desenvolvimento Sustentável e Território

A relação entre desenvolvimento sustentável e território é fundamental para compreender como as ações humanas impactam o meio ambiente e as comunidades que nele vivem. Estudar as diversas concepções de território permite ampliar essa compreensão, ao evitar a limitação de uma visão setorial que confunde crescimento econômico com desenvolvimento. Ao abordar o território sob diferentes perspectivas, evidencia-se a importância de identificar os atores sociais envolvidos e suas respectivas organizações, além de enfatizar a interdependência entre os sistemas sociais e ecológicos (Abramovay, 2012).

Conforme Raffestin (1993), os atores sociais desempenham um papel central na produção do território, influenciando tanto sua estrutura física quanto simbólica. A partir dessa visão, o território pode ser entendido por sua dominância funcional, ou seja, como um recurso com valor de troca, e por sua dominância simbólica, que remete ao valor de uso, como abrigo, lar e segurança. Assim, a gestão territorial voltada para o desenvolvimento sustentável deve reconhecer tanto os aspectos econômicos quanto os afetivos e sociais, equilibrando o uso dos recursos naturais com as necessidades das populações locais.

Diante disso, Haesbaert (2007, p. 59) afirma que as distinções de território se dão de “acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja”. O autor ainda complementa mencionando que “os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, geração, gênero)” (Haesbaert, 2007, p. 59). Ratifica-se nesse ponto que, neste estudo, são esses grupos culturais que são considerados nessa construção do território, considerando de forma mais específica aqueles que têm seu sustento a partir da manifestação de atividades culturais.

Além disso, Haesbaert (2007) aborda o território não apenas como uma dimensão espacial associada à dominação, mas também como um espaço de produção de identidade, subjetividade e simbolismo. O autor explora o território em sua perspectiva multidimensional, onde as dinâmicas de poder e controle se manifestam em diferentes esferas, como as político-jurídicas, econômicas e culturais. Esses processos envolvem também fluxos de pessoas que, ao entrar e sair dos territórios, configuram movimentos de desterritorialização e (re)territorialização. Dessa

forma, o território é continuamente construído e reconstruído, refletindo as interações entre controle, cultura e identidade.

Vale ressaltar que o território “traz a ideia de determinado uso do espaço, consubstanciado em processos de apropriação e de controle, que demarcam áreas geográficas específicas” (Davidovich, 1989, p. 69). Complementarmente, o território pode ser entendido como uma unidade que dimensiona os laços entre pessoas, grupos sociais e instituições, capazes de mobilizar iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico e social. Sobre o assunto, alerta Raffestin (1993):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (Raffestin, 1993, p. 143).

Assim, é possível entender que um território é definido por seus processos históricos e socioespaciais, por isso, é permeado por diferentes concepções. Haesbaert (2007) afirma que os conceitos de território têm envolvido uma concepção materialista, uma idealista e uma integradora.

A concepção materialista relaciona-se às dimensões jurídico-políticas, econômicas e naturalistas (cultural). Na primeira dimensão tem-se a político-jurídica, identificada como Estado-Nação, trata-se da concepção majoritária; na segunda, tem-se a dimensão econômica, envolvendo a relação capital-trabalho, percebida como minoritária; e a dimensão naturalista (cultural), que se caracteriza por ser simbólica e subjetiva, envolvendo a identidade social dos indivíduos com o espaço. Já a segunda concepção, idealista, volta o conceito de território para uma apropriação simbólico do espaço, enquanto construtor de identidade. Destaca-se, ainda, a concepção integradora, que envolve todas as dimensões, com o território sendo concebido por suas relações de poder, multiescalar, híbrido em rede e indissociável da prática dos grupos sociais (Haesbert, 2007; Haesbaert; Limonad, 2007).

O território, portanto, é o resultado da organização das sociedades no uso de sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que evidencia uma relação entre as ciências naturais e sociais (Abramovay, 2012). O homem e o território são vinculados como sujeitos, e não apenas como uma relação sujeito-objeto, respectivamente, assim, “[...] é possível partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce

com a civilização” (Haesbaert; Limonad, 2007, p. 42). Mantendo essa mesma linha de raciocínio, Raffestin (1993) afirma que o território se trata de:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (Raffestin, 1993, p. 144).

Nesse entendimento, verifica-se que os territórios são marcados por relações de poder, assunto tratado de forma mais aprofundada no próximo tópico, porém, não é possível entender o território sem considerar tais relações de poder, com isso, já será possível verificar nos conceitos trazidos essa percepção.

Prosseguindo com o estudo sobre as concepções de território afirma-se que não se deve confundir território e territorialidade, sendo uma construção legal que marca a autoridade exclusiva do Estado sobre seu território, tornando-se o modo dominante de compreensão do território. Apesar dessa diferenciação, seus conceitos estão constantemente ligados um ao outro, desde que não se restrinja o conceito de territorialidade a uma autoridade territorial exclusiva do Estado (Sassen, 2013).

No que diz respeito às territorialidades, é possível ordená-las pelo sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço, podendo se expressar tanto pela lógica reticular, ou seja, em rede, quanto pela lógica areal, expressada em zonas contíguas, onde o espaço é compreendido pelo tempo (Haesbaert, 2007). Para Raffestin (1993), as territorialidades se configuram como um componente do poder, permitindo a compreensão da ligação simbólica dos grupos sociais em seus espaços. Assim, há uma busca em distinguir o espaço por seus ocupantes, tornando-o exclusivo, expresso pela vivência territorial de uma coletividade.

Nesse mesmo sentido, Haesbaert (2007) compreende a territorialidade como uma abstração teórica para ter um sentido efetivo tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado), assim como pela concepção de espaço vivido. Portanto, é possível dizer que territorialidade é um conceito mais amplo que território.

Portanto, a noção de território não é simplesmente de espaço construído ou espaço geográfico (este, mais amplo), implicando também a noção de construção histórica e social. É em torno da própria matriz identitária que um território se constrói, sendo possível a partir disso estabelecer uma relação próxima entre identidade e

desenvolvimento territorial (Anjos; Caldas, 2004; Pollice, 2010). Diante do exposto, é possível dizer que o território possui um conceito amplo, multidimensional, precisando ser compreendido, tanto no sentido material quanto no abstrato, sendo permeado de relações de poder.

Raffestin (1993) ratifica que um território é marcado pelo poder e pela projeção do trabalho humano. De uma forma mais abrangente e crítica, pressupõe-se uma união das dimensões políticas, sociais e ambientais, flexibilizando a noção do território como:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de uma complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre o 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade'), (os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (Souza, 1995, p. 86).

Nesse mesmo sentido, “o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado” (Haesbaert; Limonad, 2007, p. 42). As interfaces somente ocorreram e os seus interesses se tornaram exequíveis, em razão de uma aproximação estrutural entre o domínio estético-simbólico e o domínio econômico-tecnológico (Alves; Couto, 2019).

Tomando como base as concepções de Lefebvre (1986), Haesbaert (2007) afirma que a produção do espaço se dar pela própria dominação e apropriação do espaço, seja ela material ou simbólica. O espaço socialmente produzido também se estabelece com o modo de produção. Nesse sentido:

[...] nessa trama complexa e historicamente mutável de delimitação ou contenção por área e de fluidez ou conexão por redes, podemos distinguir assim lógicas de dominância zonal e de dominância reticular que participam de processos ao mesmo tempo de ordenamento e desordenamento territorial. Ambas, portanto, podem ter efeitos contraditórios, redefinindo fixações e desenraizamentos, inclusões e exclusões, confinamentos e expansões, continuidades e descontinuidades (e territorializações e des-territorializações) (Haesbaert, 2014, p. 108).

Tem-se nessa apropriação do espaço, o sentido de seu uso por uma coletividade que, a partir de suas relações, modifica o espaço natural, manipulando-o e dominando-o até torna-lo unifuncional, incorporando o tempo vivido. Nessa relação de poder, de acordo com Raffestin (1993), tem-se a submissão de um território a fronteiras como uma relação de poder, caracterizando-se como a manifestação de

demarcações socioespaciais de um grupo social. Em suas palavras, o autor bem explica: “A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas” (Raffestin, 1993, p. 154).

Salienta-se que o termo tessitura diz respeito a como a sociedade se organiza no território, com o Estado assumindo a posição central da escala de poderes, sendo responsável por intervir nas demais camadas sociais. Ainda sobre a manifestação de relação de poder pelas demarcações territoriais, Raffestin (1993) traz a percepção de nó ou ponto como um elemento estrutural do território. Trata-se de aglomerações socioespaciais cidades e lugarejos, ou mesmo, por grupos ainda menores como um bairro, por exemplo.

Essa concepção deve ser assimilada de forma relativa, de acordo com o autor: “O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso etc.” (Raffestin, 1993, p. 156). Raffestin (1993) aponta a rede como o terceiro elemento estrutural do sistema territorial, sendo esta oriunda do jogo ou entrechoque de posições, inibições, ascendências, submissões. São estas redes que propiciam a comunicação, caracterizando-se como “[...] uma imagem do poder, ou mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes.” (Raffestin, 1993, p. 157).

De forma semelhante à tessitura e ao nós, a rede denuncia uma conquista espacial e temporal, sendo mencionado por Raffestin (1993) que “o sistema é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conta uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidades estratégicas” (Raffestin, 1993, p. 158).

Portanto, conforme é possível verificar nas concepções de Raffestin (1993), o poder é intrínseco a todas as relações sociais, podendo ser exercido tanto em nível individual quanto coletivo. Verifica-se, assim, que as relações de poder são determinantes para a constituição de um território, manifestada de forma política, econômica e social, ou mesmo, pela interrelação entre essas dimensões.

Faz-se importante mencionar que tem sido comum considerar o território como uma construção social. No entanto, muitas vezes não é claro o que a construção social do território realmente implica e o que ela explica, com isso vários significados podem

ser atribuídos ao território, dessa forma, a questão principal não é se ele é socialmente construído, mas como ele é construído.

Sobre o assunto, Pecqueur (2005) faz uma diferenciação entre território dado e território construído, sendo o primeiro uma porção do espaço previamente existente, tratando-se apenas de um suporte de estudo, podendo-se exemplificar com a região, a cidade, o distrito, entre outros. Enquanto o segundo consiste no território construído pelos atores, resultado de todo o processo, construído, assim, posteriormente, não sendo, pré-existente, todavia, é importante que se compreenda que esses dois conceitos de territórios não são excludentes, mas sim complementares.

A identidade abordada se refere à identidade cultural como um mecanismo de sobrevivência, defendendo o sujeito e sua comunidade local e suas relações com o mundo e com a sociedade. Desta forma, o patrimônio se relaciona com o resgate da memória da identidade de um povo, fazendo uma ponte entre patrimônio cultural e patrimônio histórico.

Neste estudo, considera-se a identidade como multiescalar, visto que se relaciona com diferentes conceitos, destacando-se o de territorialidade, ideologia, Estado e território, decorrente de uma estrutura de poder assimétrica. Reforça-se, com base em Anjos e Caldas (2004) que é em torno da própria matriz identitária que um território se constrói, sendo possível a partir disso estabelecer uma relação próxima entre identidade e desenvolvimento territorial.

Pollice (2010) descreve o desenvolvimento territorial como um processo contínuo e localizado de transformação, que ocorre dentro de um contexto histórico e territorial específico. No entanto, esse processo não está isolado; ele é influenciado e conectado a dinâmicas internas (intraterritoriais), regionais ou nacionais (supraterritoriais), e até globais. O desenvolvimento territorial é sustentado pelo aproveitamento e potencialização dos recursos e ativos disponíveis na região, que podem ser materiais (como infraestruturas e recursos naturais) ou imateriais (como cultura e conhecimento), e que podem ser tanto genéricos (aplicáveis a várias áreas) quanto específicos (únicos ao território em questão). O objetivo final desse processo é impulsionar o crescimento socioeconômico e melhorar a qualidade de vida da população local.

O desenvolvimento local, por sua vez deve ser multiescalar, a fim de ser promovido em vários níveis (urbano rural, local, metropolitano, regional, nacional,

supranacional) e tirar proveito da interdependência e cooperação. Sobre essa questão da identidade no desenvolvimento territorial Pollice (2010, p. 8) afirma que:

A identidade, enquanto produto sociocultural, pode ser objeto de interesse geográfico quando se torna elemento plasmante das disposições territoriais ou, mais em geral, quando determina, ou está em grau de determinar, modificações estruturais, relacionais e de sentido no espaço geográfico.

Pollice (2010) explica que a identidade territorial é aquela que nasce por um processo autorreferencial de uma comunidade que se apropria culturalmente de um ambiente espacial predefinido, podendo, assim, ser considerada tanto como uma consequência como uma causa do processo de territorialização. Com isso, o autor fala sobre uma relação entre identidade e desenvolvimento territorial, desempenhando um papel estratégico os processos de desenvolvimento local.

Pollice (2010) argumenta que a identidade territorial desempenha um papel crucial no desenvolvimento local ao fortalecer normas e valores éticos compartilhados, melhorar a transferência de conhecimentos entre gerações e solidificar o senso de pertencimento, essencial para a coesão econômica. Ele ressalta a necessidade de uma reinterpretação crítica e inovadora nas empresas locais, pois a capacidade de auto-organização territorial depende da introdução de mecanismos que facilitam a adaptação às mudanças.

O desenvolvimento endógeno, baseado na valorização dos recursos únicos do território, é visto como um diferencial importante. Além disso, a convergência política e a colaboração em projetos, que resultam da relação entre a estratégia de desenvolvimento e a cultura local, reduzem comportamentos oportunistas. Por fim, os sentimentos identitários geram um apego aos valores paisagísticos e culturais, promovendo a preservação e valorização desses elementos (POLLICE, 2010).

Nesse contexto, é imprescindível destacar que desenvolvimento territorial pode demandar uma descentralização político-administrativa. No entanto, o progresso do desenvolvimento de uma localidade dependerá das iniciativas a serem tomadas com precisão, uma vez que o desenvolvimento territorial combina a descentralização com o desenvolvimento endógeno, possibilitando um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil.

Abramovay (2006) destaca a importância de considerar os mercados existentes nos diferentes territórios para compreender seu funcionamento. Segundo o autor, os

mercados devem ser vistos como “campos de força”, onde diversos atores competem por cooperação e, assim, obtêm formas de dominação social (p. 1). Nesse contexto, o mercado relevante é entendido como a esfera de atuação de certos agentes econômicos em um segmento específico, sendo tanto o espaço territorial quanto o objeto de exploração os principais fatores que definem as dinâmicas e medidas desse mercado.

O estudo de Reis (2015) focou no Território do Baixo Tocantins, especialmente nos ecossistemas de várzea dos municípios Abaetetuba e Igarapé-Miri, analisando as comunidades ribeirinhas e seus agroecossistemas. O estudo reconstituiu a trajetória histórica da região, destacando o uso e manejo dos recursos naturais por meio de práticas tradicionais como a produção de açaí, sistemas agroflorestais, agricultura, criação de animais e pesca. Essas práticas, adaptadas às condições naturais das áreas de várzea, como cheias e vazantes dos rios, evidenciam um alto grau de inter-relação equilibrada com a natureza, mostrando a capacidade das comunidades ribeirinhas em manter um modo de vida sustentável e resiliente, mesmo diante de impactos ambientais e grandes projetos desenvolvimentistas.

Silva (2022), por sua vez, analisou os assentamentos rurais em Silvânia-GO em relação às garantias das famílias assentadas ao direito ao desenvolvimento sustentável, conforme a Constituição Federal de 1988. Os resultados indicaram que as características físicas e o uso do solo não impediram o desempenho produtivo das famílias assentadas, e que o direito ao desenvolvimento sustentável foi garantido, embora com aspectos que poderiam ser aprimorados, principalmente relacionados a ações do poder público. A dimensão ambiental foi a mais fragilizada, necessitando de maior atenção para garantir que os recursos naturais atendessem às demandas presentes e futuras. Além disso, foram identificadas dificuldades no acesso a políticas agrícolas e na emissão de títulos de domínio.

Diante da análise sobre a relação entre território e as dinâmicas de poder, fica claro que o desenvolvimento territorial está intrinsecamente ligado à produção social do espaço, marcada por apropriações simbólicas e materiais. Essa compreensão amplia-se quando inserida no contexto do desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas de conservação, onde os desafios de conciliar preservação ambiental e necessidades humanas tornam-se ainda mais evidentes. Na próxima seção, serão abordados os aspectos que envolvem o desenvolvimento sustentável

nessas áreas, explorando as estratégias que buscam harmonizar o uso dos recursos naturais com a proteção dos ecossistemas e o bem-estar das populações locais.

2.4.1 Desenvolvimento sustentável em áreas de conservação

A busca pelo desenvolvimento sustentável em áreas de conservação envolve equilibrar a proteção ambiental com o bem-estar socioeconômico das populações que vivem nessas regiões. A gestão sustentável demanda estratégias que harmonizem a conservação dos ambientes naturais com a promoção de atividades econômicas de baixo impacto, respeitando a cultura e os modos de vida locais, e garantindo a integridade dos ecossistemas para as futuras gerações.

Silva (2011) aborda o desenvolvimento sustentável e as unidades de conservação com foco na APA de Cabreúva, após 27 anos de sua criação. O autor critica a eficácia das ações adotadas, evidenciando a persistência de problemas típicos do modelo de urbanização brasileiro, como ocupação de APP, poluição de rios, déficit habitacional, especulação imobiliária e segregação urbana. As políticas públicas favorecem promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção, resultando em falta de democratização do acesso à terra e na ausência de qualidade de vida para todos.

Embora a APA tenha sido criada para promover a sustentabilidade, de acordo com Silva (2011), Cabreúva reflete uma sociedade voltada para o consumo e dividida em classes, não sendo, portanto, um exemplo de município sustentável. A regulamentação do uso do solo na APA enfrenta desafios, como o não cumprimento de exigências de parcelamento e terraplanagens indevidas, o que compromete a capacidade de tratamento de esgoto e resulta na poluição do Rio Pirai. O que se verifica é que a criação da APA impôs responsabilidades ao município sem fornecer os instrumentos necessários para alcançar seus objetivos. Políticas como o ICMS Ecológico e o programa Município Verde Azul exemplificam a imposição de exigências sem o devido suporte financeiro e técnico. A fiscalização e regulamentação, especialmente no setor de mineração, são deficientes, permitindo atividades que causam degradação ambiental. O autor concluiu que embora a demarcação da APA Cabreúva tenha sido relevante para mitigar impactos ambientais mais severos, a efetividade depende de uma gestão mais integrada e sustentável que envolva todos os atores sociais de maneira equitativa.

Fonseca (2015) investigou os conflitos gerados pela criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT) e da Floresta Nacional Saraca-Taquera (FNST) na região do vale do rio Trombetas, oeste do Estado do Pará, Brasil, ocupado por populações remanescentes de quilombos. Ressalta-se que a promulgação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) em 1988 assegurou o direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, desencadeando uma disputa pelo espaço. Diversas hipóteses para a resolução dos conflitos foram discutidos, incluindo reassentamento, desafetação das unidades de conservação (UC) e titulação de Território Quilombola (TQ), criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Termo de Compromisso (TC) e recategorização das unidades de conservação. O autor concluiu que a resolução dos conflitos sem prejudicar os direitos essenciais demanda recuos de posição, definição de áreas prioritárias, barganhas e implementação de novos arranjos institucionais para fomentar a cooperação por meio de interesses compartilhados.

De forma semelhante, o estudo de Pérez (2012) analisou os conflitos e resistências gerados pela aplicação de políticas públicas de desenvolvimento na vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi, com foco no Parque Nacional do Superagüi e na modernização da pesca e aquicultura. A instalação do Parque Nacional forçou os pescadores artesanais da Vila do Superagüi a se especializarem na pesca, privando-os do uso tradicional de seus territórios e mercantilizando a natureza. Simultaneamente, a modernização da pesca e a aquicultura incentivaram a pesca industrial, resultando em endividamento e perda de autonomia dos pescadores artesanais, excluindo-os ainda mais. Ambas as políticas públicas atenderam a interesses externos, negando os modos de vida tradicionais dos pescadores e expropriando-os de seus territórios. Em resposta, a comunidade se organizou como movimento social (MOPEAR) e se autorreconheceu como comunidade tradicional, lutando por justiça ambiental e preservação de sua identidade e território.

Os conflitos e problemas sociais causados pela implementação de áreas protegidas baseadas no modelo preservacionista, originado com o Parque Nacional de Yellowstone, foram analisados por Bathillon (2022). Aplicado em países como a Tanzânia e o Brasil, este modelo tem levado à desterritorialização física, socioeconômica e simbólica de comunidades tradicionais. O estudo revela que essas comunidades são as principais vítimas dessa abordagem de conservação, que, na Tanzânia, visa o desenvolvimento do turismo e, no Brasil, cumpre acordos

internacionais para mitigar os efeitos do desenvolvimento, destacando a inadequação desse modelo aos contextos locais e suas consequências negativas.

Por sua vez, Maduro (2013) analisou os impactos e conflitos gerados pela criação de Ucs sem considerar os saberes e práticas das comunidades locais. Focando na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé em Manaus, a pesquisa revelou como populações tradicionais, indígenas e não indígenas, enfrentam transformações nos seus modos de vida devido às novas políticas ambientais. Essas populações adotaram estratégias de uso e posse dos espaços, cultivando em quintais, sítios e roças, e utilizando o sistema roça-capoeira-floresta para produção de mandioca, macaxeira e frutas, demonstrando um modelo agrobiodiverso sustentável. Práticas de pesca, caça e extrativismo florestal, baseadas em conhecimentos locais, também foram destacadas como essenciais para sua subsistência. A pesquisa concluiu que a coexistência de conservação ambiental com populações residentes é viável e que as estratégias de delimitação territorial dessas comunidades lhes conferem resiliência e poder de resistência contra expropriações.

É possível verificar, assim, que o desenvolvimento sustentável enfrenta desafios significativos quando envolve conflitos territoriais, especialmente com a implementação de grandes empreendimentos como os parques eólicos. Esses projetos frequentemente provocam mudanças profundas no uso e ocupação do solo, afetando diretamente as comunidades locais. Conflitos emergem devido à desconsideração dos saberes e modos de vida tradicionais, levando a impactos sociais e ambientais negativos. Embora os parques eólicos possam gerar crescimento econômico e novos empregos, eles também podem exacerbar desigualdades, deslocar populações e causar degradação ambiental.

Essas questões foram verificadas no estudo de Bezerra (2021), que analisou as dificuldades enfrentadas no Território Mato Grande Potiguar, que promovem pobreza e desemprego entre pequenos produtores rurais, resultando em êxodo rural para Natal e outras regiões. Em resposta, empresas eólicas iniciaram um projeto em 2017 para estimular o desenvolvimento territorial e econômico por meio de capacitações e tecnologias sociais. A análise da Teoria da Mudança revelou que as tecnologias sociais implementadas promoveram impacto positivo, melhorando a consciência ambiental e capacidades dos produtores rurais. No entanto, desafios como falta de

infraestrutura, políticas de crédito, e conhecimento de gestão ainda fragilizam a consolidação da atividade empreendedora no território.

Eberhardt (2023) explora a implementação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através da atuação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A pesquisa destaca como a CNM, junto com parceiros como a ART Pnud, auxilia os municípios brasileiros a alcançar as metas de sustentabilidade, promovendo uma gestão sustentável e uma governança territorial eficaz. O estudo enfatiza a importância da colaboração entre entidades governamentais e locais para alcançar objetivos de sustentabilidade, sugerindo um modelo de avaliação da governança territorial.

Ao abordar o território dessa forma, é possível identificar as práticas e políticas que favorecem um desenvolvimento que respeite tanto os limites naturais quanto as necessidades sociais. Por exemplo, a valorização das culturas locais, a proteção dos recursos naturais, e o fortalecimento das economias locais são aspectos que podem ser potencializados quando o território é entendido como uma rede de relações de poder e significado.

Nesse sentido, as concepções de território discutidas por autores como Raffestin e Haesbaert possibilitam compreender as complexas interações que ocorrem em um território e como elas podem ser orientadas para promover o desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer a multidimensionalidade do território e as relações de poder que o permeiam, é possível desenhar estratégias de desenvolvimento que sejam mais inclusivas e que respeitem as especificidades de cada lugar, contribuindo para um futuro mais equilibrado e justo.

2.5 Estudos com base na Teoria dos Bens Comuns

A teoria dos bens comuns de Elinor Ostrom tem sido considerada em diferentes estudos. A partir de um levantamento bibliográfico em bancos de Dissertações e Teses foram verificadas abordagens sobre: a relação entre os bens comuns intelectuais e a mercantilização; governança compartilhada dos recursos hídricos; a governança em segurança alimentar; uso da teoria de Ostrom como uma perspectiva para implementação de políticas públicas; a gestão da pesca como promotora da sustentabilidade; e uso e da conservação dos recursos naturais e de acesso comum.

A pesquisa realizada por Vieira (2014) investigou as relações entre os bens comuns intelectuais e a mercantilização e os efeitos dessas relações, principalmente para o universo da educação. Durante o estudo, o autor discutiu as relações entre a educação, a mercantilização e os bens comuns, apontando seus efeitos sobre o acesso e apropriação de bens intelectuais, considerando, para tanto, cinco casos relacionados a novos modelos de negócio que envolvem compartilhamento de bens intelectuais.

Em todos os casos estudados pelo autor foi evidenciada possibilidade de mercantilização, com o saldo resultante variando, sendo apontado do melhor ao pior saldo: o *crowdfunding* (em que pode ocorrer mercantilização dos serviços de intermediação); o acesso aberto ouro (em que há mercantilização do espaço de publicação, que assume forma particularmente nociva nos periódicos predatórios); dois casos ligados à participação de empresas no desenvolvimento do software livre (o Android e os patches ck, em que os projetos podem ser direcionados na gestão e pelo custeio de modo a favorecer estratégias comerciais de empresas); e a publicidade comportamental online (em que ocorre uma mercantilização de segunda ordem: a da audiência) (Vieira, 2014).

Por sua vez, Oliveira (2019) considerou a teoria de Ostrom para avaliar o modelo de governança compartilhada dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas Açu, localizada nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte/Brasil. Por meio de um estudo de caso, o autor realizou uma investigação documental dos atos praticados, pelos órgãos responsáveis pela governança e gestão dos recursos hídricos, no território delimitado. Em seus resultados, verificou que os princípios de Ostrom, devido a sua generalidade, demonstram-se parcialmente adequados para mensurar todos os aspectos da governança da água, limitando-se a equiparar, genericamente, as congruências e incongruências gerenciais na área em estudo.

Brandão (2020) explorou a governança de bens comuns no contexto da segurança alimentar em áreas vulneráveis do Brasil, focando na Microrregião do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Utilizando o Quadro de Análise de Sistemas Socioecológicos (SES Framework) e os Princípios de Boa Governança de Elinor e Vincent Ostrom, o autor investigou as interações entre diferentes atores nas arenas de ação do sistema de segurança alimentar local. Os resultados mostraram que a boa governança ainda está distante, devido à carência estrutural e à falta de conformidade entre os usuários e os recursos. O estudo apontou fragilidades nas regras, nas

relações de dependência entre os atores, conflitos de interesse e falhas no uso de informações, monitoramento e avaliação, contribuindo para a persistência da insegurança alimentar.

Christmann (2019) investigou a aplicação da teoria de Ostrom como uma abordagem para a implementação de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos socioambientais, com foco no conselho gestor da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé/SC. O estudo analisou os processos decisórios do conselho entre 2016 e 2018, por meio de documentos, observação direta e entrevistas com membros do conselho. A pesquisa destacou que a teoria de Ostrom é relevante para compreender o papel da confiança e da reciprocidade nos processos de decisão coletiva, especialmente ao considerar o histórico vivido pela comunidade na percepção dos recursos naturais. No entanto, a teoria mostrou-se limitada para interpretar as decisões nesse contexto, contribuindo apenas de forma pontual, sobretudo nas regras operacionais.

A governança de bens comuns foi considerada na pesquisa de Figueiredo (2018) para se debruçar sobre o tema da gestão da pesca artesanal como promotora da sustentabilidade. Em seus resultados, a autora verificou que para a sustentabilidade da pesca em ambientes barrados, a cogestão é o sistema de governança ideal, uma vez que permite a descentralização da tomada de poder e dá autonomia ao grupo de usuários dos recursos. Dada a complexidade que pode existir para aplicação da cogestão, a autora ainda destaca que qualquer estágio de governança, desde que englobe níveis de participação dos pescadores nas tomadas de decisão, devem ser considerados como um primeiro passo, tendo em vista que os pescadores já estão sofrendo as drásticas consequências dos barramentos de hidrelétricas.

Essa questão da autonomia local, com a participação da comunidade a partir de uma visão coletiva também foi verificada na pesquisa de Alves (2018), que abordou um conflito ambiental, social, econômico e político na praia da Pipa, em Tibau do Sul, Rio Grande do Norte. Utilizando a teoria de Ostrom como base, a pesquisa visou analisar os conflitos socioambientais relacionados ao uso de recursos comuns pelo turismo e oferecer alternativas de autogestão para um desenvolvimento sustentável do destino. O conflito socioambiental emergiu na década de 1990, com a especulação de capital externo e a urbanização descontrolada, causando impactos sociais como mudanças nos hábitos de vida, degradação ambiental, aculturação e problemas sociais. Apesar das crises de resistência e do descrédito do setor público, a pesquisa

sugeriu que a autogestão, conforme os princípios de governança de Ostrom, poderia ser viável para a preservação e mediação dos conflitos, desde que a comunidade superasse o individualismo e se concentrasse no bem coletivo.

Na América Latina, e especialmente na Venezuela, a gestão de sistemas de irrigação é essencial para o setor agroalimentar, que enfrenta desafios significativos devido à escassez de água. Sánchez (2020) argumenta que o sucesso na gestão hídrica depende não apenas de investimentos em infraestrutura, mas também de recursos humanos e instituições robustas. A participação ativa dos usuários e outros atores é fundamental para a sustentabilidade dos sistemas. O estudo conclui que a ação coletiva, redes de participação, a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e um marco institucional adequado são essenciais para estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

O estudo de Queiroz (2008) analisou o impacto da criação da APA do Curiaú e da urbanização crescente no território quilombola, evidenciando como novas regras intensificaram a pressão sobre os recursos naturais e alteraram as práticas tradicionais de uso comum. Os conflitos emergiram principalmente devido à especulação imobiliária e à invasão de “pessoas de fora”, que transformaram áreas destinadas à subsistência em propriedades privadas. Essa pressão externa restringiu o acesso das famílias quilombolas aos recursos naturais, afetando sua subsistência e gerando prejuízos ecológicos e sociais. Queiroz (2008) apontou a inadequação das políticas públicas em apoiar as necessidades quilombolas e defendeu o fortalecimento das regras comunitárias e a participação ativa dessas famílias na gestão dos recursos como estratégias essenciais para garantir a sustentabilidade do território.

Sato (2018) investigou os processos relacionados à APA da Várzea do Rio Tietê, evidenciando as dificuldades operacionais e as interferências de outros planos, programas e projetos estaduais no mesmo território. A pesquisa examina as sobreposições espaciais e temporais desses planejamentos, bem como suas articulações institucionais e os espaços de participação. Os resultados mostram a fragmentação das políticas públicas no território, com uma maior articulação para políticas de infraestrutura em detrimento de planos ambientais. A análise espacial revela a concentração de projetos em certas áreas, enquanto discursos como o de sustentabilidade geram conflitos entre paradigmas distintos. A governança é identificada como um fator central para a legitimidade e efetividade dos processos

políticos, levantando questões sobre as arenas de decisão e a participação da sociedade civil.

Os resultados de Cordeiro-Beduschi (2018) evidenciam que, embora existam múltiplos atores envolvidos nas arenas de ação para a governança florestal, a implementação prática das novas leis e arranjos institucionais enfrenta desafios significativos. A capacidade de adaptação e transformação por parte dos atores é crucial para o sucesso dessas políticas. Além disso, o estudo sublinha a importância de processos de construção coletiva e a necessidade de fortalecer as arenas de ação para assegurar uma gestão sustentável das florestas nativas. A pesquisa enfatiza que a sustentabilidade no manejo das florestas deve estar intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das comunidades locais, reconhecendo a necessidade de um modelo de governança flexível, participativo e resistente a mudanças políticas autoritárias.

Carvalho (2023) aplica a teoria de governança de bens comuns de Elinor Ostrom para avaliar as propostas de políticas de precificação de carbono no Brasil, focando no Decreto Presidencial n. 11.075/2022 e nos Projetos de Lei n. 2.148/2015 e 412/2022. Os resultados mostram que poucos princípios de Ostrom são completamente observados nas propostas legislativas. Identificam-se lacunas, como a exclusão de setores da economia do mercado regulado de carbono, a ausência de mecanismos para resolução de conflitos entre setores e a falta de aplicação de regras por organizações em diferentes níveis. Essas deficiências sugerem a necessidade de recomendações para aprimorar as propostas.

Araújo (2014) estudou os conflitos em torno da criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe, analisando a apropriação do território por diferentes atores sociais. O estudo revelou que a implantação da reserva tem gerado conflitos territoriais entre comunidades tradicionais e atores envolvidos em atividades comerciais e destacou a importância de considerar as necessidades das comunidades tradicionais na criação da reserva, visando garantir o acesso sustentável aos recursos naturais. Os conflitos territoriais surgem justamente pela disputa pelo acesso e controle desses recursos entre diferentes atores sociais, destacando a importância de se encontrar soluções que conciliem os interesses das comunidades tradicionais e outras partes envolvidas.

Com base na aplicação da teoria dos bens comuns de Elinor Ostrom em diversos contextos, pode-se concluir que, embora seus princípios ofereçam uma estrutura para

a governança de recursos compartilhados, sua eficácia depende de uma série de fatores contextuais e institucionais. Estudos como os de Vieira (2014), Oliveira (2019) e Brandão (2020) mostram que, embora a teoria de Ostrom seja amplamente aplicável, sua implementação e os resultados variam significativamente de acordo com o ambiente social, político e econômico.

A teoria enfatiza a importância do capital social, da confiança e da participação ativa dos usuários na gestão de recursos, mas também enfrenta limitações quando aplicada a contextos específicos, como na governança de recursos hídricos, na segurança alimentar e na preservação ambiental. Nesse sentido, a teoria dos bens comuns de Ostrom é uma ferramenta essencial para a compreensão e gestão dos recursos compartilhados, mas sua aplicação prática requer adaptações cuidadosas que considerem as particularidades de cada situação.

2.6 Conclusão do capítulo

A Teoria dos Bens Comuns de Elinor Ostrom oferece uma visão sobre a gestão de recursos compartilhados, desafiando a noção de que a tragédia dos comuns é inevitável. Ao analisar diversos casos de autogestão bem-sucedida, Ostrom identificou princípios fundamentais que permitem a gestão sustentável desses recursos, enfatizando a importância da participação coletiva, da criação de regras adaptadas às condições locais e da necessidade de monitoramento e sanções graduadas.

A teoria destaca a relevância do policentrismo, onde múltiplos níveis de governança colaboram para enfrentar desafios complexos, como as mudanças climáticas. Essa abordagem integrada não apenas reconhece o valor do conhecimento local, mas também propõe um papel crucial para o estado na facilitação e apoio à gestão dos bens comuns. A expansão da teoria para incluir sistemas socioecológicos complexos e tecnologias emergentes sublinha sua crescente relevância em um mundo globalizado e interconectado, onde a governança adaptativa e a cooperação são essenciais para a sustentabilidade a longo prazo.

A teoria é eficaz em proporcionar uma estrutura para a governança de recursos compartilhados, mas sua implementação prática varia significativamente conforme o contexto. Em várias pesquisas, observou-se que a teoria é útil para entender a mercantilização de bens intelectuais, a governança de recursos hídricos e a segurança alimentar, além da gestão da pesca e da conservação ambiental. No

entanto, os resultados mostram que a teoria enfrenta desafios quando aplicada a contextos específicos.

A teoria mostrou-se importante para a promoção da sustentabilidade na pesca e na autogestão de recursos comuns, destacando a importância da participação ativa da comunidade. No entanto, a aplicação de seus princípios em políticas públicas e na criação de reservas frequentemente enfrenta dificuldades, como conflitos territoriais e pressões externas, que podem comprometer a eficácia das soluções propostas.

Verificou-se durante o capítulo que a teoria de Ostrom enfatiza a importância do capital social, da confiança e da participação dos usuários na gestão de bens comuns, mas sua aplicação prática exige uma adaptação cuidadosa às circunstâncias locais. Essa gestão deve considerar tanto os princípios teóricos quanto as particularidades e desafios enfrentados em cada contexto para alcançar uma governança eficaz e sustentável.

3 VALE DO RIBEIRA E A CRIAÇÃO MOSAICO JACUPIRANGA – MOJAC

Neste capítulo explora-se a caracterização do processo de formação socioespacial do Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira (MOJAC). Na primeira seção é feita uma descrição detalhada do Vale do Rio Ribeira, destacando suas características geográficas, ambientais e socioeconômicas.

Visa-se compreender essa área específica, situada dentro de um contexto mais amplo. Em seguida, é apresentada a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira. Essa reserva é considerada uma parte significativa da formação socioespacial da região, enfatizando sua importância para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas da Mata Atlântica.

A segunda seção concentra-se nos atores sociais que desempenham um papel fundamental nessa área. São destacados os quilombolas, indígenas e agricultores como grupos presentes na região, cujas identidades culturais e práticas sociais contribuem para a dinâmica socioespacial local. Além disso, é explorada a formação histórica do Estado e do Município, evidenciando como esses processos históricos influenciaram a configuração social e política da área.

3.1 Caracterização do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira

A relação que se estabeleceu entre o homem e a natureza, baseada no mútuo respeito e na mútua dependência, com a predominância do interesse coletivo sobre o individual, induziram a uma nova postura da sociedade para o meio ambiente, que requer um novo enfoque dos problemas existentes e uma adequação da ordem jurídica para as suas soluções, levando em consideração os novos valores emergentes e a responsabilidade comum de sua defesa (Almeida, 2002).

Assim, a preservação de todos os seres bióticos e abióticos englobados na crise ecológica notabilizada na atualidade, como um dos problemas a serem enfrentados revela uma situação caracterizada por diversos problemas que interagem mutuamente. Contudo, as soluções propostas por modelos de desenvolvimentos fundamentados pelo conhecimento moderno, ainda não trouxeram resultados concretos para o equilíbrio da crise socioambiental (Almeida, 2002).

A ecologia da paisagem é uma nova área de conhecimento dentro da ecologia, marcada pela existência de duas abordagens principais: uma geográfica, que privilegia o estudo da influência humana na paisagem e na gestão do território; e uma ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial nos processos ecológicos e a importância dessas relações em termos de conservação biológica. Essas abordagens apresentam conceitos e definições distintas e, por vezes, conflitantes, dificultando o desenho de um referencial teórico comum. Na ecologia da paisagem, a conectividade entre os fragmentos e o estado dos habitats são as ferramentas para a análise funcional do estado de conservação das áreas florestais (Bim, 2012). Conteúdo está largado aqui – qual a conexão com o trabalho.

A fragmentação é caracterizada pela perda de áreas naturais, diminuição do tamanho dos fragmentos remanescentes e aumento da distância entre eles, enquanto, simultaneamente, novas áreas podem surgir ou se expandir. Esse processo envolve uma dinâmica complexa: por um lado, a perda do ambiente original leva à redução de espécies, e por outro, o tamanho reduzido e o isolamento dos fragmentos favorecem o aparecimento de novos espaços com características diferenciadas (Andrén, 1994).

As comunidades tradicionais da Mata Atlântica, formadas principalmente por caiçaras, remanescentes de caipiras, quilombolas e fazendeiros migrantes, preservam as características centenárias da colonização. Essas populações, descendentes de portugueses, indígenas e africanos, mesclam culturas e tecnologias herdadas de seus ancestrais (Diegues, 2008).

Paes (2019) complementa essa visão ao destacar a importância histórica do rio Ribeira de Iguape no Vale do Ribeira. Desde o século XVI, suas águas foram exploradas em expedições em busca de metais preciosos, e, posteriormente, com a descoberta de minas no Alto e Médio Vale, tornaram-se vitais para o desenvolvimento da região, fornecendo solos férteis, energia para engenhos d'água e um meio de transporte. A interação dessas comunidades com o rio Ribeira foi moldada também pela contribuição africana, tanto na mineração quanto nas lavouras, incluindo a influência cultural dos mitos e crenças dos negros d'água.

A descoberta de ouro nas proximidades do Ribeira resultou na formação de arraiais mineradores no Alto e Médio Ribeira, onde o trabalho nas minas era realizado por mão de obra escrava, composta por africanos e indígenas. No entanto, as minas de ouro se esgotaram no final do século XVIII, levando ao declínio dos arraiais. Os

proprietários de escravos migraram em busca de novas oportunidades, enquanto os escravizados alforriados ou fugitivos se tornaram camponeses livres (Paes, 2019).

A partir do final do século XVIII, a produção de arroz em escala comercial ganhou destaque na região do Vale do Ribeira. As áreas inundáveis ao longo dos rios eram ideais para o cultivo do arroz, e as águas desempenhavam um papel fundamental na fertilidade dos solos e no fornecimento de energia para os engenhos d'água utilizados no processamento do arroz (Paes, 2019). Assim, as águas do rio Ribeira foram fundamentais ao longo da história da região, desde as expedições em busca de riquezas até a atividade agrícola, representando uma importante fonte de sustento e desenvolvimento econômico para as comunidades locais.

Os camponeses negros do Médio Ribeira desempenharam um papel importante na agricultura do arroz, desbravando áreas florestadas ao longo dos rios. A busca por novas terras levou a uma interiorização da população negra na região. A partir da década de 1950, foram implantados parques estaduais e áreas de preservação ambiental, devido à concentração dos maiores remanescentes de Mata Atlântica em Vale do Ribeira. No entanto, as terras eram habitadas, representando um desafio para a preservação ambiental (Paes, 2019).

Outra ameaça enfrentada pelos moradores da região foi a construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape, que gerou intensos debates desde a década de 1930. Os camponeses negros do Médio Ribeira se mobilizaram e se autoidentificaram como quilombolas, buscando garantir a propriedade de suas terras, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988. Dessa forma, surgiram as comunidades remanescentes de quilombo, como Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, São Pedro, Galvão, Ivaporunduva, entre outras. Em 1994, as comunidades negras da região pleitearam o reconhecimento e a titulação de suas terras junto à Justiça Federal de São Paulo, o que intensificou os contatos entre essas comunidades e os diferentes órgãos do Estado (Paes, 2019).

Nas primeiras décadas do século XX, a construção de estradas de ferro e de rodagem deslocou o eixo do comércio do litoral sul em direção a Santos e São Paulo. Isso resultou na desarticulação do sistema formado pelo porto de Iguape e a região ao seu redor. Com o fim do ciclo do arroz e a libertação dos escravos, os grandes proprietários deixaram a zona rural e se mudaram para as cidades, enquanto os pequenos proprietários permaneceram nos sítios, focando em uma economia de

subsistência com atividades como pequena lavoura, extrativismo e pesca, contribuindo para o aumento da população caiçara na região (Braga, 1999).

Dessa forma, o Vale do Ribeira, antes excluído do crescimento impulsionado pelo café, também ficou à margem da industrialização, permanecendo como uma região periférica e considerada subdesenvolvida em comparação com a economia moderna e industrializada de São Paulo. A partir do final da década de 1950, essa disparidade econômica e social começou a atrair a atenção governamental. O Estado passou a intervir mais diretamente na economia com políticas de desenvolvimento, resultando em uma série de experiências de planejamento que culminaram com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) (Braga, 1999).

Assim, o Vale do Ribeira é permeado pela história dos povos que ocupam seu território. Para que melhor se compreenda sobre o local, nos tópicos a seguir prosseguimos com sua caracterização com a descrição do Vale do Rio Ribeira e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga.

3.1.1 O Vale do Rio Ribeira

O Vale do Ribeira, situado ao sul de São Paulo, corresponde à maior área contínua de remanescente da Mata Atlântica no Brasil e abrange a bacia do Rio Ribeira do Iguape. Essa bacia é particularmente interessante para pesquisa, uma vez que se estende tanto pelo estado de São Paulo quanto pelo estado do Paraná, onde as intervenções das políticas estaduais de desenvolvimento diferem. É importante destacar que essa região não é propriamente um vale, mas sim uma paisagem complexa que se estende desde a Serra até o Litoral, incluindo um intrincado sistema lagunar (Silva, 2016).

O bioma é um dos mais degradados do país, com apenas 12,5% de vegetação nativa cobrindo a área original, segundo dados da SOS Mata Atlântica (2024). Na região vivem espécies ameaçadas de extinção, como o mico-leão-caiçara e o papagaio-de-peito-roxo. De acordo com Silva Jr (2016), trata-se de um território com grande importância e complexidade sociocultural. Localizado entre importantes metrópoles, abrange 25 municípios e cerca de 450 mil habitantes, ocupando aproximadamente 7% da área do estado de São Paulo.

Ao longo da história, passou por diferentes fases econômicas, desde o ciclo escravista do ouro e arroz até a colonização nipônica com o cultivo de chá e banana (Silva Jr, 2016). De acordo com Neves e Okumura (2005), é uma rara área de ligação entre o interior e a costa na região. Isso ocorre devido às características únicas do curso do rio, que atravessa a serra do Mar e deságua no oceano Atlântico, diferentemente dos outros rios da região.

A baixada do Ribeira é gradualmente invadida por trechos de serra, limitando-se a noroeste e oeste-nordeste pelas escarpas das serras de Paranapiacaba e do Mar. A ocupação desse local de transição pode proporcionar informações relevantes sobre o contato entre o interior e a costa em tempos pré-históricos (Neves; Okumura, 2005).

Ressalta-se que o Vale do Ribeira foi a primeira região a ser efetivamente ocupada pelos portugueses, no século XVI, com a fundação de povoados por Martim Afonso de Souza, mais especificamente no início dos anos de 1530. Dentre esses povoados, se destaca a Cananéia, que apresentava diversidade cultural com comunidades quilombolas, caiçaras e guaranis. Nesta época, ao mesmo tempo em que se iniciou o cultivo de cana-de-açúcar e a consequente criação de engenhos, houve a descoberta do ouro de aluvião, atividades econômicas que orientaram a exploração da região fazendo com que outras comunidades se formassem ao longo do rio Ribeira (Neves; Okumura, 2005).

Assim, a ocupação do Vale foi se estabelecendo, seguindo as águas do rio, como consequência do escoamento do ouro e do açúcar e do tráfico de negros escravizados que foram feitos pelo Porto de Iguape a partir de 1538, ano em que foi fundado. A partir daí, se amplia o processo de ocupação humana de europeus e africanos, provocando o surgimento de outros povoados que formaram a região do Vale do Ribeira. Além disso, em função, da dificuldade de acesso, passou a abrigar negros fugitivos da escravidão ou libertos que viam nesse território, a possibilidade de estabelecer suas moradas (Bernini, 2015).

Os quilombolas do Vale do Ribeira são descendentes de ex-escravos levados para o local ainda no século XVII para trabalharem na mineração. Quando o ouro do Vale do Ribeira entrou em decadência, por volta de 1650, muitos senhores se mudaram para Minas Gerais e abandonaram os escravos na região. A maioria das comunidades estão situadas em áreas rurais de difícil acesso, muitas ainda sem energia elétrica e água tratada ou acesso a políticas públicas básicas como educação, saúde, transporte, fazendo com que a sobrevivência dessas populações se torne mais

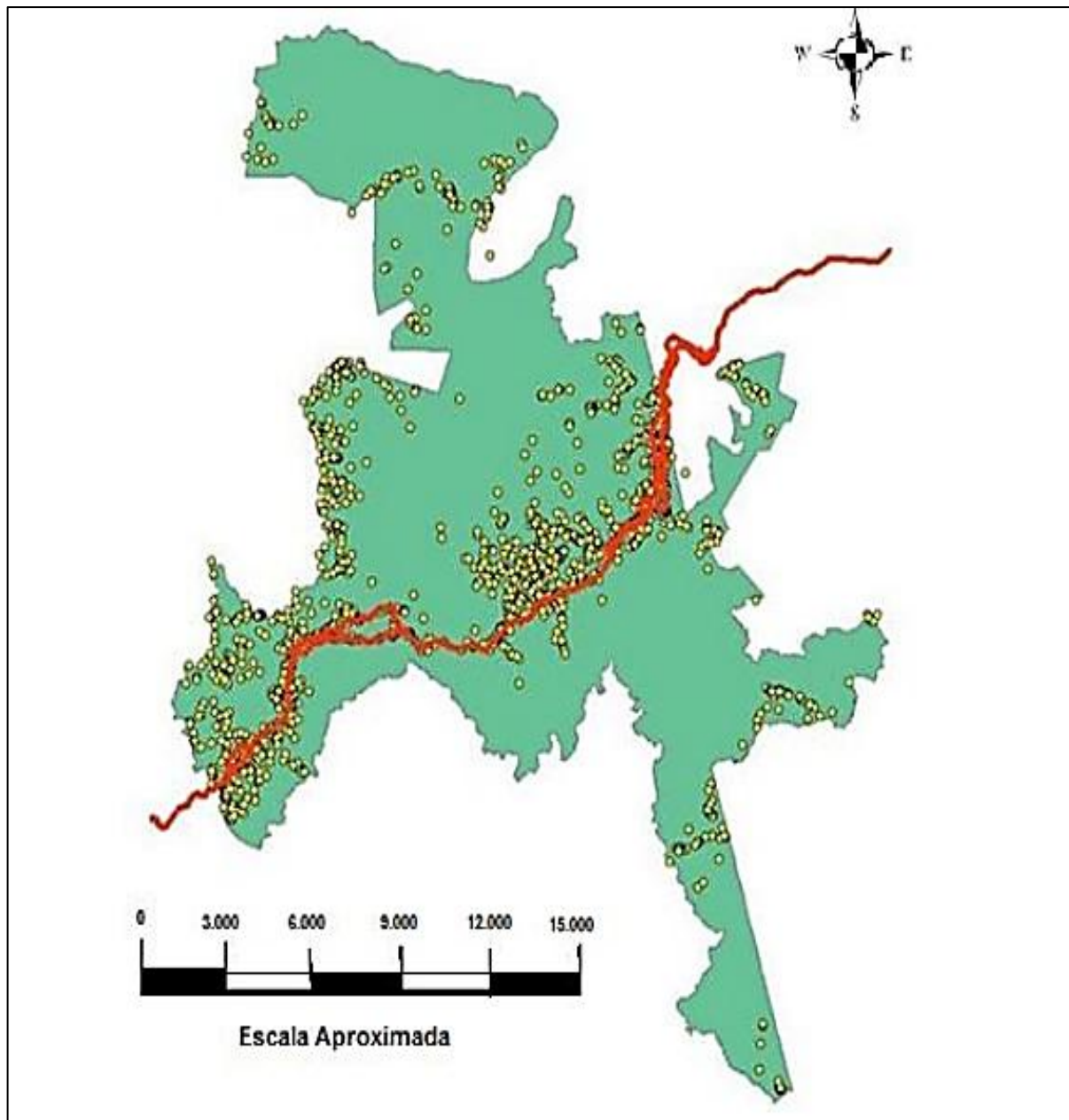
difícil pela falta de acesso às ações públicas dos governos (ISA, 2017). Além disso, sendo a exploração agrícola a atividade econômica de destaque na região, a maior parte da sobrevivência das comunidades quilombolas é retirada dessas atividades.

Ao longo dos anos, as atividades econômicas foram sendo alteradas até que se implantou gradativamente a rizicultura, no século XIX, tornando-se a principal atividade econômica da região. Nesse período, tendo em vista o número de engenhos beneficiadores do produto, Iguape se tornou um dos principais pontos de comércio, gerando riqueza para o Vale (Bernini, 2015). Todavia, quando a política econômica do Estado se voltou para a cultura cafeeira, a rizicultura entrou em crise, ao mesmo tempo em que foi constatado que o solo da região não apresentava condições favoráveis ao cultivo de café, o que contribuiu para a exclusão da região da expansão de estradas e rodovias.

Dando continuidade ao contexto histórico, observa-se que, a partir do século XIX, foi aberto o canal do Valo Grande, em Iguape, uma obra finalizada na década de 1950 e considerada um dos maiores desastres ambientais da região devido às profundas alterações ecológicas que causou (Souza; Oliveira, 2016). O canal foi construído com o objetivo de conectar o Porto de Iguape, no Mar Pequeno, ao Porto do Ribeira, às margens do rio Ribeira, visando facilitar o transporte de mercadorias e reduzir custos logísticos. À época, o canal tornou-se a principal via de escoamento da produção regional, trazendo benefícios econômicos imediatos, mas com consequências ambientais duradouras.

Já na década de 1960, as terras do Vale do Ribeira começaram a ser valorizadas, mesmo com as ocupações irregulares existentes e com a presença de mineradoras. Posteriormente, em 1969, o Instituto Florestal criou o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), com 150 mil hectares abrangendo seis municípios: Barra do Turvo, Cananéia, Cajati, Jacupiranga, Iporanga e Eldorado (Figura 4). A proposta era manter uma floresta preservada para combater o desmatamento (SAORI, 2018).

Figura 4 – PEJ em fase de elaboração



Fonte: Bim (2012).

Estudos antropológicos apontam para a existência de comunidades quilombolas com 300 anos de ocupação no Vale do Ribeira, como a comunidade de Ivaporunduva, localizada na cidade de Eldorado/SP que pertence ao Mojac. Entre as décadas de 1950 e 1990, essas comunidades passaram a incorporar outras formas de acesso aos recursos locais e subsistência em virtude das restrições de uso do solo impostas pela legislação ambiental. Com isso, a prática centenária de coivara, que consiste em derrubar e queimar a mata para plantio, foi restringida (ISA, 2017).

Nos anos 1980, os direitos territoriais quilombolas foram reconhecidos e começaram a ser criadas as primeiras associações de remanescentes de quilombola (ISA, 2017). Por meio da agricultura de subsistência, as comunidades permaneceram na região vivendo de recursos naturais presentes, com um modelo de ocupação baseado nas capuavas, resultando em muitas áreas florestadas que logo foram consideradas como vazios demográficos pelo Estado, criando Ucs sobrepostas aos quilombos (ISA, 2017).

Alguns anos depois da criação do PEJ, em 1985 – último ano do regime militar –, o Parque foi registrado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. E em 1991 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) declarou a região como Reserva Central da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA, 2022). A partir de então é possível verificar no decorrer da década de 1990 uma lacuna na ação estatal, mas posteriormente foram elaborados planos participativos de desenvolvimento, destacando-se o Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades do Vale do Ribeira – Agenda Rural (Silva Jr, 2016).

De acordo com Miranda e Gomes (2017), a região possui um rico patrimônio ambiental e cultural. No entanto, a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da população nessa região são baixos. Isso pode ser comprovado pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio da região, que é de 0,63. Os municípios do Vale do Ribeira apresentam os IDHs mais baixos em comparação com outros municípios desses dois estados. Em análise às comunidades presentes na região, os autores verificaram certa dependência dos agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com os autores, apesar da necessidade de algumas mudanças pontuais, a situação da atividade agrícola foi otimizada em comparação com a década de 1970.

A lavoura é uma atividade tradicional importante para os caiçaras. Eles cultivam mandioca mansa e braba, árvores frutíferas, bananeiras, abóboras, batata doce e cará na mesma roça. A fabricação da farinha é uma atividade fundamental nas comunidades caiçaras, feita em locais chamados de “casa de farinha” ou “tráfico”. Além da farinha fina, eles produzem outras variedades como a farinha d’água, farinha de tapioca, farinha suruí e a farinha picica. Na região também são produzidos diversos

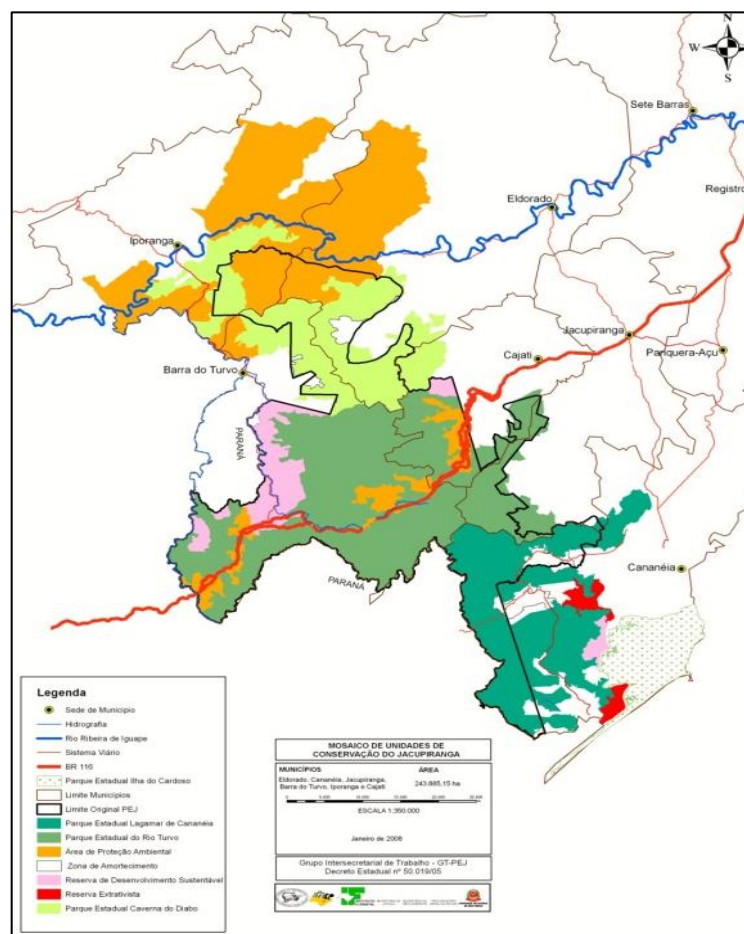
alimentos feitos com a goma da mandioca, como o “bolo de roda”, a “coruja” e o “cuscuz de mandipuva” (Fortes Filho, 2005; Marcílio, 1987).

O Vale do Ribeira, portanto, ilustra a importância da integração entre proteção ambiental e justiça social. Enfatiza-se a necessidade contínua de estratégias que promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo, assegurando a preservação de um dos mais preciosos biomas do Brasil enquanto atende às legítimas demandas das comunidades que nele habitam.

3.1.2 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira

A criação do MOJAC pela Lei n. 12.810, de 12 de fevereiro de 2008, foi uma tentativa de gerenciar os conflitos instalados depois da criação do PEJ, alterando todo o sistema de conservação, transformando-o em uma APP (Figura 5).

Figura 5 – Mosaico Jacupiranga



Fonte: RBMA, 2022.

A implantação de Mosaicos de Unidades de Conservação no Brasil é uma estratégia recente de gestão integrada de áreas protegidas, geralmente estabelecida junto a um conjunto de áreas pré-existentes. A experiência do antigo Parque Estadual de Jacupiranga contradiz essa lógica, ao propor a implantação de um mosaico a partir da fragmentação do parque. No entanto, essa abordagem mostrou-se a melhor estratégia para mediar conflitos e desenvolver estratégias de conservação, considerando características como a sobreposição com comunidades residentes, falta de manejo adequado e conflitos socioambientais (Bim; Furlan, 2013).

Mira (2021) discute as unidades de conservação, conforme definidas pela Lei nº 9.985 de 2000, que estabelece dois grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, cada uma com suas categorias específicas. O autor destaca o Parque Estadual como exemplo, cujo objetivo é preservar ecossistemas naturais importantes, permitindo atividades como pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo ecológico.

A gestão dessas unidades é descrita como complexa, exigindo recursos financeiros, infraestrutura e, principalmente, recursos humanos. Mira (2021) destaca a importância da participação da sociedade na gestão das unidades, destacando a presença dos Conselhos Gestores, compostos por membros da sociedade civil e representantes governamentais, como um canal crucial para a tomada de decisões participativa.

Explica-se que o MOJAC foi criado a partir da requalificação do antigo PEJ, o que gerou expectativas para prover a proteção da Mata Atlântica e dirimir conflitos relacionados a ocupações tradicionais e antigas na região do Vale do Ribeira, desencadeando um processo de abertura a diálogos e espaços de participação comunitária, o que permitiu a construção de acordos e consensos para uma ordem territorial que facilitasse a conservação e o desenvolvimento local (SIGAM, 2022).

Isso levou a um aumento significativo do território protegido por meio da unificação de novas áreas de significativo interesse para a conservação da biodiversidade, que antes não figuravam em nenhuma categoria de proteção. Pode-se dizer que a criação do MOJAC conseguiu atingir um de seus principais objetivos: a redução dos conflitos socioambientais relacionados ao uso da terra para comunidades que vivem em áreas requalificadas (SIGAM, 2022). Com a nova lei, o PEJ, que tinha uma extensão de 150 mil hectares, teve sua área protegida ampliada em mais 90 mil

hectares, dividindo-se em três parques estaduais: Caverna do Diabo, Rio Turvo e Lagamar de Cananéia.

O Mosaico resultante permitiu o aumento da área de proteção integral e a criação de unidades de uso sustentável, possibilitando a permanência das populações tradicionais na área. Esse processo desencadeou um diálogo com as comunidades e possibilitou a construção de acordos para um ordenamento territorial que viabilizasse a conservação e o desenvolvimento local, representando um desafio na fase de implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (BIM; FURLAN, 2013). Nesse mesmo sentido, Bim e Capolim (2016) afirmam que a criação do Mosaico do Jacupiranga possibilitou a adoção de categorias apropriadas de Unidades de Conservação (Ucs), resultando em áreas recategorizadas com base nas características específicas da região.

Ressalta-se que além dos parques, que compõem o conjunto de Ucs integralmente protegidas, foram criadas novas unidades de conservação de uso sustentável, as quais: cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – Barreiro/Anhemas, Quilombos de Barra do Turvo, Lavras, Pinheirinhos e Itapanhapima; quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) – Quilombos Médio Ribeira, Cajati, Planalto do Turvo e Rio Pardinho e Rio Vermelho; e duas Reservas Extrativistas (RESEX) – Taquari e Ilha do Tumba. Juntas, essas unidades totalizaram 243.885,78 hectares de áreas protegidas em 14 Ucs de diferentes categorias (SIGAM, 2022).

Vale lembrar que o Mojac visa garantir a conservação natural de uma área com grande riqueza hídrica e alta biodiversidade, apresentando também um importante patrimônio histórico-cultural, espeleológico e arqueológico. Protege uma extensa biodiversidade, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, como o papagaio-de-peito-roxo e o mico-leão caíçara. É nesse território que foi descoberto o “Homem de Capelinha”, o fóssil humano mais antigo do Estado de São Paulo, com quase 10 mil anos (SIGAM, 2022). A diversidade cultural é representada por diferentes comunidades quilombolas, caíçaras e caipiras.

A relevância ambiental e cultural da área resultou em várias proteções legais e reconhecimentos internacionais: em 1985, foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), declarada Reserva da Biosfera da Zona Central da Mata Atlântica pela UNESCO em 1991 e, posteriormente, Sítio do Patrimônio Mundial Natural em 2000. Complementando

esses esforços de preservação, em 2012 foi implementado o projeto “Formando Florestas – Recuperação Florestal Participativa no Mosaico do Jacupiranga – SP”, que visou capacitar as comunidades locais para o manejo sustentável, com o suporte do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO, 2011).

Em 2017, o complexo lagunar-estuarino de Cananéia também foi incluído na lista de áreas úmidas de importância internacional (lista Ramsar) (SIGAM, 2022). No entanto, esse quadro de proteções e projetos também trouxe à tona novos desafios e conflitos entre a preservação ambiental e as necessidades das comunidades locais. Sobre isso, Santos (2000) afirma que a cidadania é vinculada aos territórios nacionais:

As fronteiras mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro do território. A humanidade desterritorializada é apenas um mito. Por outro lado, o exercício da cidadania, mesmo se avança a noção de moralidade internacional, é, ainda, um fato que depende da presença e da ação dos Estados nacionais (Santos, 2000, p. 20).

É possível dizer, assim, que apesar de interações globais que atravessam fronteiras, a cidadania é, em última instância, exercida no âmbito nacional, onde direitos e deveres são assegurados ou restringidos pela legislação e políticas locais. A partir da contextualização histórica apresentada, é possível perceber que a região do Vale do Ribeira passou de um processo de puro crescimento econômico para o desenvolvimento econômico, com o Mosaico do Jacupiranga se apresentando como fundamental nesse processo, apesar dos conflitos ainda se fazerem presentes.

3.2 Atores sociais do Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira

No Território do Vale do Ribeira, diversas comunidades remanescentes de quilombos, pequenos agricultores migrantes, caipiras-caboclos, caiçaras e grupos indígenas coabitam a região. A agricultura é uma característica central dessas populações, que, historicamente, praticavam o cultivo itinerante por meio de roças de coivara, envolvendo a derrubada e queima da mata para o plantio, além da extração de recursos florestais, como o palmito Juçara. A economia dessas comunidades rurais é estruturada em um sistema de complementaridade, que abrange atividades relacionadas à agricultura, extrativismo, artesanato, turismo e serviços (BIM, 2012).

Esses grupos desempenham um papel crucial na promoção da sustentabilidade socioambiental da região, uma vez que seu estilo de vida é intrinsecamente ligado à conservação dos remanescentes da Mata Atlântica, especialmente nos estados de São Paulo e Paraná. No Mosaico Jacupiranga, observa-se também um rico mosaico cultural, que, com exceção dos indígenas que não habitavam o antigo PEJ, inclui a diversidade das comunidades que compõem a região (BIM, 2012). Para melhor entendimento dos atores sociais que podem ser identificados no Mosaico de Jacupiranga, nos tópicos a seguir são abordados os quilombolas, indígenas e agricultores e, em seguida, o Estado e o município.

3.2.1 Quilombolas, indígenas e agricultores

Doze comunidades quilombolas estão presentes no Mosaico, localizado em Barra do Turvo, Cananéia, Eldorado e Iporanga. Os quilombolas são descendentes de escravos negros que sobreviveram em enclaves comunitários, muitas vezes antigas herdades deixadas por grandes proprietários de terras. Embora tenham existido, principalmente após o fim da escravidão no final do século XIX, sua visibilidade social é recente, devido à luta pela terra, para a qual, em geral, não possuem documentos. A Constituição de 1988 garantiu a eles o direito à terra em que vivem, nas atividades ligadas ao artesanato, ao extrativismo e à agricultura familiar (Bim, 2012). No entanto, a sobreposição de registros privados com áreas quilombolas tem causado conflitos agrários e dificultado a gestão coletiva dos territórios.

A situação das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira está intrinsecamente ligada à legislação ambiental, pois muitas dessas áreas integram Ucs. Esse vínculo, no entanto, vai além da simples sobreposição de territórios, envolvendo também a necessidade de licenciamento e autorização para práticas tradicionais como a roça de coivara e o manejo sustentável (BERNINI, 2019). Cada UC apresenta características próprias que variam conforme sua localização, contexto social e outros fatores.

Em geral, essas unidades buscam equilibrar a conservação ambiental com a ocupação humana, estabelecendo princípios constitucionais que asseguram o direito à propriedade privada (Silva, 2021). No entanto, o licenciamento das práticas agrícolas tradicionais enfrenta desafios, devido a questões fundiárias e aos direitos territoriais das comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais (Bernini, 2019).

O conceito de quilombo atravessa o tempo e designa os territórios onde se organizavam negros africanos que, trazidos com a colonização portuguesa, insurgiam contra a situação de escravos (Brasil, 2008). Essas comunidades se configuram como territórios de resistência sociopolítica e cultural, com uma trajetória única e relações territoriais próprias. Definidas pela ancestralidade negra e pela luta contra a opressão histórica, elas se autodeterminam como comunidades negras quilombolas, preservando costumes, tradições e condições sociais, culturais e econômicas que as distinguem de outros grupos da sociedade (Teixeira, 2016).

É importante destacar que existe diferença entre tipos de territórios. Aquele estabelecido por decisão política com região pré-definida e o território construído a partir do encontro de atores sociais. Neste último, há uma identidade construída, associada ao espaço de ação coletiva, formadas por relações histórico-culturais (Cuche, 2002).

De acordo com Kawaguchi (2015), as comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, São Paulo, representam o repertório cultural brasileiro, lutando pela posse do território e mantendo conhecimentos culturais ligados à relação com a terra. Apesar da marginalização pelo poder público e grandes conglomerados midiáticos, algumas dessas comunidades estão presentes no ciberespaço, buscando reafirmar suas características socioambientais por meio de articulações on e off-line. Enquanto movimento de resistência, enfrentam dificuldades para participar dos processos comunicativos devido à assimetria global no acesso à tecnologia, mas buscam utilizar a internet como ferramenta auxiliar para conquistar direitos e promover suas ações.

Assim, o território quilombola foi construído socialmente, fazendo surgir sua identidade cultural, permeando um sentimento de vínculo ou identificação de uma coletividade em maior ou menor grau. No Vale do Ribeira, há uma relação entre quilombolas, natureza, território e conhecimento, sendo o território para essas comunidades a base da vida e um campo de luta pelos seus direitos (Dias, 2020).

Esse fenômeno provoca uma mistura dos povos, raças, culturas, gostos, que se não fosse pelo interesse em produzir capital, seria um importante fundamento para transformações sociais e políticas. (Santos, 2008). Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, na interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

O conceito de identidade está associado à existência de “outros” e à identidade pessoal, está basicamente ligado à natureza psicológica, dando a percepção da própria existência do ser humano, como pessoa que se relaciona com outros sujeitos, com os quais forma um grupo social. A definição da identidade é ampliada para o contexto social e cultural, sendo elaborado pelo convívio social, de geração para geração, pelo dia a dia, tendo como elementos fundamentais o social e o religioso, onde o social é resultado da articulação entre o religioso e o cultural (Frias, 1998, p. 61).

No que se refere à política de reconhecimento e regularização fundiária dos territórios remanescentes dos quilombos, nos últimos anos, vários Relatórios Técnico-Científicos (RTC) das comunidades quilombolas foram realizados pela ITESP, estando à maioria desses quilombolas em áreas localizadas na região do Vale do Ribeira, e algumas inseridas no Mojac. No ano de 2003, a União apresentou o Decreto Federal n. 4.887 que determinou o órgão responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

São vinte e sete comunidades reconhecidas e seis delas tiveram suas áreas total ou parcialmente tituladas, com a maioria das terras declaradas de domínio público em 2014. Todavia, nem todos os ocupantes que não são quilombolas foram retirados das áreas tituladas, com a devida indenização, culminando até os dias atuais em conflitos por disputa de terras (Duarte, 2011).

Em 2021, foi realizado um levantamento pelo ISA mostrando que 43% da área total dos 29 territórios quilombolas no Vale do Ribeira, em São Paulo, estão com registros irregulares de Cadastro Ambiental Rural (CAR). No total. São 33 comunidades quilombolas no Ribeira, e quatro delas não tiveram apoio da ITESP (Cabral; Aragão, 2021).

A sobreposição de registros privados com áreas quilombolas traz o problema fundiário envolto a conflitos agrários. Comunidades como Bombas tem área de sobreposição acumulada em 154%. Essa situação se deu pela dificuldade que os quilombolas tiveram para implementar o CAR nos territórios do Vale do Ribeira, havendo um descompasso no registro entre propriedades privadas rurais e quilombolas. A falta de apoio do ITESP para a inscrição do CAR não colabora para que se tenha assistência técnica para as comunidades quilombolas do Ribeira (Cabral; Aragão, 2021).

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pelo Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/2012), é um registro obrigatório e eletrônico de todos os imóveis rurais, integrando o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA). Sua finalidade é monitorar e combater o desmatamento, além de facilitar o planejamento ambiental e econômico das propriedades rurais. O CAR permite a consolidação de informações sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais, florestas, vegetação nativa, Áreas de Uso Restrito e áreas consolidadas. Com o cadastro, proprietários rurais podem acessar Cotas de Reserva Ambiental e obter benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental (PRA) e nos programas de incentivo à preservação ambiental. De acordo com Fink (2012, p.450): os principais benefícios proporcionados pelo CAR e os programas de incentivos, são:

- a) Possibilidade de regularização das APP e/ou Reserva Legal vegetação natural suprimida ou alterada até 22/07/2008 no imóvel rural, sem autuação por infração administrativa ou crime ambiental; Suspensão de sanções em função de infrações administrativas por supressão irregular de vegetação em áreas de APP, Reserva Legal e de uso restrito, cometidas até 22/07/2008.
- b) Obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que o praticado no mercado; Contratação do seguro agrícola condições melhores que as praticadas no mercado; Dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, gerando créditos tributários.
- c) Linhas de financiamento atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas; e
- d) Isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fio de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração do solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

O CAR foi criado pela Lei 12.727/2012 conforme artigo 29, o qual está integrado ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), sendo este composto por uma base de dados com a finalidade de controlar e monitorar as áreas

de preservação ambiental, além de oferecer benefícios para os proprietários de imóveis devidamente cadastrados (Figueiredo, 2012).

Dessa forma, é possível dizer que o cadastro ambiental rural traz benefícios tanto para o Brasil quanto para o proprietário rural, sendo fundamental para o controle, monitoramento, planejamento econômico e combate ao desmatamento. Entretanto, o Código Florestal e o CAR não beneficiam quilombolas do Vale do Ribeira no que se refere ao manejo da biodiversidade e os grupos esbarram em burocracias que dificultam a gestão coletiva dos territórios (Cabral; Aragão, 2021).

Existe um módulo do CAR federal exclusivo para inscrição de comunidades tradicionais, mas não foi adotado pelo Estado de São Paulo. Em 2021, a Itesp realizou uma força-tarefa para traçar o planejamento para aceleração dos trabalhos de regularização fundiária urbana e rural na região, sendo alegado por seu Diretor Executivo, Diogo Telles, que a pandemia de covid-19 impediu o desenvolvimento dos trabalhos de campo.

Sua meta seria a regularização fundiária de 120 imóveis rurais e 1.500 imóveis urbanos ainda no mesmo ano, no entanto, não houve atualização sobre o desfecho do ano encerrado (Souza, 2021). No início desse mesmo ano, a Itesp iniciou a instalação de fossas sépticas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira, sendo cerca de 200 famílias beneficiadas.

O objetivo do Itesp com essa ação foi de promover a saúde da comunidade, meio ambiente e melhores condições de vida para os quilombolas (Souza, 2021). As comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira estão dentro de uma APA, Quilombos do Médio Ribeira, incluindo Ivaporunduva.

Até a última atualização de dados dos Planos de Manejo do Estado de São Paulo em novembro de 2021, o Plano de Manejo da APA se encontra na fase de planejamento (SIGAM, 2022). Muitos monitores locais eram moradores das comunidades Quilombolas, com isso surgiu em 2009, roteiro para a APA, chamado Circuito Quilombola, sendo incluídas 14 comunidades quilombolas mais preparadas para receber turistas, com ações de gestão e planejamento de grupos de interesses através de um projeto coordenado pelo ISA e com o financiamento de edital via Ministério de Desenvolvimento Agrário (antigo, MDA) (Martins; Futemma, 2022).

Existe uma relação peculiar entre o ecoturismo e as Unidades de Conservação, que são áreas asseguradas pela lei com o intuito de garantir a conservação do meio ambiente e o uso dos recursos naturais. De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000),

compreende por Área de Proteção Ambiental (APA), as unidades de conservação que têm como objetivo garantir o bem-estar dos habitantes e a conservação do patrimônio natural e histórico-cultural.

O atual protótipo de desenvolvimento global interfere no estilo de vida dos quilombos, causando vulnerabilidade a sustentabilidade do modo de vida comunitário e impacto ambiental e social para as gerações atuais e futuras, dentre eles pode-se citar: contaminação de lençóis freáticos pelo uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos, erosão do solo, perda da agrobiodiversidade, compactação do solo, surgimento de pragas e doenças resistentes ao uso de agrotóxicos, aumento do custo de produção devido a dependência das empresas fornecedoras de sementes melhoradas e concentração fundiária (Ehlers, 2009).

Muitos agricultores tiveram a mesma origem familiar dos quilombolas da região, e se apropriaram da terra, ao comprar parcelas de outros agricultores. Desse modo, o conflito territorial entre políticas ambientais e a resistência dos pequenos agricultores demonstra relações de poder lutando pelo mesmo espaço (Almeida, 2007). Seguindo a linha cronológica, em 1763, quando a Casa de Fundição de Iguape encerrou suas atividades, a mão de obra escrava do Vale foi direcionada para a produção agrícola, além da agricultura de subsistência, no qual o arroz cultivado no Vale do Ribeira se tornou um produto de destaque no mercado interno da colônia (ISA, 2017).

Sahlins (1974, p. 118) define “subsistência” como “produção para provisão”, explicando que a produção doméstica vai além do consumo direto e também inclui a troca para adquirir outros bens necessários. Essa noção de subsistência se conecta com o estudo de Magrini (2019), que revela como a cerâmica transcende as relações sociais, envolvendo dimensões cósmicas, corpóreas, ancestrais e uma ligação profunda com a natureza. Para mulheres negras, caipiras, agricultoras e artesãs, essa prática artesanal torna-se um ato de resistência, promovendo sua autonomia financeira e fortalecendo sua autoconfiança. Além disso, a cerâmica representa uma luta contra a alienação imposta pelo pensamento industrial, promovendo um modo de produção harmonioso com a natureza e a preservação do ambiente.

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverização, entre outras. Destaca-se que a importância da agricultura familiar para a economia se refere aos tempos modernos,

haja vista, antigamente a sua necessidade se resumia à subsistência para o produtor rural e de sua família (Lamarche, 1993).

Percebe-se que de uma forma cooperativista, a agricultura familiar transfere a exploração da força individual para o grupo familiar, visando por meio da introdução do capitalismo novos aspectos econômicos, excluindo assim, o seu uso exclusivo para a subsistência. Consideram-se três categorias de diferentes agricultores familiares a partir da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/INCRA): consolidados, em transição e de subsistência (Almeida, 2007). Tais categorias se diferenciam a partir das características como organização e gestão do trabalho, bem como durabilidade dos recursos empregados e diversificação da produção (Veiga, 2002).

Diante do exposto, as comunidades quilombolas no Vale do Ribeira enfrentam desafios complexos em relação ao reconhecimento de seus territórios e à preservação de sua identidade cultural. Com sua luta pela terra ainda recente, essas comunidades são descendentes de escravos negros que sobreviveram em enclaves comunitários após o fim da escravidão no final do século XIX.

A modernização agrícola e a proliferação de empresas prestadoras de serviços afetaram a agricultura familiar, que passou a buscar formas cooperativas para sobreviver e se adaptar ao capitalismo. As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, portanto, continuam sua luta por direitos territoriais, enfrentando obstáculos e buscando formas de preservar sua cultura e modo de vida diante das transformações sociais e políticas contemporâneas.

3.2.2 Formação Histórica do Estado e Município

Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar devem atender às necessidades dos agricultores (Buainain; Mendes, 2005), buscando transpor barreiras como dificuldades para tomada de crédito financeiro, comunicação deficiente, apoio para desenvolvimento da propriedade e cooperativismo e outros.

A adoção de políticas públicas é um demonstrativo de que o poder público está exercendo sua função sendo necessário o envolvimento de vários atores sociais para que se possa ter eficácia nas ações. Com isso a função o maior objetivo das políticas públicas é promover resultados de questões que envolvem o interesse público devendo por isso ser transparente e elaborada em espaços públicos.

A partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, a agricultura comercial do Vale do Ribeira já estava em declínio. Segundo Almeida (2007), a elite agrária não tinha interesse em consolidar a propriedade privada na região, o que resultou em uma estrutura fundiária marcada por terras devolutas apropriadas e um uso comum da terra, baseado na posse, no trabalho familiar e nas relações de ajuda mútua. Chicuta (1998) observa que, mesmo antes da regulamentação oficial, o homem tinha o desejo de perpetuar atos relevantes, como evidenciado pelas inscrições em pedras. A Resolução de 1822 introduziu as Sesmarias, e a Constituição Imperial de 1824 consolidou o respeito à propriedade, assegurando indenização prévia em caso de desapropriação por necessidade pública.

A Lei nº 601, de 1850, conforme explicado por Chicuta (1998), buscou discriminar o domínio público do particular e regularizar a situação das terras, legitimando posses e revalidando sesmarias. O Decreto n. 1.318, de 1854, também isentou os possuidores de terras concedidas pelo governo de precisar de novos títulos para usufruir, hipotecar ou alienar suas propriedades. Chicuta (1998) destaca que esse decreto introduziu pela primeira vez o registro de propriedade de imóveis no Brasil, com o possuidor declarando os detalhes do imóvel ao vigário local.

Na sequência, o Conselheiro Nabuco propôs uma lei hipotecária que deu origem à Lei 1.237, de 1864, oferecendo maior segurança ao crédito imobiliário (Carvalho, 1976). A Lei nº 3.272, de 1855, tornou obrigatória a inscrição das hipotecas legais, e o Decreto nº 370, de 1890, incluiu a transmissão de domínio entre vivos como ato registrável, consolidando o registro imobiliário como instituição pública (Chicuta, 1998).

Após a abolição da escravidão e com a Proclamação da República, a Constituição Republicana de 1891 delegou aos estados a responsabilidade sobre terras devolutas, apoiando as elites agrárias regionais (Bim, 2012). O Estado de São Paulo regulamentou a atuação em terras devolutas através da Lei n. 655 de 1899, que definiu que terras ocupadas há 30 anos, com moradia e cultivo efetivo, seriam consideradas de domínio particular, abrangendo sesmarias não revalidadas.

Durante a década de 1960, a especulação fundiária tornou-se um mecanismo comum de incorporação de terras, atraindo o interesse de empresários (Duarte, 2012). A Lei n. 5.994/1960, conhecida como Lei de Revisão Agrária, determinou que 500 a 1000 famílias de agricultores sem-terra deveriam ser assentadas anualmente,

incentivando o uso produtivo da terra através da taxaço progressiva com base no tamanho e produtividade das propriedades (Duarte, 2012).

O modelo de desenvolvimento capitalista agrário, conforme analisa Akune (2015), expropria comunidades rurais de seus territórios e esgota recursos naturais, promovendo a expansão dos latifúndios. Em resposta, movimentos sociais têm se organizado, defendendo o campo como espaço de vida e propondo práticas agroecológicas.

Com o fortalecimento de movimentos ambientalistas, entidades e organiza  es não governamentais (ONGs) ampliaram a atua  o para conserva  o e restaura  o de ambientes degradados, segundo Jacob (2003). Jacob observa que a crescente articula  o entre ONGs e movimentos ambientalistas teve resultados positivos, como a obten  o de recursos humanos qualificados para a causa ecológica.

Na década de 1960, ativistas do Sul e Sudeste brasileiros impulsionaram campanhas contra a degrada  o ambiental, como a luta contra o desmatamento na Amazônia e a prote  o de áreas ameaçadas, a  es que tiveram repercussão internacional (Diegues, 2008). Segundo Teixeira (2002), essas campanhas tornaram-se fundamentais para legitimar os movimentos ambientais, fortalecendo a conscientiza  o pública. A Constitui  o de 1988, por sua vez, trouxe um marco importante ao estabelecer que a propriedade privada deve cumprir sua fun  o social, sujeitando-a    expropria  o em caso de descumprimento, conforme previsto no art. 182,    4  

Na primeira metade do século XIX, o arroz proporcionou considerável vantagem para a região, tendo em vista a quantidade de engenhos beneficiadores do produto (Bernini, 2019). Nessa época predominou a agricultura intensiva de caráter primitivo, praticada na segunda metade do século XX, ao longo do Vale do Ribeira,    jusante da barra do Jacupiranga, de caráter comercial associado às pequenas roças de subsistência (Valentin, 2006).

A partir da década de 1940, o Vale do Ribeira passou a ter papel de destaque na economia de São Paulo, quando passou a ser incorporado aos fluxos urbano-industriais que mais cresciam no estado (BERNINI, 2019). Na década de 1960, com a abertura de estradas de acesso às comunidades, aumentou as rela  es entre agricultores, extrativistas e o mercado.

Até o final da década de 1970, a agricultura em tempo parcial era considerada como um fator que travava o desenvolvimento capitalista da agricultura. Era vista

ainda como um fenômeno associado a explorações decadentes, por suas características como descapitalização e má-qualidade dos solos que impediam o desenvolvimento de uma agricultura competitiva (Anjos; Caldas, 2004). Na década de 2010, os agricultores familiares se tornaram protagonistas das cooperativas no Vale do Ribeira, contando com atuação pública por meio de conselhos, favorecendo a criação de políticas públicas (Momesso, 2020).

Já no ano de 2015, foram licenciadas 264 áreas para coivara, destinadas a 193 pessoas, indicando que muitos agricultores continuam cultivando no local na forma de trabalho coletivo, destacando, portanto, que a produção agrícola é rica em variedades e garante alimento para as famílias durante todo o ano (ISA, 2017). A coletividade forma uma identidade que se vincula à posse da terra e a agricultura familiar, produzindo representações simbólicas articuladas a situações que muitas vezes não são compartilhadas por todas as comunidades (Anjos; Caldas, 2004).

Contudo, nem todas as áreas licenciadas são as escolhidas pelos agricultores, embora diálogos entre comunidades e órgãos ambientais, os plantios acabam sendo feitos em áreas que os agricultores entendem como não ter potencial produtivo (ISA, 2017). O território torna-se conquista de fração do espaço e o desenvolvimento, enquanto garantia da justiça social e emancipação política dos atores sociais envolvidos, perpassa esse pressuposto do respeito à multidimensionalidade dos saberes.

Nada aconteceu do dia para a noite. Os acontecimentos e os movimentos na identidade dos agricultores resultaram de um processo de várias décadas e a juventude cresceu em um contexto de crescimento da agricultura familiar, da mudança cidade para o campo, ao contrário que antes existia campo para a cidade. O agricultor familiar sofreu várias transformações com a entrada do capitalismo, mas sem perder sua importância. Nos tempos antigos o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseiam nas leis de mercado e sim em trocas entre famílias, parentes e vizinhos (Martins, 1975).

O fato é que essa modernização, as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Deste modo, nos últimos tempos com a emergência do fenômeno da Pluriatividade, diversas pesquisas têm se voltado para aspectos ligados à identidade social das famílias com características pluriativas. No Brasil, desde a época colonial a maioria de suas terras está nas mãos de uma minoria, o país tem sua história embasada por

latifúndios monocultores com uma economia baseada em ciclos, tais como: ciclo do açúcar, ciclo do café, entre outros (Cenzi, 2012).

O Brasil é um país rico em terras férteis e conta com mão de obra disponível, sendo um país potencial para as atividades agrícolas, no entanto, sofre com a má distribuição destas terras, o que ocorre devido a fatores históricos iniciados na época do Brasil-Colônia que refletem nos dias de hoje. Inúmeras são as terras improdutivas concentradas nas mãos de poucos, fator primordial para que a agricultura brasileira não gera maiores resultados (Buainaim; Mendes, 2005). Vale ressaltar, que ainda não há um conceito específico de terras improdutivas, porém, sabe-se que a manutenção destas terras deixa de gerar lucro para o país e ainda favorece a diferença social.

Várias propostas foram formuladas no decorrer dos tempos para diminuir esta diferença social, sendo inclusive citado em Constituição Federal, devendo-se ressaltar os outros instrumentos jurídicos formulados como o Estatuto da Terra, configurando-se em uma luta histórica pela Reforma Agrária no país (Pacievitch, 2008).

Como tentativas de reduzir o número de terras improdutivas a Política Agrícola brasileira aplica o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) de forma progressiva e com alíquotas fixadas de forma a desestimular a improdutividade dessas terras, garantido em Constituição Federal (Martins, 1975).

Deste modo, as terras improdutivas não cumprem sua função social, portanto, elas também podem ser desapropriadas, conforme dispositivos jurídicos (Fagundes, 1994). Perante a Constituição Nacional, toda e qualquer propriedade tem a sua função social (art. 5, inc. XXIII). Sobre política agrícola e reforma agrária, no cap. II título VII, são oito artigos que se referem à propriedade e todas as suas características, que afirmam a compatibilidade entre política agrícola e a reforma agrária (BRASIL, 1988).

No Brasil, o problema com a reforma agrária vem se arrastando por vários anos. E com isso movimentos que reivindicam a reforma crescem e em paralelo surgem alguns questionamentos, um deles é a violência em alguns casos e outro é a legitimidade dos interesses que alguns integrantes são insuficientes quanto aos seus reais interesses.

Apesar de ser importante a redução das terras improdutivas no Brasil, levando em conta que improdutividade das terras não gera alimentação, emprego, e nenhum bem-estar social, não exercendo assim sua função social, não se pode concentrar a Reforma Agrária na desapropriação dessas terras e cobrança de altos impostos sobre ela, haja vista que seria restringir o próprio alcance e qualidade da reforma.

A improdutividade de uma propriedade não é diagnosticada pelo seu tamanho, e sim pelos seus índices de produção, não importando se ela é pequena, média ou grande. O problema é que quando a família rural não possui terras suficientes para seu cultivo e não vê outro meio de sobrevivência no seu espaço, passam a buscar várias estratégias para sobreviver (Teixeira, 2000).

Conforme Navarro (2016), o conjunto de transformações recentes em curso nas regiões rurais brasileiras ativa a formação de um novo padrão de acumulação de capital, que é determinado pela manifestação financeira. Trata-se de uma fase que desenvolve processos econômico-financeiros e socioculturais inéditos.

Assim, é preciso entender o esvaziamento do campo, as mudanças do mercado de trabalho e, sobretudo, o aprofundamento das desigualdades regionais e sociais. No ano de 2017, foi criada a Cooperativa Central dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira (COOPERCENTRAL VR), uma central formada por 9 cooperativas e 4 associações da região do Vale do Ribeira em São Paulo, totalizando 1.200 famílias de agricultores, sendo considerada um ator relevante no panorama da agricultura familiar da região. Sua consolidação trouxe novas possibilidades para as pautas da agricultura familiar em níveis políticos (Momesso, 2020).

As cooperativas funcionam como intermediárias para facilitar negociações, focando em objetivos claros e no bem-estar dos cooperados e da comunidade (Gora, 2010). No Brasil, o cooperativismo surgiu no século XIX e foi formalizado pela Lei 5.764 de 1971, que estabelece diretrizes legais para o setor (Cenzi, 2012). A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) representa, promove e defende as cooperativas no país. Baseado em princípios como adesão voluntária, gestão democrática e intercooperação, o cooperativismo fortalece a economia, especialmente no agronegócio, impulsionando o desenvolvimento regional e promovendo a circulação de renda (Lima; Alves, 2015; CENZI, 2012).

Em conclusão, as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar são essenciais para atender às necessidades dos agricultores e superar desafios como dificuldades de acesso ao crédito financeiro, problemas de comunicação e falta de apoio ao desenvolvimento das propriedades e do cooperativismo. Essas políticas representam a atuação do poder público em prol do interesse coletivo e requerem o envolvimento de diversos atores sociais para serem eficazes.

3.3 Conclusão do capítulo

Durante o capítulo foi possível verificar que a caracterização do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira revela uma complexa interação entre o homem e a natureza, marcada por ciclos econômicos, migrações e transformações culturais que moldaram a região ao longo dos séculos. A relação intrínseca entre as comunidades locais e o meio ambiente, apesar dos desafios impostos pela fragmentação de habitats e pelas pressões do desenvolvimento, demonstrou a resiliência e a adaptabilidade das populações que ali habitam, especialmente as comunidades quilombolas e caiçaras.

Essas comunidades, herdeiras de uma rica diversidade cultural, mantêm práticas tradicionais que são, em muitos aspectos, sustentáveis e adaptadas às especificidades do ambiente da Mata Atlântica. No entanto, enfrentam graves desafios, como a falta de acesso a políticas públicas básicas e as pressões econômicas que ameaçam sua subsistência. A história do Vale do Ribeira é, portanto, uma história de resistência e de constante adaptação às mudanças socioeconômicas e ambientais.

A compreensão desse processo histórico e espacial é essencial para a formulação de políticas que considerem as especificidades locais e promovam o desenvolvimento sustentável, respeitando tanto os direitos das populações tradicionais quanto a necessidade de conservação ambiental. A análise da formação socioespacial do Vale do Ribeira fornece, assim, uma base para a discussão das dinâmicas contemporâneas e dos desafios futuros na busca por um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio natural e cultural da região.

A análise dos atores sociais do Mosaico Jacupiranga/Vale do Ribeira revela a presença de diversas comunidades, como quilombolas, pequenos agricultores migrantes, caiçaras e grupos indígenas, cujas práticas e tradições desempenham um papel crucial na sustentabilidade socioambiental da região. A economia dessas comunidades é marcada por um sistema de complementaridade, envolvendo agricultura, extrativismo, artesanato, turismo e serviços, refletindo a importância do modo de vida tradicional na conservação dos remanescentes da Mata Atlântica.

Os quilombolas, em particular, enfrentam desafios relacionados à regularização fundiária e à legislação ambiental, especialmente no que tange ao direito à terra e às práticas tradicionais de manejo. A legislação brasileira, por meio da Constituição de

1988 e do Decreto Federal n. 4.887 de 2003, reconheceu os direitos dessas comunidades, mas a implementação prática desses direitos tem sido dificultada por conflitos fundiários e pela falta de apoio técnico adequado, como evidenciado pela baixa adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) entre as comunidades do Vale do Ribeira.

A identidade cultural dos quilombolas é enraizada em suas relações com a terra, sendo o território um campo de luta e resistência sociopolítica. No entanto, a sobreposição de registros privados com áreas quilombolas, associada à complexidade do processo de regularização fundiária, gera tensões contínuas na região. A falta de assistência técnica e a burocracia no acesso aos benefícios do CAR agravam ainda mais essas dificuldades.

Dessa forma, a interação dos diferentes atores sociais do Mosaico Jacupiranga, incluindo comunidades tradicionais e instituições governamentais, é marcada por desafios que refletem a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e eficiente para garantir a preservação ambiental e o respeito aos direitos das comunidades locais. A regularização fundiária e o manejo sustentável dos recursos naturais emergem como questões centrais para a promoção de um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável e que respeite as tradições e os direitos dessas populações.

A partir da análise da formação histórica do Estado e do Município no Vale do Ribeira foi possível verificar uma evolução marcada por transformações na propriedade da terra e na implementação de políticas públicas, especialmente no que tange à agricultura familiar e à gestão fundiária. O avanço das leis e decretos ao longo do século XIX e XX evidenciou o esforço do poder público em regular a ocupação territorial e promover uma distribuição mais justa da terra, embora nem sempre com sucesso. Paralelamente, a ascensão do modo de produção capitalista e a especulação fundiária agravaram a exclusão dos povos do campo, impulsionando movimentos sociais que resistiram ao modelo latifundiário hegemônico e defenderam a agricultura camponesa e práticas agroecológicas.

No campo das políticas ambientais, a partir da década de 1960, houve uma crescente conscientização e mobilização em prol da preservação dos recursos naturais, impulsionada por legislações modernas e pela atuação de movimentos sociais e ONGs. Essas iniciativas, muitas vezes fortalecidas por apoio externo e pela articulação com a sociedade civil, resultaram em avanços significativos na proteção

ambiental, embora ainda enfrentem desafios na implementação de soluções efetivas e na reconciliação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Assim, verificou-se uma contínua tensão entre os interesses públicos e privados, a luta pela terra e pela sustentabilidade, e a busca por políticas públicas que atendam às necessidades da população, promovendo justiça social e ambiental.

4 GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS NO MOSAICO DO JACUPIRANGA/VALE DO RIBEIRA

No quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa e as discussões correspondentes. Inicia-se com a análise da perspectiva de desenvolvimento sustentável orientativa das ações na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira. Em seguida, são abordados os conflitos fundiários de uso e ocupação de terras, com destaque para a recategorização do território das comunidades do Mosaico e a regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas.

Para tanto, foi considerado o levantamento documental realizado, que envolveu a análise de Decretos, Portarias, Leis e Políticas Públicas, bem como recortes de jornais e revistas dos últimos 10 anos que forneceram informações sobre o MOJAC. As entrevistas realizadas com atores sociais diretamente envolvidos nas mudanças ocorridas na última década no Mosaico, bem como nos conflitos de interesse emergentes, também foram discutidas nesta etapa.

No total, foram realizadas nove entrevistas, distribuídas da seguinte forma: 1 com Ocimar Bim, 1 com membro das comunidades quilombolas, 5 com gestores considerados como representantes locais, 2 com agricultores. Buscou-se uma triangulação dos resultados, possibilitando uma melhor interpretação dos resultados apresentados.

A melhoria da qualidade de vida da população que vive no Vale do Ribeira também foi discutida durante a pesquisa realizada, verificando-se diferentes questões que trouxeram essa melhoria, assim, como desafios que são enfrentados nesse âmbito nas entrevistas realizadas, resultado ratificado quando se discute com outras pesquisas realizadas sobre o assunto. Os tópicos a seguir analisam o assunto.

4.1 A perspectiva de desenvolvimento sustentável orientativa das ações na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira

Nessa etapa considera-se a perspectiva orientativa do desenvolvimento sustentável nas ações implementadas Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira, abordando, de forma crítica, as dinâmicas e desafios envolvidos. A discussão foi

baseada em entrevistas realizadas com atores sociais diretamente envolvidos nas transformações ocorridas na região ao longo da última década, além de uma análise detalhada de documentação, incluindo Decretos, Portarias, Leis, Políticas Públicas e recortes de imprensa que evidenciam as mudanças e conflitos de interesse emergentes.

Uma das principais entrevistas realizadas para este estudo foi com Ocimar Bim, um profissional envolvido com a gestão e conservação ambiental no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Ocimar Bim possui graduação em Engenharia Agrícola pela Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel (UNIOESTE), é especialista em Gestão e Administração de Unidades de Conservação pela Universidade Estadual de Minas Gerais, e Mestre em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP).

Sua dissertação de mestrado foi dedicada à análise do processo de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, no Vale do Ribeira, e seus impactos tanto na conservação ambiental quanto nas comunidades locais envolvidas, um tema que se assemelha e complementa a pesquisa realizada nesta tese de doutorado. Atualmente, como pesquisador científico do Instituto Florestal de São Paulo e doutorando na UNESP, Campus Sorocaba, Ocimar Bim coordena, há mais de 12 anos, projetos de restauração ecológica no Mosaico de Jacupiranga, tendo recuperado mais de 700 hectares de áreas degradadas.

Considerando a perspectiva de desenvolvimento sustentável, Ocimar Bim durante entrevista concedida para nossa pesquisa em 2023 (Cardoso, 2023^a), afirma que durante os últimos 10 a 15 anos desde a criação do MOJAC, o processo tem sido essencialmente uma jornada de aprendizado para todos os envolvidos. Os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento incluem a demarcação mais clara das áreas de conservação, que permitiu a formação de acordos coletivos e uma participação mais efetiva das comunidades nos processos decisórios. Apesar dos desafios continuarem presentes, houve uma melhoria significativa.

Projetos como o plantio de juçara e a implementação de agroflorestas representam investimentos a longo prazo que agora estão começando a dar frutos. Um exemplo concreto disso é a transformação de um prostíbulo em um restaurante na beira da BR, que agora emprega várias pessoas. Antes, quando a área era um parque, não era permitido nada no local. Mas com a mudança para uma APA, o

proprietário viu uma oportunidade de negócio e foi autorizado a fazer melhorias, trazendo vida para a área.

A partir desses resultados, pode-se depreender que o processo de desenvolvimento sustentável no MOJAC tem sido uma jornada de aprendizado gradual para todos os envolvidos, com avanços significativos ao longo das últimas décadas. A demarcação mais clara das áreas de conservação desempenhou um papel fundamental na organização do território, permitindo a formação de acordos coletivos e uma maior participação das comunidades nos processos decisórios. Os projetos de plantio de juçara e a implementação de sistemas agroflorestais surgem como exemplos de iniciativas sustentáveis de longo prazo, que agora começam a trazer resultados positivos, tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades locais.

Outro ponto importante que observa-se é a flexibilização das restrições de uso da terra, com a mudança do *status* de parque para APA. Isso possibilitou novos empreendimentos, como a transformação de um prostíbulo em restaurante, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento econômico sustentável. Essas transformações demonstram que uma gestão integrada pode criar soluções viáveis para as comunidades, respeitando as limitações ambientais ao mesmo tempo que abre oportunidades econômicas.

Outras mudanças tangíveis incluem a melhoria das casas e a transformação de antigas favelas em bairros. Além disso, houve uma mudança na mentalidade das pessoas em relação ao meio ambiente. Antes, havia pouca consciência ambiental e até apoio ao desmatamento e tráfico de animais silvestres. Atualmente, existe uma rede de informantes e apoio mútuo entre os moradores para proteger a biodiversidade local. Isso inclui a proteção de espécies ameaçadas como o papagaio-do-peito-roxo e o plantio de espécies nativas como a juçara. A proteção da biodiversidade, exemplificada pela conscientização e ação dos moradores em relação ao tráfico de animais silvestres e ao plantio de espécies nativas como a juçara, destaca um aumento na consciência ambiental e no engajamento da comunidade na preservação do ecossistema local (Cardoso, 2023^a).

Isso sugere uma mudança cultural significativa, onde os residentes agora valorizam e protegem os recursos naturais ao seu redor. Esses exemplos indicam que as transformações trazidas pela criação do Mojac não apenas resolveram questões imediatas, como a necessidade de moradia e emprego, mas também promoveram

uma mudança mais ampla na forma como as comunidades locais interagem com o meio ambiente e buscam seu desenvolvimento sustentável.

Os comentários de Bim refletem uma visão otimista e reflexiva sobre as mudanças ocorridas na região após a criação do Mojac. Ele destaca a variedade de iniciativas, desde cursos de capacitação até a produção de mudas nativas, que demonstram um compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável da área. A possibilidade de reformar casas e construir novas residências dentro das novas regras da APA representa um avanço significativo na qualidade de vida das comunidades locais, bem como um estímulo econômico para a região (Cardoso, 2023^a). A partir disso, percebemos progresso no desenvolvimento sustentável da região após a criação do Mojac, marcado por uma abordagem participativa e integradora.

Bim também enfatiza o impacto positivo dessas mudanças na proteção ambiental, destacando a importância do Mojac na preservação das nascentes do Rio Jacupiranguinha, um afluente crucial para a região. Ele ressalta que, apesar dos desafios enfrentados ao longo do processo de transição, as melhorias observadas são tangíveis e impactam diretamente a vida das pessoas. Sua perspectiva, fundamentada em sua experiência de vivenciar tanto o “antes” quanto o “depois”, proporciona uma compreensão mais profunda das transformações ocorridas (Cardoso, 2023^a).

Bim reconhece os progressos realizados e acredita no potencial futuro da região, destacando a importância de se manter uma abordagem otimista e proativa para enfrentar os desafios e continuar promovendo o desenvolvimento sustentável da área (Cardoso, 2023^a).

Ao se considerar o estudo de Silva Jr (2016), que analisou as políticas territoriais no Vale do Ribeira, observa-se que foram destacadas ações que fortaleceram os agricultores familiares, embora tenham enfrentado obstáculos devido à falta de articulação política. As experiências territoriais tiveram resultados aquém das expectativas, mas houve casos positivos de participação e elaboração de planos territoriais. O autor enfatiza a necessidade de repensar as ações de desenvolvimento com base na “nova ruralidade” e nos enfoques críticos do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento territorial sustentável. É apontada a escassez de estudos sobre as políticas de desenvolvimento estaduais no Vale do Ribeira.

Em um olhar mais crítico, observa-se que ainda que os avanços relatados sejam encorajadores, uma análise mais crítica revela que há desafios estruturais que precisam ser enfrentados para garantir a sustentabilidade a longo prazo. A falta de articulação política mencionada por Silva Jr (2016) e o possível conflito entre flexibilização econômica e conservação ambiental são pontos que não podem ser ignorados. O otimismo de Bim é importante, mas deve ser equilibrado com uma reflexão mais cautelosa sobre os riscos e as limitações do modelo atual de desenvolvimento.

Rodrigo Aguiar, Gestor-Chefe da Unidade de Conservação da APA Quilombolas do Mojac, em entrevista realizada para a pesquisa em 2023 (Cardoso, 2023b), também discutiu a perspectiva de desenvolvimento sustentável como uma orientação fundamental das ações na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira. Ele destaca que a região enfrenta desafios significativos em termos de conservação ambiental, desenvolvimento socioeconômico e preservação da cultura local. O gestor ainda ressalta a importância de adotar uma abordagem integrada que leve em consideração tanto a proteção do meio ambiente quanto o bem-estar das comunidades locais. Ele enfatiza a necessidade de promover práticas de uso sustentável dos recursos naturais, que garantam a conservação dos ecossistemas locais enquanto apoiam o desenvolvimento econômico e social das populações residentes.

Verifica-se que o grande desafio é garantir que essas boas intenções de conciliar desenvolvimento com preservação não fiquem apenas no discurso. Para isso, é essencial criar mecanismos que assegurem uma real participação das comunidades locais no processo decisório, e que os benefícios econômicos do desenvolvimento sustentável sejam distribuídos de forma justa. Além disso, é necessário um comprometimento mais amplo por parte do governo e de outros atores, para que a preservação da cultura e dos ecossistemas da região não sejam sacrificados em nome do crescimento econômico.

Por sua vez, Domingas, representante da comunidade de Iporanga – SP, membro do conselho do Mojac, que também concedeu entrevista para a pesquisa em 2023 (Cardoso, 2023c), menciona que as áreas do território são limitadas para plantio devido às restrições impostas pelas áreas de parque, impactando negativamente a agricultura de subsistência. A necessidade de alternativas para o plantio e a subsistência sugere que as estratégias de desenvolvimento sustentável não estão

sendo efetivamente implementadas para equilibrar a conservação ambiental com as necessidades econômicas da comunidade.

Neves e Okumura (2005) destacam que a questão do contato entre as regiões do planalto e litoral brasileiros, ressaltando que no Vale do Ribeira de Iguape, em São Paulo, essa comunicação seria facilitada devido às características geográficas da região. A pesquisa realizou uma análise comparativa de crânios de esqueletos de sambaquis fluviais do Vale do Ribeira e de séries pré-históricas do interior e litoral do Brasil. Os resultados indicaram que os grupos ribeirinhos mais recentes do Vale do Ribeira não possuem afinidade biológica com os paleoíndios de Lagoa Santa ou outras séries do interior. No entanto, os grupos fluviais mostraram associação com os sambaquis da costa de São Paulo e Paraná, sugerindo um contato significativo entre a planície costeira e o planalto, pelo menos no estado de São Paulo, a partir da segunda metade do Holoceno.

Pode-se depreender que, para que as políticas de desenvolvimento sustentável sejam realmente eficazes no Vale do Ribeira, é fundamental que haja uma comunicação e articulação mais efetivas entre as necessidades das comunidades locais e as diretrizes de conservação ambiental. O reconhecimento das interconexões históricas e culturais pode proporcionar um contexto mais rico para desenvolver estratégias que atendam às necessidades econômicas das comunidades, ao mesmo tempo em que preservam a biodiversidade e a cultura local.

Em outra entrevista concedida para a pesquisa, em 2023, Adilson Vieira, membro do Sindicato Rural de Cajati, SP, compartilha suas observações sobre a Lei do Mojac e a atuação da Fundação Florestal na região (Cardoso, 2023d). Segundo ele, ambas desempenham papéis importantes na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida da população, embora essas melhorias ocorram de forma lenta e enfrentem diversos desafios. Vieira (Cardoso, 2023d) destaca que a criação de áreas protegidas sob o Mojac tem promovido a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, assegurando um uso sustentável da terra e a preservação dos ecossistemas para as gerações futuras.

Durante a entrevista Vieira observou que a topografia da região favorece a preservação ambiental, dificultando a expansão descontrolada da agricultura intensiva e outras atividades que poderiam degradar o meio ambiente. A predominância da agricultura familiar, com práticas menos intensivas e geralmente mais sustentáveis, contribui para a conservação dos recursos naturais. No entanto, ele ressalta que o

bairro Lavras, localizado em uma área de parque, abriga cerca de 10 famílias, em sua maioria compostas por idosos, cujos sucessores muitas vezes não desejam continuar vivendo e trabalhando na área. Isso pode levar ao abandono das práticas tradicionais de uso da terra, que são benéficas para a preservação ambiental (Cardoso, 2023d).

Verifica-se assim que, embora existam elementos positivos na gestão ambiental e na agricultura familiar, a sustentabilidade dessas iniciativas depende de uma atenção contínua às necessidades e aspirações das comunidades locais. A interseção entre conservação e desenvolvimento deve ser tratada com uma abordagem integrada, que promova a preservação ambiental e assegure a qualidade de vida e a continuidade das práticas culturais e agrícolas locais.

Adilson Vieira reconhece que, enquanto a Lei do Mojac e a Fundação Florestal fornecem uma estrutura essencial para a conservação ambiental, é crucial implementar estratégias adicionais para incentivar os jovens a permanecerem e se engajarem em práticas sustentáveis. Ele sugere que melhorias na infraestrutura, aumento das oportunidades de educação e treinamento técnico, e promoção de alternativas econômicas viáveis dentro das áreas protegidas são necessárias para assegurar a sustentabilidade dessas regiões e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes (Cardoso, 2023d).

Podemos dizer que a promoção de alternativas econômicas viáveis é um ponto central na sua argumentação. Isso implica que as comunidades devem ter acesso a opções que não apenas respeitem os princípios de conservação ambiental, mas que também sejam rentáveis e sustentáveis a longo prazo. Esse aspecto é vital, pois a escassez de alternativas econômicas pode levar os jovens a buscar oportunidades em áreas urbanas, resultando em um êxodo rural que prejudica não apenas a conservação ambiental, mas também a vitalidade cultural e social das comunidades.

A análise dos aspectos ambientais das Reservas Extrativistas (RESEX) revela variações na abrangência e especificidade das informações disponíveis sobre cada reserva. O clima, incluindo precipitação e temperatura, é detalhado para as RESEX Mandira, Auati Paraná, Ouro Preto, Cururupu e Soure, mas não é mencionado para a RESEX Rio Xingu. A hidrografia é abordada para as RESEX Mandira, Auati Paraná, Ouro Preto, Cururupu e Soure, indicando a importância das redes hidrográficas nessas áreas. A geologia é detalhada para Mandira, Auati Paraná, Ouro Preto e Cururupu, mas não para Rio Xingu e Soure. A geomorfologia é incluída para Mandira, Auati Paraná, Ouro Preto e Cururupu, enquanto a pedologia é abordada apenas para

Mandira, Auati Paraná e Ouro Preto. O meio abiótico é discutido apenas para a RESEX Rio Xingu (São Paulo, 2018; São Paulo, 2020^a).

Quanto à vegetação e flora, estas são detalhadas para Auati Paraná, Ouro Preto e Cururupu, mas não para Mandira, Rio Xingu e Soure. A dendrometria e fitossociologia são abordadas exclusivamente para a RESEX Auati Paraná, assim como os estoques de biomassa, água e carbono e a madeira caída. O meio biótico é mencionado para Mandira e Rio Xingu, enquanto a fauna é detalhada apenas para Ouro Preto e Cururupu (São Paulo, 2018; São Paulo, 2020^a).

Nos aspectos socioeconômicos e culturais, a caracterização socioeconômica e cultural é fornecida para Mandira, enquanto Auati Paraná, Rio Xingu, Ouro Preto, Cururupu e Soure detalham a caracterização por comunidade e perfil da população. Saúde, educação, habitação, energia, abastecimento, saneamento, comunicação e transporte são abordados para Auati Paraná, Ouro Preto, Cururupu e Soure. Patrimônio, cultura, folclore, festejos, lazer, religião, gênero e esportes são discutidos para Auati Paraná, Rio Xingu, Ouro Preto, Cururupu e Soure. As formas de organização comunitária, associativismo e representação da população beneficiária são mencionadas para Mandira, Auati Paraná, Rio Xingu e Cururupu. Territorialidade e sazonalidade são abordadas para Rio Xingu e Ouro Preto, enquanto a infraestrutura é mencionada para Rio Xingu e Cururupu. O acesso a políticas públicas é discutido para Rio Xingu e Cururupu (São Paulo, 2018; São Paulo, 2020^a).

O histórico das formas de uso e ocupação do território é fornecido para Mandira, enquanto a agricultura é detalhada para Mandira, Auati Paraná e Ouro Preto. O extrativismo é abordado para Mandira, Auati Paraná, Ouro Preto e Cururupu, enquanto a pesca e a coleta de moluscos e crustáceos são mencionadas para Mandira, Ouro Preto e Cururupu. A recepção à visita turística e educacional é discutida apenas para Mandira. A análise situacional, incluindo estado de conservação, ameaças, conflitos e impactos ambientais e sociais, é fornecida para todas as RESEX (São Paulo, 2018; São Paulo, 2020^a). A análise dos panoramas nas Reservas Extrativistas (RESEX) revela uma variedade de abordagens (Quadro 2).

Quadro 2 – Análise de panoramas da RESEX

Panoramas RESEX	Mandira (1.175)	Auati Paraná (146.950)	Rio Xingu (303.841)	Ouro Preto (204.583)	Cururupu (186.053)	Soure (29.578)
Continuidade do Panorama Atual, pessimista, otimista	X					
Panorama ótimo, mais provável, ruim		X				
Panoramas Principais (atual, acesso à educação e saúde, diversificando fontes de renda, construção da UHE Belo Monte)			x			
Panorama bom, ruim				X		
Ausente					x	x

Fonte: São Paulo (2020^a).

A RESEX Mandira considera continuidade do estado atual, pessimista e otimista. Já a RESEX Auati Paraná analisa perspectivas ótimas, mais prováveis e ruins. Enquanto isso, a RESEX Rio Xingu avalia possibilidades principais como atual, acesso à educação e saúde, diversificação de renda, e impacto da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Por sua vez, a RESEX Ouro Preto contempla projeções boas e ruins. No entanto, as RESEX Cururupu e Soure não apresentam análises de panoramas próprios (SÃO PAULO, 2018; SÃO PAULO, 2020^a).

A partir disso, observa-se que as RESEX estão adotando diferentes abordagens na análise de panoramas futuros. Enquanto algumas RESEX consideram uma ampla gama de panoramas, desde os otimistas até os pessimistas, outras se concentram em contextos específicos relacionados a questões como acesso à saúde e educação, diversificação de renda e impactos de grandes empreendimentos, como a construção de usinas hidrelétricas. Isso sugere uma preocupação com a avaliação de futuros possíveis e uma tentativa de planejamento adaptativo para lidar com diferentes situações que possam surgir. No entanto, a ausência de análises de panoramas em algumas RESEX pode indicar uma lacuna na avaliação e planejamento de longo prazo nessas áreas.

Verifica-se que as ações do Mojac, de fato, contribuíram significativamente tanto para a proteção ambiental quanto para a promoção do desenvolvimento sustentável

na região. A implementação do Mojac resultou em um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento, criando um ambiente onde as comunidades locais podem prosperar enquanto protegem os recursos naturais.

A estrutura de gestão que Bim menciona durante a entrevista, composta pela sociedade, o órgão gestor local e a direção da Fundação Florestal, mostra que a maior parte do sucesso do Mojac pode ser atribuída ao esforço conjunto da sociedade e da gestão local. No entanto, ele critica a direção da Fundação Florestal por não cumprir totalmente sua parte (Cardoso, 2023^a).

Bim destaca a falta de investimentos significativos do Estado, mencionando que muitas entidades investiram em projetos importantes, mas que há uma carência de programas de habitação, infraestrutura e fomento rural do governo estadual. Por exemplo, ele menciona o programa Conexão Mata Atlântica, que oferece suporte financeiro para várias atividades, como cursos, certificações e assistência técnica, mas observa que a implementação local ainda enfrenta desafios devido à falta de apoio contínuo e estruturado do Estado (Cardoso, 2023^a).

Ele também cita exemplos concretos de sucesso, como a SOF (Organização Feminista), que se beneficia da mudança de status de parque para área de desenvolvimento sustentável. Isso permitiu a produção de hortaliças orgânicas e a venda para São Paulo, atividades que não seriam permitidas se a área ainda fosse um parque. Outros exemplos incluem o apoio de várias organizações, como a Iniciativa Verde, IDESC, Cativar, Coopera Floresta, AGIFAN de Cajati, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que colaboram para oferecer assistência técnica e promover o desenvolvimento sustentável (Cardoso, 2023^a).

O Mojac também facilitou a melhoria da infraestrutura local, permitindo que as prefeituras construam pontes e sistemas de saneamento. Este tipo de desenvolvimento teria sido impossível sob a rígida regulamentação dos parques estaduais. Bim observa que, embora muitas iniciativas tenham sido bem-sucedidas, ainda há questões importantes a serem discutidas e resolvidas (Cardoso, 2023^a).

Entendemos ser fundamental que se criem condições para que as comunidades se sintam participantes e protagonistas nas decisões que afetam suas vidas e seus meios de subsistência. Investir em infraestrutura, educação e alternativas econômicas viáveis atender as necessidades imediatas da população e garantir a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas de conservação, formando um ciclo virtuoso em que desenvolvimento e preservação ambiental caminham juntos.

Ocimar Bim destaca várias ações e fatores que contribuíram significativamente para a redução do desmatamento na região do Mosaico de Jacupiranga. A organização do território, que envolveu a regularização das posses e a clara delimitação das áreas de proteção, ajudou a reduzir o desmatamento, fazendo com que as pessoas soubessem exatamente onde poderiam ou não desmatar. Antes, havia uma grande rotatividade de pessoas comprando e vendendo terras sem saber das restrições ambientais, o que levava a um ciclo de desmatamento, multas e abandono das terras. Com a estabilização e as regras mais claras, essa rotatividade diminuiu (Cardoso, 2023^a).

Pudemos perceber que as pessoas nas comunidades do Mosaico de Jacupiranga agora estão mais conscientes das restrições ambientais e das consequências do desmatamento ilegal. Elas entendem melhor as regras e as razões por trás delas. O trabalho de conscientização sobre a importância da preservação ambiental e os benefícios de manter as áreas protegidas contribuiu para uma maior adesão às regras ambientais.

A adoção de tecnologias de monitoramento, como imagens de satélite e sistemas de informação geográfica (SIG), tornou a fiscalização mais eficiente. Essas tecnologias permitem detectar desmatamentos rapidamente e aplicar sanções de forma mais eficaz. A presença e atuação da polícia ambiental, equipada com ferramentas tecnológicas, aumentaram a capacidade de fiscalização e dissuasão de atividades ilegais (São Paulo, 2020^a).

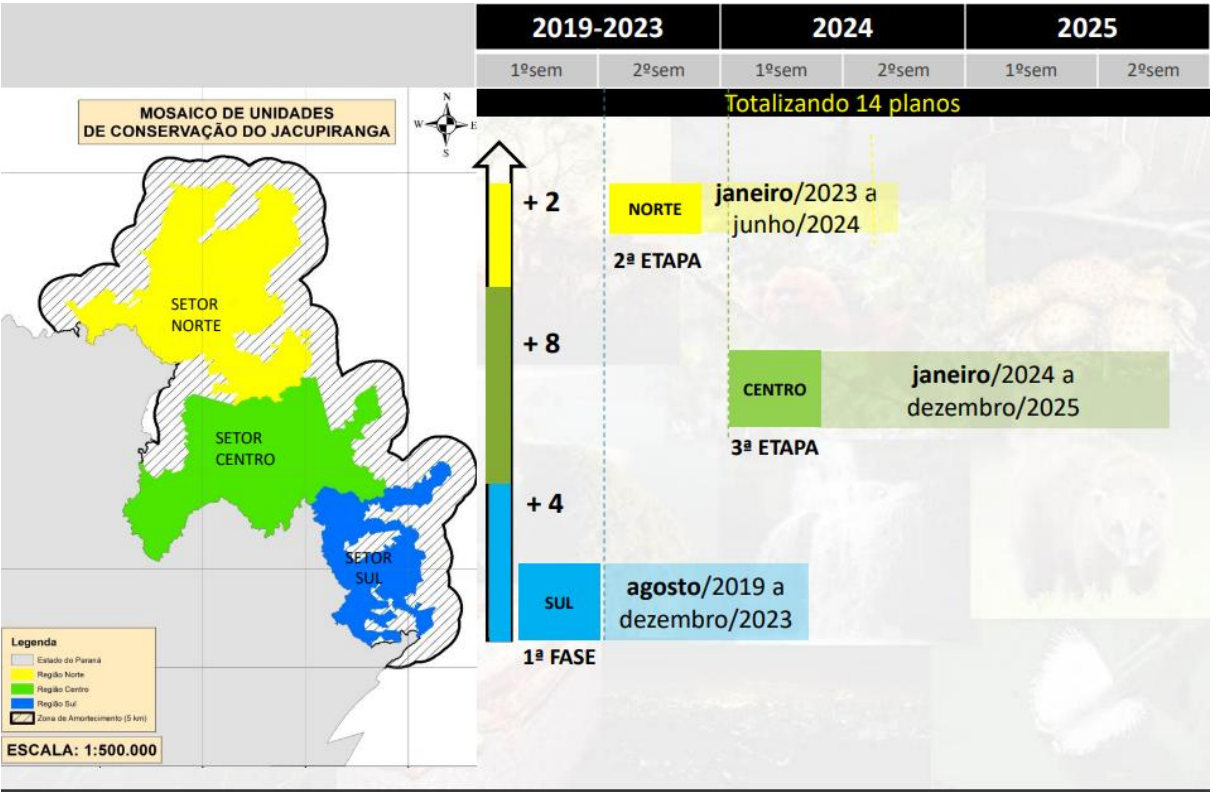
A mudança na relação entre os moradores e o Estado, onde o parque deixou de ser visto como um inimigo e passou a ser um parceiro, facilitou a cooperação. Exemplo disso é a autorização para instalação de energia elétrica e a coordenação com a Electro para resolver problemas relacionados a infraestruturas necessárias. A permissão para atividades como a construção de currais ou a reparação de telhados, que antes eram penalizadas, agora são reguladas de forma mais razoável e com menor conflito (São Paulo, 2020^a).

Essas ações combinadas resultaram numa redução significativa do desmatamento na região, estimada por Bim em cerca de 80% (Cardoso, 2023^a). A mudança de um ambiente de conflito e ilegalidade para um de cooperação e regulação clara teve um impacto positivo tanto na preservação ambiental quanto na qualidade de vida das comunidades locais.

Para o futuro do Mojac, Bim enxerga a continuidade do desenvolvimento local e a resolução de conflitos como elementos cruciais. Ele acredita que, com mais apoio do governo estadual e a continuidade do trabalho coletivo das comunidades e gestores locais, o Mojac pode continuar a servir como um modelo de desenvolvimento sustentável que equilibra conservação ambiental e progresso econômico (Cardoso, 2023^a).

O planejamento do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (Mojac) para o período de 2019 a 2025 está estruturado em fases e etapas, distribuídas entre três setores principais: Norte, Centro e Sul. A primeira fase, focada no Setor Sul, ocorreu de agosto de 2019 a dezembro de 2023. Em seguida, a segunda etapa está prevista para o Setor Norte, ocorrendo de janeiro de 2023 a junho de 2024. A terceira etapa, que abrange o Setor Centro, está planejada para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2025. No total, o planejamento compreende 14 planos de manejo distribuídos entre os três setores (São Paulo, 2018) (Figura 6).

Figura 6 – Planos de Manejo Mojac (2019 – 2025)



Fonte: São Paulo (2024).

Durante o ano de 2024, haverá uma sobreposição das atividades de manejo nos setores Norte e Centro, indicando um período crítico que exigirá maior coordenação e alocação de recursos. Este plano detalhado e faseado visa assegurar uma abordagem gradual e ordenada, permitindo que diferentes áreas do Mojac recebam a devida atenção em momentos específicos. A execução eficaz do plano dependerá de uma coordenação robusta e recursos adequados, especialmente durante os períodos de sobreposição das fases.

Importante mencionar que a partir da análise realizada verifica-se que nos últimos cinco anos, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira foi atualizado quatro vezes, baseando-se nos resultados anuais da região. No entanto, essas atualizações ainda refletem uma abordagem predominantemente tecnocrática, que não considera adequadamente as especificidades de cada território. Apesar da retórica de promover a participação popular por meio de conselhos, na prática, percebemos que isso ainda está longe de se tornar uma realidade efetiva. A eficácia dos planos elaborados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional em atender às necessidades locais e em promover desenvolvimento sustentável depende crucialmente do engajamento genuíno e da participação efetiva das comunidades locais.

Em conclusão, a análise das políticas e ações implementadas no contexto do Mosaico Jacupiranga e das Reservas Extrativistas evidencia um progresso significativo na integração entre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. O avanço na clareza das demarcações, a participação comunitária e as iniciativas de manejo sustentável, como o plantio de espécies nativas e a preservação da biodiversidade, indicam uma transformação positiva nas práticas locais.

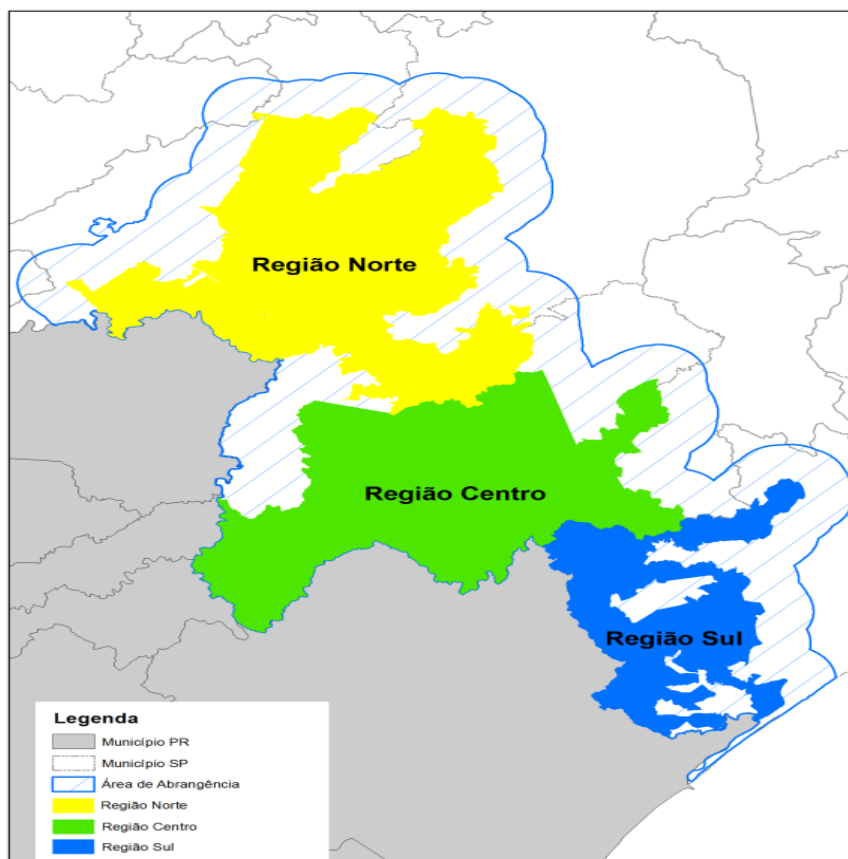
No entanto, os desafios persistem, especialmente no que diz respeito à articulação política e à implementação eficaz das estratégias de desenvolvimento sustentável. Acredita-se que para garantir a continuidade desses progressos e o fortalecimento das comunidades locais, é essencial promover uma abordagem mais integrada e articulada, que considere as necessidades econômicas e sociais dos moradores ao mesmo tempo em que preserva os recursos naturais para as gerações futuras.

4.2 Conflitos fundiários de uso e ocupação de terras

O território é visto como um espaço de disputas e conflitos, culturalmente formado e ocupado, dentro da totalidade da formação social. Atualmente, o território apresenta contradições, com destaque para o agroindustrial da banana e a exploração minerária, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios socioeconômicos. O uso do método dos sistemas agrários, aliado a uma abordagem materialista e dialética da história, permite compreender a formação dos territórios de forma crítica, buscando caminhos para superar suas contradições históricas e moldar o futuro (Lombardi, 2016). De acordo com Neves e Okumura (2005), o problema da ocupação do planalto e da costa se torna ainda mais relevante quando consideramos a cronologia dos sítios arqueológicos.

No caso do Vale do Mojac, de acordo com Ocimar Bim (Cardoso, 2023^a), verifica-se a subdivisão do território em três grandes áreas e a criação de três conselhos regionais, sendo ele responsável pelo Núcleo Cedro (Figura 7).

Figura 7 – Regionalização do MOJAC



Fonte: São Paulo (2021).

Ocimar descreve a formação do conselho do Núcleo Cedro em 2005, que envolveu reuniões com uma grande quantidade de membros. Durante esse período, houve um veto do governador a um projeto de lei relacionado ao parque, o que levou à formação de um grupo de trabalho para discutir as implicações e propor novas diretrizes. Ocimar participou ativamente desse grupo, coordenando reuniões, trabalho de campo e elaboração de mapas por meio de cartografia participativa, envolvendo conselheiros e membros da comunidade (Cardoso, 2023^a).

Ao assumir a gestão do Núcleo Cedro, enfrentou a necessidade de lidar com a presença de mais de 8 mil moradores dentro do parque. As opções eram a remoção de todos, o que era inviável, ou a recategorização do parque, uma tarefa complexa e controversa, mas já tentada em outros lugares como o Parque Nacional do Jaú e a Serra da Canastra (Cardoso, 2023^a).

Sobre o assunto, ao refletir sobre os conflitos fundiários no Vale do Mojac à luz das ideias de Elinor Ostrom, percebe-se que a questão da ocupação e uso da terra exige uma abordagem colaborativa e adaptada às especificidades locais. Os conselhos regionais e a cartografia participativa mencionados por Ocimar Bim mostram um avanço significativo no envolvimento da comunidade, o que é essencial para garantir que as regras de uso do território sejam justas e eficazes.

No entanto, é preocupante a falta de apoio contínuo do Estado, algo que, segundo Ostrom, é crucial para que a governança dos bens comuns funcione a longo prazo. Sem investimentos adequados e mecanismos robustos de resolução de conflitos, essas iniciativas correm o risco de estagnar, prejudicando tanto a conservação ambiental quanto o bem-estar das comunidades. Acredita-se que é fundamental não apenas garantir a recategorização do parque, mas também proporcionar alternativas sustentáveis para os moradores, especialmente diante do desafio de manter jovens engajados nas práticas de preservação e uso sustentável.

A recategorização envolveu transformar áreas habitadas do parque em outras formas de unidades de conservação (UC), como Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reservas Extrativistas (RESEX) ou Áreas de Proteção Ambiental (APA), garantindo que nenhuma área deixasse de ser uma unidade de conservação. Podemos dizer que esse processo foi crucial para resolver conflitos locais, promovendo a permanência das pessoas e permitindo atividades sustentáveis nas novas categorias de Ucs.

Ocimar enfatiza a importância de manter um componente ecológico significativo. Mesmo ao reduzir áreas do parque, sempre buscou-se anexar áreas de floresta não habitadas, principalmente terras estaduais. Com isso, o parque estadual de Jacupiranga, que inicialmente tinha 150 mil hectares, após as mudanças, passou a ter 154 mil hectares, aumentando a área de proteção integral (Cardoso, 2023^a).

A criação do Mosaico de Jacupiranga resultou na transferência de 85% dos moradores para áreas de RDS ou APA, onde podiam continuar suas atividades de forma regulada e sustentável, enquanto apenas 15% permaneceram nas áreas de parque, que agora tinham regras mais flexíveis e adequadas à realidade local. Um cadastro georreferenciado das ocupações foi realizado em 2006, identificando 2.133 pontos de ocupação, o que ajudou a entender a distribuição das comunidades e a planejar as novas Ucs de maneira mais eficaz (Cardoso, 2023^a). A partir disso, podemos perceber uma tentativa de balancear conservação e desenvolvimento sustentável, respeitando as particularidades ecológicas e sociais da região.

Ocimar destaca que a recategorização transformou um território de medo e opressão em um espaço onde a permanência humana e a produção sustentável eram possíveis, atendendo às reivindicações das comunidades por autossustento e sobrevivência. Ele conclui mencionando a continuidade do trabalho, com reuniões e debates constantes, além de um levantamento detalhado dos moradores e das unidades de conservação, o que proporcionou uma base sólida para a gestão integrada e participativa da região (Cardoso, 2023^a).

Sobre o assunto, Horowitz (2021) discute a importância do território público e analisa as perspectivas de Habraken, Jacobs e Ostrom sobre o tema. De acordo com o autor, Habraken considera o território público como relativo, dependendo do nível de território em que está inserido. Jacobs enfatiza a importância das conexões e da acomodação de estranhos sem comprometer a segurança. Ostrom aborda os recursos de uso comum como bens que, quando utilizados, ficam menos disponíveis para os outros. Os CIDs (*Community Improvement Districts*) representam um veículo de governança específico para definir o que é público e privado em grandes empreendimentos residenciais.

A recategorização do território no Mosaico de Jacupiranga nos parece ter sido uma resposta necessária e bem-sucedida para equilibrar as demandas das comunidades locais com a conservação ambiental. Ao transformar uma área anteriormente marcada por conflitos em um espaço onde a produção sustentável e a

permanência humana se tornaram viáveis, a iniciativa mostra sensibilidade às necessidades das populações, ao mesmo tempo em que mantém o foco na preservação dos recursos naturais. Quando se considera a visão de Ostrom sobre a gestão de bens comuns e a importância da governança comunitária, pode-se reforçar a relevância de manter esses processos colaborativos, garantindo que o uso sustentável dos recursos naturais seja equilibrado com as necessidades coletivas e individuais das comunidades envolvidas.

Os desafios enfrentados durante o processo de formação do Mosaico de Jacupiranga (Mojac) foram substanciais, conforme relatado por Ocimar Bim (Cardoso, 2023^a). O principal desafio foi definir as novas divisas do parque, um processo complexo que envolvia determinar quais áreas de uso deixariam de fazer parte do parque e onde exatamente seriam estabelecidas as novas fronteiras. Essa redefinição gerou situações diversas e complicadas, como algumas propriedades onde a casa saía do parque, mas o sítio permanecia dentro, ou vice-versa. Ocorreram também casos em que áreas desmatadas após 2001 ainda eram consideradas floresta naquela data e, portanto, permaneceram dentro do parque (Cardoso, 2023^a).

Enfrentar os lobbies dos fazendeiros foi outro grande obstáculo. Muitos fazendeiros tentaram, com sucesso variável, excluir suas propriedades do parque. Na região central, houve um esforço significativo para resistir às pressões dos grandes fazendeiros de fora da área, especialmente aqueles que tinham desmatado terras mas não cumpriam funções sociais ou ambientais com essas propriedades. O foco, então, foi priorizar os moradores tradicionais e a pequena agricultura, ao invés dos interesses de veranistas e grandes fazendeiros (Cardoso, 2023^a).

Entende-se que esse processo ilustra bem a tensão entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico, além de destacar a importância de manter o foco nas comunidades que praticam uma agricultura de menor impacto ambiental.

Os principais conflitos e ameaças na região do Mosaico de Jacupiranga não envolvem mais diretamente a comunidade ou o Estado, mas sim a interação com o setor agropecuário, especialmente com os grandes pecuaristas. Ocimar Bim destaca que existem fazendas de até 700 hectares com gado dentro das áreas de parque e nas RDS, o que impede a recuperação dessas áreas e cria tensões significativas. Embora não seja o maior conflito, é um dos mais importantes, devido ao impacto do agro na conservação ambiental (Cardoso, 2023^a). Percebe-se, assim, que esse panorama reflete a dificuldade de conciliar a exploração agropecuária em larga escala

com a sustentabilidade e a necessidade de políticas mais rigorosas e estratégias de mediação eficazes para resolver tais conflitos.

Ocimar Bim destacou que a abordagem adotada tinha uma base ideológica e estava fundamentada na lei brasileira, que prevê a função social e ambiental da terra. Ele mencionou casos em que grandes fazendeiros mantinham extensas áreas desmatadas com pouca atividade produtiva e condições precárias para os trabalhadores (Cardoso, 2023^a). Assim, a prioridade foi dada a garantir que as terras cumprissem seu papel social e ambiental, protegendo os direitos dos moradores tradicionais e pequenos agricultores em conformidade com a legislação vigente.

Em relação ao assunto, destaca-se que essa abordagem ressoa com as ideias de Elinor Ostrom e Jane Jacobs, que propuseram a criação de instituições e práticas que favoreçam um ambiente de vida saudável e sustentável. Ao proteger os direitos dos pequenos produtores e comunidades locais, a gestão busca equilibrar o uso econômico da terra com a preservação ambiental, como preconizado por Ostrom em suas pesquisas sobre bens comuns.

A abordagem de Habraken, por sua vez, não busca decidir como um ambiente saudável de vida bem-sucedido se parece. Sua abordagem estrutural oferece três ordens (Ordem Física, Ordem Territorial e Ordem do Entendimento) e sua relação com o exercício do poder como ferramentas que permitem comparação e previsão dos resultados de uma intervenção proposta. Os CIDs se tornaram a forma predominante de novas construções residenciais nos Estados Unidos devido à necessidade de receita das jurisdições locais, ao interesse dos construtores na maior densidade que aumenta os lucros e ao apreço dos proprietários pelas comodidades adicionais e controle sobre o bairro. O governo e agências governamentais também promoveram os CIDs e garantiram empréstimos (HOROWITZ, 2021).

De acordo com Maciel (2022), nos últimos anos, houve uma redução das políticas públicas voltadas para os territórios, levando a uma predominância de discussões acadêmicas em vez de experiências práticas de mobilização social. A academia desempenha um papel importante na análise das experiências de governança do desenvolvimento territorial.

Em sua pesquisa, percebeu que as iniciativas do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí contribuíram para o desenvolvimento territorial por meio de uma metodologia que enfatizou a gestão democrática e se alinhou com o conceito de

Gestão Social. Em termos mais amplos, a governança territorial no Vale do Caí se assemelha a um bem comum, de acordo com a teoria de Ostrom.

Observa-se que durante o processo de formação do Mosaico de Jacupiranga (Mojac), houve significativos conflitos com os grandes fazendeiros, que também influenciavam os pequenos fazendeiros e agricultores. Os grandes fazendeiros muitas vezes subjugavam os pequenos, emprestando tratores e exercendo influência sobre eles. Um dos principais debates foi sobre aceitar o novo desenho do parque e definir quem ficaria dentro e quem ficaria fora do parque.

Outro ponto crucial que se observou foi a escolha entre criar Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou Áreas de Proteção Ambiental (APA). A RDS foi preferida porque, embora permitisse aos agricultores continuar com suas atividades, ainda mantinha um controle mais rígido pelo Estado, ao contrário da APA, onde o controle estatal é mais diluído. As RDS possuem um plano de utilização com regras claras, proporcionando um meio-termo entre a liberdade das APA e as restrições dos parques.

Ocimar Bim comparou a mudança inicial proporcionada pelo Mosaico a uma paródia da Revolução Russa, onde a situação melhorou ao retirar a “vaca da cozinha” (o parque), mas ainda exigia um processo contínuo de melhorias (limpar a casa) (Cardoso, 2023^a). Essa analogia ilustra a melhoria inicial significativa ao remover as restrições pesadas do parque, embora ainda houvesse um longo caminho para melhorar completamente a qualidade de vida dos moradores.

Soares (2014) estudou duas Indicações Geográficas (IGs) como meio de conciliar o desenvolvimento territorial com a preservação da biodiversidade local, por meio da adoção das pastagens em campos naturais. A certificação da IG é vista como uma medida eficiente para influenciar positivamente a oferta de alimentos com procedência garantida, segura e saudável para os consumidores. A utilização da certificação da IG pode ser uma iniciativa eficaz associada ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento territorial.

Soares (2014) ainda menciona que a certificação da IG tem benefícios reconhecidos na percepção dos consumidores, profissionais e distribuidores, que buscam proteção contra a insegurança típica da modernidade e da globalização, especialmente no que diz respeito aos alimentos. A perspectiva ambiental também está presente nos casos estudados pelo autor, com a preocupação de manter a produção certificada e a diferenciação de mercado obtida pela IG. Isso ocorre por meio

da identificação do potencial do produto local, participação dos interessados, definição de regras comuns para gerenciar os sistemas de produção e preservação dos recursos naturais locais, bem como nas estratégias de marketing.

A transformação do Mosaico de Jacupiranga se faz refletir sobre a possibilidade de conciliar desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental, desde que haja uma gestão participativa e uma visão estratégica que priorize as comunidades locais. A comparação feita por Ocimar Bim, referindo-se à retirada da “vaca da cozinha”, simboliza a primeira etapa de um processo contínuo, onde as reformas iniciais geraram alívio, mas as mudanças estruturais necessárias para promover um desenvolvimento sustentável ainda dependem de um esforço coordenado. Verifica-se que é fundamental respeitar a função social e ambiental da terra, evitando a marginalização de pequenos agricultores e moradores tradicionais, a fim de alcançar um equilíbrio entre conservação e as necessidades humanas. Além disso, acredita-se que iniciativas como a certificação de Indicações Geográficas, conforme discutido por Soares, podem oferecer uma via sustentável para o desenvolvimento, agregando valor aos produtos locais e preservando os recursos naturais.

No estudo realizado por Sad (2014) é destacada a prevalência de conflitos entre pescadores artesanais e empreendimentos costeiros em todo o litoral brasileiro, enfatizando a necessidade de uma gestão eficaz para equilibrar os interesses divergentes desses atores sociais na região costeira. No entanto o diagnóstico feito pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) mostrou-se pouco representativo para a comunidade de pescadores, falhando em comunicar de forma clara e objetiva os impactos potenciais do projeto do Emissário.

Essa lacuna na análise gerou apreensão entre a maioria dos pescadores que participaram da pesquisa de Sad (2014), que expressou preocupação de que a construção do Emissário afetaria negativamente seu trabalho e subsistência, enquanto outros consideraram que poderia trazer benefícios econômicos, como empregos, mas ainda tinham preocupações sobre o impacto na pesca. A análise realizada por Sad (2014) concluiu que o planejamento inadequado da ocupação da região, em busca do desenvolvimento, poderia prejudicar os recursos naturais e gerar conflitos socioambientais, especialmente prejudicando os pescadores artesanais, que dependem intimamente do ambiente marinho na área afetada.

Ferreira (2004) destaca a importância de compreender as regras e sanções como pactos sociais tanto no nível local quanto institucional, e argumenta que a tradição não deve ser tratada como uma categoria homogênea, mas sim que a politização ocorre por meio de ações coletivas baseadas em conhecimento híbrido e circunstâncias comuns de acesso a recursos naturais.

A análise crítica desses processos evidencia que, apesar das intenções de promover uma gestão integrada e participativa, os conflitos relacionados à recategorização territorial e à regularização fundiária revelam a complexidade das interações entre conservação ambiental e necessidades das comunidades locais. As estratégias adotadas para mitigar esses conflitos, como a criação de RDS e APA, embora tenham oferecido soluções intermediárias, também se mostraram insuficientes para resolver completamente as disputas sobre o uso da terra e a gestão dos recursos naturais. Os conflitos que emergiram no contexto do Mosaico de Jacupiranga foram mais profundamente analisados a partir da recategorização do território e da regularização fundiária nos tópicos a seguir.

4.2.1 As comunidades do Mosaico e a recategorização do território

No Vale do Ribeira, as populações locais enfrentam dificuldades devido às restrições de uso da terra, que cobrem grande parte do território, chegando a 80% em municípios como Iporanga. Essas restrições são resultado da criação de 25 unidades de conservação na região, destinadas a preservar o último grande remanescente de Mata Atlântica. Isso limita as práticas tradicionais de cultivo e a produção agro-pastoril convencional, deixando poucas opções de subsistência para a população local. Essa situação não é exclusiva de Iporanga e é um desafio enfrentado em toda a região, dada a extensa presença da Mata Atlântica e a legislação que a protege, tanto dentro quanto fora das unidades de conservação (Mendes Júnior, 2007).

Durante a entrevista, Rodrigo Aguiar explicou que dentro das áreas protegidas, como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Extrativistas (RESEX), os conflitos fundiários surgem devido à sobreposição de interesses entre as comunidades tradicionais e grandes proprietários de terras. Essa sobreposição muitas vezes resulta em disputas pela posse da terra e pelo acesso aos recursos naturais (Cardoso, 2023b).

A situação no Vale do Ribeira, com restrições de uso da terra impactando diretamente as populações locais, me faz refletir sobre o dilema recorrente entre a conservação ambiental e a subsistência das comunidades. Embora eu reconheça a importância da preservação da Mata Atlântica, vejo que as limitações impostas às práticas tradicionais de cultivo e agropecuária parecem desconsiderar as necessidades imediatas dos moradores. Sem alternativas viáveis de subsistência, essas comunidades acabam sendo marginalizadas, o que me preocupa, especialmente diante dos conflitos fundiários que surgem. Verifica-se que é essencial encontrar um equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, para que tanto o meio ambiente quanto as populações locais possam prosperar.

O gestor destacou que áreas como o Parque Estadual Caverna do Diabo e o Parque Estadual do Rio Turvo também enfrentam conflitos fundiários, especialmente com produtores médios e grandes que mantêm parte de seus territórios dentro dessas unidades de conservação. Esses conflitos são complicados pela presença de terras públicas e pela falta de regularização fundiária, o que facilita ocupações ilegais e vendas irregulares de terras (Cardoso, 2023b).

No que diz respeito à regularização fundiária, durante a nossa observação *in loco*, foi possível constatar essa série de complicações. Em locais como Cajati, por exemplo, a questão da regularização é agravada pela troca de ocupantes, dificultando os processos indenizatórios e de regularização pelo Estado. Muitas áreas de parque foram estabelecidas onde antes havia moradores, que se viram obrigados a deixar suas terras por não conseguirem trabalhar nelas, exacerbando os conflitos fundiários.

A análise da entrevista Benedito Alves da Silva, Sr. Ditão como é conhecido localmente, membro do conselho do Mojac e morador do Bairro Andorinha em Barra do Turvo (Cardoso, 2023e), apontou o conflito entre grandes fazendeiros e pequenos agricultores é um problema crítico. Os grandes fazendeiros compram terras de pequenos agricultores para expandir a criação de gado, um uso do solo que pode ser incompatível com os objetivos de conservação do Mojac. Esta dinâmica não só ameaça a subsistência dos pequenos agricultores, como também pode levar a uma degradação ambiental significativa devido ao desmatamento e à pressão sobre os recursos naturais.

Em sua pesquisa, Silva Jr (2016) aborda a sistematização das políticas territoriais no Vale do Ribeira, destacando ações realizadas pelos Ministérios do

Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente. Essas ações tiveram um impacto parcial, mas importante, no fortalecimento dos agricultores familiares e na mobilização da sociedade civil organizada. No entanto, a falta de articulação política entre as esferas governamentais dificultou a implementação do plano territorial, resultando na diluição do Projeto Vale do Ribeira Sustentável. Isso levou a uma frágil participação popular e desmobilização social.

Percebe-se que o conflito entre grandes fazendeiros e pequenos agricultores no Mosaico de Jacupiranga reflete um desequilíbrio profundo nas políticas de uso da terra e conservação ambiental. A pressão dos grandes proprietários de terras para expandir suas atividades agropecuárias, muitas vezes à custa da sustentabilidade ecológica e da sobrevivência das pequenas comunidades, revela uma falta de coordenação entre os interesses econômicos e a preservação ambiental. Além disso, a incapacidade dos governos de articular políticas de forma eficaz e garantir a participação ativa das comunidades locais enfraquece os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Silva Jr (2016) aponta que os obstáculos políticos regionais têm impedido a cooperação e os esforços voltados para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, destaca que a maioria das experiências territoriais apresentou resultados aquém das expectativas, mas existem casos positivos de ativação de mecanismos de participação e concertação, elaboração de planos territoriais e fortalecimento de mercados solidários. O autor ressalta a necessidade de repensar as ações públicas de desenvolvimento com base na “nova ruralidade” e nos enfoques críticos do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento territorial sustentável.

Mendes Júnior (2007) em seu estudo no Vale do Ribeira verificou um modelo de exploração irresponsável do território na região, que ameaça o patrimônio natural, enquanto o aspecto sociocultural é pouco preservado nas unidades de conservação. Isso criou um conflito insolúvel entre forças internas opostas. Do ponto de vista que enfatiza o aspecto social dos conflitos socioambientais, são apresentados argumentos sólidos em favor do direito das chamadas “populações tradicionais” sobre os territórios que lhes foram injustamente tirados.

Além disso, críticas pertinentes são feitas ao modelo americano de áreas naturais, amplamente adotado no Brasil, por excluir a presença humana da paisagem natural. Vários autores defendem que essas populações têm impactos ambientais limitados, possuem conhecimentos adequados para manejar seu ambiente e podem desempenhar um papel crucial na conservação ambiental e no desenvolvimento

sustentável, além de contribuir para a formulação de políticas públicas regionais nesse sentido (Mendes Júnior, 2007).

Pode-se dizer, assim, que os desafios enfrentados no Vale do Ribeira e no Mosaico de Jacupiranga são reflexos da falta de uma articulação política eficaz e da adoção de modelos de conservação excludentes, que desconsideram o papel das populações tradicionais. Embora existam exemplos positivos de participação comunitária e fortalecimento de mercados solidários, os resultados gerais das políticas de desenvolvimento sustentável têm sido insatisfatórios. A exploração inadequada do território, aliada à exclusão social, revela a necessidade de reavaliar as estratégias de conservação e desenvolvimento rural, incorporando os princípios da “nova ruralidade” e valorizando os conhecimentos e práticas das populações locais. Esses ajustes são fundamentais para garantir um equilíbrio entre a preservação ambiental e o respeito aos direitos socioeconômicos dessas comunidades.

Ocimar Bim destaca um conflito significativo no Mojac relacionado à questão fundiária, envolvendo a ampliação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e a redução dos parques (Cardoso, 2023^a). Percebe-se, assim, que a problemática se centra no uso e na posse das terras, uma vez que muitas pessoas na região ainda são posseiras e não têm títulos definitivos.

Entende-se que os assentados frequentemente se encontram em uma situação ambígua, onde a posse da terra não se traduz necessariamente em práticas agrícolas sustentáveis ou em desenvolvimento econômico consistente. Muitos acabam migrando para áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho, dado que as terras recebidas se tornaram áreas de parque ou enfrentam restrições severas de uso, como no caso das áreas ao longo do eixo da BR-116 no Vale do Ribeira.

O que verifica-se é que a esperança depositada em planos de manejo e desenvolvimento regional muitas vezes se mostra frustrante. Embora o governo tenha elaborado múltiplos planos de desenvolvimento para a região nos últimos anos, a implementação efetiva e os resultados tangíveis têm sido escassos. Esta situação é exacerbada pela demora na conclusão e na efetivação dos planos, que são frequentemente apresentados como soluções futuras, mas que na prática não se materializam de maneira adequada.

A crítica contundente de que tais iniciativas são, em muitos casos, meras estratégias de marketing governamental para acalmar as demandas locais sem

realmente resolver os problemas parece bastante pertinente. A promessa repetida de que “quando o plano estiver pronto, tudo vai melhorar” soa para como uma falácia, especialmente quando se ouve os moradores e observadores mais críticos expressarem sua frustração. Eles apontam a falta de comprometimento real e a ausência de resultados palpáveis como evidências dessa decepção, e isso ressoa profundamente com a própria visão sobre a situação.

Salienta-se que as RDS, está prevista a concessão real de uso, permitindo algum nível de segurança e legalidade para os moradores. No entanto, verifica-se que nas APAs, a situação é mais complicada. Se um morador quiser vender sua propriedade, ele não pode, pois a lei proíbe transações imobiliárias nessas áreas. Isso gera um grande conflito, especialmente para os moradores mais idosos que desejam se mudar e necessitam de recursos financeiros.

Bim propõe uma solução na qual o Estado criaria um fundo para indenizar esses proprietários. Assim, ao invés de vender suas terras irregularmente, eles poderiam ser compensados pelo governo, e suas propriedades poderiam ser usadas para realocar moradores que atualmente vivem dentro dos parques. Isso não só resolveria a questão fundiária, mas também permitiria a recuperação ambiental das áreas desocupadas dentro dos parques, através de projetos de restauração florestal e plantio, gerando um ciclo virtuoso de benefícios ambientais e sociais (Cardoso, 2023^a).

Ele menciona que já houve iniciativas desse tipo, com reassentamento de famílias da RDS e do parque para áreas de APA, resultando na recuperação de florestas nas áreas desocupadas. No entanto, esse processo parou e precisa ser retomado. Para Bim (Cardoso, 2023^a), um fundo de indenização ajudaria a resolver o grande conflito atual do Mosaico de Jacupiranga, permitindo que os moradores que desejam sair possam fazê-lo de maneira legal e justa.

Um exemplo concreto é a situação de um morador chamado Sr. Ayer, que saiu do parque para uma RDS, mas agora quer sair da RDS também devido a problemas de saúde. Sem a possibilidade de venda legal, esses moradores acabam arrendando irregularmente suas terras. Bim acredita que com o apoio de um fundo de indenização, esses conflitos poderiam ser resolvidos de forma mais eficiente, garantindo a proteção ambiental e a dignidade dos moradores locais (Cardoso, 2023^a).

Constata-se, portanto, que o contexto no Vale do Ribeira revela um complexo entrelaçamento de desafios socioeconômicos e ambientais, exacerbado por restrições de uso da terra e conflitos fundiários. As unidades de conservação, embora essenciais

para a preservação da Mata Atlântica, impõem severas limitações às práticas tradicionais e ao desenvolvimento econômico das comunidades locais. A falta de regularização fundiária e a sobreposição de interesses entre grandes proprietários e comunidades tradicionais intensificam esses conflitos, enquanto a implementação de políticas e planos de manejo frequentemente falha em atender às necessidades reais da população. A proposta de criação de um fundo de indenização para resolver questões fundiárias emergentes pode oferecer uma solução viável, permitindo a reacomodação dos moradores e a recuperação ambiental das áreas desocupadas.

4.2.2 Comunidades quilombolas e a regularização fundiária de seus territórios

Ao investigar a região do Vale do Ribeira, o foco principal foi compreender a situação das comunidades quilombolas. O Vale abriga 34 dessas comunidades, cada uma com suas particularidades e desafios. No entanto, devido a limitações de tempo, recursos e à própria complexidade do território, optou-se por aprofundar a pesquisa em uma única comunidade. A escolha dessa comunidade específica como amostra principal baseou-se em critérios que garantissem sua representatividade em relação às demais. Ao analisar as 34 comunidades, percebe-se que essa era a maior e mais organizada, sendo um ponto de referência importante para entender as dinâmicas e necessidades comuns às quilombolas do Vale do Ribeira.

A organização e a infraestrutura relativamente desenvolvidas dessa comunidade proporcionaram um campo ideal para a coleta de dados detalhados e para observar práticas de autogestão e interação com políticas públicas. Além disso, a presença de uma liderança estável e acessível facilitou o engajamento contínuo e garantiu a coleta de informações consistentes ao longo do período de pesquisa. O fato de essa comunidade contar com programas e projetos específicos também justificou a escolha, pois permitiu analisar sua implementação e impacto, gerando informações valiosas sobre as políticas de desenvolvimento regional e preservação ambiental.

No entanto, há de se reconhecer as limitações dessa abordagem. Embora essa comunidade seja representativa em muitos aspectos, a diversidade entre as 34 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira implica que cada uma enfrenta desafios únicos e tem necessidades específicas. Para mitigar essa limitação, realizou-se visitas exploratórias a outras duas comunidades. Essas visitas, apesar dos desafios

logísticos e de comunicação, enriqueceram minha compreensão geral das condições e dinâmicas das comunidades quilombolas na região.

Silva (2010) destaca que as compartimentações do território desempenham um papel crucial na compreensão de seus usos. Essas divisões podem refletir tanto usos dominantes, como é o caso das divisões político-administrativas criadas para o exercício do poder estatal, quanto usos subalternos, como as compartimentações quilombolas.

O texto de Suzuki e Martins (2015) aborda o contexto de conflito enfrentado pelas comunidades quilombolas da Poça e do Mandira, localizadas no Vale do Ribeira paulista. Ambas as comunidades buscam o reconhecimento de suas terras e a garantia de permanência de seus moradores.

Esses desafios foram mencionados por Rodrigo Aguiar, que destacou que as comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos em relação à posse e ao uso da terra, muitas vezes resultantes de processos históricos de discriminação e exclusão. Aguiar menciona que a regularização fundiária dessas terras é fundamental para garantir os direitos territoriais e a autonomia dessas comunidades. No entanto, observa que o processo de regularização fundiária muitas vezes é lento e complexo, envolvendo diversos órgãos e instâncias governamentais (Cardoso, 2023b).

Pode-se depreender que a luta das comunidades quilombolas por reconhecimento territorial está profundamente ligada a questões históricas de discriminação e exclusão, e que a compartimentação territorial imposta pelo Estado muitas vezes reflete o exercício do poder dominante sobre os usos da terra. Essa realidade se manifesta na lenta e burocrática regularização fundiária, que impede as comunidades de exercerem plenamente seus direitos sobre as terras que habitam.

O caso das comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Ribeira, exemplifica essa situação, onde o conflito pela posse da terra e a busca por autonomia ainda são questões centrais. A regularização dessas terras, além de garantir a segurança jurídica, é crucial para promover a preservação cultural e o desenvolvimento econômico dessas comunidades, mas o processo enfrenta inúmeros obstáculos que atrasam a resolução dos conflitos fundiários.

No caso da comunidade da Poça, embora um laudo antropológico tenha reconhecido o território como sendo de uma comunidade quilombola, o título de propriedade coletiva das terras ainda não foi obtido. O conflito reside no fato de que as terras atualmente pertencem a proprietários que não são reconhecidos nem pela

comunidade nem como remanescentes de quilombo. A discussão envolve a expropriação dessas terras pelo Estado e sua posterior concessão aos quilombolas, o que fragmenta o espaço da comunidade afrodescendente (Suzuki; Martins, 2015).

Já a comunidade do Mandira passou por um processo de organização e luta para a criação de uma reserva extrativista na área ocupada. Isso permitiu uma melhor inserção no mercado, principalmente através da criação da Cooperostra. No entanto, essa maior inserção no mercado também resultou em uma maior subordinação aos anseios e desejos urbanos, fragilizando a comunidade e suas relações com o ambiente em que estão inseridos (Suzuki; Martins, 2015).

Ambos os casos mostram caminhos distintos trilhados por comunidades com origens étnicas semelhantes, mas com mediações diferentes com o ambiente em que vivem. A luta pela posse da terra e a permanência dos indivíduos estão intimamente ligadas ao processo de mobilização do trabalho. Essas relações e processos têm implicações não apenas para o futuro das comunidades quilombolas da Poça e do Mandira, mas também para o Vale do Ribeira de Iguape e para o Brasil como um todo. O texto destaca a importância dessas comunidades e de suas lutas no contexto social, econômico e cultural mais amplo (Suzuki; Martins, 2015).

O texto de Scatamacchia, Ceravolo e Demartini (1994) enfoca a importância do cadastramento como uma ferramenta fundamental na proteção do patrimônio arqueológico. Eles destacam que qualquer projeto de preservação e gerenciamento de sítios arqueológicos deve começar com um levantamento sistemático. Embora reconheçam a importância das técnicas de levantamento e registro, o foco principal do texto é o processo de comunicação introduzido na metodologia de cadastramento desenvolvida no baixo vale do Ribeira.

Scatamacchia, Ceravolo e Demartini (1994) enfatizam que o levantamento sistemático de uma região pode levar anos e que, sem a pesquisa e divulgação dos dados, todo esse trabalho não teria significado para a comunidade local. Eles argumentam que a Arqueologia deve ser vista como algo de interesse público e, portanto, estão desenvolvendo um programa de gerenciamento do patrimônio arqueológico, paralelamente ao programa de cadastro. Esse programa inclui propostas museológicas e educacionais para a divulgação e uso social dos sítios arqueológicos.

A partir disso, percebemos que o cadastramento sistemático dos sítios arqueológicos é o primeiro passo para qualquer pesquisa na área e deve ser uma

prioridade em qualquer programa de arqueologia no Brasil. Pode-se dizer que somente o conhecimento do patrimônio arqueológico pode possibilitar o estabelecimento de políticas adequadas de proteção e preservação. Portanto, o cadastramento dos sítios deve ser uma responsabilidade dos arqueólogos atuais, visando garantir que a próxima geração tenha material para estudar.

De acordo com Paes (2019), no Vale do Ribeira, os camponeses negros do Médio Ribeira desbravaram áreas florestadas e cultivaram arroz ao longo dos rios. A região enfrentou desafios relacionados à preservação ambiental e à construção de barragens. Os camponeses se autoidentificaram como quilombolas e buscaram garantir a propriedade de suas terras. Em 1994, pleitearam o reconhecimento e titulação de suas terras junto à Justiça Federal, estabelecendo contatos com os órgãos do Estado.

Carvalho (2006) concluiu que que São Pedro e Galvão, do ponto de vista da história dos dois grupos, são um processo contínuo e não um estado estático. Sua unidade de origem foi construída através de uma série de alianças com pessoas de fora, que incluíram alguns e excluíram outros. Através de “dramas sociais” e disputas expressas em acusações místicas, eles negociam tensões e democratizam o direito de acusar. A unidade é solidificada por meio de projetos e reforçada por rituais religiosos e políticos. Dessa forma, a identidade nos bairros é compreendida como um processo histórico e, ao mesmo tempo, uma estratégia política para a composição de sujeitos sociais.

Em sua pesquisa, Rosa (2007) destaca que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) obteve a concessão de uso para a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto em 1988 e conduziu seus próprios estudos de impacto ambiental. Após a conclusão desses estudos, a empresa recebeu autorização para explorar os recursos do Rio Ribeira em 1989. Com o apoio da Diocese de Registro e da Cáritas Francesa, missionárias elaboraram um projeto para proteger 2 mil famílias ameaçadas de despejo e outras 100 mil pessoas afetadas pela construção da hidrelétrica de Tijuco Alto.

Silva (2010) descreve a complexa situação fundiária na região do Vale do Ribeira de Iguape e no litoral sul do estado de São Paulo. Ele destaca a coexistência de diversas formas de uso e organização do espaço, incluindo posseiros, grileiros, grandes e pequenos proprietários, companhias mineradoras, reflorestadoras, terras devolutas e remanescentes de quilombos. A falta de reconhecimento legal das terras

ocupadas pelos quilombos criou problemas fundiários, especialmente no médio vale do rio Ribeira, onde grupos negros vivem em bairros rurais sem amparo legal.

O Decreto 4887/2003 trouxe inovações importantes, conferindo proteção jurídica especial às comunidades quilombolas. Ele define critérios para reconhecimento, autoatribuição étnico-racial, trajetória histórica própria e relação específica com o território. A caracterização das comunidades é atestada pela própria comunidade, visando garantir a posse da terra e a reprodução física, social, econômica e cultural do grupo. O processo de reconhecimento também leva em consideração critérios indicados pelos próprios grupos.

Diante disso, é possível afirmar que o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira passa por um delicado equilíbrio entre a proteção dos direitos territoriais das comunidades quilombolas e a necessidade de manejo adequado dos recursos naturais. As políticas de preservação ambiental e o desenvolvimento econômico precisam ser repensados de forma a incluir as comunidades tradicionais como protagonistas, garantindo que suas práticas culturais e modos de vida sejam preservados e respeitados.

No que diz respeito à ocupação da terra para o cultivo de banana e à extração de palmito, essas atividades econômicas ampliaram as fazendas e geraram conflitos fundiários na região. As comunidades quilombolas, principalmente aquelas em terras devolutas, enfrentaram desafios legais até a criação de um ordenamento jurídico estadual que abordasse suas terras. Os bairros rurais negros nessas áreas têm raízes antigas, com um histórico de uso efetivo ao longo de muitos anos (SILVA, 2010).

A investigação sobre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, com foco na regularização fundiária de seus territórios, revelou a complexidade e a diversidade dos desafios enfrentados por esses grupos. A análise de uma comunidade específica, escolhida por sua representatividade e organização, forneceu uma base para compreender as dinâmicas territoriais e as interações com políticas públicas na região. No entanto, a diversidade e as particularidades das 34 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira evidenciam que cada uma enfrenta desafios únicos que não podem ser plenamente capturados por uma única amostra.

Os resultados verificados reafirmam que a proteção e a preservação do patrimônio cultural e territorial das comunidades quilombolas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região. A regularização fundiária, aliada a políticas de desenvolvimento que valorizem as práticas tradicionais e a autonomia

das comunidades, é essencial para assegurar a justiça social e o respeito aos direitos humanos no Vale do Ribeira.

4.3 Qualidade de vida no Vale do Ribeira

A transição para a APA e a RDS trouxe benefícios tangíveis para os moradores. Ocimar mencionou que analisou 500 autos de infração, muitos dos quais eram por ações básicas como troca de telhado ou construção de curral. Com a criação do Mojac, uma das primeiras ações foi autorizar a ligação de energia elétrica para 1.200 dos 2.100 moradores, chegando a mais de 1.800 autorizações ao longo dos anos. Além disso, as prefeituras foram autorizadas a fazer a manutenção das estradas e a construir pontes e passarelas, o que melhorou significativamente a infraestrutura local (Cardoso, 2023^a).

Pode-se perceber que essas mudanças representaram uma melhora na qualidade de vida e na economia para os moradores locais, permitindo que eles continuassem suas atividades de forma mais sustentável e com menos restrições, comparado ao período em que estavam dentro do parque. Assim, as mudanças trouxeram uma melhora na qualidade de vida dos moradores, ao permitir que continuassem suas atividades tradicionais com menos restrições e melhor infraestrutura. Ocimar (Cardoso, 2023^a) comparou o impacto inicial do Mosaico à retirada de uma vaca da cozinha, ilustrando a libertação das restrições opressivas do parque e o início de um processo contínuo de melhoria.

Ocimar Bim destacou diversos projetos importantes implementados como parte do Mojac, que tiveram um impacto significativo tanto na melhoria da qualidade de vida dos moradores quanto na promoção da sustentabilidade ambiental. Um dos primeiros e mais impactantes projetos foi a autorização para a instalação de energia elétrica para os moradores das áreas reclassificadas como RDS ou APA (Cardoso, 2023^a).

Antes disso, as restrições do parque impediam a ligação de energia elétrica, dificultando muito a vida dos habitantes locais. A disponibilização de energia trouxe melhorias significativas, permitindo o uso de eletrodomésticos e a implementação de outras infraestruturas essenciais (Cardoso, 2023^a).

Pode-se depreender que os projetos implementados como parte do Mojac, especialmente a autorização para a instalação de energia elétrica nas áreas reclassificadas como RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) ou APA (Área

de Proteção Ambiental), tiveram um impacto significativo na vida dos moradores do Vale do Ribeira. Antes dessas mudanças, as restrições impostas pelo parque dificultavam o acesso à energia elétrica, o que limitava a qualidade de vida dos habitantes locais. A disponibilização de eletricidade não apenas facilitou o uso de eletrodomésticos, mas também possibilitou a implantação de outras infraestruturas essenciais, melhorando as condições de vida e promovendo a sustentabilidade ambiental.

A construção de fossas sépticas foi outro projeto crucial. Antes da reclassificação, os moradores eram multados por tentar construir fossas dentro do parque. Com o apoio de iniciativas como a Iniciativa Verde e projetos do ITESP e do Ferridro, foram instaladas centenas de fossas sépticas, melhorando as condições sanitárias e reduzindo a poluição ambiental (Cardoso, 2023^a).

O projeto de habitação rural, principalmente durante os anos de 2002 a 2010, permitiu a construção de mais de quatrocentas casas. Este projeto foi realizado em parceria com o sindicato local e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, proporcionando moradias dignas e adequadas para os moradores das áreas reclassificadas (Cardoso, 2023^a).

A implementação de fossas sépticas e a construção de habitações rurais no Vale do Ribeira mostram o impacto positivo que políticas de reclassificação e projetos comunitários podem ter na vida dos moradores. Ao garantir infraestrutura básica, como saneamento adequado e moradias dignas, essas iniciativas não só melhoraram a saúde pública e a qualidade de vida, mas também reduziram a poluição ambiental. A atuação de organizações como a Iniciativa Verde e o ITESP foi fundamental para viabilizar essas mudanças, mostrando que a cooperação entre diferentes agentes pode transformar a realidade de comunidades marginalizadas. No entanto, é essencial que esses esforços sejam contínuos e acompanhados de políticas públicas de longo prazo para assegurar que os benefícios sejam sustentáveis e inclusivos.

Após a criação do Mojac, foi possível realizar melhorias significativas na infraestrutura local, como a manutenção e construção de estradas, facilitando o acesso e o transporte, e a construção de pontes e passarelas, melhorando a conectividade entre as comunidades. As escolas puderam ser reformadas, proporcionando melhores condições de ensino para as crianças. Além disso, os moradores das RDS puderam realizar atividades econômicas que antes eram

proibidas no parque, como a roça tradicional e o uso controlado de madeira, ajudando a sustentar as famílias locais (Cardoso, 2023^a).

Podemos observar que a melhoria na infraestrutura, como estradas, pontes e escolas, não só facilitou a vida diária dos moradores, mas também reforçou a integração entre as comunidades, promovendo um senso de pertencimento e conectividade. Além disso, a flexibilização das atividades econômicas, como a roça tradicional e o uso controlado de madeira, trouxe uma nova perspectiva de sustentabilidade para essas famílias. Ao permitir que os moradores utilizem os recursos de maneira responsável, o Mojac conciliou a preservação ambiental com a necessidade de subsistência, o que se considera um avanço fundamental para o desenvolvimento equitativo da região.

Projetos de assistência técnica foram implementados para ajudar os agricultores a adotarem práticas mais sustentáveis e produtivas. A criação de viveiros comunitários permitiu a produção de mudas para projetos de reflorestamento e restauração das áreas desmatadas, o que não só ajudou na recuperação ambiental, mas também gerou empregos e renda para os moradores locais. O desenvolvimento do núcleo Capelinha, em 2010, viabilizou o turismo em Cajati. Embora não fosse um turismo de massa, o turismo de base comunitária ajudou a promover a economia local e a valorizar a cultura e a biodiversidade da região (Cardoso, 2023^a).

A Fundação Florestal investiu em programas de pagamentos por serviços ambientais, incentivando os moradores a participarem de atividades de conservação, como o plantio de juçara e a coleta de sementes, promovendo a sustentabilidade econômica e ambiental. A criação de conselhos para as RDS e APAs garantiu a participação ativa das comunidades nas decisões sobre o uso do território. A presença constante de gestores e técnicos ajudou a resolver problemas e atender às necessidades dos moradores de forma mais eficiente (Cardoso, 2023^a).

Verifica-se, assim, que os projetos destacados por Ocimar Bim demonstram um esforço significativo para equilibrar a conservação ambiental com as necessidades das comunidades locais. Através de uma combinação de infraestrutura, saneamento, habitação, assistência técnica e governança participativa, o Mojac conseguiu promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos moradores da região.

Durante a entrevista, Rodrigo Aguiar também destacou uma melhoria significativa na qualidade de vida das comunidades no Vale do Ribeira, especialmente

dentro das áreas da APA Quilombolas do Mojac. Para o gestor, as famílias agora estão mais organizadas, principalmente devido à adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o cultivo de pupunha, que substituiu a extração ilegal. Isso levou a uma maior organização e estabilidade econômica para as famílias, que antes enfrentavam condições financeiras precárias e escassez de alimentos (Cardoso, 2023b).

O cultivo de pupunha emergiu como uma alternativa viável, removendo a população de atividades ilegais. Por exemplo, em Barra do Turvo, a produção agroflorestal se tornou uma prática comum, contribuindo para afastar as pessoas das atividades ilegais. Esse modelo de mercado voltado para o social e a agroecologia aumentou o valor agregado dos produtos, proporcionando melhores oportunidades econômicas para as comunidades. Além disso, o estímulo e a demanda por esses produtos têm sido significativos, com as comunidades quilombolas de Eldorado e Iporanga se destacando na produção de pupunha e banana orgânica (Cardoso, 2023b).

A mudança para o cultivo perene trouxe estabilidade, com a legislação permitindo a conversão do uso do solo para essas atividades. Isso possibilitou o estabelecimento de contratos, como fornecimento para a Prefeitura de São Paulo e Campinas, elevando a produção para uma escala comercial. Rodrigo Aguiar ressaltava que essa transição é um marco importante, saindo de uma agricultura de subsistência para um modelo de negócios mais sustentável e lucrativo (Cardoso, 2023b).

Percebe-se que essa mudança representa um marco importante, destacando o potencial das comunidades locais para prosperar por meio de práticas agrícolas que respeitam tanto o meio ambiente quanto a cultura regional, evidenciando a importância de políticas que apoiem a autonomia e o empoderamento das comunidades quilombolas.

Conceição (2010) aborda a qualidade de vida no Vale do Ribeira em relação à possível construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. A pesquisa de campo realizada no município de Ribeira – SP revelou condições econômicas, sociais, urbanas e culturais precárias na comunidade local. Os moradores enfrentam desafios significativos em termos de desenvolvimento e bem-estar. Apesar dessas dificuldades, a maioria dos entrevistados expressou apoio à construção da usina, principalmente devido à expectativa de desenvolvimento local e aumento do emprego

que o projeto poderia trazer. No entanto, alguns manifestaram preocupações ambientais e de segurança em relação à usina.

O estudo de Conceição (2010) destaca a complexidade das questões envolvidas na avaliação da qualidade de vida na região do Vale do Ribeira, considerando tanto os potenciais benefícios econômicos quanto os impactos ambientais e sociais da construção da usina. A conclusão é que a situação da qualidade de vida na região é delicada e sujeita a mudanças significativas com a implementação de grandes projetos de infraestrutura como a usina hidrelétrica.

Observa-se que a situação no Vale do Ribeira ilustra a delicada interseção entre desenvolvimento e sustentabilidade, sugerindo que projetos de infraestrutura devem ser cuidadosamente planejados e implementados de forma a respeitar e integrar as necessidades e aspirações da população local. Assim, a qualidade de vida na região não deve ser vista apenas em termos de crescimento econômico, mas também na preservação do meio ambiente e na promoção de um desenvolvimento que realmente beneficie todos os seus habitantes.

Quischilini X. Horiy, Diretora de Cultura e Turismo da cidade de Eldorado, SP, enfatizou que a preparação de mão de obra capacitada é essencial para o desenvolvimento sustentável do território. No entanto, um grande desafio para as prefeituras é capacitar profissionais para monitorar as legislações e ações que envolvam a qualidade de vida dos moradores locais, além da descontinuidade das ações governamentais causada pela troca de gestores (CARDOSO, 2023g).

Percebe-se, assim, que a descontinuidade gerada pela alta rotatividade de gestores nas áreas de Resex cria barreiras adicionais. Desde a criação do Mojac, já houve várias trocas de gestores, o que afeta a continuidade das políticas e ações. Em contraste, em regiões como Barra do Turvo, onde o gestor atual está em função desde 2012, há uma maior estabilidade e continuidade nas iniciativas.

Desafios econômicos foram mencionados por sr. Ditão (CARDOSO, 2023e), ecoando as preocupações levantadas na análise da entrevista de Rodrigo Aguiar. Aguiar também discutiu a necessidade de políticas públicas alinhadas às necessidades das comunidades locais, especialmente no que diz respeito à agricultura e à gestão sustentável dos recursos naturais. Ambas as entrevistas destacaram a importância de programas governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável e ofereçam apoio financeiro para iniciativas locais (Cardoso, 2023b). Tanto o sr. Ditão quanto Rodrigo Aguiar mencionaram a

necessidade de acompanhar as mudanças climáticas e melhorar a infraestrutura básica, como o tratamento de água.

Apesar das expectativas iniciais com a criação do Mojac, Adilson também observa que os avanços com a nova legislação foram limitados. Ele menciona que a pandemia de COVID-19 dificultou as ações, especialmente na implementação do plano de manejo, que é crucial para o desenvolvimento local sustentável. A falta de ações governamentais mais eficazes e a demora na elaboração e aprovação dos planos de manejo são apontadas como barreiras significativas para o progresso (Cardoso, 2023d).

Adilson também reconheceu alguns avanços importantes, como o acesso à energia elétrica, beneficiando cerca de 200 famílias na região do parque em Barra do Turvo. No entanto, ele ressalta que os esforços para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos moradores ainda são insuficientes (Cardoso, 2023d). A existência de famílias tradicionais em áreas de parque, agora reclassificadas como APA, exemplifica os desafios de gestão e uso da terra, especialmente com sua própria experiência de arrendar 45 hectares para pastagem.

Dessa forma, percebe-se que para que a legislação cumpra plenamente seus objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável, é crucial que o governo intensifique suas ações, melhore a execução dos planos de manejo e assegure uma participação contínua e efetiva das comunidades locais.

Considerando as perspectivas futuras, Ocimar Bim destacou a importância e a eficácia do Mojac em promover o desenvolvimento sustentável local. Bim menciona diversas iniciativas comunitárias, como a criação de associações de mulheres e grupos de produção de hortaliças e mudas, que são exemplos do engajamento das comunidades locais em projetos que melhoram suas vidas. Ele enfatiza a necessidade de investir em assistência técnica e fomento para a transição para práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e a pecuária de baixo carbono (Cardoso, 2023^a).

Bim também aborda a falta de investimentos estatais no Vale do Ribeira, ressaltando que tais investimentos trariam retornos significativos em termos de conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida local. Ele menciona que projetos como o Conexão Mata Atlântica, que promove práticas sustentáveis e cooperação, deveriam ser implantados na região para alavancar o desenvolvimento sustentável. Bim critica a ausência de infraestrutura e investimentos governamentais no Vale, como a falta de viadutos estaduais, hospitais regionais adequados e

programas de pós-graduação em universidades locais, indicando uma necessidade urgente de atenção e recursos para a região (Cardoso, 2023^a).

Diante disso, pode-se afirmar que as iniciativas promovidas pelo Mojac no Vale do Ribeira resultaram em melhorias significativas na qualidade de vida dos moradores, abrangendo desde a infraestrutura básica, como energia elétrica e saneamento, até o fortalecimento econômico por meio de práticas agrícolas sustentáveis. A criação de conselhos comunitários e o apoio à governança participativa também foram cruciais para integrar as comunidades locais nas decisões sobre o uso sustentável do território.

Apesar dos avanços, percebe-se que desafios, como a descontinuidade de políticas e a necessidade constante de investimentos em serviços públicos essenciais, ressaltam a importância de um compromisso contínuo com o desenvolvimento equitativo e sustentável da região, visando garantir um futuro próspero para todos os seus habitantes.

A escassez de informações estatísticas detalhadas representa um grande obstáculo para uma análise mais precisa dos resultados alcançados pelo Mojac no Vale do Ribeira. Embora existam relatos e estudos qualitativos que evidenciam melhorias na qualidade de vida, infraestrutura e desenvolvimento econômico das comunidades locais, a ausência de dados quantitativos robustos limita a capacidade de avaliar plenamente o impacto das intervenções.

A falta de indicadores precisos sobre renda *per capita*, acesso a serviços básicos antes e depois da implementação do Mojac e outras métricas socioeconômicas essenciais dificulta uma comparação adequada e uma avaliação mais precisa dos resultados ao longo do tempo. Portanto, acredita-se que, para uma análise mais concreta e abrangente, seria fundamental investir em sistemas consistentes e abrangentes de coleta de dados, possibilitando monitorar de maneira mais eficaz o progresso e os desafios enfrentados pelas comunidades beneficiadas pelo programa.

5 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS NO MOSAICO DO JACUPIRANGA/VALE DO RIO RIBEIRA

Esta etapa foi fundamentada em uma análise triangular que incorporou dados provenientes de entrevistas conduzidas com especialistas, gestores e membros das comunidades locais, bem como informações contidas em documentos e pesquisas previamente realizadas sobre o tema. A abordagem adotada seguiu os oito princípios propostos por Elinor Ostrom, que ofereceram uma estrutura para entender e promover a governança eficaz dos bens comuns, considerando a interação complexa entre os diversos atores e interesses envolvidos.

Ao dividir a análise nos oito princípios de Ostrom, buscou-se compreender melhor os desafios e oportunidades relacionados à gestão dos recursos naturais e culturais no Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira. Essa abordagem permitiu identificar estratégias específicas que pudessem fortalecer a governança dos bens comuns, promovendo a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento socioeconômico e a preservação da cultura local.

Para desenvolvimento desta etapa foram analisados documentos relacionados à concepção metodológica para elaboração dos planos de manejo de RESEX e RDS do Estado de São Paulo (São Paulo, 2018), às reuniões realizadas para a Concepção metodológica RESEX e RDS (São Paulo, 2020^a), e para revisão dos planos de trabalho e manejo. Os planos de trabalho e de manejo das RDS também foram analisados (São Paulo, 2020b; São Paulo, 2019^a; São Paulo, 2019b; São Paulo, 2018^a; São Paulo, 2018b; São Paulo, 2021^a; São Paulo, 2021b; São Paulo, 2021c). Os documentos relacionados aos programas de gestão também foram analisados (São Paulo, 2019c; São Paulo, 2017). Também fizeram parte dessa análise as planilhas de sistematização dos territórios (São Paulo, 2018c).

A partir da análise documental foi possível verificar que na gestão da reserva, a estrutura de gestão da unidade é detalhada para Mandira, Auati Paraná e Ouro Preto. O conselho deliberativo é mencionado para Auati Paraná e Ouro Preto. As diretrizes e ações prioritárias para o conselho deliberativo, associações, cooperativas e ICMBio são discutidas para Mandira. A infraestrutura necessária para a gestão é detalhada para Mandira, Rio Xingu e Ouro Preto (São Paulo, 2017).

O plano de utilização, regras de convivência e acordos de gestão são abordados para todas as RESEX. O contrato de concessão de direito real de uso é mencionado

apenas para Rio Xingu (São Paulo, 2017). O zoneamento, tanto interno quanto da zona de amortecimento, é detalhado para todas as RESEX. Situações de continuidade atual, pessimista e otimista são abordados para Mandira, Auati Paraná, Rio Xingu e Ouro Preto. A análise estratégica é discutida apenas para Cururupu (São Paulo, 2018c).

Nos programas de gestão, o subprograma de qualidade de vida, cidadania e promoção cultural é abordado para todas as RESEX, enquanto o manejo de recursos naturais e cadeias produtivas é mencionado para Mandira, Ouro Preto e Cururupu. A sustentabilidade ambiental é discutida apenas para Auati Paraná. Administração e gestão, incluindo operacionalização, fundiário, organização comunitária e fortalecimento da gestão, são abordados para Auati Paraná, Rio Xingu, Ouro Preto e Cururupu (São Paulo, 2017).

Monitoramento e proteção são mencionados para Auati Paraná, Rio Xingu, Ouro Preto e Cururupu. A recuperação de áreas degradadas e impactos ambientais é discutida para Rio Xingu e Ouro Preto. O subprograma de conservação ambiental e manejo sustentável de recursos naturais é mencionado apenas para Mandira. A consolidação dos limites, educação ambiental, organização comunitária, gestão participativa, turismo de base comunitária e retirada de bovinos são discutidos para Cururupu (São Paulo, 2017).

Em síntese, a análise triangular aplicada ao Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira, baseada nos princípios de Elinor Ostrom, possibilitou a compreensão profunda dos desafios e das oportunidades para a governança dos bens comuns na região. A integração de dados oriundos de entrevistas e documentos institucionais demonstrou a importância de uma abordagem colaborativa e estruturada, que fortaleça as capacidades de gestão, promova o desenvolvimento sustentável e assegure a preservação ambiental e cultural.

As estratégias identificadas refletem a necessidade de adaptar as práticas de gestão às especificidades locais, respeitando a complexidade do território e o papel essencial das comunidades na tomada de decisões. Esse modelo de governança participativa mostra-se crucial para o futuro das RESEX e RDS, garantindo a continuidade de práticas que conciliam conservação e desenvolvimento socioeconômico, alinhadas aos princípios da sustentabilidade.

5.1 Limites claros e definidos

A clareza dos limites territoriais é crucial para a gestão sustentável dos recursos naturais. A definição precisa desses limites permite que as comunidades compreendam suas áreas de atuação e os recursos disponíveis, facilitando a organização e a tomada de decisões coletivas. No contexto estudado, observou-se que as comunidades conseguem entender e respeitar esses limites, o que contribui para uma utilização mais consciente dos recursos comuns.

A análise do zoneamento nas RESEX revelou uma grande variação no número de zonas estabelecidas em cada unidade de conservação. A média é de cerca de cinco zonas por UC, mas há variações significativas. Por exemplo, as RESEX Mandira e Auati-Paraná possuem apenas duas zonas cada, enquanto a RESEX Rio Xingu apresenta um total de nove zonas (São Paulo, 2018c). Para o zoneamento interno, as zonas foram definidas conforme a seguinte distribuição (São Paulo, 2018c):

- a) A RESEX Mandira, com uma área de 1.175 hectares, e a RESEX Auati Paraná, com 146.950 hectares, têm duas zonas cada uma.
- b) A RESEX Rio Xingu, com 303.841 hectares, possui nove zonas. Essas incluem a Zona de Moradia, castanhal, seringal, extrativismos diversos, roça, caça, pesca, recuperação e uso ocasional.
- c) A RESEX Ouro Preto, com 204.583 hectares, tem seis zonas, incluindo zonas de conflito, uso intensivo, extrativismo I, extrativismo II, manejo florestal e preservação.
- d) A RESEX Cururupu, com 186.053 hectares, possui oito zonas, entre elas zonas de uso primitivo, manejo florestal comunitário, uso comunitário, zona populacional, uso conflitante, recuperação, marinha de proteção e marinha de uso compartilhado.
- e) A RESEX Soure, com 29.578 hectares, tem quatro zonas, que são zona de comunidades, uso intensivo, uso extensivo e preservação.

Em relação à zona de amortecimento, verificou-se que a proposta de desenho está presente nas RESEX Mandira, Auati Paraná e Cururupu. Além disso, diretrizes e ações prioritárias foram propostas para a RESEX Mandira. Para a RESEX Rio Xingu, há uma referência específica à Resolução CONAMA 13/1990, que estabelece uma zona de amortecimento de 10 km, prática também adotada na RESEX Cururupu. Na

RESEX Soure, a zona de amortecimento está ausente, pois sobrepõe-se a uma Área de Proteção Ambiental (APA) (São Paulo, 2020^a).

Essa análise comparativa do zoneamento revelou as diversas abordagens adotadas para gerir e conservar os recursos naturais e sociais em cada RESEX (São Paulo, 2018c). Pode-se dizer que a variação no número de zonas e nas características dessas zonas reflete a adaptação das políticas de gestão às especificidades de cada área, considerando fatores como tamanho, tipo de bioma, atividades econômicas predominantes e necessidades das comunidades locais.

Na linha de pensamento apresentada, percebeu-se que a criação do Mojac trouxe uma melhor demarcação e definição dos limites das áreas de conservação, resultando em regras de uso mais claras para os usuários. Isso facilitou a formação de acordos coletivos que permitem uma maior participação das comunidades locais nos processos decisórios. Embora o controle não seja totalmente independente, visto que o governo e o Estado ainda desempenham um papel significativo, com a participação das comunidades nas decisões, especialmente nas RDS.

Rodrigo Aguiar destacou que os limites do uso do território estão bem definidos e compreensíveis para as comunidades locais, o que facilita sua organização e a tomada de decisões coletivas. Além disso, Aguiar menciona que as mudanças implementadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reservas Extrativistas (RESEX) e Áreas de Proteção Ambiental (APA) dos Quilombos do Mojac foram eficazes na pacificação de conflitos territoriais. No entanto, ele ressalta que ainda existem questões pendentes que demandam revisão e ajustes, demonstrando a necessidade contínua de monitoramento e gestão dos limites territoriais para garantir a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das comunidades locais (Cardoso, 2023b).

Pode-se depreender, nesse sentido, que o princípio de Ostrom de limites claros e definidos está sendo atendido de maneira eficiente nas RDS, RESEX e APA dos Quilombos do Mojac. A clareza nos limites territoriais facilita a organização das comunidades e a tomada de decisões coletivas, elementos fundamentais para uma governança eficaz dos bens comuns.

Marcos Campolim, pesquisador científico do Instituto de Pesquisas Ambientais e gestor de Unidade de Conservação na Fundação Florestal, compartilhou suas perspectivas sobre a implementação da Lei do Mosaico Jacupiranga (Mojac) e as estratégias de governança dos bens comuns no Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio

Ribeira. Ele destacou a criação de duas reservas extrativistas (RESEX) – Tumba e Taquari – e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (Cardoso, 2023f). Campolim enfatizou a necessidade de tratar cada área de forma específica, levando em consideração as características únicas de cada local, como APAs, RDS, o eixo da rodovia, cavernas e a Ilha do Tumba (Cardoso, 2023f).

Importante mencionar que, de acordo com Campolim, as RESEX de Tumba e Taquari formam um mosaico de conservação, que consiste em um modelo de gestão integrada e participativa de áreas protegidas, que envolvem a colaboração entre gestores das unidades de conservação e a população local. Este modelo visa harmonizar a conservação da biodiversidade com a valorização da diversidade social e o desenvolvimento sustentável em uma região (Cardoso, 2023f).

A partir das diretrizes de Ostrom sobre a importância de limites claros e definidos, percebo que a gestão eficaz dos bens comuns no Mosaico do Jacupiranga, exemplifica como a delimitação precisa do uso do território contribui diretamente para o sucesso da governança. Quando as comunidades locais entendem e respeitam esses limites, fica mais fácil coordenar ações coletivas e evitar conflitos territoriais, como foi mencionado nos trechos.

Conforme definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc, 2000), os mosaicos são constituídos por um conjunto de unidades de conservação, de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, incluindo outras áreas protegidas públicas ou privadas. A gestão integrada é essencial para a compatibilização das atividades, fiscalização, monitoramento, pesquisa científica e alocação de recursos, além de estreitar a relação com os residentes locais.

A administração de um mosaico é acompanhada por um Conselho Consultivo, presidido por um dos chefes das unidades de conservação, e inclui a participação de diversas entidades como IBAMA, FUNAI, secretarias municipais, ONGs, associações de moradores e pescadores, representantes quilombolas e sindicatos. A gestão visa assegurar que todas as unidades de conservação funcionem de maneira coordenada e eficiente, levando em conta os objetivos distintos de cada unidade (São Paulo, 2017). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é responsável por reconhecer oficialmente os mosaicos em nível federal, seguindo procedimentos estabelecidos pela Portaria nº 482 de 2010.

Na análise da entrevista do sr. Ditão, o destaque para a percepção de que o Mojac busca afastar os Quilombos da área do Parque coloca em evidência a questão

dos limites territoriais e sua importância para a comunidade (Cardoso, 2023e). Essa preocupação reflete a necessidade de definir limites claros entre as áreas protegidas e as comunidades locais, a fim de evitar conflitos de uso da terra e garantir a segurança e autonomia dos Quilombolas. Dessa forma, percebe-se que a gestão integrada dos mosaicos deve equilibrar a conservação ambiental com os direitos e interesses das comunidades tradicionais.

Essa preocupação com os limites territoriais também pode ser observada na entrevista de Rodrigo Aguiar, onde são discutidos os desafios relacionados à regularização fundiária e aos conflitos de uso e ocupação das terras. Aguiar menciona que existem problemas de conflitos fundiários dentro das áreas de conservação, especialmente em relação às grandes fazendas que ficaram parcialmente dentro dos Parques Estaduais, resultando em disputas pela posse da terra (Cardoso, 2023b). Observa-se que essa situação destaca a importância de estabelecer limites claros e definidos para as áreas protegidas, a fim de evitar conflitos e promover uma gestão eficaz do território.

A partir dos resultados observa-se que as comunidades do Mojac conseguem entender e respeitar esses limites, o que contribui para uma utilização mais consciente dos recursos comuns. A análise do zoneamento nas RESEX revela uma grande variação no número de zonas estabelecidas em cada unidade de conservação, com uma média de cinco zonas por UC, embora haja variações significativas. Por exemplo, a RESEX Mandira e a RESEX Auati-Paraná possuem apenas duas zonas cada, enquanto a RESEX Rio Xingu apresenta nove zonas (São Paulo, 2018c).

Entende-se que essa variação reflete a adaptação das políticas de gestão às especificidades de cada área, considerando fatores como tamanho, tipo de bioma, atividades econômicas predominantes e necessidades das comunidades locais. No Mojac, a criação de zonas de amortecimento em unidades como a RESEX Mandira, Auati-Paraná e Cururupu também demonstra um esforço para mitigar impactos e proteger áreas sensíveis.

No entanto, apesar desses avanços, ainda existem desafios significativos na governança dos bens comuns no Mojac. Durante entrevista, Aguiar mencionou que embora os limites do uso do território estejam bem definidos e compreensíveis para as comunidades locais, facilitando a organização e a tomada de decisões coletivas, há questões pendentes que demandam revisão e ajustes contínuos. Essas questões incluem a regularização fundiária e os conflitos de uso e ocupação das terras,

especialmente em relação às grandes fazendas que ficaram parcialmente dentro dos Parques Estaduais (Cardoso, 2023b).

Em conclusão, verificou-se que a definição dos limites territoriais no contexto do MOJAC tem se mostrado fundamental para a gestão eficiente e sustentável dos recursos naturais e para a pacificação de conflitos. A adaptação das políticas de zoneamento às particularidades de cada unidade de conservação, embora diversificada, reforça a importância de uma abordagem específica para cada área, que leva em consideração fatores ambientais, sociais e econômicos.

Os desafios relacionados à regularização fundiária e aos conflitos de uso da terra exigem monitoramento constante e ajustes na governança para garantir a proteção ambiental e o bem-estar das comunidades locais. A experiência do MOJAC destaca a importância de um processo de gestão que combine participação comunitária, clareza nos limites e flexibilidade para adaptar-se às necessidades em evolução das áreas protegidas.

5.2 Regras de adequação ao contexto local

A clareza e definição das regras de apropriação são fundamentais para garantir a harmonia e a sustentabilidade das atividades desenvolvidas dentro das áreas protegidas. De acordo com Rodrigo Aguiar, a reorganização do antigo Parque Jacupiranga, integrado ao Mojac, foi crucial para a redução dos conflitos, uma vez que estabeleceu diretrizes claras e compreensíveis para o uso do espaço por parte das comunidades locais e demais interessados. Todavia, o gestor enfatizou a necessidade de uma aplicação uniforme das sanções, tanto para as comunidades quanto para os agricultores, como medida para promover a equidade e o respeito às normas ambientais (Cardoso, 2023b).

A entrevista com Ocimar Bim revelou os desafios e avanços durante a formação do Mosaico de Jacupiranga (Mojac), especificamente no que diz respeito à reconciliação entre a conservação ambiental e as necessidades das comunidades locais (Cardoso, 2023^a). Um dos principais desafios mencionados foi a questão do saneamento. Dentro do parque, os moradores enfrentavam restrições severas, como a impossibilidade de construir fossas sépticas sem serem multados. Após a reclassificação para RDS e APA, foram instaladas centenas de fossas sépticas com o apoio de projetos de organizações como a Iniciativa Verde, ITESP e Ferridro. A

autorização para o projeto de habitação rural também trouxe melhorias significativas, com a construção de mais de quatrocentas casas (Cardoso, 2023^a).

A experiência relatada sobre a reclassificação do Parque Jacupiranga e a implementação de melhorias no saneamento básico e nas habitações é um exemplo claro de como essas adaptações podem trazer benefícios tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. Considera-se que, ao garantir que as regras reflitam a realidade local, evita-se a imposição de medidas que, muitas vezes, não fazem sentido para quem vive na região e que poderiam, em vez disso, aumentar conflitos e dificuldades.

Todavia, a falta de projetos específicos direcionados para os pescadores, ao contrário das iniciativas existentes para outros grupos, como os quilombolas, evidencia uma lacuna na equidade das políticas públicas e no suporte oferecido pelas ONGs. Enquanto os quilombolas recebem assessoria de várias ONGs e têm projetos específicos voltados para suas necessidades, como assistência jurídica, desenvolvimento sustentável e preservação cultural, os pescadores não contam com o mesmo nível de apoio (Cardoso, 2023^a). Acredita-se que essa disparidade pode ser atribuída a razões históricas ou técnicas, mas reflete uma distribuição desigual de recursos e atenção governamental entre os diversos grupos que compõem o Mojac.

A transição para RDS e APA permitiu que os moradores finalmente tivessem acesso à energia elétrica, um benefício crucial para o século XXI. Além disso, a manutenção e recuperação de estradas, pontes e escolas puderam ser realizadas, melhorando significativamente a infraestrutura local. A criação das RDS permitiu que os moradores realizassem atividades tradicionais como roça, desmatamento controlado e uso de madeira, atividades que eram proibidas dentro do parque. Foram emitidas mais de 400 autorizações para essas atividades, demonstrando um equilíbrio entre a preservação ambiental e as necessidades de subsistência das comunidades (Cardoso, 2023^b).

Ocimar destacou os conflitos com grandes fazendeiros, que frequentemente subjugavam os pequenos agricultores. A recategorização do parque e a criação de RDS e APA ajudaram a aliviar essa pressão, mas o processo envolveu confrontos ideológicos e práticos sobre a função social e ambiental da terra (Cardoso, 2023^b).

Acredita-se que permitir práticas tradicionais, como o uso controlado da terra e da madeira, dentro das RDS é um passo importante. Isso mostra como políticas podem ser adaptadas ao contexto local, como Ostrom propôs, criando soluções que

respeitam tanto o meio ambiente quanto as necessidades das pessoas que vivem ali. O alívio das tensões entre pequenos agricultores e grandes fazendeiros também me parece um ponto essencial. A recategorização dessas áreas ajudou a reduzir a pressão sobre os pequenos agricultores, criando um modelo de governança mais equilibrado, que reconhece a função social da terra.

Os desafios persistentes nesse campo foram mencionados por Rodrigo Aguiar como a ocorrência de crimes ambientais decorrentes da falta de conhecimento sobre a legislação, da limitada autonomia para gerir o território e da escassa fiscalização estatal (Cardoso, 2023b). Percebe-se que esses aspectos evidenciam a necessidade de fortalecer a capacitação das comunidades locais e intensificar os esforços de monitoramento ambiental para preservar os recursos naturais de forma eficaz.

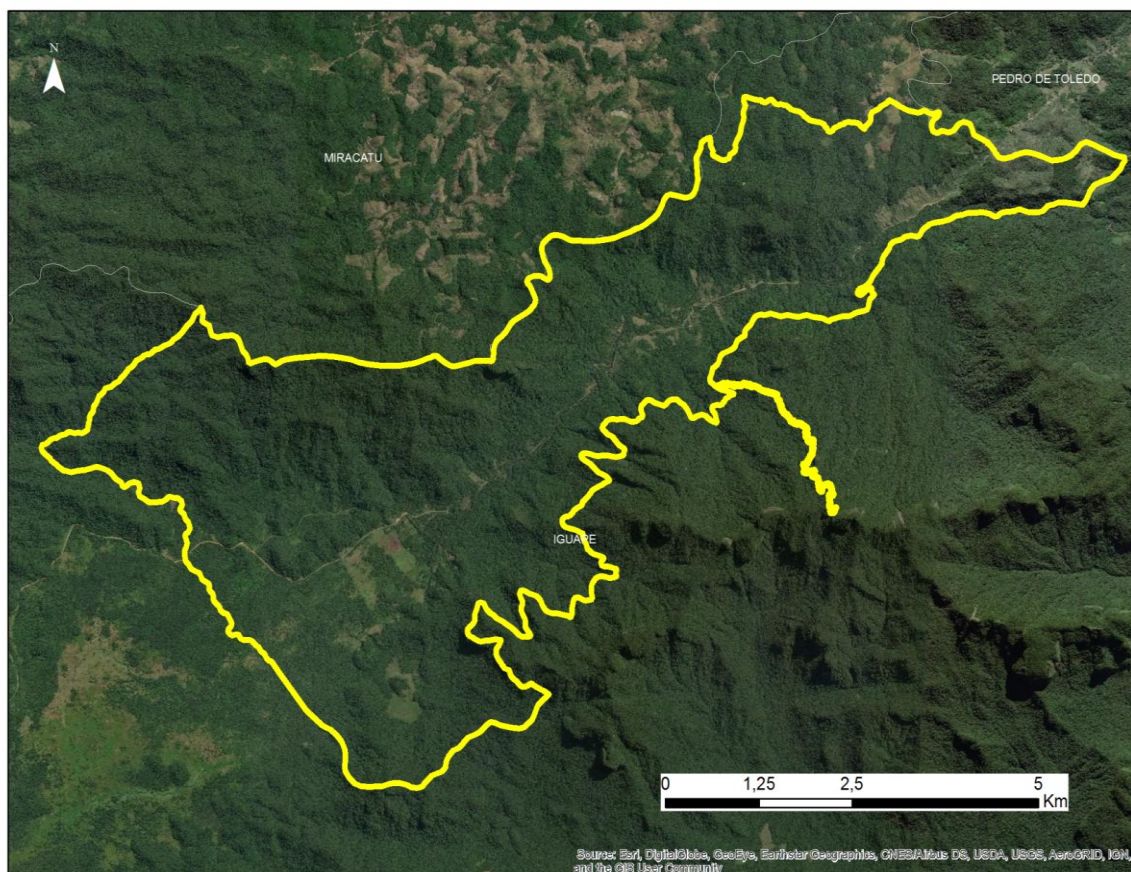
Como bem afirma Cordeiro-Beduschi (2018), a implementação das políticas nem sempre segue a intenção original das leis. As instituições (legislações, normas) podem não produzir os resultados desejados devido a vários fatores, como falta de recursos, resistência local, ou falhas na comunicação. É preciso entender que os atores têm a capacidade de transformar e alterar os acordos e instituições conforme seus interesses. Isso significa que as políticas e as práticas podem mudar substancialmente dependendo de quem está envolvido e como interagem.

Na análise da entrevista do sr. Ditão, o foco recaiu sobre a agricultura como principal meio de subsistência e fonte de recursos para a comunidade, com destaque para a produção de banana (Cardoso, 2023e). Nesse ponto evidencia-se a necessidade de regras de apropriação claramente definidas, especialmente no que diz respeito às leis relacionadas às licenças ambientais. A menção à necessidade de revisão das leis de licenciamento ambiental indica a importância de estabelecer regras claras e acessíveis para a atividade agrícola, permitindo que os quilombolas desenvolvam alternativas sustentáveis de cultivo. Essa revisão pode incluir a simplificação dos procedimentos para obtenção de licenças, o estabelecimento de critérios específicos para comunidades tradicionais e a promoção de práticas agrícolas ambientalmente responsáveis.

A necessidade de revisar essas leis para facilitar o acesso das comunidades quilombolas a licenças é um passo importante. Simplificar os procedimentos e criar critérios específicos para essas comunidades pode fomentar práticas agrícolas sustentáveis e contribuir para o desenvolvimento econômico local sem comprometer a preservação ambiental.

Na análise da RDS Praiado (Figura 8), observamos que os acordos estabelecidos no Plano de Uso (PU) são considerados adequados à realidade atual. Esses acordos foram elaborados para atender às demandas de uso dos beneficiários enquanto asseguram a preservação da unidade de conservação (UC) (São Paulo, 2020b).

Figura 8 – Demarcação do Território da RDS Praiado



Fonte: São Paulo (2020b).

A construção desses acordos ocorre através de oficinas participativas, com a anuência do conselho deliberativo e baseando-se na legislação ambiental. Entre os maiores desafios para o ordenamento territorial estão a regularização fundiária, a criação de normas para a realocação dos ocupantes da PI, e os estudos de aptidão agrícola (São Paulo, 2020b).

Por sua vez, a RDS da Barra da Uma, inserida no Mosaico Juréia Itatins, abrange uma área de 1.487 hectares e é habitada por 48 famílias tradicionais (Figura 9). Seus principais recursos naturais incluem o Rio Uma do Prelado, manguezais, praias e

costões rochosos, constituindo a base para atividades como a pesca artesanal e o turismo (São Paulo, 2019c).

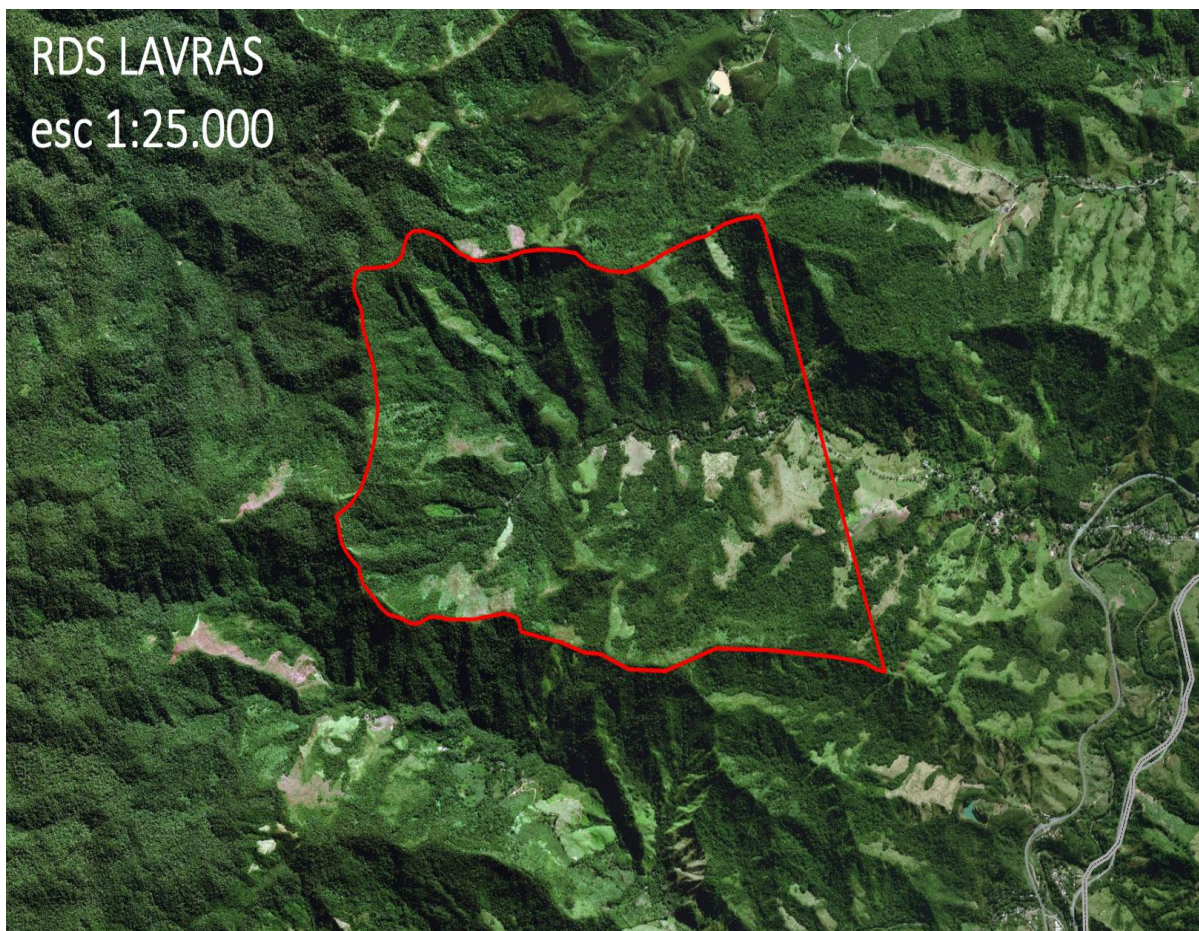
Figura 9 – Demarcação do Território da RDS da Barra da Uma



Fonte: São Paulo (2019c).

A RDS de Lavras passou por uma revisão do Plano de Utilização em 2018, após sua publicação em 2012, visando adequar os acordos às necessidades atuais (Figura 10). Criada em 2008, ocupa uma área de 889,74 hectares no município de Cajati, São Paulo. Habitada por dez famílias tradicionais e realocadas do Parque Estadual do Rio Turvo, a RDS é conhecida pelo manejo sustentável do palmito-juçara. Localizada em uma região de mata atlântica, com variadas fisionomias florestais e a microbacia do rio Lavras, oferece potencial para o turismo ecológico, destacando-se pela paisagem preservada, cursos d'água e a cachoeira do Lavras. Os agricultores locais, com suas práticas sustentáveis, são protagonistas nesse contexto de turismo (São Paulo, 2018b).

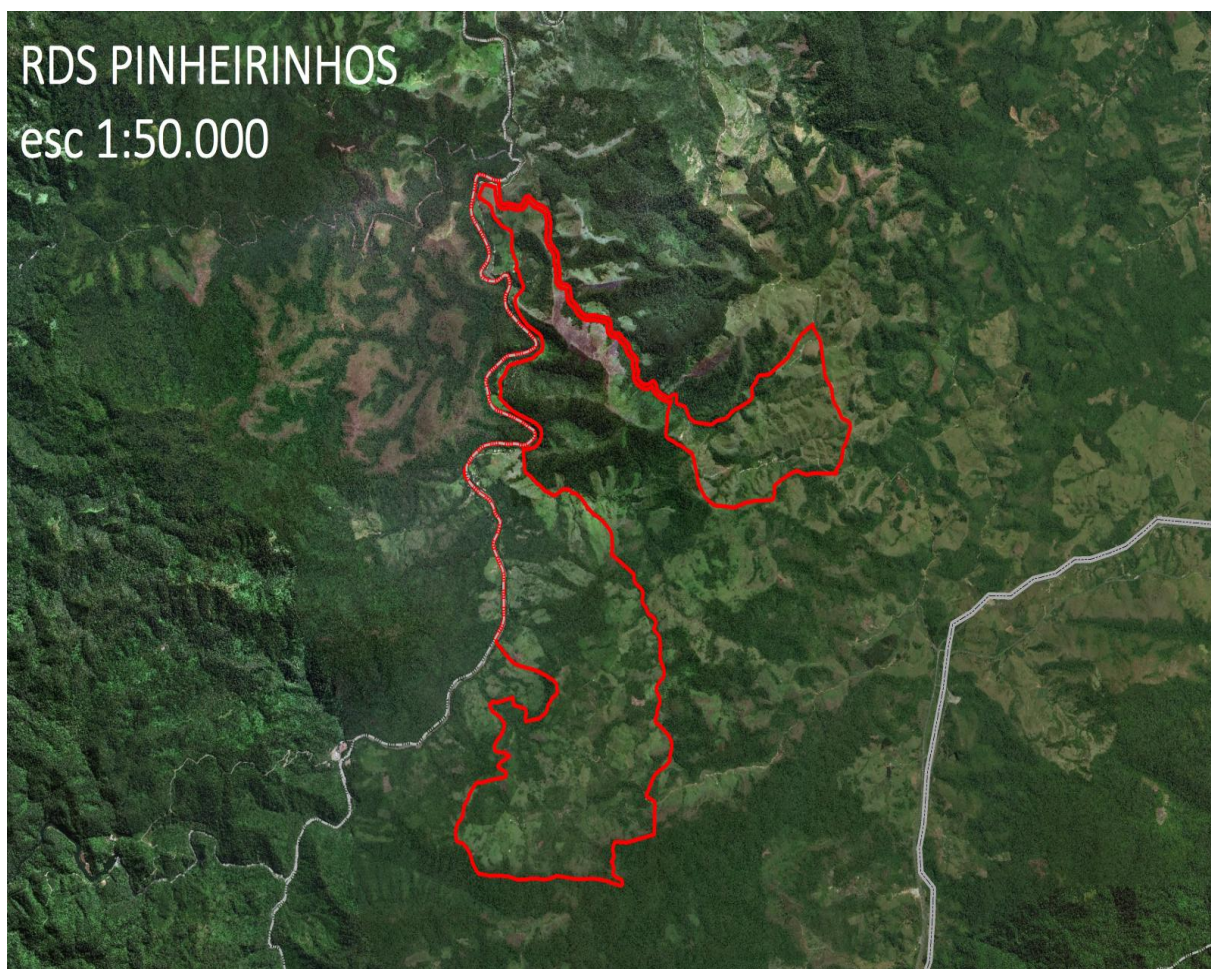
Figura 10 – Demarcação do Território da RDS de Lavras



Fonte: São Paulo (2018b).

Já a RDS Pinheirinhos, criada em 2008, passou por uma revisão do PU em 2018, após sua publicação inicial em 2012. Apesar da revisão, ainda há necessidade de ajustes em alguns temas que têm gerado conflitos. Os acordos no PU são estabelecidos através de reuniões do conselho, com a participação ativa de conselheiros e moradores da comunidade. A referida RDS ocupa 1.531,09 hectares no município paulista de Barra do Turvo (Figura 11). É habitada por moradores tradicionais que praticam agricultura sustentável e sistemas agroflorestais (São Paulo, 2018a).

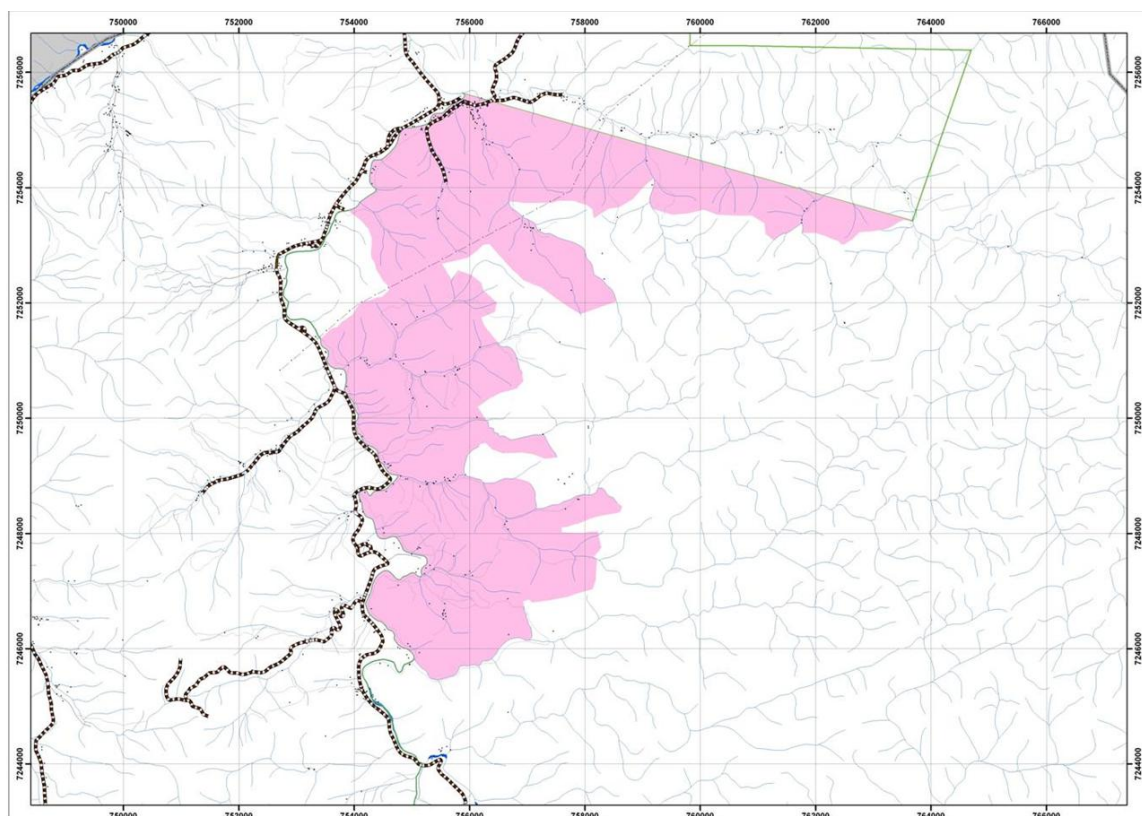
Figura 11 – Demarcação do Território da RDS de Pinheirinhos



Fonte: São Paulo (2018a).

A RDS Barreiro Anhemas, situada em uma área de 3.175 hectares, combina a vida tradicional dos agricultores familiares com uma paisagem da Mata Atlântica que reflete a história e os desafios da região. A comunidade, formada principalmente por famílias tradicionais, pratica uma agricultura diversificada com foco na segurança alimentar, além da pecuária de bovinos e bubalinos. A unidade possui 25% de remanescentes florestais (dados de 2010) e 126 famílias residentes entre o Rio Turvo e o Parque Estadual do Rio Turvo (São Paulo, 2019b). O PU de 2012, revisado em 2018, também necessita de ajustes para resolver conflitos emergentes (Figura 12).

Figura 12. Demarcação do Território da RDS de Barreiro Amhena

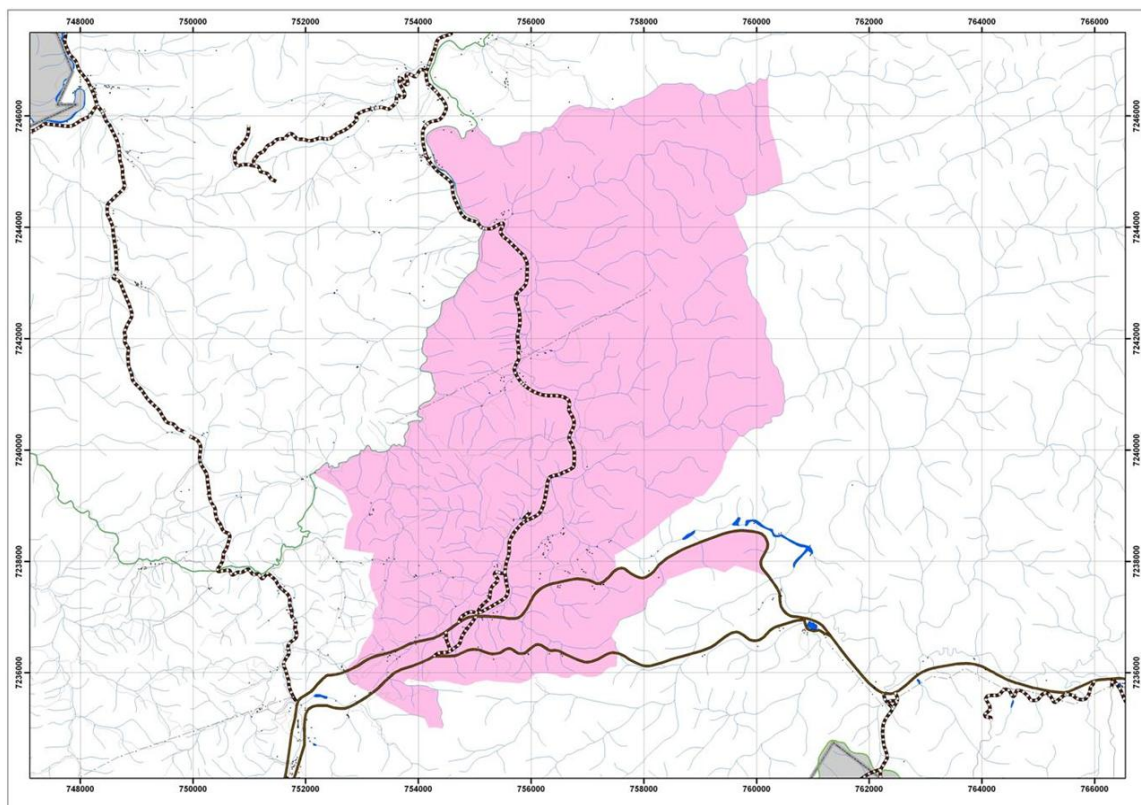


Fonte: São Paulo (2019b).

A RDS Barra do Turvo se destaca pela paisagem nos territórios quilombolas, que refletem a intervenção histórica e cultural das comunidades formadas por descendentes de pioneiros que escaparam dos efeitos da abolição e da cultura escravagista. Essas comunidades se adaptaram às condições da Mata Atlântica, desenvolvendo uma agricultura voltada para a soberania e segurança alimentar, influenciada por técnicas e conhecimentos regionais (São Paulo, 2019a).

Os territórios das quatro comunidades quilombolas estão organizados em três áreas principais: Pedra Preta Paraíso, Cedro, e Ribeirão Grande/Terra Seca. Essas áreas se estendem ao longo do Rio Turvo, desde a altitude de 800 metros na Pedra Preta até a Terra Seca, 11 km abaixo (Figura 13). Os territórios possuem remanescentes florestais significativos, muitas nascentes e ribeirões, e são circundados pelo Parque Estadual do Rio Turvo (PERT) e pela Área de Proteção Ambiental do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (APARVRP) (São Paulo, 2019a).

Figura 13 – Demarcação do Território da RDS Barra do Turvo



Fonte: São Paulo (2019a).

O Plano de Utilização (PU) da RDS Barra do Turvo contempla muitos aspectos da realidade das famílias, incluindo a produção e os desafios locais. No entanto, sua relevância pode ser reduzida pela falta de ferramentas e compromissos arranjados para a implementação. Os acordos são estabelecidos através de debates no conselho deliberativo, que tem mostrado maturidade e protagonismo dos conselheiros tradicionais (São Paulo, 2019a).

A partir da análise desses documentos pode-se perceber que o princípio de Ostrom de adequação às regras locais está parcialmente atendido no contexto do Mojac. Há avanços significativos na adaptação das regras às necessidades locais, como a melhoria da infraestrutura e a inclusão de práticas tradicionais. No entanto, persistem desafios relacionados à equidade na distribuição de apoio, resolução de conflitos fundiários, capacitação e fiscalização adequadas. Para um atendimento pleno do princípio de Ostrom, é necessário um fortalecimento contínuo da participação comunitária, uma aplicação uniforme das normas e um suporte mais equitativo a todas as comunidades envolvidas.

Os conflitos persistentes com grandes fazendeiros indicam que as regras de apropriação não estão sendo plenamente respeitadas ou aplicadas uniformemente, especialmente no que tange ao equilíbrio entre conservação ambiental e uso agrícola. Observa-se que a regularização fundiária continua sendo um grande desafio, afetando a adequação das regras às condições locais, e a dificuldade em resolver questões fundiárias impede a plena aplicação de normas adaptadas às realidades das comunidades.

Além disso, a ocorrência de crimes ambientais devido à falta de conhecimento sobre a legislação e a escassa fiscalização estatal nos aponta para uma inadequação das regras no que diz respeito à capacitação e monitoramento das comunidades. Embora os PUs sejam elaborados com participação comunitária, percebe-se que sua implementação pode ser comprometida pela falta de recursos e ferramentas adequadas. A revisão periódica dos PUs, como observou-se em algumas RDS, indica um esforço em ajustar as regras, mas a eficácia desses ajustes depende de uma implementação robusta.

Em síntese, a implementação das regras de adequação ao contexto local no Mojac demonstra avanços notáveis, como a adaptação das práticas tradicionais e a melhoria da infraestrutura para as comunidades residentes. A reclassificação das áreas protegidas para RDS e APA permitiu maior flexibilidade no uso da terra e acesso a recursos básicos, promovendo um equilíbrio entre a preservação ambiental e as necessidades de subsistência. No entanto, persistem desafios significativos, principalmente no que tange à equidade de políticas de apoio e à resolução de conflitos fundiários, indicando que, embora o princípio de Ostrom seja parcialmente atendido, ainda há necessidade de fortalecer a governança para assegurar a efetiva aplicação das regras de forma inclusiva e justa.

5.3 Congruência entre regras locais e mais amplas

A congruência entre as regras locais e as diretrizes mais amplas estabelecidas pelo Estado desempenha um papel crucial na gestão de áreas protegidas e no desenvolvimento sustentável. Essa aliança é fundamental para garantir que as ações implementadas em territórios locais estejam em sintonia com políticas nacionais, permitindo uma maior coerência nas práticas de preservação ambiental e no uso dos recursos naturais.

Essa congruência também possibilita que as comunidades locais, como quilombolas e ribeirinhos, possam seguir suas atividades tradicionais de forma sustentável, sem comprometer os objetivos mais amplos de conservação. Contudo, a falta de um alinhamento adequado ou a implementação ineficaz dessas políticas pode gerar conflitos, como é evidenciado nas dificuldades fundiárias e nas limitações impostas à agricultura em determinadas regiões.

Na entrevista conduzida com Rodrigo Aguiar foi ressaltada a importância da congruência entre as regras locais e as diretrizes mais amplas estabelecidas pelo Estado. Aguiar enfatizou que as principais ações do Estado, especialmente em relação ao agronegócio, têm contribuído para estabelecer limites mais claros sobre o território, o que é essencial para uma gestão ambiental eficaz e sustentável (Cardoso, 2023b). Podemos dizer que essa congruência entre as normativas locais e as políticas mais abrangentes, ajuda a garantir a harmonia e a coerência nas atividades desenvolvidas dentro das áreas protegidas, promovendo assim a preservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades locais.

No entanto, Aguiar também mencionou que o conselho do Mojac nas áreas de APA opera de forma consultiva e não deliberativa, o que significa que não há uma auto gestão completamente independente (Cardoso, 2023b). A partir dessa observação pode-se perceber a importância da colaboração e coordenação entre as partes interessadas, incluindo as comunidades locais, o Estado e outras entidades envolvidas na gestão do território. Embora o conselho seja consultivo, sua função é essencial para fornecer orientação para as decisões tomadas em relação à conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Portanto, mesmo que não haja uma autonomia total, a participação do conselho é crucial para garantir uma gestão transparente e inclusiva das áreas protegidas.

Sobre o assunto, Cordeiro-Beduschi (2018) afirma que as mudanças institucionais são complexas e multifacetadas, exigindo uma abordagem adaptativa e colaborativa para a governança sustentável das florestas. A capacidade dos atores de transformar instituições, a importância da comunicação e transparência, e a necessidade de resiliência a mudanças políticas são elementos chave que influenciam a eficácia das políticas florestais. Fortalecer as arenas de ação e promover a construção coletiva são estratégias essenciais para enfrentar os desafios atuais e futuros na governança florestal.

Por sua vez, o sr. Ditão destacou desafios econômicos enfrentados pela comunidade quilombola, como a redução das áreas disponíveis para agricultura devido a mudanças na legislação e nos limites de áreas (Cardoso, 2023e). Percebe-se, assim, a importância da congruência entre as regras locais e as políticas mais amplas, demonstrando a necessidade de programas e ações governamentais alinhadas às necessidades específicas da comunidade.

Observa-se que a menção aos desafios econômicos, especialmente relacionados à disponibilidade de áreas para agricultura, indica a importância de políticas públicas que reconheçam e respeitem as atividades tradicionais das comunidades quilombolas. É essencial que as regras e regulamentos governamentais considerem as realidades locais e promovam o desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso equitativo aos recursos naturais e protegendo os meios de subsistência das comunidades.

Adilson Vieira também discute ações promissoras para a região. Ele destaca que as áreas de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) apresentam complexidades adicionais em comparação com as áreas de APA. Enquanto os moradores das áreas de RDS têm apenas a cessão de uso das terras e não podem vendê-las, muitas atividades agrícolas de baixo impacto ambiental podem ser desenvolvidas. Adilson acredita que o Estado e os municípios podem desempenhar um papel fundamental ao incentivar essas atividades por meio de políticas públicas que ofereçam apoio técnico e estímulos financeiros, além de garantir a qualidade dos produtos finais (Cardoso, 2023d).

Adilson sugere que a compensação por serviços ambientais seria uma excelente iniciativa para apoiar as comunidades e povos tradicionais. Este conceito envolve recompensar as comunidades por suas práticas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, reconhecendo o valor dos serviços ambientais que prestam, como a preservação da biodiversidade, a manutenção de ciclos hídricos e a captura de carbono. Ele vê um grande potencial para a agricultura sustentável na região, incluindo o uso de sistemas hidropônicos (Cardoso, 2023d).

Acredita-se que as ideias apresentadas por Adilson Vieira trazem uma perspectiva muito importante para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. O fato de as RDS terem restrições quanto ao uso e à venda de terras reflete o desafio de encontrar um equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Verifica-se que essa questão é central quando pensamos em como

promover o bem-estar das comunidades locais sem comprometer os recursos naturais que elas tanto dependem. A compensação por serviços ambientais é uma solução interessante, pois reconhece o papel crucial dessas comunidades na preservação dos ecossistemas.

Ao analisar as reivindicações encaminhadas pelo Sindicato de Cajati aos deputados estaduais revela-se uma série de demandas das comunidades dentro dos limites das unidades de conservação do Mojac (ANEXO I). Verifica-se que estas comunidades enfrentam desafios significativos desde a criação do antigo Parque do Jacupiranga, que resultou em conflitos ambientais e fundiários devido à sobreposição de terras. Historicamente, as populações locais, que praticam agricultura de subsistência com sistemas de manejo produtivo e agroflorestal, têm preservado a Mata Atlântica em grande parte devido à sua forma de vida e à topografia da região que não favorece a mecanização.

Apesar da aprovação da Lei Estadual n. 12.810 em 2008, que visava resolver parte desses conflitos, ainda se percebem problemas pendentes, especialmente na questão fundiária. A morosidade na implementação das soluções é atribuída à falta de recursos humanos, financeiros e vontade política. Identificou-se a necessidade de acompanhamento da ALESP no andamento do Plano de Manejo, a retomada das reuniões dos grupos de trabalho e dos conselhos das unidades de conservação, a revisão dos limites dos parques, a aquisição de áreas para reassentamento, a indenização de moradores, e a criação de programas de pagamento por serviços ambientais.

Há uma demanda pela criação de leis específicas para a indenização de benfeitorias e a regularização fundiária, incluindo as APAs e RDSs na política de regularização fundiária em terras devolutas. Acredita-se que essas propostas refletem a necessidade de um maior compromisso governamental para resolver os conflitos fundiários e ambientais que afetam milhares de famílias na região.

Ao analisar o documento referente às RDS do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (Mojac), comparando diferentes roteiros metodológicos para a elaboração de Planos de Manejo (RESEX e RDS), foi essencial seguir um processo detalhado que aborde várias etapas interligadas. No que diz respeito ao planejamento e preparação, verificou-se que cada roteiro apresenta abordagens distintas. O Roteiro IBAMA 2006 e o Roteiro SP 2018 destacam a organização do Plano de Gestão e os pré-requisitos e preparação da UC, respectivamente. Já o

Roteiro Amazonas 2007 e a IN ICMBio 2007 focam no planejamento prévio e geral. O Roteiro ICMBio 2018 aborda a etapa preparatória de forma mais estruturada.

Para o levantamento de dados, o Roteiro IBAMA 2006 e o Roteiro SP 2018 enfatizam o diagnóstico da Unidade de Conservação, enquanto o Roteiro Amazonas 2007 detalha estudos em duas fases distintas. Na etapa de elaboração do Plano de Manejo, o Roteiro IBAMA 2006 foca na análise e avaliação estratégica da informação, e o Roteiro SP 2018 destaca a importância do planejamento integrado e das oficinas de elaboração ou revisão. O Roteiro Amazonas 2007 e o Roteiro ICMBio 2018 enfatizam a construção participativa do plano e a preparação das oficinas, respectivamente (São Paulo, 2018).

A aprovação e divulgação dos planos de manejo também variam entre os roteiros. O Roteiro IBAMA 2006 exige a aprovação prévia pelo IBAMA e pelo Conselho Deliberativo, enquanto o Roteiro SP 2018 inclui a aprovação pelo CONSEMA e pelo Conselho Deliberativo. A caracterização da UC é uma etapa comum a todos os roteiros, mas com diferentes níveis de detalhe (São Paulo, 2018). Percebemos que os roteiros IBAMA 2006 e SP 2018 apresentam uma caracterização detalhada, enquanto o Roteiro Amazonas 2007 inclui uma análise situacional.

Pode-se depreender que os diferentes roteiros metodológicos para a elaboração de Planos de Manejo refletem a diversidade de abordagens possíveis para resolver tais conflitos. No entanto, a falta de uniformidade na aplicação e a dificuldade de adaptação dessas metodologias ao contexto local podem ser um obstáculo ao desenvolvimento de soluções eficazes e justas para as comunidades. A análise mostra que, para alcançar a conciliação entre conservação ambiental e justiça social, é necessária uma abordagem participativa que envolva as comunidades nas decisões e reconheça o valor de suas práticas sustentáveis.

A análise comparativa das RDS, de acordo com os dados fornecidos e a Instrução Normativa ICMBio, revelou diversas características específicas de cada unidade de conservação, incluindo localização, bioma, área, comunidades beneficiárias, atividades e o roteiro metodológico utilizado para a elaboração do Plano de Manejo (Quadro 3).

Quadro 3 – Análise comparativa das RDS - ICMBio

(continua)

	Município	UF	Área (Ha)	Bioma	Marinha/ Terrestre	Beneficiários	Atividades	PM	Roteiro
Mandira	Cananéia	SP	1.175	Mata Atlântica	complexo estuarino lagunar	maioria Quilombolas: 3 comunidades (24 famílias, 94 pessoas)	ostra, caranguejo, agricultura	2010	Instrução Normativa ICMBio nº 01/2007
Auati-Paraná	Fonte Boa, Maraã e Japurá	AM	146.950	Floresta Amazônica	Florestas e Rios	Ribeirinhos: 16 comunidades	Pirarucu, castanha, andiroba, marchetaria e da "salga" do peixe	2011	“Roteiros Metodológicos - Plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais (IBAMA,2004), Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais (IBAMA,2006)” e “Instrução Normativa ICMBio Nº 01/2007”.
Rio Xingu	Altamira	PA	303.841	Floresta Amazônica	Florestas e Rios	Ribeirinhos: 60 famílias	Recursos florestais e pesqueiros	2012	Não declara

(conclusão)

UC	Município	UF	Área (Ha)	Bioma	Marinha/ Terrestre	Beneficiários	Atividades	PM	Roteiro
Ouro Preto	Guajará-Mirim e Nova Mamoré	RO	204.583	Floresta Amazônica	Florestas e Rios	Seringueiros 12 comunidades, sendo 583 habitantes e 157 famílias	agricultura (roça), extrativismo (seringa, castanha, madeira, palha, óleos essenciais como a copaíba, coleta de frutas nativas como o açaí, patoá e outros); caça e pesca	2014	Instrução Normativa ICMBio nº 01/2007 - Roteiro metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais (IBAMA/DISAM, 2006).
Cururupu	Cururupu	MA	186.053	Amazônico Costeiro	Marinha: arquipélagos de ilhas costeiras	comunidades pesqueiras 12 comunidades (1229 famílias)	Pesca Artesanal, Extrativismo Vegetal, Turismo	2016	Não especifica
Soure	Soure	PA	29.578	Amazônico Costeiro	90% costeira e 10% ribeirinha	comunidades pesqueiras (caranguejeiros) 6 comunidades (1298 famílias)	recursos pesqueiros, tais como peixes, caranguejo-uçá, camarões, siris; recursos florestais não madeireiros; criação de pq animais; artesanato; turismo	2018	Nova abordagem 2018

Fonte: São Paulo (2018c).

A gestão da unidade e o zoneamento são abordados de maneiras variadas. O Roteiro IBAMA 2006 foca no zoneamento da UC, enquanto o Roteiro Amazonas 2007 detalha o zoneamento e a zona de amortecimento. Os roteiros SP 2018 e ICMBio 2018 incluem componentes normativos como zoneamento e atos legais. Os programas de gestão apresentados nos roteiros variam em enfoque. Os roteiros IBAMA 2006, Amazonas 2007 e SP 2018 discutem programas de gestão de forma abrangente, enquanto o Roteiro ICMBio 2018 detalha componentes dinâmicos e a avaliação das necessidades de dados e planejamento.

Verifica-se que a RDS Mandira, localizada em Cananéia, SP, cobre uma área de 1.175 hectares na Mata Atlântica, especificamente em um complexo estuarino lagunar. Beneficia principalmente comunidades quilombolas, abrangendo três comunidades com 24 famílias e 94 pessoas. As principais atividades econômicas incluem a extração de ostras e caranguejos, além da agricultura. O Plano de Manejo foi elaborado em 2010, seguindo a Instrução Normativa ICMBio nº 01/2007.

Em contraste, a RDS Auati-Paraná está situada nos municípios de Fonte Boa, Maraã e Japurá, no Amazonas, e se estende por 146.950 hectares na Floresta Amazônica, envolvendo florestas e rios. Beneficia ribeirinhos de 16 comunidades que se dedicam à pesca de pirarucu, coleta de castanha e andiroba, marchetaria e salga de peixe. Seu Plano de Manejo foi concluído em 2011, utilizando vários roteiros metodológicos, incluindo os do IBAMA de 2004 e 2006, além da Instrução Normativa ICMBio nº 01/2007.

A RDS Rio Xingu, localizada em Altamira, PA, cobre 303.841 hectares na Floresta Amazônica. Beneficia 60 famílias ribeirinhas que exploram recursos florestais e pesqueiros. O Plano de Manejo foi elaborado em 2012, mas o roteiro metodológico específico não foi declarado. A seguir as informações da localização das RESEX.

A RDS Ouro Preto, situada nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, em Rondônia, abrange 204.583 hectares na Floresta Amazônica. Atende 12 comunidades de seringueiros, totalizando 583 habitantes e 157 famílias. As atividades incluem agricultura de roça, extrativismo de seringa, castanha, madeira, palha, óleos essenciais como copaíba, coleta de frutas nativas, caça e pesca. O Plano de Manejo foi elaborado em 2014, seguindo a Instrução Normativa ICMBio nº 01/2007 e o roteiro metodológico do IBAMA/DISAM de 2006.

A RDS Cururupu, localizada em Cururupu, MA, abrange 186.053 hectares de áreas costeiras e arquipélagos de ilhas. Beneficia comunidades pesqueiras de 12

comunidades, totalizando 1.229 famílias, que se dedicam à pesca artesanal, extrativismo vegetal e turismo. O Plano de Manejo foi concluído em 2016, mas não especifica o roteiro metodológico utilizado.

A RDS Soure, localizada em Soure, PA, cobre 29.578 hectares, sendo 90% costeira e 10% ribeirinha. Beneficia seis comunidades pesqueiras, totalizando 1.298 famílias, que exploram recursos pesqueiros, como peixes, caranguejo-uçá, camarões e siris, além de recursos florestais não madeireiros, criação de pequenos animais, artesanato e turismo. O Plano de Manejo foi elaborado em 2018, utilizando uma nova abordagem metodológica.

Ao analisar os planos de manejo das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as particularidades de cada unidade, percebe-se que o uso de diferentes roteiros metodológicos está intimamente ligado ao princípio de congruência entre regras locais e mais amplas de Elinor Ostrom. Esse princípio sugere que as regras para o uso dos recursos locais precisam estar alinhadas com as condições ambientais e socioeconômicas da região, mas também devem respeitar as normas mais abrangentes que regem a gestão desses recursos.

Ao observar as diversas RDS mencionadas, verifica-se que a variedade de ambientes, tamanhos e práticas econômicas em áreas como a Amazônia e a Mata Atlântica exige abordagens adaptadas à realidade de cada região. Dessa forma, acredita-se que é fundamental que as políticas públicas e os planos de manejo considerem não apenas as normas nacionais, mas também as especificidades das práticas e necessidades locais.

Em termos de áreas e biomas, há uma grande variação, com áreas que vão de 1.175 hectares (RDS Mandira) até 303.841 hectares (RDS Rio Xingu). A maioria das RDS está localizada na Floresta Amazônica, com exceção da RDS Mandira na Mata Atlântica e das RDS Cururupu e Soure em áreas costeiras do bioma amazônico (São Paulo, 2018c; São Paulo, 2021a).

As RDS atendem diferentes grupos comunitários, como quilombolas (RDS Mandira), ribeirinhos (RDS Auati-Paraná e Rio Xingu), seringueiros (RDS Ouro Preto) e comunidades pesqueiras (RDS Cururupu e Soure). O número de beneficiários varia amplamente, com algumas RDS atendendo a poucas famílias (RDS Mandira) e outras a milhares (RDS Soure e Cururupu). As atividades econômicas variam conforme os recursos naturais disponíveis em cada RDS, abrangendo desde pesca e agricultura

até extrativismo de produtos florestais e turismo (SÃO PAULO, 2018c; SÃO PAULO, 2021a).

Os Planos de Manejo das RDS seguiram diferentes roteiros metodológicos, com a maioria utilizando a Instrução Normativa ICMBio nº 01/2007. Alguns, como os da RDS Auati-Paraná e RDS Ouro Preto, também seguiram roteiros adicionais do IBAMA de 2004 e 2006. Já as RDS Cururupu e Rio Xingu não especificaram claramente os roteiros metodológicos usados (SÃO PAULO, 2021a).

A análise comparativa das contextualizações das RESEX revelou variações significativas na forma como cada unidade de conservação é inserida em diferentes níveis de contexto, desde o internacional até o regional, incluindo aspectos específicos como área, localização, situação fundiária e histórico de criação (Quadro 4).

Quadro 4 – Análise comparativa da contextualização regional das RESEX

Sumário	Mandira	Auati Paraná	Rio Xingu	Ouro Preto	Cururupu	Soure
Contexto internacional					x	
Contexto nacional, estadual, municipal					x	
Regional	x	x		x		
Reservas Extrativistas, Resex Rio Ouro Preto				x		
Análise de representatividade da RESEX					x	
Contextualização em relação às outras UC		x				
Área e localização	x	x	X	x	x	
Histórico, Decreto de Criação (e Ações para Consolidação da Resex)	x	x	X	x	x	
Dinâmica de ocupação estadual e regional		x	X			
Situação Fundiária	x	x	X	x	x	
Área proposta para exclusão				x		

Fonte: São Paulo (2020a)

A RESEX Cururupu é a única que aborda tanto o contexto internacional quanto o nacional, estadual e municipal, sugerindo uma abordagem abrangente que considera influências e políticas globais, além de suas implicações locais. A RESEX Soure também inclui o contexto internacional, mas não fornece detalhes sobre os contextos nacional, estadual e municipal.

As RESEX Mandira, Auati Paraná e Ouro Preto apresentam uma contextualização regional, indicando um enfoque nas dinâmicas e características específicas de suas regiões. Por outro lado, as RESEX Rio Xingu e Soure não fornecem uma análise regional detalhada. A RESEX Cururupu realiza uma análise de representatividade, essencial para entender o papel da RESEX no sistema mais amplo de áreas protegidas e sua importância na conservação de ecossistemas específicos, enquanto as demais RESEX não abordam explicitamente essa análise.

A RESEX Auati Paraná contextualiza sua relação com outras Unidades de Conservação (UC), importante para a gestão integrada e a sinergia entre diferentes áreas protegidas. As RESEX Mandira, Rio Xingu, Ouro Preto, Cururupu e Soure não mencionam essa contextualização. Todas as RESEX, incluindo Mandira, Auati Paraná, Rio Xingu, Ouro Preto, Cururupu e Soure, apresentam informações sobre área e localização, fornecendo uma base essencial para entender a extensão territorial e a posição geográfica de cada unidade.

Todas as RESEX discutem o histórico, o decreto de criação e as ações para a consolidação, indicando a importância de entender os marcos legais e os esforços realizados para estabelecer e manter essas unidades. As RESEX Auati Paraná e Rio Xingu abordam a dinâmica de ocupação estadual e regional, relevante para entender os padrões de uso do solo e as pressões sobre os recursos naturais, enquanto as demais RESEX não fornecem detalhes sobre essa dinâmica. Todas as RESEX abordam a situação fundiária, um aspecto crucial para a gestão e a resolução de conflitos de terra. A RESEX Ouro Preto menciona áreas propostas para exclusão, indicando possíveis ajustes na delimitação da RESEX, enquanto as outras RESEX não discutem áreas propostas para exclusão.

A partir da análise pode-se perceber, em relação ao atendimento ao princípio de congruência entre regras locais e mais amplas no Mojac, um contexto de esforços contínuos, mas com desafios significativos. Embora haja avanços na harmonização das normas locais com diretrizes superiores, a autonomia limitada das comunidades, os desafios econômicos e a implementação ineficaz das políticas indicam áreas que

necessitam de melhorias. A variação nos Planos de Manejo das RDSs do Mojac nos indica esforços para adaptar diretrizes gerais à realidade local, mas também ressalta a necessidade de maior padronização para integração e comparabilidade entre diferentes unidades de conservação.

Em conclusão, a congruência entre as regras locais e as diretrizes mais amplas estabelecidas pelo Estado é essencial para a governança eficaz das áreas protegidas. No entanto, a aplicação dessas políticas enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à regularização fundiária e à participação ativa das comunidades tradicionais. Ao considerar as complexidades regionais, como as áreas de RDS e as sobreposições de terras, ficou evidente que soluções colaborativas e adaptadas às realidades locais são cruciais para garantir tanto a conservação ambiental quanto a justiça social. É imperativo que o Estado promova maior integração entre os diversos atores envolvidos e que as políticas públicas respeitem as práticas sustentáveis das comunidades, buscando sempre o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

5.4 Monitoramento eficaz

A análise do monitoramento eficaz se insere como um dos princípios fundamentais propostos por Elinor Ostrom e nesta seção foi analisada sua aplicação no contexto do Mojac. Considera-se que neste contexto, o monitoramento contínuo das atividades humanas e da gestão ambiental é essencial para mitigar conflitos territoriais e garantir a conformidade com as legislações ambientais.

O tema do monitoramento foi abordado por Rodrigo Aguiar como parte essencial da gestão ambiental e da redução de conflitos dentro das áreas protegidas. Aguiar destacou que a reorganização do antigo Parque Jacupiranga, agora integrado ao MOJAC, contribuiu significativamente para a diminuição dos conflitos territoriais (CARDOSO, 2023b). Isso sugere que um monitoramento eficaz das atividades e uso do território pode ajudar a identificar e mitigar potenciais fontes de conflito, promovendo assim uma convivência mais harmoniosa entre as comunidades locais e os interesses de conservação.

Rodrigo Aguiar também mencionou que os crimes ambientais ainda persistem dentro das comunidades devido a diversos fatores, incluindo a falta de conhecimento sobre a legislação ambiental, a limitada autonomia para gerir o próprio território e a

deficiência na fiscalização por parte do Estado (Cardoso, 2023b). Percebe-se, assim, a importância de um monitoramento contínuo e abrangente das atividades humanas dentro das áreas protegidas, a fim de detectar e corrigir violações ambientais e garantir o cumprimento das leis e regulamentos.

Sobre o assunto, sr. Ditão levantou preocupações ambientais relacionadas à necessidade de monitorar as mudanças climáticas e melhorar a infraestrutura básica nas comunidades quilombolas. Isso inclui o tratamento de água e o acesso à educação, elementos essenciais para garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. Além disso, o entrevistado destacou os impactos positivos de programas governamentais anteriores, como o "Luz para Todos", que trouxe melhorias significativas na qualidade de vida das famílias ao proporcionar acesso à eletricidade (CARDOSO, 2023e). Pode-se reforçar aqui a importância do monitoramento contínuo das políticas e programas implementados, bem como da avaliação de seu impacto nas comunidades locais.

Rodrigo Aguiar também destacou que, apesar dos avanços, ainda existem conflitos devido à falta de conhecimento da legislação por parte das comunidades e à escassez de profissionais para a fiscalização. O Gestor-Chefe da APA Quilombolas também apontou que os crimes ambientais ainda ocorrem dentro das comunidades, principalmente devido à falta de conhecimento sobre a legislação ambiental, à limitada autonomia para gerir o próprio território e à insuficiente fiscalização por parte do Estado (CARDOSO, 2023b). A partir disso, observa-se a necessidade de abordagens multifacetadas na resolução de conflitos, que vão além das mudanças estruturais e incluem educação ambiental, capacitação das comunidades locais e fortalecimento das medidas de fiscalização e monitoramento.

Um ponto recorrente mencionado nas entrevistas é a ausência do Estado, que se manifesta na falta de fiscalização, orientação e participação efetiva nas áreas de conservação. As áreas de Resex, em particular, parecem ser tratadas com o mesmo enfoque que outras unidades de conservação, como RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável) e APA (Áreas de Proteção Ambiental), sem considerar suas especificidades e necessidades únicas. Percebemos que este tratamento uniforme ignora a necessidade de uma abordagem diferenciada para áreas de mangue e comunidades ribeirinhas, que requerem projetos específicos e um olhar mais atento às suas realidades.

Durante a pesquisa, percebe-se ainda a falta de um cadastro detalhado dos moradores das áreas de Resex desde a criação do Mojac é um erro que gera dificuldades na identificação de quem realmente pertence e deve se beneficiar dessas regiões. A ausência deste cadastro facilita o acesso por pessoas externas e complica a gestão territorial. Além disso, a limitação de terras disponíveis para atividades como o plantio de árvores e a exploração sustentável de madeira restringe as opções de subsistência das comunidades locais, que se veem confinadas principalmente às áreas de mangue.

A persistência de crimes ambientais devido à falta de conhecimento legislativo e à escassa fiscalização estatal nos aponta lacunas na implementação prática do monitoramento. A uniformidade no tratamento das diferentes categorias de unidades de conservação, sem considerar as particularidades das comunidades de mangue e ribeirinhas, reflete uma abordagem que não está alinhada com as necessidades locais específicas. Reforça-se, nesse sentido, que a ausência de um cadastro detalhado dos moradores das Reservas Extrativistas desde a criação do Mojac também é um fator crítico que compromete a gestão territorial e o controle efetivo do acesso aos recursos naturais.

Acredita-se que para avançar na efetividade do monitoramento, é essencial adotar abordagens multifacetadas que incluam educação ambiental intensificada, capacitação das comunidades locais e um reforço significativo na fiscalização e no suporte estatal. A revisão e adaptação das políticas públicas para atender às demandas específicas das diferentes áreas do Mojac são cruciais para garantir que o monitoramento seja verdadeiramente eficaz e contribua para a proteção ambiental de longo prazo, integrando-se de forma mais alinhada às necessidades e realidades locais.

Conclui-se que o monitoramento eficaz no Mojac é essencial para promover a convivência harmoniosa entre as comunidades locais e os objetivos de conservação ambiental. Ao longo da análise, ficou evidente que identificar e mitigar conflitos, além de investir em educação ambiental e capacitação das populações, são medidas fundamentais para fortalecer a gestão das áreas protegidas.

Acredita-se que a criação de um cadastro detalhado dos moradores e a revisão das políticas públicas são passos necessários para assegurar que as especificidades de cada comunidade sejam respeitadas. Ao adotar uma abordagem inclusiva, que leve em conta as particularidades locais e as necessidades das comunidades, o

monitoramento pode se tornar uma ferramenta poderosa tanto para a proteção ambiental quanto para a promoção da justiça social, garantindo assim a efetividade das ações de conservação no Mojac.

5.5 Sanções proporcionais

Nesta seção, explora-se o princípio das sanções proporcionais de Elinor Ostrom, contextualizando sua aplicação no Mojac. Salienta-se que este princípio destaca a importância de estabelecer consequências justas e adequadas para aqueles que violam as normas de uso dos recursos naturais. No contexto do Mojac, onde as comunidades locais enfrentam desafios relacionados ao cumprimento das legislações ambientais e ao manejo sustentável dos recursos, a implementação de sanções que sejam proporcionais às infrações cometidas pode desempenhar um papel crucial na promoção da responsabilidade e na preservação dos ecossistemas.

Em relação à questão das sanções graduadas como parte da gestão das áreas protegidas, Aguiar destacou que existe uma uniformidade na aplicação das sanções, tanto para as comunidades locais quanto para os agricultores, mesmo aquelas de caráter punitivo (CARDOSO, 2023b). Essa abordagem reflete um compromisso com a igualdade perante a lei e com a coerência nas medidas disciplinares adotadas em resposta a infrações ambientais.

Ocimar Bim esclarece que no Mosaico de Jacupiranga, as sanções para os usuários que transgridem as regras das comunidades são baseadas na legislação ambiental. A aplicação da lei de crimes ambientais é a principal forma de punição para infrações graves. No entanto, nas RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável), existe um documento chamado Plano de Utilização que estabelece regras específicas para a área. Se essas regras não são cumpridas, a sanção pode ser difícil de aplicar, pois não há um mecanismo claro e eficiente de penalidade (Cardoso, 2023a).

No contexto do Mojac, percebo que a uniformidade na aplicação das sanções, conforme mencionado por Aguiar e Bim, pode não estar alinhada com a perspectiva de Ostrom. A falta de diferenciação nas penalidades pode gerar desmotivação para a conformidade e causar ressentimento entre as comunidades, que podem sentir que as sanções não refletem adequadamente a gravidade de suas infrações ou suas intenções.

Destaca-se ainda a dificuldade em aplicar sanções nas RDS, devido à ausência de mecanismos claros, indica que a governança precisa ser aprimorada. A visão de Ostrom aponta a importância de envolver as comunidades na formulação e na execução das regras, além da necessidade de mecanismos de penalização que sejam justos e transparentes. Portanto, acredita-se que, para promover uma gestão mais eficaz e sustentável, as sanções devem ser proporcionais e acompanhadas por um sistema de monitoramento e apoio, que capacite as comunidades a entender e cumprir as normas estabelecidas.

Os conflitos que surgem, como a compra e venda ilegal de terras, muitas vezes são discutidos nos conselhos das RDS. Contudo, resolver essas questões pode ser complicado. Uma das poucas medidas punitivas disponíveis é a solicitação para desligar o fornecimento de energia elétrica para propriedades envolvidas em transações ilegais. Isso pode ser eficaz, mas é um processo desgastante e nem sempre aplicado pelos gestores (Cardoso, 2023a).

Além disso, há menção a atividades de garimpo ilegal em algumas áreas, como nos rios de Cajatim. Embora não seja uma questão amplamente difundida, a presença de garimpeiros utilizando bateias nos rios indica uma atividade clandestina que precisa ser monitorada e controlada (Cardoso, 2023a). Percebe-se, assim, que as sanções no Mosaico de Jacupiranga dependem fortemente da aplicação da legislação ambiental existente, e há uma necessidade de desenvolver mecanismos mais acessíveis e eficazes para resolução de conflitos e imposição de sanções dentro das comunidades.

Ao aplicar as mesmas regras de sanções para todos os envolvidos, independentemente de sua origem ou status, pode-se perceber a promoção da justiça e a equidade no cumprimento das normas ambientais. Isso ajuda a estabelecer um ambiente de respeito às leis e regulamentos, incentivando o cumprimento das diretrizes estabelecidas para a conservação dos recursos naturais.

Portanto, percebe-se durante a pesquisa que, enquanto há esforços para promover a equidade na aplicação das sanções ambientais no Mosaico de Jacupiranga, existem desafios que sugerem que o princípio de sanções proporcionais de Ostrom não pode ser totalmente atendido. São necessárias medidas adicionais para fortalecer os mecanismos de aplicação da lei e melhorar a eficácia das sanções, garantindo assim uma gestão mais eficiente e equitativa das áreas protegidas. Importante mencionar que a falta de informações detalhadas sobre a aplicação das

sanções, suas consequências efetivas e a percepção das comunidades locais sobre a equidade e eficácia dessas medidas limita a capacidade de avaliar completamente o cumprimento desse princípio.

5.6 Mecanismos de resolução de conflitos

Na análise do princípio de mecanismos de resolução de conflitos, proposto por Elinor Ostrom, é essencial considerar como ele se manifesta no contexto do Mosaico de Jacupiranga (Mojac). Esse princípio destaca a importância de garantir que as comunidades locais tenham acesso a processos acessíveis e eficazes para resolver disputas relacionadas ao uso dos recursos naturais. No Mojac, onde as áreas protegidas convivem com diversas atividades humanas e interesses distintos, a existência de mecanismos ágeis e justos para a resolução de conflitos é fundamental para assegurar a coesão social e a sustentabilidade ambiental.

Os conflitos com os agricultores foram uma parte significativa do processo de criação do Mojac. Bim descreve a negociação desses conflitos como uma espécie de "debate sindical", onde os limites dos sítios foram discutidos e ajustados. Ele menciona um exemplo em Cananéia, onde os limites do parque foram inicialmente propostos em 47 mil hectares, mas foram reduzidos para 40 mil hectares após intervenção das comunidades locais e políticos. Ainda há demandas para mais ajustes nos limites, com um artigo na lei permitindo revisões de até 3% para proteção integral e 5% para áreas sustentáveis (Cardoso, 2023a).

Esses conflitos refletem uma luta de poder e interesses divergentes entre diferentes grupos, incluindo agricultores, comunidades locais e ambientalistas. No entanto, Bim acredita que, em grande parte, esses conflitos foram resolvidos, com 90% dos problemas sendo mitigados. Ele destaca que a criação do Mojac foi inédita no Estado de São Paulo e que, ao final, resultou em um aumento da área de proteção quando os três parques são somados (Cardoso, 2023a). Esses conflitos são vistos como parte do processo de implementação de uma mudança significativa na região, que busca conciliar interesses econômicos e ambientais.

Ao analisar os relatos de Bim, percebe-se que os conflitos ocorridos durante a criação do Mojac foram inevitáveis, refletindo um processo de negociação complexo entre diferentes grupos de interesse. Quando Bim compara essas negociações a "debates sindicais", fica claro o embate entre os interesses econômicos dos

agricultores e a necessidade de proteção ambiental. A pressão exercida por comunidades locais e políticos resultou em ajustes nos limites das áreas protegidas, o que evidencia como a gestão ambiental é moldada por disputas de poder e concessões entre os diversos atores sociais envolvidos. Ao final, o aumento da área de proteção representa um avanço na conservação, mas também reforça a importância de garantir que as decisões tomadas sejam justas e inclusivas para todos os envolvidos.

Rodrigo Aguiar observou que a reorganização do antigo Parque Jacupiranga, agora integrado ao Mojac, contribuiu para a redução dos conflitos territoriais (Cardoso, 2023b). Isso sugere que mudanças estruturais e organizacionais podem desempenhar um papel significativo na mitigação de tensões e na promoção da harmonia entre diferentes partes interessadas.

A presença de organizações não governamentais (ONGs) na comunidade, como o ISA (Instituto Socioambiental) e o EACONE (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras), foi destacada pelo Sr. Ditão como um apoio fundamental para lidar com questões legais e ambientais nas comunidades quilombolas (Cardoso, 2023e).

Essas ONGs fornecem assistência jurídica e orientações sobre legislação ambiental, ajudando as comunidades a enfrentarem desafios legais e a protegerem seus direitos territoriais. A autogestão por meio da cooperativa local, também foi mencionada na entrevista, por desempenhar um papel importante na resolução de conflitos (Cardoso, 2023e). Ao coordenar esforços e recursos dentro da comunidade, a cooperativa pode facilitar a tomada de decisões colaborativas e a implementação de soluções para questões internas.

Ao analisar essa parte à luz do princípio de mecanismos de resolução de conflitos de Ostrom, percebe-se que o Mosaico de Jacupiranga (Mojac) adotou medidas que promovem a resolução de conflitos de maneira colaborativa e inclusiva. O envolvimento de ONGs, como o Instituto Socioambiental (ISA) e o EACONE, oferece um suporte essencial para as comunidades quilombolas, fornecendo assistência jurídica e orientações sobre a legislação ambiental. Esse apoio é fundamental para que as comunidades enfrentem desafios legais e protejam seus direitos territoriais, o que se alinha ao princípio de Ostrom, que ressalta a necessidade de mecanismos acessíveis e eficazes para lidar com conflitos.

Também se considera que a autogestão por meio da cooperativa local demonstra como os próprios membros da comunidade podem coordenar esforços e implementar soluções colaborativas para os desafios internos. Isso reforça a importância de estruturas locais e participativas no processo de resolução de conflitos, promovendo uma governança mais justa e eficiente.

Disputas de terras dentro do Parque foram mencionadas pelo Sr. Ditão, evidenciando tensões e desafios relacionados à definição de limites territoriais e à gestão dos recursos naturais (Cardoso, 2023e). Percebe-se que essa relação complexa entre a comunidade e as autoridades locais reflete a necessidade de diálogo e cooperação para resolver conflitos fundiários e garantir o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas. Ao mesmo tempo, verifica-se como é fundamental a existência de políticas públicas que promovam a inclusão e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades tradicionais, respeitando sua autonomia e identidade cultural.

A entrevista de Domingas também revelou conflitos fundiários significativos, com a comunidade enfrentando limitações em suas terras de plantio e muitos moradores migrando para as cidades por falta de sustento (Cardoso, 2023c). A falta de clareza sobre se o plano de manejo em elaboração, que resolverá esses conflitos nos indica que os mecanismos de mediação e resolução de conflitos precisam ser mais robustos e inclusivos.

Para Marcos Campolim, os conflitos de interesse emergem principalmente em relação à água, um recurso vital para os moradores. A pesca ilegal, amadora e artesanal ribeirinha, e a pesca turística criam tensões sobre a sobrevivência e fonte de renda dos locais. Além disso, as terras não são adequadas para o plantio devido à predominância de áreas de restinga. Um aspecto positivo é a restrição de acesso para pesca a não-beneficiários da área (Cardoso, 2023f).

Outro ponto crucial mencionado por Bim é a necessidade de investimentos e ações para o futuro das comunidades locais, especialmente para promover a autogestão. Enquanto as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) possuem regras mais flexíveis, as RDS são regulamentadas de maneira diferente. A vantagem das RDS é que os conselhos locais são deliberativos, ou seja, têm autonomia para autorizar e decidir sobre licenciamentos. Isso proporciona um certo grau de autogestão, embora ainda exista uma supervisão do Estado (Cardoso, 2023a).

Ao relacionar essas questões ao princípio de mecanismos de resolução de conflitos de Ostrom, percebo que a criação de espaços de diálogo e negociação é essencial. A resolução pacífica de disputas deve sempre incluir a participação ativa de todos os envolvidos, de forma que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades levadas em consideração. Isso contribui para a promoção da justiça social e fortalece a coesão social e a resiliência das comunidades. Assim, para que a gestão dos recursos seja eficaz e sustentável, considera-se crucial desenvolver e implementar mecanismos de resolução de conflitos que sejam justos, transparentes e adaptáveis às particularidades de cada contexto local.

Ocimar Bim ainda menciona a persistência e surgimento de novos conflitos no território, principalmente devido à compra e venda irregular de terras e a presença de grandes fazendeiros com matrículas falsas. Outra questão mencionada é a mineração, que obteve licenças durante o governo de Bolsonaro, como um novo vetor de pressão que pode gerar conflitos no futuro (Cardoso, 2023a).

Ao analisar as informações apresentadas, percebe-se que o princípio de mecanismos de resolução de conflitos de Ostrom é particularmente relevante no contexto das comunidades tradicionais e sua relação com as autoridades. A disparidade entre os tempos de autorização para práticas agrícolas em diferentes quilombos, como evidenciado pelos casos de Ivapurunduva e Ribeirão Grande, sugere que a capacidade de deliberação local e a existência de conselhos deliberativos nas RDS podem facilitar a resolução de conflitos e promover uma gestão mais eficaz dos recursos. Essa agilidade na obtenção de licenças reflete uma adaptação às necessidades específicas das comunidades, permitindo que elas mantenham suas práticas culturais e econômicas.

O manejo inadequado dos búfalos é outro ponto de preocupação mencionado por Bim, cujo rebanho cresceu significativamente nos últimos anos, especialmente na região do Mosaico. A expansão descontrolada desse rebanho pode levar a pequenos conflitos, principalmente relacionados à pecuária de búfalos. Bim critica a falta de ação do Estado, que não fiscaliza adequadamente as irregularidades fundiárias, deixando a região vulnerável a esses conflitos. Ele enfatiza a necessidade de intervenções para resolver essas questões, que continuam a impactar negativamente o desenvolvimento sustentável da região (Cardoso, 2023a).

A partir dos resultados é possível afirmar que a morosidade em processos de licenciamento e a falta de fiscalização adequada exacerbam as tensões,

comprometendo a eficácia dos mecanismos de resolução de conflitos. A redução dos limites do parque em Cananéia como resposta às demandas locais é um exemplo positivo, porém as questões emergentes, como a expansão descontrolada da criação de búfalos e problemas associados à mineração, indicam falhas na capacidade de resolver efetivamente conflitos complexos.

5.7 Autonomia local

Na análise do Mojac, o princípio da autonomia local se revela como um elemento fundamental para a gestão e conservação das áreas protegidas. Este princípio, conforme delineado por Elinor Ostrom, enfatiza a importância de capacitar as comunidades locais a tomarem decisões sobre os recursos naturais que dependem diretamente de suas vidas e culturas. Neste contexto, é essencial compreender como a autonomia local pode influenciar a dinâmica de governança, a formulação de regras e a resolução de conflitos, além de promover um senso de pertencimento e responsabilidade entre os habitantes da região.

A formação de conselhos e a participação ativa das comunidades nas decisões sobre o uso do território foram essenciais para o sucesso do projeto. O uso de cartografia participativa e a integração das necessidades locais nas decisões de conservação criaram um modelo mais inclusivo e sustentável de gestão ambiental.

Ocimar Bim destacou a importância da governança e da inclusão social no sucesso do Mojac. A presença de gestores e a realização de reuniões frequentes com os conselhos das RDS são fundamentais para garantir a participação ativa das comunidades nas decisões sobre o uso do território. Além disso, a assistência técnica e o suporte aos pequenos agricultores e moradores são essenciais para manter a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental das áreas protegidas (Cardoso, 2023a).

Ocimar Bim ainda mencionou que, nas RDS, o processo de autogovernança está bem avançado, enquanto nas APAS ainda há desafios a serem superados. Isso porque, enquanto nas RDS há um processo contínuo de escuta e decisão coletiva que envolve os moradores locais, nas APAS, o avanço não é tão significativo, embora ainda existam processos de consulta e algumas decisões sejam tomadas localmente. Ele mencionou períodos de dificuldades, como o tempo sob a administração do então secretário do Meio Ambiente Ricardo Salles (2016-2017), que restringiu as reuniões,

e as mudanças frequentes de governo que afetaram a priorização e continuidade dos projetos em São Paulo (Cardoso, 2023a).

Ao considerar o princípio da autonomia local no contexto do Mosaico de Jacupiranga (Mojac), percebe-se que a formação de conselhos e a participação ativa das comunidades desempenham um papel crucial na eficácia da gestão ambiental. O uso de cartografia participativa e a integração das necessidades locais nas decisões de conservação refletem um modelo mais inclusivo e sustentável. No entanto, ao analisar criticamente esses aspectos, fica evidente que, embora as RDS tenham avançado significativamente em termos de autogovernança, as APAs enfrentam desafios que comprometem essa autonomia.

A diferença no nível de participação e na eficácia das reuniões sugere que, em algumas áreas, a voz das comunidades ainda é marginalizada, o que pode gerar descontentamento e desinteresse nas iniciativas de conservação. Além disso, a instabilidade política e as mudanças frequentes de governo, como observado durante a gestão de Ricardo Salles, destacam a vulnerabilidade do processo de tomada de decisão local.

Limitações nas reuniões e a falta de continuidade nos projetos podem fragilizar a autonomia das comunidades, dificultando sua capacidade de influenciar as políticas que afetam diretamente suas vidas e territórios. Portanto, é fundamental que não apenas se reconheça a importância da autonomia local, mas também que se defenda que ela seja sustentada por mecanismos que assegurem a participação efetiva, a continuidade das iniciativas e um ambiente propício à deliberação coletiva.

Uma sugestão de Ocimar Bim foi a importância de ouvir a direção da Fundação Florestal para entender melhor os planos futuros e os investimentos previstos para essas áreas. Ele destacou que, além de ouvir os gestores locais, seria valioso obter informações diretamente dos dirigentes da Fundação Florestal sobre seus planos e a quantidade de recursos destinados ao desenvolvimento das comunidades e à conservação das áreas protegidas (Cardoso, 2023a).

De acordo com Rodrigo Aguiar, atualmente, a legislação permite a conversão de uso do solo para o plantio perene, o que confere uma maior segurança e estabilidade para as comunidades locais (Cardoso, 2023b). Esse aspecto reflete uma evolução na legislação e reconhece a importância de garantir às comunidades o direito de determinar como utilizar e gerir seus próprios territórios de forma sustentável. Isso sugere que a plena autodeterminação da comunidade ainda enfrenta desafios

significativos, principalmente no que diz respeito à capacitação e empoderamento das comunidades locais para que possam participar ativamente da gestão e conservação de seus territórios.

A participação da comunidade ribeirinha e dos moradores locais na segurança e preservação do território é vital, embora mudanças frequentes na gestão das Unidades de Conservação causem descontinuidades e deficiências na eficiência da gestão. A participação comunitária nos Conselhos das áreas de RESEX, que são deliberativos e podem aprovar planos de manejo, é essencial. No entanto, a RESEX Taquari enfrenta problemas com o cadastramento dos beneficiários, particularmente os pescadores, criando gargalos no processo de criação e gestão da RESEX. A troca de gestão interrompe as ações anteriores, dificultando a continuidade dos projetos (Cardoso, 2023f).

Ao analisar a situação das comunidades locais em relação à gestão de seus territórios, percebe-se que, apesar dos avanços na legislação que permitem a conversão do uso do solo para o plantio perene, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. A segurança e a estabilidade que essa mudança legislativa proporciona são indiscutíveis, mas me preocupa a falta de capacitação e empoderamento das comunidades para que possam realmente exercer sua autodeterminação.

É evidente que a participação ativa dos moradores na gestão e preservação de seus territórios é vital; no entanto, as mudanças frequentes na administração das Unidades de Conservação criam descontinuidades que prejudicam a eficiência da gestão. Além disso, as dificuldades enfrentadas na RESEX Taquari, especialmente em relação ao cadastramento de beneficiários, evidenciam gargalos que limitam a efetividade das políticas públicas. É fundamental que se estabeleçam mecanismos de governança que não apenas promovam a participação comunitária, mas que também garantam a continuidade e o fortalecimento das ações em prol da gestão sustentável dos recursos naturais.

Quischilini discutiu as estratégias de participação e os desafios na gestão do MOJAC. A gestora destacou a importância de tornar os conselhos mais participativos e de aumentar a capacidade técnica dos envolvidos na fiscalização das áreas do MOJAC. Em Eldorado, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) desempenha um papel crucial na aprovação e aconselhamento sobre o uso de recursos destinados ao

turismo e na elaboração de políticas públicas que favorecem a sociedade (Cardoso, 2023g).

A busca pela autodeterminação da comunidade foi evidenciada na entrevista do Sr. Ditão pela menção ao esforço em melhorar a qualidade de vida por meio do turismo sustentável. A comunidade reconhece o potencial dessa atividade como uma fonte de renda alternativa e sustentável, alinhada aos valores e recursos locais. Esse empreendimento é apoiado por iniciativas cooperativas, que promovem a colaboração e a participação ativa dos membros da comunidade na gestão e operação de negócios turísticos (Cardoso, 2023e).

Ao analisar as questões apresentadas, perceb-se que o princípio da autonomia local é fundamental para a eficácia da gestão do Mojac e para o fortalecimento das comunidades envolvidas. A proposta de tornar os conselhos mais participativos e a ênfase no aumento da capacidade técnica dos membros refletem uma necessidade clara de empoderamento das comunidades locais. Verifica-se que a autonomia local não se resume apenas à liberdade de tomar decisões, mas envolve também a responsabilidade e a capacidade de executar essas decisões de maneira eficaz.

As comunidades precisam de apoio contínuo para desenvolver habilidades técnicas e gerenciais que garantam a implementação bem-sucedida de suas iniciativas. Sem esse suporte, a autonomia pode se tornar meramente formal, sem a capacidade prática de transformar a realidade local. Portanto, para que o princípio da autonomia local se concretize de forma efetiva, considera-se que é essencial haver uma combinação de empoderamento, capacitação e apoio técnico contínuo às comunidades.

A ênfase no desenvolvimento de habilidades locais reflete o desejo da comunidade de se capacitar e se empoderar para criar oportunidades econômicas dentro do próprio território. Ao investir no turismo sustentável e no desenvolvimento de habilidades, a comunidade busca não apenas melhorar sua qualidade de vida, mas também preservar sua cultura e identidade, promovendo um modelo de desenvolvimento que esteja alinhado com suas aspirações e necessidades.

Na entrevista com Adilson Viera é possível uma percepção detalhada dos desafios e avanços na implementação da Lei do Mosaico Jacupiranga (Mojac) na região, particularmente em áreas de APA (Área de Proteção Ambiental) como Cajati. Adilson destaca seu envolvimento ativo desde os tempos do antigo Parque Estadual Jacupiranga (PAJ) até a transição para o Mojac. Ele menciona a contribuição

significativa do Deputado Amilton Pereira na aprovação do projeto de lei que resultou na Lei 12810, criando o Mojac (Cardoso, 2023d). Este histórico de participação pública e legislativa sublinha a importância do engajamento comunitário e político na criação de áreas protegidas.

Em contrapartida, Domingas destaca a falta de audiências públicas e a ausência de consulta aos moradores e gestores municipais durante o levantamento do território do parque (Cardoso, 2023c). Isso contraria o princípio de participação social, evidenciando uma implementação deficiente em termos de inclusão comunitária. Há menção da presença do Estado pela fundação Florestal e a compreensão da necessidade de fiscalização. No entanto, a falta de consulta aos moradores e a ausência de participação ativa da prefeitura indicam uma falha na colaboração entre os níveis de governo e as comunidades locais, crucial para uma governança eficaz dos bens comuns.

A análise dessas entrevistas leva a concluir que o sucesso de políticas ambientais como o MOJAC depende não apenas do engajamento político, mas também da construção de um processo de gestão participativo, onde as comunidades tenham um papel ativo na tomada de decisões que afetam seus territórios. Para que a implementação da lei seja efetiva, é necessário promover um diálogo aberto e contínuo entre os diversos atores envolvidos, garantindo que todos possam contribuir e se beneficiar das iniciativas de conservação.

Durante seus 13 anos atuando em Eldorado e Iporanga, Quischilini observou a falta de autogestão nas comunidades, que culturalmente não estão acostumadas a gerir seus territórios, apesar das ferramentas de gestão disponíveis. As comunidades quilombolas, vistas como herança ou áreas de refúgio, tendem a criar territórios com baixo estímulo à autogestão. Para enfrentar esses desafios, ela propõe empoderar as comunidades com instrumentos de políticas públicas e estimular a busca de conhecimento interno para fortalecer a capacidade técnica e promover a autogestão (Cardoso, 2023g).

Isso pode ser verificado na entrevista do Sr. Ditão (Cardoso, 2023e), na qual pode-se observar que mesmo sendo membro do Conselho nunca participou de uma reunião, alegando problemas logísticos. Essa falta de participação ativa de Benedito no conselho do Mojac aponta para problemas de acessibilidade e inclusão no processo de governança. A dificuldade de acesso ao bairro impede a sua participação ativa nas reuniões e decisões do conselho, o que sugere uma falha estrutural na

integração das comunidades locais no processo de tomada de decisão. Sem a voz ativa de representantes locais como Benedito, as decisões do conselho podem não refletir adequadamente as necessidades e desafios específicos das comunidades mais isoladas.

Acredita-se que essa situação destaca a necessidade de estratégias de governança mais inclusivas e acessíveis. É essencial que os conselhos como o do Mojac desenvolvam mecanismos que garantam a participação de todos os seus membros, independentemente das barreiras geográficas ou logísticas.

Quischilini também destacou a importância da participação da Prefeitura na agricultura familiar, mencionando a atuação do profissional da casa da agricultura. No Vale do Ribeira, as ações do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) e do programa Vale do Futuro em 2023, do governo estadual, são iniciativas importantes para a região. Ela citou a agrofloresta em Barra do Turvo como um modelo a ser replicado, destacando o grande potencial das ações de agricultura de subsistência e agroflorestal para o desenvolvimento sustentável local (Cardoso, 2023g).

Ressalta-se que o Projeto Agroflorestar, mencionado por Quischilini (Cardoso, 2023g), como modelo a ser replicado, atualmente em sua terceira edição, visa promover a recuperação e conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável entre comunidades quilombolas, famílias agricultoras tradicionais e aldeias indígenas no Vale do Ribeira (Figura 14). O projeto foca na ampliação, fomento, aprimoramento, pesquisas, implantação e manejo de sistemas agroflorestais agroecológicos inspirados na natureza.

Figura 14 – Projeto Agroflorestar



Fonte: CooperaFloresta (2024).

Com o envolvimento de cerca de 4.200 pessoas, incluindo estudantes de escolas públicas, o projeto busca capacitar a comunidade em sistemas agroflorestais e educação ambiental, social e econômica. Realizado pela Cooperafloresta e patrocinado pela Petrobras, o projeto reflete a organização de famílias agricultoras quilombolas, atualmente compostas por 75 famílias em 20 grupos nos municípios de Barra do Turvo (SP), Adrianópolis e Bocaiúva do Sul (PR) (COOPERAFLORRESTA, 2024).

O Agroflorestar resgata o valor dos conhecimentos tradicionais e promove a convivência harmoniosa entre quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais com o maior trecho contínuo de Mata Atlântica remanescente. O projeto enfatiza a importância de uma agricultura que se integra à natureza, usando a sucessão natural para criar agroecossistemas que imitam os ecossistemas naturais. Esta abordagem não só melhora a fertilidade do solo e a produtividade, mas também conserva recursos

hídricos e promove uma agricultura sustentável, socialmente justa e economicamente viável (Cooperafloresta, 2024).

Além de produzir alimentos livres de venenos, a agrofloresta fortalece os laços comunitários e incentiva a participação em movimentos de agroecologia (Cooperafloresta, 2024). Percebe-se que o modelo de agrofloresta em Barra do Turvo é um exemplo bem-sucedido dessa abordagem, mostrando como a integração da produção agrícola com a conservação ambiental pode trazer benefícios duradouros para a comunidade e o meio ambiente.

Em relação a essa autonomia local, Bim (Cardoso, 2023a) destaca a necessidade de investimentos e ações para o futuro das comunidades locais, especialmente para promover a autogestão. Enquanto as APAs possuem regras mais flexíveis, as RDS são regulamentadas de maneira diferente. A vantagem das RDS é que os conselhos locais são deliberativos, ou seja, têm autonomia para autorizar e decidir sobre licenciamentos. Isso proporciona um certo grau de autogestão, embora ainda exista uma supervisão do Estado.

Bim (Cardoso, 2023a) ilustra essa diferença com o exemplo do quilombo Ivapurunduva, que, há alguns anos, demorava até cinco anos para obter uma autorização de roça da CETESB, enquanto o quilombo do Ribeirão Grande conseguia essa autorização em cerca de 40 dias graças à deliberação local do conselho. Nas RDS, as comunidades tradicionais podem utilizar práticas agrícolas como o uso de fogo e a coivara, conforme permitido pela Lei da Mata Atlântica, o que facilita um processo mais ágil e adaptado às necessidades locais.

Durante a observação e a vivência local verifica-se nesse campo que um dos principais problemas é a falta de documentação das reuniões de participação, o que dificulta a transparência e a administração eficiente. Embora haja um esforço para garantir quase 100% de participação dos membros nas reuniões, essas ocorrem de maneira alternada entre presencial e online, destacando a dificuldade de acesso e a necessidade de adaptar-se às condições pós-pandemia.

Percebe-se que os conflitos internos entre gestores das unidades de conservação também são significativos. A falta de funcionários e a ampla área para gerir complicam a implementação de ações eficazes. O foco tem sido no plano de manejo, mas a aplicação uniforme desse plano às diversas áreas, como as Resex e RDS, não considera as particularidades de cada região, especialmente nas áreas de

mangue, que requerem um tratamento diferenciado devido às suas características únicas.

Pode-se verificar, ainda, que a comunidade Quilombola do Ivaporunduva, composta por mais de 300 membros, demonstra um nível maior de autogestão e autonomia, com uma presença estatal reduzida em comparação com outras comunidades da região. A autogestão se mostra eficaz, mas também aponta para a necessidade de um maior suporte institucional para garantir que todas as comunidades recebam atenção adequada e possam desenvolver-se de maneira sustentável. Eles têm realizado melhorias, como a instalação de fossas sépticas, de forma autônoma, sem depender diretamente do Estado. Esse exemplo destaca a capacidade das comunidades locais de gerenciar suas próprias necessidades e promover o desenvolvimento sustentável.

No entanto, percebe-se que essa autogestão não é uniforme em todo o território. Muitas áreas enfrentam desafios significativos devido à falta de comunicação e infraestrutura. Alguns moradores relatam que não foram informados sobre alterações e decisões importantes, enquanto outros participaram de audiências públicas e manifestações, embora enfrentem limitações de acesso à internet e energia elétrica. Isso evidencia a disparidade no acesso à informação e na participação nos processos de decisão, o que compromete a eficácia da gestão territorial.

A autogestão e a participação popular nas comunidades do Vale do Ribeira refletem uma complexidade inerente à gestão de áreas de preservação, especialmente em contextos onde interesses diversos coexistem. A contradição entre o discurso oficial de participação popular e a realidade percebida pelas comunidades levanta questões críticas sobre a eficácia e a autenticidade dos processos participativos.

Os governos e institutos frequentemente proclamam a existência de mecanismos de participação popular, afirmando que as comunidades locais estão envolvidas nas decisões sobre a gestão de seus territórios. No entanto, relatos dos próprios moradores sugerem uma desconexão significativa. Muitos afirmam que não são informados sobre alterações importantes, que há dificuldades de acesso a reuniões e informações, e que, em alguns casos, a participação real é mínima. Essa discrepância entre discurso e prática evidencia um problema estrutural na implementação das políticas de participação (Cardoso, 2023c; Cardoso, 2023d; Cardoso, 2023e).

A construção dessas percepções varia entre os diferentes grupos envolvidos. Os gestores das unidades de conservação, por exemplo, podem acreditar que estão promovendo uma participação ampla e inclusiva ao intercalar reuniões presenciais e online. No entanto, a realidade das comunidades, muitas vezes sem acesso adequado a internet ou infraestrutura básica, limita essa participação. A comunidade quilombola, com sua forte autogestão através da associação, apresenta um contraste marcante, demonstrando que a capacidade de organização e gestão local pode ser robusta, mas muitas vezes é subaproveitada ou não reconhecida pelos mecanismos institucionais (Cardoso, 2023a; 2023b; 2023f; 2023g).

Observa-se que o contexto de áreas de preservação no Brasil e em muitas partes do mundo é caracterizado por um embate constante entre interesses preservacionistas e interesses que não visam a preservação. Este conflito torna ainda mais desafiador alcançar uma unanimidade nas políticas e práticas de gestão territorial. Interesses econômicos, como a expansão da pecuária e a mineração, frequentemente entram em choque com as necessidades de conservação ambiental e os direitos das comunidades locais.

Acredita-se que a ausência de uma unanimidade nas questões de preservação é um reflexo das diversas opções e interesses em jogo. Enquanto alguns grupos defendem a preservação rigorosa dos recursos naturais, outros buscam um desenvolvimento econômico que pode comprometer esses recursos. Esse panorama complexifica ainda mais a governança territorial, exigindo uma abordagem que considere e equilibre esses múltiplos interesses.

Além da limitada representatividade geográfica dos Conselhos, verifica-se que há uma falta de renovação nos quadros de pessoal, com pouca variação entre os membros ao longo dos anos. Isso sugere uma possível estagnação nas lideranças e a exclusão de grupos demográficos como mulheres, jovens e outros segmentos da comunidade. Sem uma rotatividade adequada e sem políticas inclusivas que promovam a diversidade, os Conselhos tendem a ser percebidos mais como uma formalidade burocrática do que como órgãos efetivos de gestão territorial.

Adicionalmente, percebe-se que a falta de autonomia orçamentária e de capacitação adequada dos membros dos Conselhos contribui para a ineficácia dessas estruturas participativas. A ausência de recursos financeiros para viabilizar a participação regular e para promover a formação contínua dos conselheiros

compromete a qualidade das decisões tomadas e a capacidade de lidar com conflitos e desafios locais de maneira eficiente.

Portanto, apesar de sua existência formal, verifica-se que os Conselhos no contexto do Mosaico do Jacupiranga enfrentam sérias limitações que os impedem de exercer plenamente seu potencial como mecanismos de gestão participativa, conforme idealizado por abordagens como a de Elinor Ostrom. Entende-se que a necessidade urgente de reformas estruturais e de investimentos em capacitação e apoio logístico é evidente para que essas ferramentas participativas possam verdadeiramente contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a governança eficaz da região.

Ao problematizar essas percepções percebe-se a necessidade de um olhar crítico sobre as práticas de participação popular. É essencial reconhecer as limitações e barreiras enfrentadas pelas comunidades, e buscar formas de integrar efetivamente suas vozes nos processos de decisão. A promoção de uma participação verdadeiramente inclusiva exige não apenas a criação de espaços de diálogo, mas também o investimento em infraestrutura e capacitação para que todas as comunidades possam se engajar de maneira significativa. Assim será possível construir uma governança territorial que atenda tanto aos objetivos de preservação ambiental quanto às necessidades e direitos das populações locais.

5.8 Relações com outras entidades

Nesta seção, aborda-se o princípio de relações com outras entidades de Elinor Ostrom, que destacou a importância da colaboração e da interação entre diferentes atores sociais na gestão de recursos comuns. A capacidade de estabelecer parcerias eficazes entre comunidades locais, governos, organizações não governamentais e setores privados foi essencial para promover uma governança inclusiva e sustentável.

A interdependência entre esses atores não apenas enriqueceu o processo de tomada de decisões, mas também fortaleceu a resiliência das comunidades e aumentou a eficácia das políticas implementadas. Ao explorar este princípio, foi possível compreender como as relações interinstitucionais e a colaboração mútua contribuíram para a gestão eficiente dos bens comuns, favorecendo o desenvolvimento de estratégias que respeitaram e atenderam às necessidades locais.

Rodrigo Aguiar observou que os quilombos reconhecem as mudanças em curso, percebendo que, mesmo em áreas de pequena extensão, podem alcançar uma produção significativa (Cardoso, 2023b). Percebe-se assim uma boa gestão do território por parte das comunidades, que adaptam suas práticas para otimizar o uso dos recursos disponíveis.

De acordo com Rodrigo Aguiar, o Estado desempenha um papel importante na articulação de políticas públicas que afetam as áreas protegidas. No entanto, ele ressaltou que, dentro das APAs, as comunidades estão organizadas e possuem uma autogestão eficaz (Cardoso, 2023b). Isso sugere uma relação colaborativa entre o Estado e as comunidades locais, onde o governo atua como facilitador e apoiador das iniciativas comunitárias, reconhecendo e respeitando a autonomia e capacidade de gestão das comunidades.

Todavia, a participação do Estado é considerada insuficiente por Marcos Campolim, que menciona terem sido realizados poucos projetos desde a criação das áreas de RESEX. A falta de projetos e tecnologia para o manejo sustentável é um problema crítico. Apesar disso, a conservação e o enriquecimento das espécies marinhas foram evidentes. De acordo com o pesquisador, projetos como o TNCP, focado no repovoamento e manejo de ostras, perderam apoio, destacando a necessidade de a Fundação Florestal priorizar projetos de manejo para as RESEX. O Conselho das áreas de RESEX desempenha um papel crucial, analisando reformas de casas e os impactos ambientais, além de avaliar as demandas de manejo florestal dos beneficiários (Cardoso, 2023f).

Sobre o assunto, Quischilini apontou que, nas comunidades, os baixos números de votantes muitas vezes resultam na falta de atenção dos gestores. Ela mencionou a presença frequente do Instituto Socioambiental (ISA) em Eldorado e a necessidade de projetos que auxiliem os Moradores do território do Mojac na produção e escoamento de seus produtos (Cardoso, 2023g).

A partir disso, percebe-se que a crítica à participação insuficiente do Estado na gestão das RESEX é um reflexo de um problema mais profundo: a desconexão entre as políticas públicas e as realidades enfrentadas pelas comunidades locais. A falta de projetos e tecnologias para o manejo sustentável, destacada por Marcos Campolim, me leva a questionar a efetividade das ações governamentais e a real prioridade que é dada à conservação e ao desenvolvimento sustentável nessas áreas.

Apesar dos avanços na conservação marinha, a ausência de iniciativas concretas e o apoio limitado a projetos como o TNCP indicam uma falta de comprometimento com as necessidades locais. Além disso, a função do Conselho das áreas de RESEX, embora fundamental, revela que a responsabilidade pela gestão dos recursos naturais não pode recair apenas sobre as comunidades, especialmente quando a participação estatal é tão limitada.

A menção de Quischilini à presença do ISA ressalta a importância de parcerias entre a sociedade civil e as comunidades, mas também se faz refletir sobre o quão insuficientes essas ações podem ser sem um suporte governamental sólido. Essa situação evidencia a urgência de uma abordagem colaborativa que integre efetivamente as vozes e demandas das comunidades com as políticas públicas, garantindo um manejo sustentável e respeitoso dos recursos naturais.

Campolim enfatiza que o Estado precisa compreender que as áreas de RESEX devem ser modelos de eficiência e efetividade nos projetos. Ele também observou que o Parque Estadual Lagamar, antes parte do território do Parque Jacupiranga, incorporou uma área significativa que anteriormente não foi demarcada. Embora existam poucos conflitos em áreas de RESEX e RDS, muitas moradias ainda carecem de saneamento básico, impactando negativamente o meio ambiente. A especulação imobiliária é praticamente inexistente nessas áreas, como na RESEX Taquari, onde a pesca é restrita, tornando a área menos atraente para fins imobiliários (Cardoso, 2023f).

Campolim conclui que, desde o início, houve uma média de cinco gestões nas áreas de RESEX e RDS, comparado a uma média de uma a duas gestões em outras áreas, refletindo a instabilidade e os desafios de governança dessas unidades de conservação (Cardoso, 2023f).

Ao aplicar o princípio de relações com outras entidades, percebe-se que a análise evidencia a importância de um envolvimento mais profundo do Estado na gestão das RESEX e das RDS. A crítica de Campolim sobre a insuficiência da participação estatal destaca a necessidade de projetos que promovam a eficiência e efetividade das áreas de RESEX, especialmente considerando a falta de saneamento básico em muitas moradias. Essa situação reflete uma ausência de ações integradas entre as diferentes esferas de governo e as entidades sociais, que devem colaborar para atender às necessidades da população e proteger o meio ambiente.

Além disso, a presença do ISA em Eldorado sugere que as iniciativas de organizações externas são valiosas, mas devem ser articuladas com as políticas públicas locais. A instabilidade gerada pela rotatividade de gestões nas áreas de RESEX e RDS pode minar a confiança entre as comunidades e as entidades governamentais. Portanto, é essencial que haja um diálogo contínuo e transparente entre o Estado, as organizações não governamentais e as comunidades, respeitando a autonomia local. A construção de parcerias sólidas é fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas e a conservação dos recursos naturais na região.

A experiência de gestão da RDS Praiado inclui várias ações e projetos significativos. Entre as principais iniciativas estão a formação de 14 monitores locais, a melhoria da estrada de acesso com recursos do BID, e a implantação de três trilhas de visitação com diferentes níveis de dificuldade. Além disso, parcerias com o SENAR resultaram em cursos de apicultura e meliponicultura, e a Coopera facilitou a implantação do Sistema Agroflorestal (SAF) para 12 famílias, com a expectativa de que todos os beneficiários adotem este sistema (São Paulo, 2020b). O conselho deliberativo da RDS Praiado está em funcionamento, com reuniões mensais desde dezembro de 2018 até dezembro de 2020 (Figura 15).

Figura 15 - Registro de reunião mensal na RDS Praiado



Fonte: São Paulo (2020b).

Entre os temas deliberados estão as roças de subsistência, reforma e construção, turismo e outros assuntos de interesse comunitário e de gestão. As deliberações são baseadas no PU já aprovado pelo conselho (São Paulo, 2020b). Para os programas de gestão, os desafios principais incluem a melhoria da comunicação (como a instalação de internet e torres de telefonia), a participação do município de Iguape na gestão da UC, e a captação de recursos para escoamento da produção, construção de um galpão para beneficiamento dos produtos agrícolas, além de saneamento básico, considerando que todas as casas dos beneficiários ainda utilizam fossas negras (São Paulo, 2017).

Os acordos foram estabelecidos em reuniões do conselho, envolvendo tanto os conselheiros quanto os moradores da área. A gestão da reserva tem sido marcada por diversas ações e projetos, incluindo o processo de realocação dos moradores, reformas de casas para reuniões do conselho, melhoria e implantação de acessos, projetos de reflorestamento e implantação de fossas. Além disso, cursos e capacitações têm sido oferecidos em parceria com o STR/SENAI.

Depreende-se que as deliberações na gestão das UC estão sendo pautadas por temas relevantes para a comunidade, como agricultura familiar, turismo e infraestrutura. A aprovação do Plano de Uso (PU) pelo conselho é um passo importante para garantir que as decisões sejam fundamentadas em um planejamento estratégico que atenda às necessidades locais. No entanto, existem desafios significativos a serem enfrentados, como a melhoria da comunicação, a participação efetiva do município de Iguape na gestão da UC e a captação de recursos para iniciativas essenciais, como o escoamento da produção e a construção de infraestrutura básica, como um galpão para beneficiamento e saneamento.

As reuniões do conselho têm sido cruciais para estabelecer acordos e promover a participação ativa tanto dos conselheiros quanto dos moradores. A diversidade de ações e projetos, incluindo a realocação de moradores e a implementação de soluções de saneamento, demonstra um esforço para melhorar as condições de vida na reserva. As parcerias com instituições como o STR/SENAI para oferecer cursos e capacitações indicam uma preocupação com o desenvolvimento das habilidades locais e o empoderamento da comunidade. No entanto, é fundamental que esses esforços sejam contínuos e que haja um acompanhamento regular para garantir que as iniciativas sejam implementadas de forma eficaz e que as vozes da comunidade continuem sendo ouvidas nas decisões de gestão.

Embora o Plano de Manejo da RDS de Barra da Una ainda não esteja finalizado, diversas ações de gestão estão sendo implementadas. No setor do turismo, foram formados 20 monitores ambientais, e está em andamento o monitoramento das horas de estágio desses monitores. Além disso, busca-se a aproximação de grupos organizados para a RDS por meio de programas educacionais (Figura 16). Há também propostas para a criação de uma Coordenação de Turismo de Base Comunitária e o desenvolvimento de roteiros etnoculturais para valorizar a cultura local. Parcerias com instituições educacionais e palestras com a Marinha visam garantir a segurança e a legalidade das atividades turísticas (São Paulo, 2019c).

Figura 16 – Ação de formação de monitores ambientais da RDS Barra da Una



Fonte: São Paulo (2019c).

No que diz respeito aos pescadores, têm sido estabelecidas parcerias e termos de compromisso para promover a pesca artesanal de maneira sustentável. A compra de pescado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a emissão de documentação necessária são algumas das iniciativas para apoiar economicamente os pescadores. No campo do ordenamento do território, discussões estavam ocorrendo para definir áreas para o crescimento das famílias da RDS e para a limpeza de valas. Projetos de saneamento e mutirões de castração de animais domésticos também fazem parte das ações (Figura 17) (São Paulo, 2019c).

Figura 17. Ação de gestão para ordenamento territorial da RDS Barra da Una



Fonte: São Paulo (2019c).

O Plano de Utilização da RDS Barra do Una, concluído em dezembro de 2019, estabelece acordos e regras adequados aos usos atuais da reserva, incluindo pesca artesanal, turismo e moradias. Desafios ainda persistem, como a definição de áreas para recuperação ambiental e a integração do Programa de Educação Ambiental com outros programas de gestão, visando informar e orientar a comunidade sobre práticas sustentáveis e legislações vigentes (São Paulo, 2019c).

Diversas ações e projetos têm sido desenvolvidos na gestão da RDS de Pinheirinhos, incluindo a revisão do Plano de Utilização, a realocação de moradores, autorizações para atividades como roças, implantação de unidades de fossa séptica e projetos de reflorestamento. O Conselho Deliberativo, composto por representantes dos moradores, da sociedade civil e de órgãos públicos, discute temas como a indicação de beneficiários, realocação de moradores e elaboração de Termos de Compromisso para atender à legislação pertinente (São Paulo, 2019c).

Entre os desafios enfrentados na RDS de Pinheirinhos estão a definição de áreas para proteção e produção, a caracterização da ocupação e vegetação, e a necessidade de atender às demandas da comunidade, além de programas que garantam a fixação dos moradores na região e tenham ciclos de longa duração. As demandas fundiárias incluem questões como a concessão de Direito Real de Uso, processos de reintegração de posse, arrendamento e venda de áreas, e a ampliação dos limites da reserva (São Paulo, 2018a).

Em Barreiro de Anhemas, os acordos são estabelecidos através de reuniões do conselho deliberativo, que tem demonstrado maturidade e protagonismo dos conselheiros tradicionais na resolução de questões polêmicas. O conselho deliberativo, composto por 10 conselheiros tradicionais, 3 representantes da sociedade civil e 4 de órgãos públicos, realiza reuniões mensais com a presença média de 40 pessoas. Os temas deliberados incluem a supressão de vegetação, limpeza de pasto, manejo de nativas, reforma de estradas e acessos, e projetos de pesquisa e intervenção econômica (Figura 18) (São Paulo, 2019b).

Figura 18 – Deliberação do Conselho da RDS Barreiro Anhemas



Fonte: São Paulo (2019b).

Principais ações e projetos incluem reflorestamento com nativas, implantação de fossas biodigestoras, saneamento rural, PSA para agricultura familiar, pecuária sustentável e recuperação ambiental. Estes projetos foram desenvolvidos em parceria com entidades como BNDES, TNC, FF, FEHIDRO e órgãos municipais. Os maiores desafios de ordenamento territorial incluem aumentar os remanescentes florestais de 25% para 35% em 10 anos, reintegração de áreas de terceiros e assentamento de famílias tradicionais (São Paulo, 2019b).

Para programas de gestão, os desafios são implementar a pecuária sustentável, manejar a juçara e outras nativas de forma sustentável, e promover a agricultura agroecológica. As demandas fundiárias incluem a titulação das famílias beneficiárias, desmembramento de áreas excluídas do PEJ, e reintegração de posse de imóveis para assentamento de famílias tradicionais (São Paulo, 2017).

A gestão da RDS Barra do Turvo tem sido marcada pela atuação do conselho deliberativo, amplamente reconhecido pelas famílias. Os resultados alcançados pela gestão são principalmente fruto dessa atuação colegiada, com parcerias importantes com órgãos públicos e instituições da sociedade civil (São Paulo, 2019a). Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se o reflorestamento com nativas (4 hectares) em parceria com BNDES/TNC/FF, o projeto Formando Floresta (20 hectares) em parceria com FF/IDESC/FUNBIO, o Plantando Águas (14 fossas FSBE) em parceria com IV/FF/PMBT, e o saneamento em Barra do Turvo (19 USI) em parceria com PMBT/FEHIDRO. Além disso, foram discutidos critérios para o pagamento por serviços ambientais (PSA) para a agricultura familiar e para a pecuária sustentável (São Paulo, 2019a).

O conselho deliberativo da RDS Barra do Turvo realiza reuniões mensais na terceira quarta-feira de cada mês, intercalando entre as quatro comunidades quilombolas. O conselho é composto por 12 conselheiros tradicionais, 3 representantes da sociedade civil, 4 de órgãos públicos e o órgão gestor (SÃO PAULO, 2019a). Já foram realizadas mais de 100 reuniões, com uma média de 40 participantes por encontro. As deliberações abordam temas como a supressão de vegetação nativa, manejo de pastagens, acesso à energia elétrica, manutenção de tanques de piscicultura, práticas de destinação de carcaças, projetos de pesquisa, e ações no entorno da reserva (SÃO PAULO, 2019a) (Figura 19).

Figura 19 – Deliberação do Conselho da RDS Barra do Turvo



Fonte: São Paulo (2019a).

Os principais desafios de ordenamento territorial incluem a recuperação ambiental com o aumento dos remanescentes florestais e áreas agroflorestais, a reintegração de áreas de terceiros e a realocação de moradias em áreas de risco. Para os programas de gestão, os desafios são o manejo sustentável da juçara e outras nativas, o desenvolvimento de uma agricultura em base agroecológica, a certificação e comercialização dos produtos, e a pecuária sustentável de bovinos e bubalinos (São Paulo, 2019a).

As demandas fundiárias incluem a reintegração de áreas de grandes imóveis (como a Fazenda São Francisco do Paraíso e a Fazenda Transplante), a reintegração de áreas com conflitos, a realocação ou acordo com famílias de terceiros, e a elaboração de RTID para a titulação dos territórios quilombolas. Também é necessário ajustar as divisas com o PERT e clarificar a exclusão da faixa da BR116 do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (Mojac) (São Paulo, 2019a).

Percebe-se, assim, que o papel do Estado é crucial para mediar conflitos internos e fornece suporte técnico e financeiro. A falta de preparação e conhecimento sobre leis e regulamentações ambientais entre os moradores reforça a necessidade de intervenção estatal. As comunidades expressam um desejo por mais terra e espaço para trabalhar, mas muitas vezes não compreendem plenamente as implicações da sustentabilidade e do cuidado com o meio ambiente.

Diante do exposto, verifica-se que a presença do Estado é essencial para lidar com conflitos fundiários, especialmente nas áreas de parque ao longo da BR-116, como o Parque Estadual de Jacupiranga. Antes da década de 1980, essa região era marcada pela falta de controle e regulamentação, com problemas sociais graves, incluindo prostituição. A intervenção do Estado melhorou o acesso à educação e trouxe maior organização, mas ainda há muito a evoluir.

Embora a autogestão tenha se mostrado eficaz em algumas áreas, percebe-se que ela precisa ser complementada por uma participação ativa do Estado para garantir que todas as comunidades recebam o suporte necessário para promover o desenvolvimento sustentável. A integração de ações autônomas com políticas públicas pode resultar em uma gestão territorial mais equilibrada e eficiente, atendendo tanto às necessidades locais quanto aos objetivos de conservação ambiental.

É importante ressaltar que as comunidades frequentemente recorrem a denúncias de violações ou problemas ambientais, mesmo que nem todas sejam necessariamente resolvidas. Essas ações refletem a expectativa de que o Estado possa intervir e oferecer algum tipo de resposta ou assistência, o que considero um aspecto crucial da gestão compartilhada preconizada pela abordagem de Elinor Ostrom.

Como exemplo desses resultados cita-se a ocorrência registrada em 19 de agosto de 2023, uma operação em uma área entre o Parque Estadual Caverna do Diabo e a APA dos Quilombos do Médio Ribeira, no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, foi deflagrada após uma denúncia anônima. A ação resultou na apreensão de 130 unidades de palmitos in natura da espécie juçara, três vidros com palmitos envasados, 365 vidros vazios e acessórios para o envasamento ilegal do palmito, além de onze armas de fogo, munições e diversos acessórios para caça (Fundação Florestal, 2024).

Organizada para combater a extração ilegal de produtos florestais, a operação envolveu equipes dos Parques Estaduais Caverna do Diabo e Rio Turvo, e do 2º Pelotão de Polícia Ambiental de Jacupiranga. A ocorrência foi registrada na Delegacia de Polícia de Barra do Turvo, embora os autores dos ilícitos não tenham sido encontrados. Este caso destaca a importância da fiscalização e da denúncia na proteção das áreas de conservação, como o Parque Estadual Caverna do Diabo, que possui uma vasta área de 40.219 hectares e abriga um ecossistema rico em biodiversidade. A operação reforça a necessidade contínua de monitoramento e intervenções para preservar esses ecossistemas únicos, reconhecidos pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade (Fundação Florestal, 2024).

Nesse sentido, as denúncias representam não apenas um mecanismo para relatar problemas, mas também um ato de confiança na estrutura governamental para garantir justiça e proteção dos direitos das comunidades. Mesmo que haja limitações na eficácia das respostas estatais, o simples ato de denunciar evidencia a tentativa das comunidades de participar ativamente na gestão dos recursos naturais e na proteção ambiental de suas áreas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foram abordados vários aspectos essenciais para a compreensão do impacto e da eficácia dessas estratégias na promoção do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida das populações locais. Ao analisar a perspectiva de desenvolvimento sustentável que orienta as ações na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira, observou-se que a gestão ambiental tem buscado alinhar-se aos princípios da sustentabilidade. No entanto, os desafios persistem, especialmente no que diz respeito à implementação eficaz das políticas de conservação e ao equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

O processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira foi caracterizado por uma complexa interação de fatores históricos, culturais e econômicos que moldaram a região ao longo dos séculos. Este contexto histórico é fundamental para entender as dinâmicas atuais e os desafios enfrentados na governança dos recursos naturais e na promoção de um desenvolvimento sustentável que contemple as necessidades das comunidades locais.

Nos últimos anos, o processo de formação socioespacial do Vale do Ribeira tem sido moldado por várias iniciativas e mudanças, refletindo uma adaptação contínua às novas realidades econômicas, ambientais e sociais. Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo. O desenvolvimento sustentável e a agroecologia têm ganhado atenção, com iniciativas voltadas para práticas agrícolas que respeitam o meio ambiente e fortalecem a segurança alimentar das comunidades locais.

A caracterização dos atores sociais atuantes nas mudanças em curso no Mosaico e os conflitos de interesse gerados revelou um contexto de diversidade e complexidade. As tensões entre diferentes grupos – incluindo comunidades tradicionais, agricultores, e autoridades governamentais – refletem a necessidade de um diálogo mais inclusivo e de mecanismos de governança que considerem os múltiplos interesses em jogo.

A criação do MOJAC como uma governança para o bem comum dos diferentes atores envolvidos foi compreendida sob a perspectiva de uma tentativa de integrar diversas demandas e promover uma gestão mais equilibrada dos recursos naturais.

Contudo, a eficácia desta governança ainda depende de uma maior participação das comunidades locais e de uma implementação mais eficiente das políticas públicas.

A análise dos fatores relacionados à melhoria da qualidade de vida da população do Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira destacou a importância de iniciativas que promovam não apenas a conservação ambiental, mas também o desenvolvimento social e econômico. Programas de compensação por serviços ambientais e o fortalecimento da agricultura sustentável são exemplos de ações que podem contribuir para essa melhoria.

A análise crítica das questões do Vale do Ribeira requer um exame detalhado das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que moldam a vida dos moradores da região, particularmente em áreas como a Resex e o Mojac. Ao considerar a história e as reivindicações dos habitantes locais, é possível identificar uma série de tensões e desafios inerentes à gestão de territórios de conservação.

Historicamente, a tentativa do Governo do Estado de São Paulo de criar um parque no Vale do Ribeira encontrou forte resistência popular. Os moradores locais se opuseram à remoção de suas terras, alegando o direito de manter seu estilo de vida tradicional. Em uma democracia, essa resistência resultou na criação do Mojac, um mosaico de áreas protegidas que permitia aos residentes permanecerem e continuarem suas práticas tradicionais. Essa concessão, contudo, trouxe consigo um conjunto complexo de desafios de gestão e sustentabilidade.

A reclamação por mais terra e pasto por parte dos moradores, agora protegidos sob o Mojac, revela um paradoxo: a preservação de áreas naturais, como manguezais, essencial para a sustentabilidade ambiental e os objetivos da Resex, contrasta com as demandas por expansão de atividades econômicas como a criação de gado e o corte de madeira. Essa tensão ilustra a dificuldade de alinhar interesses conservacionistas com as necessidades econômicas e sociais dos residentes.

Além disso, a ideia de que a pesca artesanal é uma atividade predominante na região merece um olhar crítico. A realidade econômica dos pescadores é muitas vezes mais complexa, com a pesca representando apenas uma parte de sua subsistência. Muitas famílias dependem de múltiplas fontes de renda, incluindo trabalho informal e programas sociais. A identificação de quem são os verdadeiros beneficiários das áreas de Resex é, portanto, fundamental para garantir uma gestão equitativa e eficaz desses territórios.

Verificou-se durante o estudo que a estrutura dos Conselhos no contexto do Mojac enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficácia e representatividade. A extensão territorial do Vale do Ribeira torna difícil a participação equitativa, uma vez que as pessoas que residem distante dos centros de decisão enfrentam barreiras de acesso, como falta de recursos para viagens e ausência de apoio financeiro do governo para participação regular. Isso resulta na predominância de um grupo restrito de indivíduos que conseguem estar presentes nas reuniões, muitas vezes os mesmos ao longo do tempo, levantando questões sobre a periodicidade e a diversidade na eleição dos conselheiros.

Ao final do estudo, foi possível concluir que a análise dos princípios da Lei do Mosaico Jacupiranga (MOJAC) e sua aplicação na implementação de estratégias de desenvolvimento para a governança dos bens comuns no Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira revela um panorama de avanços e desafios complexos. As iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a agroecologia mostram um esforço significativo para alinhar a conservação ambiental com o fortalecimento da segurança alimentar e a economia local. No entanto, dificuldades organizacionais, burocráticas e financeiras ainda limitam a eficácia dessas iniciativas.

A gestão ambiental no Mosaico Jacupiranga e na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica busca aderir aos princípios de sustentabilidade da Lei do MOJAC, mas a implementação eficaz das políticas de conservação e o equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico permanecem como grandes desafios. A diversidade de atores sociais e os conflitos de interesse indicam a necessidade de um diálogo mais inclusivo e de mecanismos de governança que levem em consideração os múltiplos interesses em jogo.

A criação do MOJAC como um modelo de governança para integrar diferentes demandas é vista como uma tentativa importante, mas sua eficácia depende de uma maior participação das comunidades locais e de uma implementação mais eficiente das políticas públicas. A melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Ribeira requer iniciativas que promovam não apenas a conservação ambiental, mas também o desenvolvimento social e econômico.

Os princípios de Elinor Ostrom para a gestão dos bens comuns, como a clareza nas regras, a participação dos envolvidos na tomada de decisões, a fiscalização efetiva e as sanções graduadas, são parcialmente atendidos. A clareza nas regras e

a participação dos envolvidos na tomada de decisões ainda encontram obstáculos, especialmente devido às dificuldades de acesso e representação equitativa nos Conselhos. A fiscalização efetiva e as sanções graduadas também enfrentam desafios devido à falta de recursos e de dados atualizados.

Em suma, a formação socioespacial do Vale do Ribeira nos últimos anos evidencia a complexidade das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na região. Para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo, é essencial continuar investindo em práticas sustentáveis, políticas públicas adaptadas às necessidades locais e mecanismos de governança que promovam a participação ativa das comunidades, em conformidade com os princípios da Lei do MOJAC e buscando uma maior aderência aos princípios de Ostrom.

A ausência de dados atualizados sobre os resultados do MOJAC ao longo dos anos representa uma falha significativa na transparência e na eficácia da gestão das unidades de conservação. Os últimos relatórios publicados, datados de 2019, limitam a análise dos resultados estatísticos, como a melhoria da qualidade de vida, a eficácia da fiscalização na coibição de atividades ilegais, e os impactos econômicos e ambientais trazidos pelo MOJAC. Durante visitas *in loco*, houve tentativas de acessar documentos internos, todas frustradas por justificativas administrativas que impediram o acesso. Esta lacuna de informações compromete a capacidade de avaliar plenamente os avanços e desafios enfrentados pelo MOJAC, prejudicando a formulação de políticas públicas mais eficazes e a mobilização da sociedade para a proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. Para uma teoria de estudos territoriais. *In*: MANZANAL, M., NEIMAN, G. y LATTUADA, M. (orgs). **Desarrollo Rural**: Organizaciones, Instituciones y Territorios. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006.

AGOSTINHO, L.O.V.; HERRERA, L.H.M. **Tutela dos direitos humanos e fundamentais**. Birigui: Boreal, 2012.

AHRENS, S. O “Novo” Código Florestal Brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. *In*: CONGRESSO FLORESTA, 8, 2003. São Paulo, SP. **Anais[...]**. São Paulo, SP/Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Silvicultura; Brasília/Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, 2003.

AKUNE, V.S.C. **Cultivo de milho verde em sucessão ao arroz no Vale do Ribeira, SP**: subsídios para adoção de zonas de manejo. 2015. 109 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu, Botucatu, 2015.

ALMEIDA, A. B. **Barragens no contexto quilombola identidade, luta e modernização**: o caso dos Quilombos do Vale do Ribeira – SP, UFBA, 2007.

ALMEIDA, J. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. *In*: Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ALVES, E.P.M.; COUTO, B.G. “Economia criativa” como categoria nativa: a atuação dos economistas e as condições de legitimação de um novo recurso de poder. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 41, p. 328-359, 2019.

ALVES, J.A. **Turismo, recursos de uso comum e conflitos socioambientais em Pipa- Tibau do Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom**. 2018. 244f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

ANDRÉN, H. Effects of habitat fragmentation on birds and mammals in landscapes with different proportions of suitable habitat: a review. **Oikos**, v. 71, nº. 3, p.355-366, 1994.

ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. *In*: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (ed.) **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização, v. 7. Brasília: Embrapa, 2004, p. 71-105.

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. 8. ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

ARAÚJO, L.R.R. de. **Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do litoral sul de Sergipe**. 2014. 107f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

AZEVEDO, E.I. de. **Reprodução social da comunidade tradicional de Fundo de Pasto do Paredão do Lou à luz do pensamento de Ostrom**. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia, Salvador, 2013.

BATHILLON, A.V. *et al.* **A dinâmica das afetações em áreas protegidas no Brasil e na Tanzânia: análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais (1980-2019)**. 2022. 187f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2022.

BELL, F.W. Technological externalities and common-property resources: An empirical study of the US northern lobster fishery. **Journal of Political Economy**, v. 80, n. 1, p. 148-158, 1972.

BERGE, E.; LAERHOVEN, F.V. Governing the Commons for two decades: A complex story. **International Journal of the Commons**, v. 5, n. 2, 2011.

BERNINI, C. I. A região do vale da ribeira e as políticas sociais e ambientais: (des) encontro com as práticas de uso comum. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas/MS, n. 29, mai. 2019.

_____. **A produção da “natureza conservada” na sociedade moderna: uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira – SP**. 2015. 290f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEZERRA, P.R.C. **Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento Sustentável: um Estudo em Comunidades Rurais do Território Mato Grande Potiguar**. 2021. 150f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BIM, O. J. B.; FURLAN, S. A. Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira/SP: conservação, Conflitos e soluções socioambientais. **Agrária**, São Paulo, n. 18, p. 4-36, 2013.

BIM, O. J. B. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais**. 2012. 267f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BIM, O.J.B.; CAMPOLIM, M. B. Participação social e contexto territorial na implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. **IF Sér. Reg**, p. 59-77, 2016.

BORGES, A. M. **Curso completo de Direito Agrário**. 3. ed. São Paulo: CL – EDIJUR, 2009.

BRANDÃO, S.V. **Boa Governança em Segurança Alimentar**: produção e consumo de alimentos em contexto de mudanças climáticas. 2020. 327f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2020.

BRAGA, R. Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **Geografia**, v. 24, n. 3, p. 43-68, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/IPAM, 2022.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Programa Brasil Quilombola: Comunidades Quilombolas Brasileiras – Regularização Fundiária e Políticas Públicas**. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Código Civil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003 (Legislação brasileira).

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITO, A.E.M.C.de. **Representações do outro e conflitos no uso da terra: o caso do PDS Virola Jatobá - Anapu/PA**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Instituto Amazônico de Agricultras Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BUAINAIN, A. M.; MENDES, C. I. C. Free software, copyleft and trends intellectual property. **Annual Congress**, v. 4., p. 1-12, 2005.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CABRAL, A.; ARAGÃO, T. Territórios quilombolas no Vale do Ribeira (SP) têm sobreposições de imóveis privados. **Instituto socioambiental**, 2021. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/territorios-quilombolas-no-vale-do-ribeira-sp-tem-sobreposicoes-de-imoveis-privados>. Acesso em: 10 set. 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARVALHO, M.C.P. de. **Bairros negros do Vale do Ribeira: do “escravo ao quilombo”**. 2006. 211f. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

CARVALHO, A. de. **Registro de imóveis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

CARVALHO, F.A.T. de. **Análise das iniciativas de precificação de carbono no Brasil à luz da teoria da governança de bens comuns**. 2023. 89f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília, 2023.

CENZI, N. L. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CHANG, H.J. La relación entre las instituciones y el desarrollo económico. Problemas teóricos claves. **Revista de economía institucional**, v. 8, n. 14, p. 125-136, 2006.

CHICUTA, K.C. **Registros Públicos e Segurança Jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

CHRISTMANN, L.L. **A proteção da sociobiodiversidade pelo conselho gestor de reserva extrativista frente ao modelo de desenvolvimento hegemônico: um estudo de caso na Resex Pirajubaé/SC**. 2019. 362f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2019.

CONCEIÇÃO, A.L. da. **A UHE Tijuco Alto e a qualidade de vida no Vale do Ribeira: o caso do município de Ribeira-SP**. 2010. 106f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, 2010.

CONSENTINO, L. **Ação coletiva na cadeia do etanol: o caso da certificação BSI-Bonsucro**. 2017. 141f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-18072017-173405. Acesso em: jun. 2024.

CORDEIRO-BEDUSCHI, L.E. **A governança para a gestão sustentável das florestas nativas em duas regiões da América do Sul**. 2018. 300f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, Instituto de Energia e Ambiente, São Paulo, 2018.

COSTA, C. E. L. da. *et al.* Unidades de Conservação no bioma Amazônia. **Semeia**, 2014.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo, EDUSC, 2002.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. In: ENCONTRO NACIONAL da ANPUR. 3. 1989, Águas de São Pedro, SP. **Anais[...]** São Paulo: Anpur; FAU-USP, 1989. V.2, p.69-79.

DIAS, L.M. Quilombos do Vale do Ribeira, São Paulo: movimentos de defesa de territórios coletivos frente ao racismo ambiental. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 361-394, 2020.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6.ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB; USP, 2008.

DUARTE, M.G. **Conflitos fundiários e meio ambiente: estudo de caso do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga – Vale do Ribeira – SP**. 2012. 254f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

_____. Conflitos fundiários e a questão ambiental: estudo de caso do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

EBERHARDT, F.L.M. **Gestão sustentável e governança territorial: Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a implementação da agenda global dos ods nos municípios brasileiros**. 2023. 210f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2023.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

FAGUNDES, M. S. **Da desapropriação no direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1994.

FERREIRA, L. da C. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, jan-jun. 2004.

FIGUEIREDO, E.S.A. **A co-gestão como estratégia de governança da pesca artesanal em rios amazônicos barrados por hidrelétricas**. 2018. 135f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

FIGUEIREDO, J.G.P. de. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FINK, D.R. Comentários ao art. 66. In: MILARE, Édís; MACHADO, Paulo Affonso Leme (coord.). **Novo Código Florestal: comentários à Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, à Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012 e do Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012**. São Paulo: RT, 2012.

FONSECA, A.C. da. **Unidades de Conservação e Comunidades remanescentes de quilombo no Alto Trombetas: a busca de soluções para conflitos territoriais**.

2015. 108f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA, Manaus, 2015.

FORTES FILHO, P. Falares caiçaras. *In*: DIEGUES, A.C. (org.). **Enciclopédia caiçara** (vol. II). São Paulo: Hucitec/NUPAUB:CEC/USP, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIAS, A. A praxe dos caloiros: un rite de passage. **Recherches en Anthropologie Du Portugal**, Paris: Maison de Sciences de l'Homme, nº 5., 1998.

GAIN, A. K.; ASHIK-UR-RAHMAN, M.D.; VAFEIDIS, A. Exploring human-nature interaction on the coastal floodplain in the Ganges-Brahmaputra delta through the lens of Ostrom's social-ecological systems framework. **Environmental Research Communications**, v. 1, n. 5, p. 051003, 2019.

GESTIDO, M.F.; PASTORIZA, T.I. Análisis de las agrupaciones de mariscadores/as a pie en Galicia (España) a partir e la teoría del gobierno de los bienes comunes de Elinor Ostrom. **Teknokultura**, v. 19, n. 1, p. 89-97, 2022.

GORA, A. **Dos campos nativos ao agronegócio**: a contribuição suábica em Guarapuava. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**; do "fim dos territórios" à multiterritorialidade (8a. ed.). 8. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. n. 2 (4), v. 1, 2007.

HOROWITZ, J.B. Habraken, Jacobs and Ostrom on governing the built environment: the case of common interest developments. **Journal of Institutional Economics**, v. 17, n. 4, p. 625-640, 2021.

IMPERIAL, M.T. Institutional analysis and ecosystem-based management: the institutional analysis and development framework. **Environmental management**, v. 24, n. 4, p. 449-465, 1999.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Dossiê sistema agrícola tradicional quilombola do Vale do Ribeira – SP**, v. I, São Paulo: ISA, 2017.

JACOB, P. Movimento ambientalista no Brasil, representação social e complexidade de articulação de práticas coletivas. *In*: RIBEIRO, W. (ORG.). **Patrimônio ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.

KAWAGUCHI, R. C. As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP: Comunicação, identidade e movimentos sociais "on" e "off line". *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 10, E CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA DE

MÍDIA CIDADÃ UNESP, 5, 2015, Bauru-SP, **Anais[...]**. Bauru-SP: Unesp/FAAC, 2015.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R. Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná. *In*: PRÊMIO BRDE DE DESENVOLVIMENTO – PR, 5, 2015, Curitiba, PR. **Anais[...]**. Curitiba: BRDE, 2015.

LOMBARDI, A.C. **Análise-diagnóstico dos sistemas agrários no território do Vale do Ribeira/SP**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) (Dissertação de Mestrado). 2016.

MACHADO, P. A. L. **Novo Código Florestal**: comentários à Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, à Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012 e ao Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012. São Paulo: RT, 2012.

MACIEL, C.A. da R. **A experiência da gestão social no colegiado de desenvolvimento territorial do Vale do Caí**. 2022. 84f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí, 2022.

MADURO, E. da S. **Territórios de vida e resistência: um estudo com a comunidade de Nossa Senhora do Livramento na reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé - Manaus/AM**. 2013. 239f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-22102013-111003. Acesso em: jun. 2024.

MAGRINI, A. **Lá no Alto, o barro é encantado: a cerâmica do Alto Vale do Ribeira-SP**. 2019. 278f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2019.

MANSBRIDGE, J. The role of the state in governing the commons. **Environmental Science & Policy**, v. 36, p. 8-10, 2014.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara**: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Edições Paulinas, CEDHAL, 1987.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, M.R.; FUTEMMA, C. O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.76646 e-ISSN 2176-9109. Acesso em: jun. 2024.

MARTINS, D., CHAGAS, R., NETO, J., JUNIOR, A. Impactos da construção da usina hidrelétrica de Sobradinho no regime de vazões no Baixo São Francisco. **Revista**

Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande (Paraíba), v.15, n.9, p.1054-1061, ago. 2011.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. 2005. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, 2005.

MENDES JUNIOR, J. N. **Ecoturismo e desenvolvimento no Vale do Ribeira: análise compreensiva de um problema potencial**. 2007. 278f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2007.

MERTTEN, G. H. *et al.* Implicações do uso e manejo do solo e das variações climáticas sobre os recursos hídricos. **Tópicos em Ciência do Solo**, Viçosa, MG, v. 7, p. 307-366, 2011.

MIRA, L. F. **Monitoria ambiental e suas contribuições na manutenção e gestão dos parques estaduais Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso, Intervalos e Turístico do Alto Ribeira – Vale do Ribeira – SP**. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021.

MIRANDA, D.LR.; GOMES, B.M.A. O programa nacional de aquisição de alimentos e agricultura familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. **Sustainability in Debate**, v. 8, n. 1, p. 67-79, 2017.

MOMESSO, C. C. **Os caminhos da solidariedade: ação pública e economia solidária no Vale do Ribeira**. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2020.

NAVARRO, Z. S. de. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. Y. (Org.) **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília, DF: Ipea, 2016,

NEVES, W. A.; OKUMURA, M. M. M. Afinidades biológicas de grupos pré-históricos do vale do rio Ribeira de Iguape (SP): uma análise preliminar. **Revista de Antropologia**, v. 48, p. 525-558, 2005.

OBENG-ODOOM, F. The meaning, prospects, and future of the commons: Revisiting the legacies of Elinor Ostrom and Henry George. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 75, n. 2, p. 372-414, 2016.

OLIVEIRA, P. A. **Mensurando a governança da água em bacias hidrográficas compartilhadas no Brasil: proposta metodológica e aplicação à bacia do rio Piranhas-Açu**. 2019. 220f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12627> Acesso em: 31 mar. 2023.

OLIVEN, A. C. **A paroquialização do ensino superior**. Petrópolis: Vozes, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB. **Panorama do cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro____2011.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

OSTROM, E. **Understanding institutional diversity**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

OSTROM, E. **Governing the commons**. The evolution of institutions for collective action. Bridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. Reformulating the commons. **Ambiente & sociedade**, n.10, p. 5-25, 2002.

OSTROM, Elinor. Más allá de los mercados y los Estados: gobernanza policéntrica de sistemas económicos complejos. **Revista mexicana de sociología**, v. 76, n. SPE, p. 15-70, 2014.

POTEETE, A.R.; JANSSEN, M.A.; OSTROM, E. **Trabajar juntos: acción colectiva, bienes comunes y múltiples métodos en la práctica**. Ciudad de México: UNAM-Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2012.

PACIEVITCH, T. **Terras ociosas ou improdutivas**. [s.l.]: InfoEscola Navegando e Aprendendo, 2008. Disponível em: <http://www.infoescola.com/agricultura/terras-ociosas-ou-improdutivas/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PAES, G.S.M. Os negros d'água do rio Ribeira de Iguape: mito e história numa narrativa elaborada por comunidades negras do Vale do Ribeira. **Revista Brasileira de História**, v. 39, p. 71-91, 2019.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Revista Raízes**, v. 24, n.1 e 2, p. 10–22, jan./dez. 2005.

PÉREZ, L. Perspectivas sobre la gobernanza de los bienes y la ciudadanía en la obra de Elinor Ostrom. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 76, n. SPE, p. 77-104, 2014.

PÉREZ, M.S. **Comunidade Tradicional de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Vila do Superagüi-PR na Disputa pela Vida: Conflitos e Resistências Territoriais Frente à Implantação de Políticas Públicas de Desenvolvimento**. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e cultura**, n. 27, p. 7-24, 2010.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ, S. **Território quilombola do Curiaú e área de proteção ambiental do rio Curiaú: interpretações dos conflitos socioambientais pela economia ecológica**. 2008. 103f. Dissertação (Mestrado e Planejamento e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMUNNO, P.A.L. **Atividade empresarial e bens comuns: a aplicação do regime de bens comuns para determinados bens da companhia**. 2019. 206f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2019.

REIS, A. A. dos. **Desenvolvimento sustentável e uso dos recursos naturais em áreas de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense: limites, desafios e possibilidades**. 2015. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2015.

RIBEIRO, T.M.de M.L. **Measuring subnational actors' commitment to global climate governance: inferences from multilevel and polycentric approaches for two cases in Brazil-the states of Mato Grosso and Pará**. 2022. 290f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília Instituto de Relações Internacionais Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2022.

ROSA, L. da S. **Os quilombos do Vale do Ribeira e o Movimento Social: O Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB) Araraquara**. 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Paulista, Araraquara, 2007.

ROTONDARO, T.; BONILHA, A. A relação entre as políticas de proteção ambiental e as comunidades tradicionais: análise de duas Unidades de Conservação no Vale do Ribeira (SP). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 28, n. 2, jul-dez. 2021, p. 272-293.

SAD, J. A. **Análise dos Potenciais Impactos Sociais e Ambientais da Implantação do Emissário Terrestre do COMPERJ na APA de Maricá e Entorno - Estudo de Caso: Comunidade de Pescadores da Praia de Itaipuaçu – Maricá/Rio de Janeiro**. 2018. 117p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SÁNCHEZ, J. C. El pensamiento de Elinor Ostrom sobre el capital social en la gobernanza de los bienes comunes y el desarrollo sostenible. **Agroalimentaria**, v. 26, n. 50, p. 235-247, 2020.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, S. A. dos. **As Unidades de Conservação no Cerrado frente ao processo de conversão**. 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2018.

SÃO PAULO. **Planos de trabalho**: Unidades de Conservação da região CENTRO – MOJAC. São Paulo: Fundação Florestal, 2021a.

_____. **Planos de trabalho**: Área de Proteção Ambiental - Quilombos do Médio Ribeira. São Paulo: Fundação Florestal, 2021b.

_____. **Planos de trabalho**: PE Lagamar De Cananeia; RDS Itapanhapima; RESEX Ilha do Tumba; RESEX Taquari. São Paulo: Fundação Florestal, 2021c.

_____. **Concepção metodológica RESEX e RDS**: Reunião de trabalho e grupo técnico institucional. São Paulo: Fundação Florestal, 2020a.

_____. **Plano de Trabalho e manejo**: RDS Praiado. São Paulo: Fundação Florestal, 2020b.

_____. **Plano de Trabalho e manejo**: RDS Quilombos de Barra do Turvo. São Paulo: Fundação Florestal, 2019a.

_____. **Plano de Trabalho e manejo**: RDS Barreiro Anhemas. São Paulo: Fundação Florestal, 2019b.

_____. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una (Mosaico Juréia Itatins)**: Características do Território, Experiências de gestão e Plano de Utilização. São Paulo: Fundação Florestal, 2019c.

_____. **Plano de Trabalho e manejo**: RDS Pinheirinhos. São Paulo: Fundação Florestal, 2018a.

_____. **Plano de Trabalho e manejo**: RDS Lavras. São Paulo: Fundação Florestal, 2018b.

_____. **Sistematização e caracterização das RDS**. São Paulo: Fundação Florestal, 2018c.

_____. **Concepção metodológica para elaboração dos planos de manejo de RESEX e RDS do Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Florestal, 2018.

_____. **Programas de Gestão**. São Paulo: Fundação Florestal, 2017.

SAORI, S. O território ameaçado: Vale do Ribeira/SP. **Debates feministas**, n, 11, set. 2018.

SASSEN, S. When territory deborders territoriality. **Territory, politics, governance**, v. 1, n. 1, p. 21-45, 2013.

SATO, D. P. **Territórios e Conflitos na Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

SCATAMACCHIA, M.C.M.; CERAVOLO, S.M.; DEMARTINI, C.M.C. Cadastramento e divulgação dos sítios arqueológicos do Baixo Vale do Ribeira. **Revista de Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 167-171, 1994.

SIGAM. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA. **Área de Proteção Ambiental dos Quilombos do Médio Ribeira**. Disponível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=16479>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SILVA, C. L. **A divisão política do território brasileiro: os compartimentos quilombolas no Vale do Ribeira (SP)**. 2010. 162f. Tese (Doutorado e Análise ambiental e Dinâmica Territorial) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2010.

SILVA, D. C. **Restrições ao uso e ocupação do solo da APA Cabreúva/SP: conflitos sobre um território demarcado para a sustentabilidade**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA JR, J. A. da. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira (SP). **Revista de Administração Pública**, v. 50, p. 513-527, 2016.

SILVA, F. C. da. **Dilemas do direito ao desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais de Silvânia-GO**. 2022. 106f. Tese (Doutorado em Agronegócio) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, Goiânia, 2022.

SILVA, F. P. **As unidades de conservação e as políticas públicas frente às altas taxas de desmatamento no cerrado: elaboração de material educativo-orientativo**. 2021. 72f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado) – Instituto Federal Goiano, 2021.

SOARES, P. B. D. **As Indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no Mercosul: os casos da carne caprina procedente da Região Patagônica e a bovina do Pampa gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul**. 2014. 224f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA, E. E. de; SERAFINI, T. Z. Panorama das Unidades de Conservação na zona costeira e marinha do estado de São Paulo. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 44, Edição especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, fev. 2018, p. 360-377.

SOUZA, M.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, M.H. de. **Conflitos Socioambientais do PETAR no cotidiano do território quilombola de Bombas, São Paulo, Brasil. 2021**. 144f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021.

SUZUKI, J.C.; MARTINS, M.H. Jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas Comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Rio Ribeira de Iguape–São Paulo. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 4, n. 1, p. 207-234, 2015.

TEIXEIRA, E.C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: UFBA, 2002.

TEIXEIRA, G. A. **História dos quilombolas: comunidade quilombola de Serra Feia**. Cacimbas-PB, 2016.

TEIXEIRA, I. R. Resposta do feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L. cv. Pérola) a diferentes densidades de semeadura e doses de nitrogênio. **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 24, n. 2, p. 399-408, abr./jun. 2000.

VALENTIN, A. **A ocupação das terras do Vale do Ribeira no início do século XIX**. 2006. 400f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2006.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIEIRA, M. Mosaico do Jacupiranga une conservação com uso sustentável da terra. **Revista Iniciativa Verde**, 2018. Disponível em: <https://www.iniciativaverde.org.br/biblioteca-nossas-publicacoes>. Acesso em: 8 set. 2022.

VIEIRA, M. S. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. 2014. 365f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.48.2014.tde-01102014-104738. Acesso em: 2023-04-03.

ZANCHETTA, I.; BEDESCHI, L. O Mosaico do Jacupiranga, no Vale do Ribeira, agora é lei. **Instituto Socioambiental (site)**, 2008. Disponível em: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2614>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ANEXO I - REIVINDICAÇÃO ENCAMINHADA A DEPUTADOS ESTADUAIS PELO SINDICATO DE CAJATI

Um breve relato, com algumas das demandas e propostas das dezenas de comunidades existentes dentro dos limites das unidades de conservação que compõem o MOJAC – Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, as quais enfrentam desafios desde a época da criação do antigo Parque do Jacupiranga. Que desde então, as milhares de famílias residentes nestas localidades a gerações, passaram a viver sobre conflito ambiental e fundiário, devido a sobreposição de suas posses pelo referido Parque.

A atividade principal desenvolvida por estas populações, sempre foi a agricultura de subsistência, com manejo produtivo no sistema pousio e sistema agroflorestal, com algumas pastagens para gado e cultivo de Banana. Sempre com respeito e cuidado com a natureza. Preservando a cultura e tradição herdada dos nossos pais. Nossas atividades produtivas são de baixo impacto ambiental. Tanto é verdade, que o maior percentual da mata atlântica preservada se encontra na nossa região. Graças ao nosso modo de vida e a geografia da região que não favorece a mecanização.

Mesmo tendo conhecimento da existência das milhares de famílias ocupantes de posses, vilas e bairros populosos que passaram a sofrer com a sobreposição do Parque do Jacupiranga, os órgãos ambientais, não implantaram nenhuma gestão ou ação para discutir ou implementar ações que viessem solucionar tal situação. Muito ao contrário, implantaram uma política de fiscalização restritiva e punitiva. Sem abrir possibilidade para diálogo com as comunidades. Nas décadas de 80 e 90, tal situação teve ainda seu agravamento, com aplicação de multas ou autuações sofridas pelos agricultores em geral.

Sem alternativas de renda, centenas de moradores sofreram pesadas multas ambientais e processos judiciais, por crimes ambientais, na maioria dos casos, por estarem trabalhando como sempre trabalharam, na agricultura familiar, conforme sua cultura e tradição. Diante desta situação os trabalhadores e trabalhadoras rurais começaram se organizar. Em 1993 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Turvo e alguns anos após em 1997, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati. Ambos, trabalhando sempre em parceria para

encontrar uma solução que resolvesse ou amenizasse o conflito ambiental/fundiário. Principal demanda destas comunidades. Atualmente existe cerca de 10 mil famílias que residem no MOJAC e algumas centenas que permanecem dentro dos limites dos Parques.

Foi então, que por volta do ano 2002, o STR de Cajati apresentou essa demanda ao Deputado estadual Hamilton Pereira, que por sua vez transformou a demanda em projeto de Lei apresentado na ALESP, propondo a desafetação das áreas densamente habitadas, que se encontravam dentro dos limites do Parque do Jacupiranga e transformando estas áreas em unidades de conservação menos restritivas. Já que Parque é uma unidade de proteção integral que não permite atividade agrícola ou habitacional. Pois o mesmo afetava territórios de 6 municípios do Vale do Ribeira, Jacupiranga, Cananéia, Cajati, Eldorado, Barra do Turvo e Iporanga. O projeto do Deputado Hamilton teve êxito, foi aprovado pela ALESP, mais infelizmente em seguida sofreu o veto do governo.

Diante disso, houve grande articulação e mobilização das lideranças e movimentos ligados a questão, pressionando os deputados pela derrubada do veto. Fato que sensibilizou o governo, o qual decidiu por criar em parceria com a ALESP, uma comissão para buscar alternativa através de Lei que contemplasse a demanda da população envolvida e a lei recém aprovada pelos deputados. Com a comissão instalada e após dezenas de reuniões de trabalho e intenso trabalho de campo, se chegou ao projeto da atual Lei Estadual 12.810, aprovada e sancionada no ano de 2008.

Embora com a aprovação da referida lei tenha mudado a forma de gestão e o relacionamento dos órgãos ambientais com as comunidades, já se vão 15 anos da sua criação e apesar de avanços importantes alcançados, ainda não tivemos solução para as principais demandas das comunidades. Principalmente a questão fundiária, que dá segurança jurídica as famílias. O órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação do MOJAC, a Fundação Florestal, não consegue avançar com a intensidade e celeridade necessária na resolução das demandas das comunidades. Sendo que alguns dos principais fatores desta morosidade, são a falta de recursos humanos e de recursos financeiros, além é claro, da falta de vontade política do governo.

Relacionamos a seguir propostas defendidas pela maioria das comunidades.

DEMANDAS DAS COMUNIDADES DO MOJAC:

- Falta de acompanhamento pela ALESP do andamento do Plano de Manejo contratado pela Fundação Florestal e com cobrança junto aos órgãos responsáveis, para a continuidade das oficinas de elaboração do referido Plano de Manejo do MOJAC, iniciadas em 2020 e paralisadas durante a pandemia;
- Retomada imediata das reuniões do GT - Grupo de Trabalho Intersecretarial de implantação do MOJAC, com garantia da participação dos moradores ou seus representantes e organizações locais nas reuniões;
- Retomada das reuniões dos Conselhos das Unidades de Conservação que foram paralisadas durante a pandemia e que até esta data ainda não retomaram suas atividades;
- Revisão dos limites dos Parques em especial, em especial dos Parques Rio Turvo e Caverna do Diabo, conforme proposta apresentada pelos moradores para a Fundação Florestal, há alguns anos, proposta esta, elaborada respeitando o percentual de 3% previsto na Lei Estadual 12.810/08.
- Aquisição pelo estado (PGE) de áreas levantadas pela FF e ITESP, fora dos limites dos Parques, para a imediata realocação e reassentamento de moradores que ainda residem nos Parques e que desejam ser realocados, garantindo infraestrutura básica ou acesso as políticas públicas, com destinação de recursos financeiros provenientes de compensação ambiental (Câmara de Compensação Ambiental) já disponíveis segundo a própria Fundação Florestal, para sua execução;
- Negociação imediata com os moradores dos Parques que aguardam indenização;
- Criação e implantação de programas ou políticas públicas de PSA pagamento por serviços ambientais para a agricultura familiar, com prioridade as famílias residentes no MOJAC;

- Criação de Lei Estadual específica para permitir que o estado possa realizar indenizações de benfeitorias em UCs estaduais, em especial no MOJAC, com definição de critérios que atendam às necessidades dos moradores do MOJAC e a destinação de recursos orçamentários ou de compensações ambientais para sua implementação;
- Criação de Lei Estadual específica para regularização fundiária do MOJAC ou propositura de emenda na Lei Estadual 16.475/17 e no Decreto Estadual 63.167/18, para inclusão das áreas de APAs – Área de Proteção Ambiental e de RDSs – Reserva de Desenvolvimento Sustentável na política de Regularização Fundiária em Terras Devolutas.

APÊNDICE I – RELAÇÃO OBJETIVOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Objetivos Específicos	Objeto de Análise	Instrumentos	Categorias de análise	Questionamentos / Roteiro de Entrevista
<p><i>Analisar a perspectiva de desenvolvimento sustentável que orienta as ações na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira;</i></p>	<p>Dados Secundários</p>	<p>Levantamento de Dados</p>	Desenvolvimento sustentável	Como o desenvolvimento sustentável é difundido no âmbito das ações na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira?
			Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira	Quais as ações desenvolvidas no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira (em geral) que podem ser consideradas de proteção ao meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável?
			Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira	Quais as ações desenvolvidas na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira que podem ser consideradas de proteção ao meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável?

<i>Caracterizar o processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira do Iguape;</i>	Dados Secundários	Levantamento de Dados	Características do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira do Iguape	Como se deu a formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira do Iguape?
	Dados Primários	Entrevista semiestruturada	Características do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira do Iguape	Como se deu a formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira do Iguape?
	Produção acadêmica	Revisão Bibliográfica	Características do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira do Iguape	Quais são as características do processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira do Iguape?
<i>Caracterizar os atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico e os conflitos de interesse gerados</i>	Dados Secundários	Levantamento de Dados	Atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico Conflitos de interesse gerados	Quem foram os atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico? Quais os conflitos de interesse gerados?
	Dados Primários	Entrevista semiestruturada	Atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico Conflitos de interesse gerados	Quem foram os atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico? Quais os conflitos de interesse gerados?

	Produção acadêmica	Revisão Bibliográfica	Atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico Conflitos de interesse gerados	Quem foram os atores sociais atuantes nas mudanças em curso na última década no Mosaico? Quais os conflitos de interesse gerados?
<i>Utilizar os conceitos propostos por Elinor Ostrom sobre a Teoria dos Bens Comuns para interpretação dos dados coletados no objetivo 3</i>	Entrevistas	Análise qualitativa por meio de triangulação dos dados	Percepção dos atores sociais sobre aspectos relativos às mudanças ocorridas no Mosaico	De que forma a Teoria dos Bens Comuns de Elinor Ostrom pode ser aplicada à interpretação dos dados coletados em campo?
	Decretos, Portarias, Leis e Políticas Públicas		Aspectos relativos às mudanças ocorridas no Mosaico	De que forma a Teoria dos Bens Comuns de Elinor Ostrom pode ser aplicada à interpretação dos dados coletados em campo?

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA OCIMAR BIM

Introdução:

- Saudações e agradecimentos pela disponibilidade em participar da entrevista.
- Breve apresentação do contexto da entrevista: Explique que a entrevista tem como objetivo discutir o Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira e sua tese sobre conservação, conflitos e soluções socioambientais.

Papel no Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira

1. Como foi seu envolvimento na formação do Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira?
2. Quais foram os principais desafios e objetivos durante esse processo de formação?

Desenvolvimento Local

4. Sua tese abordou questões relacionadas ao desenvolvimento local na região do Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira. Como você avalia a evolução do desenvolvimento local na região desde então?
5. Quais são os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento ou para os desafios enfrentados pela comunidade local?

Conservação e Conflitos Socioambientais

6. Sua tese também tratou da conservação e dos conflitos socioambientais na área do Mosaico. Quais foram os principais desafios e sucessos relacionados à conservação da biodiversidade nessa região?
7. Como você percebe a relação entre a conservação ambiental e os conflitos socioambientais na área?
8. Quais estratégias ou soluções foram identificadas para lidar com esses conflitos?

Perspectivas Futuras

9. Como você enxerga o futuro do Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira em termos de conservação, desenvolvimento local e resolução de conflitos?
10. Quais ações ou iniciativas podem ser promissoras para a região nos próximos anos?

Encerramento:

- Agradecimento final pela participação na entrevista.
- Possibilidade para Ocimar Bim compartilhar outras observações ou insights que considere relevantes.

APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA AGRICULTORES

Desafios e Necessidades:

Quais são os principais desafios enfrentados em suas atividades agrícolas?

Quais são as principais necessidades para promover a sustentabilidade em sua propriedade?

Preservação Ambiental:

Quais são as práticas de conservação ambiental adotadas em sua propriedade?

Quais são os principais desafios ambientais enfrentados em sua área de cultivo?

Relações Externas e Apoio:

Como é a relação dos agricultores com as autoridades locais, como prefeitura e órgãos governamentais?

Recebem apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Grupos de Apoio?

☐ Sim (Quais? _____) ☐ Não

Quais são as principais demandas e prioridades dos agricultores para melhorar suas atividades agrícolas?

Conflitos Fundiários e Formação Socioespacial:

Houve ou há conflitos fundiários em sua área de cultivo? Em caso afirmativo, quais foram os principais desafios enfrentados?

Qual foi o papel das autoridades locais e organizações na resolução desses conflitos?

Quais foram os atores sociais envolvidos nos conflitos de interesse relacionados à formação socioespacial da área em que vive?

Como a comunidade lidou com a atuação desses atores?

Considerações Finais:

Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a agricultura no Mosaico de Jacupiranga no Vale do Ribeira/SP?

APÊNDICE IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA REPRESENTANTES LOCAIS

Nome do Entrevistado:

Cargo e Função Atual:

Instituição Representada:

Data da Entrevista:

Como a sua instituição interpreta e promove a perspectiva de desenvolvimento sustentável na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Mosaico Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira?

Qual é a sua visão sobre o processo de formação socioespacial do Vale do Rio Ribeira, especialmente no contexto do Mosaico Jacupiranga?

Houve algum envolvimento da instituição na formação do Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira? O que pode falar sobre o assunto?

Quais atores sociais têm sido ativos na região nas últimas décadas e quais mudanças ou conflitos de interesse você observou em decorrência das ações das autoridades locais?

Quais são os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento ou para os desafios enfrentados pela comunidade local?

Como você percebe a relação entre a conservação ambiental e os conflitos socioambientais na área?

Quais estratégias ou soluções foram implementadas pela instituição para gerir esses conflitos?

Como você vê a criação do Mosaico Jacupiranga (MOJAC) em termos de governança para o bem comum dos diferentes atores envolvidos?

Na sua opinião, de que forma o MOJAC contribui para o processo de governança dos bens comuns no território em estudo?

Como você enxerga o futuro do Mosaico do Jacupiranga-Vale do Ribeira em termos de conservação, desenvolvimento local e resolução de conflitos?

Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre o MOJAC?

APÊNDICE V – ROTEIRO ENTREVISTA QUILOMBOLAS

Perfil Sociodemográfico

Nome da Comunidade Quilombola: _____

Localização Geográfica: _____

Data de Fundação da Comunidade: _____

Número de Habitantes da Comunidade: : _____

Economia e Sustentabilidade

Quais são os principais desafios econômicos enfrentados pela comunidade?

Quais são as principais necessidades para promover a sustentabilidade econômica da comunidade?

Preservação Cultural e Ambiental

Quais são os elementos culturais mais importantes para a comunidade?

Como a comunidade preserva e promove seu patrimônio cultural?

Quais são as práticas de conservação ambiental adotadas pela comunidade?

Quais são os principais desafios ambientais enfrentados pela comunidade?

Relações Externas e Apoio

Como é a relação da comunidade com as autoridades locais, como prefeitura e órgãos governamentais?

Quais são as principais demandas e prioridades da comunidade para melhorar sua qualidade de vida?

Conflitos Fundiários e Formação Socioespacial

Quais foram os principais conflitos de interesse enfrentados pela comunidade durante o processo de formação socioespacial do MOJAC?

Como esses conflitos impactaram a comunidade e seu território?

Houve conflitos fundiários envolvendo as terras do MOJAC? Em caso afirmativo, quais foram os principais desafios enfrentados pela comunidade?

Qual foi o papel das autoridades locais e organizações na resolução desses conflitos?

Quais foram os atores sociais envolvidos nos conflitos de interesse relacionados à formação socioespacial do MOJAC, especialmente em questões fundiárias?

Como a comunidade lidou com a atuação desses atores?

Considerações Finais

Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a comunidade quilombola na região do MOJAC?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado [Governança dos Bens Comuns para o Desenvolvimento Regional: o caso do Mosaico de Jacupiranga no Vale do Ribeira/SP], que pretende [analisar como os pressupostos da Lei do Mosaico Jacupiranga (MOJAC) permitem a implementação de estratégias de desenvolvimento para a governança dos bens comuns no Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira], vinculado ao [Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado] da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é [Aparecida Mendes Cardoso], que poderá ser contatado a qualquer tempo através do número [13-997876807] e do e-mail [cida_mc@hotmail.com].

Sua participação é possível pois você atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são [BENEDITO

ALVES DA SILVA

J. Sua participação consiste em [responder a um questionário composto por 10 questões a serem desenvolvidas pela pesquisadora].

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como Esta pesquisa poderá trazer riscos como invasão de privacidade, de confidencialidade e vazamento de informações e dados pessoais, além de perda danificação ou rasuras destes documentos, podendo o Sr. (a) interromper o procedimento se assim desejar. Os dados serão manuseados somente pela equipe de pesquisa, treinados e capacitados para realização desta atividade, o que minimiza os riscos relacionados. O TCLE poderá ser solicitado via contato telefônico com esta pesquisadora, assim como um campo no próprio formulário, onde o participante poderá deixar seu e-mail para envio do TCLE devidamente assinado.

Para sua participação nessa pesquisa você não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza. Ao final da pesquisa você terá acesso aos resultados através [da publicação da tese resultante da pesquisa, bem como de artigos derivados que serão publicados em revistas científicas].

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, BENEDITO ALVES DA SILVA ou CPF 05.01.2023 declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo; ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Li e estou ciente da utilização das informações para a pesquisa.

Local: 05/01/2023

Data: NAXXUNDUA

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável pela apresentação desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Ao finalizar o documento faça uma leitura revisando se as informações inseridas estão de acordo com a pesquisa a ser realizada.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado *[Governança dos Bens Comuns para o Desenvolvimento Regional: o caso do Mosaico de Jacupiranga no Vale do Ribeira/SP]*, que pretende *[analisar como os pressupostos da Lei do Mosaico Jacupiranga (MOJAC) permeiam a implementação de estratégias de desenvolvimento para a governança dos bens comuns no Mosaico do Jacupiranga/Vale do Rio Ribeira]*, vinculado ao *[Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado]* da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é *[Aparecida Mendes Cardoso]*, que poderá ser contatado a qualquer tempo através do número *[13-997876807]* e do e-mail *[cida_mc@hotmail.com]*.

Sua participação é possível pois você atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são *[ser membro do Conselho do Mosaico de Jacupiranga no Vale do Ribeira/SP – MOJAC, agindo como seu representante]*. Sua participação consiste em *[responder a um questionário composto por ___ questões impressas]*.

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como Esta pesquisa poderá trazer **riscos como invasão de privacidade, de confidencialidade e vazamento de informações e dados pessoais, além de perda danificação ou rasuras destes documentos**, podendo o Sr. (a) interromper o procedimento se assim desejar. Os dados serão manuseados somente pela equipe de pesquisa, treinados e capacitados para realização desta atividade, o que minimiza os riscos relacionados. O TCLE poderá ser solicitado via contato telefônico com esta pesquisadora, assim como um campo no próprio formulário, onde o participante poderá deixar seu e-mail para envio do TCLE devidamente assinado.

Para sua participação nessa pesquisa você não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza. Ao final da pesquisa você terá acesso aos resultados através *[da publicação da tese resultante da pesquisa, bem como de artigos derivados que serão publicados em revistas científicas]*.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, Ocimar Jose Baptista Bim RG ou CPF 43531350668 declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo; ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Li e estou ciente da utilização das informações para a pesquisa.

Local: Registro
Data: 19/10/2023

Ocimar José Baptista Bim

Nome e assinatura do responsável pela apresentação desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Ao finalizar o documento faça uma leitura revisando se as informações inseridas estão de acordo com a pesquisa a ser realizada.